**UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO
FACULDADE DE FILOSOFIA, LETRAS E CIÊNCIAS HUMANAS
DEPARTAMENTO DE HISTÓRIA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA ECONÔMICA**

MARCELO ALVES DE PAULA LIMA

Em Guarda Contra as Altas Finanças: o Pensamento de Gottfried Feder e Gustavo Barroso em Perspectiva Comparada (1919-1939)

Versão corrigida.

São Paulo
2017

<p>Marcelo Alves de Paula Lima</p>	<p>Em Guarda Contra as Altas Finanças: o Pensamento de Gottfried Feder e Gustavo Barroso em Perspectiva Comparada (1919-1939)</p>		<p>MESTRADO FFLCH/USP</p> <p>2017</p>
--	--	--	---

MARCELO ALVES DE PAULA LIMA

Em Guarda Contra as Altas Finanças: o Pensamento de Gottfried Feder e Gustavo Barroso em Perspectiva Comparada (1919-1939)

Versão corrigida.

Dissertação apresentada à Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo para obtenção do título de Mestre em História.

Área de concentração: História Econômica
Orientadora: Profa. Dra. Sara Albieri

O exemplar original se encontra no CAPH-FFLCH (Centro de Apoio à Pesquisa em História).

De acordo: _____
Profa. Dra. Sara Albieri

São Paulo
2017

Autorizo a reprodução e divulgação total ou parcial deste trabalho, por qualquer meio convencional ou eletrônico, para fins de estudo e pesquisa, desde que citada a fonte.

Catálogo na Publicação
Serviço de Biblioteca e Documentação
Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo.

L732g Lima, Marcelo
 Em Guarda Contra as Altas Finanças: o Pensamento de
 Gottfried Feder e Gustavo Barroso em Perspectiva Comparada
 (1919-1939) / Marcelo Lima ; orientadora Sara Albieri. - São Paulo,
 2017.
 244 f.

Dissertação (Mestrado)- Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências
Humanas da Universidade de São Paulo. Departamento de História.
Área de concentração: História Econômica.

1. Integralismo. 2. Nazismo. 3. Antissemitismo.
I. Albieri, Sara, orient. II. Título.

LIMA, M. A. P.. Em Guarda Contra as Altas Finanças: o Pensamento de Gottfried Feder e Gustavo Barroso em Perspectiva Comparada (1919-1939). Dissertação apresentada à Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo para obtenção do título de Mestre em História Econômica.

Aprovado em:

Banca Examinadora

Prof. Dr. _____ Instituição: _____

Julgamento: _____ Assinatura: _____

Prof. Dr. _____ Instituição: _____

Julgamento: _____ Assinatura: _____

Prof. Dr. _____ Instituição: _____

Julgamento: _____ Assinatura: _____

Este trabalho foi possível graças ao apoio da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo (FAPESP), processo nº 2015/06566-1. As opiniões, hipóteses e conclusões ou recomendações expressas neste material são de responsabilidade do autor e não necessariamente refletem a visão da FAPESP.

Agradecimentos

A produção de uma dissertação de mestrado é um trabalho árduo e por vezes desgastante. Muitos foram os que ajudaram a tornar esse processo mais fácil de lidar.

Agradeço a Deus acima de tudo.

Agradeço a meu pai, Paulo Marcos, e a minha mãe, Selma, pelo apoio constante ao longo de minha trajetória. Obrigado por me ajudarem a realizar esse que é o meu maior sonho: o de ingressar na vida acadêmica. Obrigado por confiarem em mim. Também agradeço a meu irmão Flávio, pela preciosa ajuda concedida ao ajustar meu trabalho às exigências técnicas. E agradeço a minha avó, dona Martha, pelo amparo e pelas palavras de otimismo que nunca me deixaram desanimar.

Agradeço à Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo (FAPESP) pela bolsa concedida, tanto no Brasil como no exterior. Elas me permitiram desenvolver este trabalho com a serenidade e a dedicação que ele demandava.

Agradeço à minha orientadora, professora Dra. Sara Albieri, pelas valiosas sugestões e observações no sentido de aperfeiçoar o meu trabalho, bem como pela paciência em me orientar em relação às questões burocráticas. Agradeço à professora Dra. Maria Luiza Tucci Carneiro, que, desde a disciplina sobre o discurso da intolerância, passando pelo exame de qualificação, contribuiu de forma significativa com dicas, críticas e sugestões para preencher algumas lacunas de meu trabalho. Sou igualmente grato ao professor Dr. Renato Alencar Dotta, que vem acompanhando meu trabalho já há algum tempo, sempre fornecendo críticas e sugestões pertinentes, inclusive em minha qualificação. Agradeço aos três pela disponibilidade e pela amabilidade, isentando-os de toda e qualquer responsabilidade por eventuais equívocos em meu trabalho.

Agradeço ao professor Osvaldo Luis Angel Coggiola pela presteza e pela disponibilidade a fazer parte de minha banca de mestrado. Também agradeço ao professor Adilson de Oliveira Franceschini por aceitar o desafio de compor minha banca às pressas, mesmo com um tempo exíguo para ler o meu trabalho. E agradeço ao Cícero João da Costa Filho pelo companheirismo, pelas conversas e por sempre me instigar a pensar e a repensar o meu trabalho no intuito de melhorá-lo.

Agradeço aos meus colegas da disciplina de “História Econômica: Tendências e Debates”, ministrada pela professora Sara Albieri, pela oportunidade ímpar de ouvir diferentes opiniões sobre meu trabalho vindas de diferentes áreas do conhecimento.

Agradeço à equipe da Biblioteca Brasileira Guita e José Mindlin, da USP, pela paciência e pela simpatia em sempre me atender enquanto pesquisava os livros de Gustavo

Barroso. Agradeço à equipe do *Institut für Zeitgeschichte* de Munique, na Alemanha, sempre solícita e simpática, ao longo de meus cinco meses pesquisando as obras de Gottfried Feder e demais documentos. Agradeço ainda ao professor Magnus Brechtken por aceitar me receber como orientando no *Institut für Zeitgeschichte*.

Agradeço a cada um de meus professores e colegas, seja em minha graduação na UFMG, seja no mestrado na USP, cujos nomes prefiro não mencionar sob o risco de incorrer em omissões imperdoáveis. Agradeço-os pelo companheirismo, pelas conversas (de sala de aula ou de corredor), pelo apoio sempre constante e também pela forma admirável como muitos de vocês me ensinaram, pelo exemplo, a ser um acadêmico melhor.

Agradeço à Peralta, minha cachorrinha, por todas as vezes em que colocava as patinhas nas minhas pernas pedindo carinho com suas orelhas fartas e seu olhar lânguido. Aqueles poucos segundos de intervalo eram o suficiente para me distrair das incertezas e pressões dos meses derradeiros da minha dissertação.

Quero agradecer a cada pessoa que, de uma forma ou de outra, fez parte de minha vida durante minha estadia na cidade de São Paulo: tanto as novas amizades como aquelas já antigas. A cada um que cruzou meu caminho, por longo ou mesmo por um curto tempo. Aos que quiseram ficar e me acompanhar e aos que preferiram se afastar. Pouco ou muito, cada um de vocês contribuiu, a seu modo, para que eu chegasse onde estou.

Por fim, agradeço a você, leitor ou leitora desta obra. Em um cenário onde há cada vez mais pessoas interessadas em escrever e cada vez menos pessoas interessadas em ler, é uma honra saber que meu trabalho despertou o interesse de alguém.

Resumo

LIMA, M. A. P. Em Guarda Contra as Altas Finanças: o Pensamento de Gottfried Feder e Gustavo Barroso em Perspectiva Comparada (1919-1939). Dissertação (Mestrado) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2017.

O presente trabalho propõe comparar os escritos de dois ideólogos pertencentes a dois importantes movimentos políticos do século XX: um do integralismo brasileiro e outro do nacional-socialismo alemão – respectivamente: Gustavo Barroso e Gottfried Feder. Após uma leitura atenta das obras de cada um dos autores, redigidas nos anos 1920 e 1930, compreendemos que o conceito de capital financeiro foi de fundamental importância para que ambos desenvolvessem uma narrativa conspiratória que denunciava um complô judaico de conquista do mundo. Valendo-nos da História Conceitual, percebemos que as obras de Barroso e Feder significaram um momento-chave na história do conceito de capital financeiro, especialmente tendo em vista que ambos escreviam à luz da primeira hegemonia financeira. Entretanto, enquanto Barroso defendia uma luta de caráter universal contra o capital financeiro, Feder achava que tal luta deveria ser protagonizada pelo povo alemão. Ademais, se, por um lado, Barroso conseguiu permanecer como uma figura de proa do movimento integralista até a sua extinção em 1937, Feder, por outro, acabou marginalizado no cenário político após a ascensão nazista ao poder em 1933.

Palavras-chave: integralismo, nazismo, antissemitismo.

Abstract

LIMA, M. A. P. **On guard against the high finances: the Thought of Gottfried Feder and Gustavo Barroso on a Comparative Approach (1919-1939)**. Dissertação (Mestrado) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2017.

This paper aims at comparing the writings of two ideologues who belonged to two important political movements from the 20th century: one from the Brazilian integralism, and the other from German national-socialism – Gustavo Barroso and Gottfried Feder, respectively. After a careful reading of these authors works, written on the 1920'es and 1930'es, we managed to understand that the concept of financial capital was of main importance for both authors to develop a conspiratorial narrative that uncovered a Jewish plot to conquer the world. Based on the Conceptual History, we noticed that the works of Barroso and Feder represented a key moment in the History of the concept of financial capital, especially considering that both of them wrote during the first financial hegemony. However, while Barroso, on the one hand, thought that the struggle against financial capital should be a universal struggle, Feder, on the other, believed that such struggle should have only the German people as its leading actor. Moreover, while Barroso managed to play a major role in the integralist movement until its ending on 1937, Feder ended up marginalized in the Nazi political scenario after the national-socialist seizure of power on 1933.

Keywords: Integralism, Nazism, anti-Semitism.

Lista de siglas

ABL – Academia Brasileira de Letras.

AIB – Ação Integralista Brasileira.

ANL – Aliança Nacional Libertadora.

DAP – Partido dos Trabalhadores Alemães.

MHN – Museu Histórico Nacional.

NSDAP – Partido Nacional-socialista dos Trabalhadores Alemães (Partido Nazista).

PCB – Partido Comunista do Brasil.

PRP – Partido Republicano Paulista.

SA – *Sturmabteilung* (tropas de assalto nazistas).

SEP – Sociedade de Estudos Políticos.

SS – *Schutzstaffel* (guarda pessoal de Hitler).

Sumário

Introdução.....	10
Capítulo 1 – Nacional-socialismo e integralismo: problematizando comparações ...	27
1.1. O Partido Nacional-socialista dos Trabalhadores Alemães	27
1.2. A Ação Integralista Brasileira	35
1.3. Integralismo e fascismos: uma breve revisão bibliográfica	47
1.4. O caráter fascista do integralismo brasileiro: uma discussão necessária	59
Capítulo 2 – Lutando contra as altas finanças	66
2.1. Da “servidão dos juro” à “colônia de banqueiros”: a conspiração e a crise	66
2.2. Do “espírito ariano” ao “espírito bandeirante”: a idade de ouro	90
2.3. “Sacudindo grilhões” e “vestindo a camisa verde”: a luta e a salvação.....	103
Capítulo 3 – Entre urdiduras e tramas	146
3.1. Análise sincrônica e identidade de imaginação.....	146
3.2. Análise diacrônica	185
Considerações finais.....	219
Referências bibliográficas.....	224

Introdução¹

O integralismo é um tema já bastante visitado pela historiografia brasileira. O mesmo pode ser dito a respeito das comparações entre ele e os fascismos europeus (mais precisamente, o fascismo italiano e o nacional-socialismo alemão). A proposta desta dissertação é levar adiante as abordagens comparativas entre estes dois importantes fenômenos políticos do século XX, embora circunscrevendo-a a um escopo mais restrito. Em vez de comparar os movimentos em geral, pretendo comparar os discursos de dois importantes ideólogos desses movimentos: Gottfried Feder (nazista) e Gustavo Barroso (integralista). Mais precisamente: pretendo entender como cada um dos dois autores se apropriou do conceito de capital financeiro para configurar uma narrativa de denúncia do complô e da conspiração judaica. Tendo em vista que a denúncia de uma conspiração judaica era um tema muito anterior a esses dois autores, ao longo de meu trabalho estarei sempre me atentando para a maneira como eles ressignificaram elementos que já existiam no imaginário da época.

Venho pesquisando o movimento integralista desde 2012, sempre demonstrando um interesse especial pela obra de Gustavo Barroso. Em minha monografia de conclusão de curso, explorei como o autor interpretou a ascensão de regimes e movimentos nacionalistas ao redor do mundo no período entre guerras². Entre os ideólogos do integralismo brasileiro, Gustavo Barroso era aquele que mais se aproximava do nacional-socialismo alemão. Apontam nesse sentido seu antissemitismo declarado, bem como os autores dos quais se apropria, entre os quais se acham figuras nazistas ou que contribuíram para a doutrina nazista, a exemplo de Oswald Spengler, Werner Sombart, Carl Schmitt, Houston Stewart Chamberlain, Alfred Rosenberg e Gottfried Feder. Mas foi com a obra deste último que o pensamento integralista de Gustavo Barroso pareceu ter mais pontos em comum, não apenas por causa do antissemitismo, mas também devido aos conceitos, às metáforas e à linguagem inflamada que

¹ O título desta dissertação foi inspirado na obra de Rodrigo Patto: *Em Guarda Contra o “Perigo Vermelho”*: o Anticomunismo no Brasil (1917-1964). São Paulo: Perspectiva, FAPESP, 2002. Se Rodrigo Patto desvendou o mito da conspiração comunista no imaginário brasileiro, nosso objetivo aqui é entender o papel do capital financeiro no forjar de narrativas conspiratórias.

² LIMA, M. A. P. *Ecos da Giovinezza*: Leituras Integralistas da “Primavera Fascista”. Monografia (graduação em História). UFMG, Departamento de História, Belo Horizonte, 2013. 107 p.. Ao longo de minha graduação, também publiquei alguns artigos sobre o tema: LIMA, M. A. P. A vingança do centauro: imperialismo e anti-imperialismo no pensamento integralista de Gustavo Barroso. *Tempos históricos*. EDUNIOESTE, v. 18, no.1, p. 286-319, 2014. _____. Da servidão dos juro à colônia de banqueiros: uma análise dos escritos de Gottfried Feder e Gustavo Barroso. *Temporalidades* (UFMG), v. 5, p. 202-225, 2013. _____. *Ecos da Giovinezza*: leituras integralistas da “primavera fascista”. *Temporalidades* (UFMG), v. 6, p. 140-167, 2014. _____. O integralismo de Gustavo Barroso à luz do modernismo reacionário alemão. *Caderno Universitário de História* (UFRJ), v. 1, p. 11-18, 2013.

ambos adotavam. O ponto forte que unia os dois autores eram os discursos inflamados contra o capital financeiro. Isso sem mencionar que Barroso foi um leitor de Feder, o que me motivou a buscar possíveis apropriações. Assim, desde o início de minhas leituras imaginei que a comparação deveria caminhar justamente no sentido de entender como o conceito de capital financeiro aparece na obra de cada autor. Não por acaso, minha pesquisa, inicialmente pensada para o campo da História Política, acabou se deslocando para a História Econômica.

Fundada em outubro de 1932 e dissolvida em fins de 1937, em razão do Estado Novo, a Ação Integralista Brasileira (AIB) foi um dos mais significativos movimentos fascistas fora da Europa. Na concepção de Alain Touraine (1994: 146), o diálogo entre nacionalismo e modernismo na América Latina tomou as formas mais variadas, vindo a redundar, no Brasil, no “único verdadeiro movimento fascista do continente, o integralismo”. Já Robert Paxton (2007: 45) acredita que “Os movimentos que deliberadamente se denominavam fascistas, ou usavam Mussolini como modelo, existiram em todos os países ocidentais após a Primeira Grande Guerra”, sendo o integralismo brasileiro um deles.

É fundamental ressaltar, entretanto, que o integralismo nunca foi um mero mimetismo de manifestações europeias. Mesmo quando se apropriou de ideias e autores fascistas, o integralismo buscou ressignificá-los de acordo com a realidade brasileira. É o que observa Hégio Trindade, injustamente acusado, como bem demonstrou Rodrigo Santos de Oliveira (2010), de ter interpretado o integralismo como uma cópia de manifestações estrangeiras. Segundo Trindade (1974), apesar de o conteúdo ideológico do integralismo ter bebido muito do fascismo, não podemos considerá-lo uma imitação, já que ele só prosperou porque existiam condições internas favoráveis: a conjugação dos conflitos econômicos, políticos e sociais com a crise ideológica das elites intelectuais brasileiras.

Gustavo Adolfo Luiz Guilherme Dodt da Cunha Barroso (1888-1959) – ou simplesmente Gustavo Barroso – foi um autor de ampla produção bibliográfica. Ao longo de sua vida, escreveu obras abarcando os mais diversos temas, como contos, romances, folclore e obras historiográficas, sobretudo na área de História Militar. Desde jovem, Barroso demonstrava admiração por histórias de guerra e temas correlatos, como a hierarquia, a disciplina, as grandes batalhas e seus grandes heróis. Seu sonho era ser militar. Apesar de ser filho de uma alemã, ele nunca se considerou um alemão, embora achasse que seu gosto pela rigidez e pela disciplina fizesse parte da herança germânica. Sua mãe morreu apenas sete dias após seu nascimento, de modo que ele foi criado pela avó paterna (CARNEIRO, 2002).

Desde 1906, Barroso já escrevia para jornais em Fortaleza, onde nasceu. Ganhou a vida desenhando capas de livros, pintando cenários de teatro, retocando retratos e dando aula no

primário e secundário. Começou também a frequentar rodas literárias e discussões políticas. Em 1910, mudou-se para o Rio de Janeiro a fim de fugir de perseguições políticas decorrentes dos seus artigos no Jornal do Ceará. Na capital federal, já era conhecido por contribuir com diversos artigos na imprensa sob o pseudônimo de João do Norte:

Suas obras falam do passado e, principalmente do Ceará, do caboclo, do sertanejo. Enfatizava, no regional, o caráter nacionalista. No Rio, Barroso escrevia também para o Jornal do Commercio, para as revistas: Fon-Fon; Seleta; Ilustração Brasileira; na A Manhã e no O Cruzeiro (CARNEIRO, 2002: 5).

Luiz Mário Ferreira Costa (2015: 34) observa que “a transferência para o Rio de Janeiro representou a ampliação dos horizontes profissionais do autor, pois trazia na bagagem a herança dos ‘Barrosos’, que ainda mantinham certo prestígio político”. Assim, é possível entender “a rápida ascensão do jornalista, que conseguiu inserir-se no círculo intelectual do início do século e, com isso, desfrutar de vínculos pessoais com literatos como Coelho Neto, um famoso escritor da época e proeminente membro da Academia Brasileira de Letras”.

Foi também no Rio de Janeiro que Barroso concluiu sua formação em Direito, em 1912, ano em que aderiu ao Partido Republicano Federal. Trabalhou como jornalista e como funcionário público em diversos órgãos, elegendo-se deputado federal pelo Ceará em 1915. Em 1916, consegue a aprovação de dois projetos: a criação dos Dragões da Independência e a criação do dia do soldado. Em 1919, no governo de Epitácio Pessoa, atuou como secretário da delegação brasileira na Conferência de Versalhes. Já em 1922, com o amparo de Epitácio Pessoa, fundou o Museu Histórico Nacional (MHN), do qual foi diretor até morrer, salvo uma pequena interrupção no início dos anos 1930. Em 1923, ingressa na Academia Brasileira de Letras (ABL), órgão cuja presidência viria a ocupar nos anos de 1932, 1933, 1949 e 1950.

Gustavo Barroso pode, juntamente com outros três importantes intelectuais de seu tempo (o também integralista Plínio Salgado e os portugueses Alfredo Pimenta e Francisco Rolão Preto), ser elencado na categoria de “intelectual-herói”, já que

cada qual à sua própria maneira utilizou de todos os recursos que dispunham para eternizar os seus feitos, pois o que mais temiam era cair no esquecimento das futuras gerações. Assim, a ânsia de fazerem parte da história nacional de seus respectivos países acabou por deflagrar o comportamento semelhante de se autorretratarem como verdadeiros heróis (COSTA, 2015: 23).

Portanto, a década de 1930 encontrará nosso autor gozando de elevado prestígio intelectual. Em 1933, Barroso filia-se à AIB, na qual também viria a ocupar um cargo de destaque como chefe das milícias integralistas. Em 1935, com a extinção das milícias, o autor foi nomeado chefe da Secretaria Nacional de Educação Moral e Educação Física. Gustavo

Barroso formava, junto com Plínio Salgado e Miguel Reale, a cúpula do movimento integralista, que tinha em Plínio Salgado o chefe nacional. Diferente de Salgado e Reale, destacava-se pelo seu forte antissemitismo, identificando a luta contra o judaísmo internacional como um objetivo do qual nenhum movimento nacionalista poderia prescindir³.

Sua predileção pelos temas militares, seu fascínio com a história nacional, suas denúncias contra conspirações que atormentavam o país e sua busca por reavivar os grandes vultos de nosso passado fizeram com que Barroso ficasse “gravado na memória de inúmeros militantes integralistas como o defensor da história nacional e o vigilante sempre atento às investidas dos inimigos externos”. Lendo seus livros, podemos ver a “imagem de um intelectual proativo, um soldado que lutaria sempre em defesa das tradições e dos heróis nacionais” (COSTA, 2015: 39).

O antissemitismo foi uma poderosa arma em sua disputa com Plínio Salgado pela liderança da AIB, funcionando como elemento aglutinador interno (COSTA, 2009). O nacionalismo de Barroso tinha forte viés econômico e anti-imperialista. Suas obras mais célebres foram *História Secreta do Brasil* e *Brasil, Colônia de Banqueiros*. Em ambas nota-se uma inflamada denúncia de como, ao longo de sua história, o Brasil teria se submetido ao capitalismo internacional por meio de empréstimos a juros extorsivos contraídos com banqueiros judeus (TRINDADE, 1974). Ainda na visão do autor, o comunismo seria apenas o coroamento, isto é, o estágio final dessa tendência iniciada pelo capitalismo. Tanto um como outro fariam parte de um complô judaico para minar a soberania das nações e instituir um governo universal.

Barroso mantinha correspondência com dirigentes nazistas alemães, dos quais recebia propaganda antisemita. Em 1934, Artur Schmidt-Elskop, ministro alemão no Rio de Janeiro, escrevia que Barroso havia lhe solicitado materiais a respeito do nacional-socialismo e de Hitler, pelos quais manifestava grande admiração. Há documentos que sugerem a existência de um conluio entre alguns integralistas e a Alemanha nazista para o fornecimento de armas a fim de que a AIB tomasse o poder – projeto esse recusado por Schmidt-Elskop, dada sua periculosidade (HILTON, 1977: 33, 34). É provável que tenham sido esses contatos os

³ Há quem entenda, no entanto, que Salgado e Reale também eram antissemitas, embora expressassem essa crença de forma diferente de Barroso. Ver, por exemplo: VIEIRA, N. C. D. *Além de Gustavo Barroso: o Antissemitismo na Ação Integralista Brasileira (1932-1937)*. Dissertação (mestrado em História) – Programa de Pós-graduação em História, Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre-RS, 2012; JESUS, C. G. N.. O anticomunismo de Gustavo Barroso como instrumento para um discurso intolerante. In: XXVI SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA, 2011, São Paulo. Anais do XXVI SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2011. v. 1, p. 1-16 P. 4.

responsáveis por colocar Barroso a par das obras de ideólogos nazistas citadas em seus escritos, a exemplo de Gottfried Feder.

Tão combativa quanto a obra de Gustavo Barroso é a obra de Gottfried Feder (1883-1941). Nascido na cidade bávara de Würzburg e tendo recebido sua formação inicial em Ansbach e Munique, Feder foi estudante de engenharia em Berlim e Zurique. Após formar-se, montou sua própria companhia de construção civil. Essa companhia foi especialmente ativa na Bulgária, na construção de prédios oficiais. Sua avó materna era grega e seu cunhado era um dos mais famosos historiadores nazistas: Karl Alexander von Müller. Diz Müller sobre o engenheiro:

O sangue grego nas veias dele e de sua esposa podia ser facilmente reconhecido no primeiro olhar. Ele era um engenheiro-construtor que construiu pontes na Bulgária para uma firma baseada em Munique durante a guerra, e ele poderia ser facilmente lembrado como um jovem Ulisses com seu cabelo preto e encaracolado, com seus olhos claros e altivos, e sua língua pontuda e eloquente. Ele tinha uma mente engenhosa e múltiplos interesses, não tinha medos e possuía uma grande imaginação técnica e um raro talento para estatística. Tudo isso fazia parte do enérgico, autoconfiante e dominante caráter de um antigo estudante da fraternidade (MÜLLER citado por BROMLEY e SCHENK, 2003: 108 – tradução minha).

Arthur Reinhold Herrmann, contemporâneo e amigo de Feder e autor de sua biografia, assim descreve o ambiente na casa onde vivia o autor:

Também sempre voltam à tona as conversas, e independente de onde elas tenham partido, elas sempre voltam à política, especialmente à política financeira. E então o amigável e bem-humorado dono da casa logo se transforma em um pungente e audacioso esgrimista: combativo, orgulhoso, sarcástico, inflexível nas suas convicções. Em suas palavras explícitas inflama-se a paixão do lutador e reformador, que o deixam ficar apenas por pouco tempo em sua custosa residência em meio aos seus: o elevado e tempestuoso campo da política, do qual trataremos a partir daqui (HERRMANN, 1933: 22).

Shirer (1975: 67-68), testemunha ocular da ascensão do nacional-socialismo na Alemanha, resume-se a descrever Feder como um “engenheiro-construtor e maníaco por questões econômicas”. Mesmo Herrmann, autor de uma biografia de Feder que mais parece um panegírico, aponta o fanatismo como um dos traços do autor:

A paixão de Feder não é condicionada por uma doce e romântica empatia por quaisquer casos individuais; todo o pensamento político de Feder é definido por uma revolta fanática contra todas as grandes injustiças vigentes, que se originam do mau uso do poder do dinheiro. Isso dá a Feder um rigor severo e uma inflexibilidade que se expressam evidente e incondicionalmente com toda pungência quando ele se depara com algo que considera pernicioso (HERRMANN, 1933: 83).

Não obstante, “seria incorreto concluir a partir daí que Feder teria um temperamento duro e inamistoso; pelo contrário” (HERRMANN, 1933: 83).

Em 1917, Feder fundou a Liga Alemã de Combate para a Abolição da Escravidão dos Juros, resultado do profundo interesse com que se dedicou aos estudos de política financeira ao longo da Primeira Guerra Mundial. A Liga teve sua primeira exposição pública em Munique em abril de 1919. A relação entre a Liga e o Partido Nacional-socialista dos Trabalhadores Alemães teria sido tão estreita, que a Liga se fundiu com o partido. A principal exigência econômica da Liga, “bem comum acima do bem individual”, transformou-se no cerne do programa nazista (HERRMANN, 1933: 42). Já em 1919, o engenheiro começa a se engajar na política, escrevendo textos que demandavam a nacionalização dos bancos e a abolição dos juros. Naquele mesmo ano, junto com Anton Drexler, Karl Harrer e Dietrich Eckart, funda o Partido dos Trabalhadores Alemães (DAP, na sigla alemã), embrião do Partido Nazista.

Na Alemanha devastada pela Primeira Guerra Mundial, o DAP constituía uma das diversas agremiações políticas que se disseminaram no país, todas em busca de saídas para a crise e o trauma da derrota num conflito de proporções inéditas. Foi em uma reunião desse modesto partido, ministrando uma palestra sobre os efeitos nefastos do capital financeiro sobre o povo alemão, que Feder encontrou-se pela primeira vez com Adolf Hitler, um ex-combatente austríaco que havia lutado ao lado do exército alemão e não se conformava com a derrota do país na guerra. Apesar de nunca ter pensado em ingressar em um partido já existente, preferindo fundar sua própria agremiação, Hitler aceitou o convite de Feder para se juntar ao DAP naquele ano de 1919. Não demoraria muito até que Hitler tomasse as rédeas do DAP, rebatizando-o de Partido Nacional-socialista dos Trabalhadores Alemães (NSDAP, na sigla alemã) e tornando-se sua figura de proa.

Assim, a história de Gottfried Feder após a Primeira Guerra Mundial praticamente se confunde com a história do próprio movimento nacional-socialista. Foi ele, junto com Adolf Hitler e Anton Drexler, o responsável por redigir o programa do partido no começo de 1920. Também foi ele o responsável por formular a doutrina econômica nacional-socialista. Sua doutrina era eivada de um anticapitalismo seletivo, expressando ódio ferrenho aos bancos, aos juros e à busca desenfreada por lucros, mas nunca questionando as relações de propriedade. Para ele, o capitalismo era um problema racial, e não de classe. As crises econômicas e o poder descomunal que os grandes bancos possuíam seriam armas por meio das quais os judeus levariam a cabo seu plano de domínio universal. Figuras como Joseph Goebbels e os irmãos Gregor e Otto Strasser aderiam ao NSDAP atraídos justamente pelo teor anticapitalista do programa redigido por Feder nos anos 1920. Esses elementos compunham a “ala

proletária” do partido, cuja existência gerou embaraços a Hitler quando foi buscar o apoio dos industriais alemães (SHIRER, 1975: 220, 221).

A primeira obra de Feder foi *Das Manifest zur Brechung der Zinsknechtschaft des Geldes* (Manifesto para o Rompimento da Servidão dos Juros do Dinheiro), escrita em novembro de 1918, na esteira da rendição alemã. O manifesto foi lido em dezembro de 1918 em uma reunião da *Thule Gesellschaft* (Sociedade Thula), em Munique. A *Thule Gesellschaft* foi uma organização fundada em fins da Primeira Guerra Mundial para valorizar a história e a cultura do povo alemão.

Após o fracassado *putsch* nazista de novembro de 1923, Feder, que fora multado em cinquenta marcos pela participação no movimento, ficou exilado nos Sudetos, região da Tchecoslováquia de população alemã. Inicialmente, quis retornar à Alemanha, mas foi convencido pelos nazistas dos Sudetos que era melhor ele permanecer na região fazendo propaganda para o movimento. Já no início de 1924, ele consegue fugir para a Alemanha, onde viria a ser eleito deputado no mesmo ano juntamente com outros 31 candidatos do NSDAP (HERRMANN, 1933: 48-53).

Como o fervor anticapitalista de Feder contrariava os interesses do empresariado alemão do qual os nazistas tanto dependiam, o engenheiro bávaro teve uma posição de destaque apenas nos momentos iniciais do movimento. Com a chegada de Adolf Hitler ao poder em 1933, o outrora ativo membro do NSDAP não ocupou postos importantes na hierarquia do Terceiro Reich. Suas ideias passaram a ser consideradas quimeras dentro do próprio partido. Além disso, Hitler via em Feder um potencial competidor na liderança do movimento, abstendo-se, portanto, de conceder-lhe uma posição de destaque. Basta apontar, por exemplo, que Hjalmar Schacht, secretário escolhido por Hitler e que se tornou o grande responsável pela reestruturação econômica alemã nos anos 1930, era um dos maiores opositores de Feder dentro do NSDAP. Após a Noite dos Longos Punhais (1934), dramático episódio de depuração dos quadros nazistas, o engenheiro bávaro distancia-se de vez de Hitler acusando-o de ter traído a “revolução nacional-socialista”.

Em seus discursos para os empresários, Hitler frequentemente omitia os 25 pontos do NSDAP reunidos no programa do partido redigido por Feder (PAXTON, 2007). Se, na tentativa de atrair as massas descontentes, o nacional-socialismo “estava cheio de iscas formadas de palavras-chaves socialistas” (HUBERMAN, 1986: 300), diante dos empresários o teor era bem mais moderado. Aliás, foi justamente essa habilidade em adequar o discurso aos diferentes públicos um dos vários fatores que contribuíram para o sucesso do fascismo italiano e do nacional-socialismo alemão (PAXTON, 2007).

De acordo com Paxton (2007: 98, 102), o estudo do discurso nazista em seus estágios iniciais (dos quais Feder foi um importante representante) pode ser perigoso por superestimar seu teor anticapitalista – teor esse que desvanecia à medida que o nacional-socialismo se aproximava do poder. Na concepção de Eugen Weber, porém, isso não invalidaria nosso estudo:

Sustenta-se que a doutrina nacional-socialista não é importante, pois Hitler subiu ao poder a despeito dela e, uma vez no poder, não a aplicou (...). Esse tipo de argumento não nos impede de estudar as doutrinas marxista ou leninista, embora a revolução bolchevique de 1917 tenha ido de encontro às teorias então existentes, e embora a prática bolchevista desde então tenha se conformado a ela apenas em parte (WEBER, 1964: 10 – tradução minha).

Dessa maneira, “Não se pode banir as ideias do estudo do fascismo, embora seja possível situá-las de forma precisa no contexto da totalidade dos fatores que influenciam esse complexo fenômeno”. Trata-se, assim, de evitar dois extremos: “o fascismo não consistia nem da aplicação direta de seu programa nem de oportunismo desmedido” (PAXTON, 2007: 359).

O objetivo primário deste trabalho consiste em *abordar, de forma comparada, como o conceito de capital financeiro aparece nas obras políticas de dois importantes ideólogos de dois movimentos fascistas – Gottfried Feder, do nacional-socialismo alemão, e Gustavo Barroso, do integralismo brasileiro –, bem como aqueles elementos que, na concepção de nossos autores, derivariam desse capital financeiro: a acumulação desenfreada de riquezas, a adoração compulsiva por bens materiais – o chamado “mamonismo” – e o lucro sem trabalho*. Como eu já esperava desde o início de minhas leituras, ao perseguir o capital financeiro nos trabalhos de ambos os autores, fui inevitavelmente conduzido à questão judaica. A temática do capital financeiro no pensamento dos dois autores é fortemente associada ao antissemitismo, de maneira que minha comparação também será uma comparação entre o antissemitismo de cada autor, *esforçando-me por compreender como o conceito de capital financeiro foi apropriado por eles no sentido de construir uma imagem depreciativa do judeu*. Esse objetivo é importante porque nos permite averiguar semelhanças e diferenças entre os medos, angústias e sentimentos que mobilizaram os discursos nos dois lados do Atlântico.

Também me empenharei em *entender, de forma comparada, como esses ataques ajudaram a configurar os imaginários nazista e integralista*. Com isso, será possível compreender até que ponto essas obras foram aceitas por seus correligionários e até que ponto elas suscitaram conflitos no seio de seus respectivos movimentos e também em seus respectivos países como um todo.

Buscarei ainda *compreender, a partir da análise do funcionamento e das características do capitalismo financeiro, os motivos pelos quais a forma $D - D'$, “inversão e materialização das relações de produção elevadas à potência máxima”, “mistificação capitalista em sua forma mais brutal” (MARX citado por CHESNAIS, 2010: 121), causou tamanha impressão sobre as mentes desses dois autores.*

Utilizarei como fontes para minha comparação as obras integralistas de Gustavo Barroso e os escritos nazistas de Gottfried Feder. A escolha de quais seriam os livros integralistas de Barroso baseou-se nas obras arroladas por Souza (1982: 99), que contêm apenas trabalhos de nítido caráter de promoção e divulgação da doutrina integralista. Acrescentei também os três volumes de *História Secreta do Brasil*. Apesar de não possuírem um caráter propagandístico nítido, esses volumes trazem elementos bastante valiosos para a nossa comparação. Diferente de Barroso, Feder teve uma produção bem mais modesta, resumindo-se quase exclusivamente a obras políticas.

As fontes que selecionei foram publicadas nos anos 1920 e 1930, período que funcionará como marco temporal dessa pesquisa. Essas duas décadas que compreendem o entre guerras consistiram em um momento de efervescência de movimentos fascistas ou de inspiração fascista não apenas na Europa, mas também em alguns lugares da América Latina. O estudo dos ideólogos desses movimentos se mostra de suma importância, dado que os intelectuais fascistas “ajudaram a pôr em marcha uma transformação emocional de dimensões sísmicas, na qual a esquerda deixava de ser o único recurso para os ofendidos e para aqueles inebriados por sonhos de mudança” (PAXTON, 2007: 42).

Minha hipótese é a de que a obra de cada autor teria representado um clamor pela moralização econômica. O judeu teria figurado, nos escritos de Feder e Barroso, como o responsável por substituir a economia medieval, supostamente preocupada em sanar as necessidades da população, pela economia capitalista fria e impessoal, ávida pela geração de lucros e responsável por instigar tensões sociais que culminariam no comunismo. Os dois autores teriam atacado a especulação e a produção para troca com vistas ao lucro, ao mesmo tempo em que defenderiam a produção para uso e as virtudes empresariais características das médias e pequenas empresas. Entretanto, nenhum dos dois autores teria como objetivo recuperar uma pré-modernidade perdida, mas sim harmonizar elementos constitutivos da modernidade (industrialização, Estado moderno, partido único, mobilização das massas e imperialismo) com uma economia moralizada.

Também trabalharei com a hipótese de que Feder seria tributário do modernismo reacionário alemão, permeado pela xenofobia, pretensão a uma superioridade e pureza raciais

e determinismo racial (HERF, 1993), ao passo que a especificidade das obras de Barroso residiria no fato de elas serem herdeiras do legado de duas manifestações: por um lado, a Semana de Arte Moderna de 1922, marcada pela conciliação entre romantismo e iluminismo, arcaico e moderno, nacionalismo e internacionalismo (RIDENTI, 2000); e, por outro, a literatura católico-conservadora e nacionalista da Primeira República. Não por acaso, Barroso teria conclamado à união de todas as nações contra o judeu, ao passo que Feder chamaria apenas os alemães à luta. E não por acaso também, a defesa que Barroso fazia da nação seria indissociável da defesa da religião católica, ao passo que no discurso de Feder a defesa da nação estaria atrelada à defesa da raça.

Perguntar-se-ia, de início, o que me levou a eleger justo o nacional-socialismo alemão como base para a comparação com o integralismo, especialmente considerando que havia outros movimentos fascistas no período. Igualmente pertinente seria a pergunta acerca da escolha dos autores: por que justo Gustavo Barroso e Gottfried Feder?

Em relação ao primeiro ponto (a escolha do nacional-socialismo), é inegável que minha experiência de graduação como intercambista na Alemanha contribuiu bastante. Ademais, de todos os movimentos fascistas europeus, o nacional-socialismo foi aquele que contrastou de forma mais notável com o integralismo brasileiro. Movimentos como o integralismo ou o nacional-sindicalismo lusitanos, a Falange Espanhola ou mesmo o fascismo italiano fazem parte do universo mediterrâneo ocidental, majoritariamente católico e latino e, portanto, culturalmente muito próximo do Brasil. Outra é a situação quando lidamos com um movimento político de “além-Pirineus”, de um país com tradições culturais tão distantes das brasileiras. Javier Fernandez Sebastián, ao justificar sua opção por comparar os conceitos espanhóis com conceitos alemães, observa que a distância cultural entre Espanha e Alemanha é uma das maiores – talvez a maior – da Europa Ocidental. As seguintes observações que o autor faz sobre a Espanha são ainda mais válidas para o Brasil:

Enquanto o mundo ibérico representa uma cultura mediterrânea, latina e católica, que nos últimos séculos se manteve relativamente atrasada em relação ao núcleo de vanguarda da modernidade europeia [França, Alemanha e Reino Unido], o mundo cultural germânico, de forte matriz protestante, abriga uma tradição teórica que se estendeu por uma ampla área centro-europeia (SEBASTIÁN, 2007: 93).

Sendo assim, acreditamos que a comparação de um autor integralista brasileiro com um autor do nacional-socialismo alemão traz consigo uma série de desafios instigantes que uma eventual comparação com autores de movimentos mediterrâneos, por mais que seja igualmente pertinente, não poderia trazer. Nas palavras de Bloch, é preciso duas condições “para que haja, historicamente falando, comparação: uma certa semelhança entre os factos

observados – o que é evidente – e uma certa dessemelhança entre os meios onde tiveram lugar” (BLOCH, 1998A: 121). Interpretando Bloch, Fernando J. Devoto (2004: 233) avalia que uma comparação frutífera nasce da combinação entre a similaridade nos feitos observados e a dessemelhança nos ambientes em que eles se davam. É nesse sentido que pensamos que a comparação entre Feder e Barroso pode ser bastante produtiva, pois trata de autores oriundos de contextos distintos, porém exprimindo discursos bastante similares⁴.

Não estou, em momento algum, afirmando que a comparação com o nacional-socialismo é a única nem mesmo a melhor comparação a ser estabelecida com o integralismo. Estou apenas justificando que essa é uma possibilidade entre várias outras. Uma comparação dos escritos integralistas com os escritos fascistas italianos, da *Action Française*, do integralismo lusitano⁵ e até dos movimentos fascistas no Leste Europeu – para citar apenas alguns exemplos – seria tão pertinente quando a minha.

Quanto ao segundo questionamento (por que justo Feder e Barroso?), respondo que, em minhas leituras acerca da ascensão dos fascismos no continente europeu, pude perceber que tais movimentos, pelo menos nos seus estágios iniciais, se insurgiam contra o capital financeiro, de modo que este último desempenhou importante papel na configuração de seus discursos. Como bem aponta Girardet (1987), o controle do sistema bancário foi identificado, por diversas narrativas empenhadas em denunciar conspirações, como um dos principais mecanismos do complô em questão, junto com o controle da imprensa, a corrupção e a degradação das tradições. Tendo em vista que meu objetivo é comparar como cada autor trabalhava com o conceito de capital financeiro, a escolha de Gottfried Feder e Gustavo Barroso se deu em função do papel que a temática econômica ocupava nas obras de cada autor em comparação com as obras de seus correligionários.

Gottfried Feder foi o principal responsável pela elaboração da doutrina econômica nacional-socialista, tendo figurado como personagem-chave do NSDAP no período pré-1933. Franz Neumann, escrevendo nos anos finais da Segunda Guerra Mundial, afirma que os anos 1920 marcaram o ápice do prestígio do engenheiro no movimento nacional-socialista. Em 1926, por exemplo, o programa por ele redigido foi declarado por Hitler inalterável. Seu livro

⁴ Referindo-se ao conceito de “História” na América Latina nos séculos XVIII e XIX, Guillermo Zermeño Padilla faz uma observação que é igualmente pertinente para legitimar nossa escolha: “(...) en vistas al examen de los diversos procesos examinados sobre la evolución del concepto Historia en Iberoamérica, lo más significativo será poder mostrar, de un lado las semejanzas (que pueden expresarse en un vocabulario compartido), y, del otro, las posibles diferencias que permitirán especificar la singularidad de cada experiencia. Ese ser distinto dentro de lo semejante, sería lo decisivo en esta investigación compartida” (PADILLA, citado por PIMENTA, 2008: 59-60).

⁵ Ver, por exemplo: CAZETTA, F. A.. Integralismos: exame das teorias políticas do Integralismo Lusitano e a Ação Integralista Brasileira. *Temporalidades*, v. 5, p. 41-60, 2013.

Der deutsche Staat auf Nationaler und Sozialer Grundlage (O Estado Alemão e seus fundamentos Nacionais e Sociais) foi considerado pelo *Führer* o catecismo do movimento (NEUMANN, 1966).

A obra integralista de Barroso, por sua vez, é conhecida pela agressividade com que trata do capital financeiro, especialmente dos banqueiros estrangeiros com os quais o Brasil teria se endividado desde a Independência. Uma de suas obras integralistas de maior sucesso foi *Brasil, Colônia de Banqueiros*, na qual tal agressividade é patente. *Brasil, Colônia de Banqueiros* foi o livro integralista com maior número de edições até 1935 (quatro), superando o próprio chefe nacional Plínio Salgado (CAVALARI, 1999: 119).

Portanto, tanto Feder como Barroso constituem referências importantes se quisermos compreender como o nacional-socialismo em seus estágios iniciais e o integralismo lidavam com a questão econômica.

Além disso, tendo em vista que, diferente do nacional-socialismo, o integralismo nunca chegou a se constituir em um regime político, achei pertinente que a comparação abarcasse, no lado alemão, um autor que, como Feder, tivesse sido fundamental durante o *movimento* nacional-socialista, isto é, antes que ele atingisse o poder. Isso porque, conforme deixarei claro no capítulo 1, a comparação entre dois *movimentos* fascistas é algo mais viável do que a comparação entre um *movimento* fascista e um *regime* fascista. Entendo que, uma vez conquistado o poder, operaram-se uma série de transformações dentro do nacional-socialismo que poderiam tornar minha comparação problemática.

Para além do fato de Feder e Barroso serem antissemitas, ligados a movimentos fascistas, escreverem em um mesmo momento histórico (o entre guerras) e buscarem respostas para problemas similares (a crise do liberalismo e a ameaça comunista), temos, nos dois lados, o clamor pela moralização econômica. Para ambos os autores, a economia teria sido desvirtuada pela ação do judeu, que, inaugurando a modernidade, introduzira o capitalismo e o marxismo, minando a harmonia medieval e iniciando um período de exploração de classes e tensões sociais. Assim, é cara aos dois autores a denúncia do “mamonismo”, entendido como “a atitude e o comportamento humanos pelos quais a posse permanente de um montante de bens materiais superior àquele possuído por outros sujeitos sociais é tida como o sinal ou símbolo cabal do prestígio humano” (MACDONALD, 2000: 2). Tanto ao integralista como ao nazista são caras também as denúncias de uma conspiração judaica mundial que, por meio dos juros, do capital especulativo, dos bancos, de ideias desagregadoras (liberalismo e comunismo) e de instituições supraestatais (mídia, maçonaria e grandes corporações financeiras) estaria minando a soberania e a integridade das nações.

É a partir desses fatores que afirmo a pertinência de se comparar os autores escolhidos.

Defendo ainda a pertinência de se usar o capital financeiro como chave de leitura para as obras desses autores. As principais narrativas antissemitas associam a figura do judeu não apenas ao comunismo, mas também às altas finanças. Como bem observa Maria Luiza Tucci Carneiro, o antissemita, tanto no Brasil como na Europa, vê no judeu a personificação do lado negativo da modernidade, convertendo-o num Outro, no “estranho” e perigoso:

Daí o capitalismo especulativo ser um solo fértil para as manifestações antissemitas de fundamentação econômica, insuflando *pogroms*, como aconteceu no Brasil (Amazônia) em 1901. Aliás, a correlação judeu-explorador/dinheiro é secular, estando profundamente arraigada na memória coletiva, tanto do homem europeu como do americano. Se recuperarmos a literatura antissemita que circulou na Europa e nas Américas desde o final do século XIX, constataremos que à imagem do judeu parasita e capitalista somou-se a imagem de grupo destituído de território e governo próprios, que reforçou o conceito de judeu errante e, posteriormente, de apátrida (CARNEIRO, 2007: 15).

No caso específico de Barroso, podemos observar que seus escritos falam “da ruína de um tempo e de um espaço, de uma nação”:

Espaço atravessado cada vez mais pelo anonimato do capital controlado pelo banqueiro judeu, que não tem religião, que destrói todos os símbolos de um passado de glórias e de poder, inimigo que nunca se apresenta diretamente, mas que age por trás do dinheiro, inimigo que não apresenta um rosto só, mas que se camufla com máscaras (...) que agora ele já descortinava (DANTAS, 2015: 186, 187).

Poder-se-ia argumentar que é inadequado usar o capital financeiro como fio condutor de minha análise, afinal de contas, como conduzir uma comparação baseando-se justamente naquilo que os autores rejeitam? Entretanto, a denúncia do capitalismo financeiro e dos males a ele associados é um aspecto fundamental para compreendermos como cada autor contribuiu para o imaginário de seu tempo. Tal denúncia também constitui uma importante superfície de contato entre as obras de Feder e Barroso. Foi ela, afinal, que me inspirou a desenvolver o presente trabalho. Por fim, ressalto que a proposta de cada autor pode sim ser analisada à luz daquilo que ele negava, tendo em vista que “A ordem que o Outro [o inimigo] é acusado de querer instaurar” é apenas “o valor antitético daquela que se deseja por si próprio estabelecer” (GIRARDET, 1987: 62).

Argumentar-se-ia também que a temática do antissemitismo seria mais pertinente para conduzir minha comparação do que a do capital financeiro. Porém, como veremos mais adiante, nem a primeira obra de Feder (1919) nem a primeira obra integralista de Barroso (1933) possuíam caráter antissemita, embora já trouxessem ataques ao capital financeiro. Isso nos mostra que o tema do capital financeiro nas obras de ambos os autores foi, no mínimo, tão

importante quanto o do antissemitismo⁶. Cytrynowicz (1992: 9) afirma que o antissemitismo é o tema primordial dos escritos integralistas de Barroso, em torno do qual os demais temas orbitam. Porém, concentrarmos-nos nos temas que orbitam ao redor da questão judaica não tira a legitimidade de nossa pesquisa nem a torna menos relevante – desde que nossa análise não descuide, é claro, da questão fundamental, que é o antissemitismo⁷.

O conceito de capital financeiro também é pertinente para minha comparação porque o capitalismo financeiro, especialmente no momento em que os autores escreveram, possuía dimensões que ultrapassavam as fronteiras nacionais. Dessa forma, nas palavras de João Paulo Garrido Pimenta:

Estudar conceitos, tomados historicamente como parâmetros dinâmicos de reprodução da vida social e como portadores de densos conteúdos relacionados a formas de representação e transformação do mundo, pode implicar, em alguma medida, *comparar conceitos*. Sobretudo quando estes se relacionam com contextos históricos amplos e abrangentes, não redutíveis a fronteiras nacionais – nenhuma história pretensamente “nacional” em realidade o é – ou a outras formas de limitação e isolamento (PIMENTA, 2008: 57).

Aqui é pertinente fazer uma nova ressalva para enfatizar que a comparação entre Feder e Barroso é apenas uma entre muitas outras possíveis, não necessariamente a melhor nem a mais elucidativa. O mesmo pode ser dito acerca da escolha do conceito de capital financeiro como fio condutor dessa comparação.

Essa pesquisa se insere no campo da História Econômica por se empenhar em analisar as representações do capital financeiro nas obras de dois autores. Além disso, essa pesquisa vem propor o uso da noção de “imaginário” no estudo da História Econômica, fomentando assim o diálogo entre dois campos que nem sempre dialogam: a História Econômica e a História Cultural.

Cornelius Castoriadis entende o imaginário como “alguma coisa ‘inventada’ – quer se trate de uma invenção ‘absoluta’ (...) ou de um deslizamento, de um deslocamento de sentido, onde os símbolos já disponíveis são investidos de outras significações que não suas significações ‘normais’ ou ‘canônicas’” (CASTORIADIS, 2007: 154). O imaginário – é importante ressaltar – envolve intensas disputas e conflitos entre diferentes forças (ESPIG, 2004), tendo a economia funcionado como um dos muitos temas em torno dos quais giravam

⁶ Feder chega a considerar que romper com a servidão dos juros significaria a solução da questão judaica e da questão social (FEDER, 1932: 20, 31).

⁷ Um exemplo de trabalho sobre o pensamento integralista barrosiano que não toma o antissemitismo como foco da pesquisa é a dissertação de Luiz Mário Ferreira Costa, que se preocupa com as narrativas anti-maçônicas em *História Secreta do Brasil*: COSTA, L. M. F. *Maçonaria e Anti-maçonaria: uma análise da História Secreta do Brasil de Gustavo Barroso*. Dissertação de mestrado em História – Programa de Pós-graduação em História, Universidade Federal de Juiz de Fora, Juiz de Fora-MG, 2009.

tais embates. Tendo em vista que o imaginário consiste na “criação (...) de figuras/formas/imagens, a partir das quais somente é possível falar-se de ‘alguma coisa’” e que “tudo o que se nos apresenta, no mundo social-histórico, está indissociavelmente entrelaçado com o simbólico” (CASTORIADIS, 1982: 13, 142), é perfeitamente coerente pensar que a economia também é impossível fora de uma rede simbólica: “Uma organização dada da economia, um sistema de direito, um poder instituído, uma religião existem socialmente como sistemas simbólicos sancionados” (CASTORIADIS, 1982: 142).

Castoriadis deixa claro que os atos reais e os produtos materiais de uma sociedade não se esgotam nesses sistemas simbólicos. De forma análoga, Koselleck (2006B) defende que cada conceito tem sua própria história, que não é idêntica à história de sua manifestação extralinguística. Entretanto, ao mesmo tempo é impossível entender a manifestação extralinguística desse conceito sem entender a história do conceito. A história do capital financeiro, por exemplo, não é idêntica à história do conceito de capital financeiro, mas ficaria incompleta sem ela. Por isso a importância de se aplicar a História dos Conceitos também à História Econômica.

Assim como todas as narrativas antisemitas, o discurso de nossos autores não deve ser interpretado como “uma resposta a qualquer avaliação objetiva da ação judaica, ainda que características reais dos judeus e aspectos de conflitos realistas estejam incorporados à litanias antisemita” (GOLDHAGEN, 1997: 49). Dessa forma, não é meu objetivo aqui fazer uma análise da realidade econômica de Brasil e Alemanha durante o período em questão (ainda que, vez ou outra, seja necessário remeter a essa realidade para melhor entender o contexto em que nossos autores se situavam), mas sim analisar e entender, de forma comparada, como cada autor construiu seus argumentos. A interpretação que Feder e Barroso fazem do capitalismo financeiro como parte de uma conspiração judaica se apropria de símbolos, opiniões e valores há muito existentes no imaginário ocidental.

É possível identificar ao menos três aspectos que apontam para a relevância desta pesquisa.

Primeiramente, ela trabalha com o papel da economia no imaginário, fomentando diálogos entre a História Econômica e a História Cultural. A intensificação dos encontros entre História e Ciências Sociais nos anos 1970 presenteou os historiadores com novos temas e abordagens dos quais a História Econômica pode usufruir. A partir da *nouvelle histoire*, “Um vasto leque de opções emerge da antropologia cultural e política: o estudo das crenças populares; dos gestos cotidianos, expressão de uma representação do mundo; a cultura de elite

e a cultura popular, as ideias políticas e os mitos” (ARRUDA, 2008: 14), sendo estas duas últimas opções – ideias políticas e mitos – especialmente caras aos propósitos dessa pesquisa.

Comentando o posicionamento da História Econômica dentro da *nouvelle histoire*, José Jobson A. Arruda (2008: 21) afirma que “Seria indiferente se o historiador partisse das bases materiais ou do universo simbólico, desde que o universal pudesse ser surpreendido no singular, e vice-versa”. Guiado por essa singela, porém valiosa observação, pautarei minha investigação no sentido de averiguar como os autores se apropriaram do conceito de capital financeiro, isto é, do universo simbólico, quais os desdobramentos dessa apropriação sobre as “bases materiais” e em que medida as “bases materiais” de cada autor contribuíram para essa apropriação.

Mas mais do que um diálogo entre História Econômica e História Cultural, o que mais me fascinou ao longo da produção desse trabalho foi a possibilidade de estabelecer diálogos entre a História Econômica e as narrativas míticas. Minhas leituras de Feder e Barroso, aliadas às leituras que fiz de Girardet, me mostraram que a Economia tinha um papel fundamental na construção dos mitos políticos. Considerando que o mito político pode exercer “uma função explicativa, fornecendo certo número de chaves para a compreensão do presente”, e que a efervescência mitológica frequentemente correspondeu a momentos de crises, transformações e rupturas (GIRARDET, 1987: 13), é pertinente perguntarmos de que maneira as transformações econômicas foram interpretadas por tais mitos, permitindo-nos assim falar também em *mitos econômicos* ou, pelo menos, na temática econômica dentro dos mitos políticos.

Um segundo fator que aponta para a importância desse trabalho é sua preocupação em empreender uma análise comparativa de conceitos a nível transnacional. A comparação entre os conceitos dos vocabulários nazista e integralista se encaixa naquilo que o professor Melvin Richter valorizou como uma importante missão da História dos Conceitos:

Assim, pode ser que, no futuro, o GG [*Geschichtliche Grundbegriffe*] seja visto como a obra que tornou possível um objeto inteiramente novo de investigação: a história comparativa dos conceitos políticos e sociais, na Europa e além dela. Sem o precedente do GG, qualquer uma dessas comparações teria sido inconcebível (...) (RICHTER, 2006: 53).

O filão representado por uma história comparada de conceitos em diferentes países também foi percebido pela História Conceitual holandesa. Segundo o professor Wyger R. E. Velema, essa foi a preocupação que mais mexeu com os pesquisadores de seu país:

Embora os primeiros volumes da série da história conceitual holandesa tenham sido calorosamente acolhidos pela crítica, alguns comentadores apontaram para a necessidade de explorar e desenvolver as dimensões internacionais e comparadas da história conceitual holandesa. Esta afirmação é inteiramente justificada e pode ser estendida de modo a incluir outros projetos de história conceitual existentes, pois todos tendem a escrever a história dos conceitos principalmente no contexto nacional (VELEMA, 2007: 87).

Por fim, esse trabalho também inova ao utilizar como fontes as obras de militantes desses movimentos. Assim, espero que minha pesquisa possa fomentar outros trabalhos empenhados em analisar, de forma comparada, os discursos dos diferentes movimentos e regimes fascistas ao redor do mundo. A comparação entre o discurso de um autor integralista e o discurso de um autor nazista, além de inédita, poderá ajudar a aprofundar e a relativizar as análises comparativas já feitas até o momento, trazendo novas informações, suscitando novas reflexões e novos questionamentos:

El estudio de esos vínculos transnacionales entre los regímenes fascistas constituidos (Italia y Alemania) y los movimientos y partidos fascistas en los más diversos países es un campo promisorio para la renovación de los estudios sobre el fascismo (BERTONHA e BOHOSLAVSKY, 2016: 14).

No primeiro capítulo da dissertação (**Nacional-socialismo e integralismo: problematizando comparações**), tratarei de uma breve contextualização acerca do surgimento do nacional-socialismo na Alemanha e do integralismo no Brasil. Meu objetivo é explicar como esses movimentos surgiram, o que defendiam, como se desenvolveram e que condições possibilitaram o seu desenvolvimento. Também no capítulo 1 farei uma revisão bibliográfica sobre diferentes interpretações comparativas entre o integralismo e os fascismos europeus, além de justificar os motivos pelos quais estou considerando o integralismo um movimento fascista (tema esse ainda envolto em polêmica).

No segundo e terceiro capítulos (**Lutando contra as altas finanças e Entre urdiduras e tramas**), parto para a análise de minhas fontes principais. Neles, desenvolvi a comparação entre os escritos dos dois autores que me propus a estudar. Tal comparação se desenrolou em quatro grandes eixos: a conspiração (isto é: como cada autor enxergava a atuação do capital financeiro no complô judaico de dominação universal); a idade de ouro (qual era o período histórico que, segundo os autores, teria representado o modelo ideal de economia a ser seguido); a luta contra a conspiração (como cada autor defendia que o capital financeiro precisava ser combatido); e, por fim, a recepção de suas obras em seu tempo, bem como os diálogos que elas estabeleceram com demais obras que lhe eram contemporâneas.

Os três primeiros eixos fazem parte do capítulo 2. O quarto eixo, dada sua complexidade, compõe um capítulo à parte no capítulo 3.

Capítulo 1 – Nacional-socialismo e integralismo: problematizando comparações

Ao tratarmos do pensamento de um autor, frequentemente nos colocamos diante de um impasse entre o singular e o universal. Isso porque nosso estudo não se esgota (ou ao menos não deveria se esgotar) na obra do dito autor, devendo sempre preocupar-se em ir além. Comentando a posição do marxismo diante do estudo da singularidade, Lukács observa que Engels

não nega absolutamente a possibilidade e a necessidade de que o historiador analise e conheça os traços puramente pessoais de Napoleão ou de Cromwell (o singular). Ele indica, porém, que tais traços só podem ser cientificamente compreendidos quando (...) é delineado o espaço histórico no qual o que é especificamente pessoal (o singular) pode se tornar concretamente eficaz (LUKÁCS, 1978: 108-109).

Compreendamos primeiramente, portanto, o que tornou possível a existência de uma figura como Gottfried Feder na Alemanha e Gustavo Barroso no Brasil do entre guerras, bem como de suas obras. Para tanto, é fundamental que tracemos um breve histórico dos movimentos políticos aos quais eles pertenciam: o Partido Nacional-Socialista dos Trabalhadores Alemães e a Ação Integralista Brasileira.

1.1. O Partido Nacional-socialista dos Trabalhadores Alemães

O Partido dos Trabalhadores Alemães da Áustria (DAP austríaco), fundado em 1904, é considerado por Ernst Nolte o principal antecessor do Partido Nacional-Socialista dos Trabalhadores Alemães. Nolte atribui o surgimento do DAP austríaco a um equívoco recorrente entre os marxistas de então: o de ignorar a heterogeneidade do proletariado. Seu socialismo (que, para Marx, se encaixaria na categoria de “pequeno-burguês”) fundamentava-se na crítica à injustiça dos métodos de produção capitalista, exigia a distribuição dos frutos do trabalho entre os trabalhadores, propugnava o retorno às guildas (associações de profissionais) e aos direitos agrários da Idade Média (NOLTE, 1966: 297).

Apesar de sua origem austríaca e de seus anos vivendo em Viena, Hitler não menciona o DAP austríaco no *Mein Kampf*. Por outro lado, outras duas importantes figuras da cena política austríaca foram fundamentais para sua formação política: Georg Von Schönerer, do Partido Pan Germanista austríaco, e o prefeito de Viena Karl Lueger, líder do Partido Popular Social Cristão. Assim, o pensamento de Hitler pode ser considerado uma síntese de Schönerer e Lueger, ou, mais precisamente, uma síntese entre “a verdade nacionalista alemã e o desejo de massa da pequena-burguesia ameaçada” (NOLTE, 1966: 298).

O Partido dos Trabalhadores Alemães (DAP) da Alemanha foi o precursor direto do NSDAP. Suas origens remontam ao Comitê dos Trabalhadores Livres para uma Boa Paz, entidade fundada por Anton Drexler em março de 1918. Criado oficialmente em janeiro de 1919, na esteira dos acontecimentos que se seguiram à derrota alemã na Primeira Guerra Mundial, o DAP era originalmente associado à Sociedade Thule (*Thule Gesellschaft*), organização racial-nacionalista criada em Munique em 1918 com o objetivo de pesquisar e valorizar as tradições culturais germânicas (NOLTE, 1966: 317) e cujos membros viriam a ser importantes figuras do movimento nacional-socialista.

O discurso do DAP tinha um importante apelo no sentido de dotar o nacionalismo alemão de uma preocupação com as classes menos favorecidas. Tal apelo atraiu nomes como Dietrich Eckart, Ernst Röhm e Gottfried Feder para o partido – nomes esses que, aliados ao de Erich Ludendorff, seriam fundamentais para a formação de Adolf Hitler, a ponto de Nolte considerá-los “mestres” do futuro líder. A palestra de Gottfried Feder sobre os males do capital financeiro, ministrada no dia 12 de setembro de 1919 na sede do DAP, em Munique, foi fator de fundamental importância no sentido de motivar o ingresso de Hitler na agremiação. O mote de Feder – o rompimento da servidão dos juros – faria o futuro *Führer* acreditar que estava apto a conhecer o marxismo a nível teórico (NOLTE, 1966: 317, 324).

Durante a referida palestra, Hitler, enviado do Exército para espionar as organizações políticas extremistas que pululavam na Alemanha do pós-guerra, enfureceu-se quando um dos membros da plateia pediu a palavra para defender a anexação da Bavária à Áustria como solução para a crise que assolava o país. Os argumentos do ex-combatente da Primeira Guerra deixaram Anton Drexler impressionado, levando-o a convidá-lo para se juntar ao partido, o que foi aceito por Hitler após alguma hesitação. Em princípios de 1920, já sob a égide de Hitler, o partido foi rebatizado como Partido Nacional-Socialista dos Trabalhadores Alemães. Em julho de 1921, Hitler adquire poderes ditatoriais dentro da organização.

Desde o início, o partido nunca escondeu seus objetivos. Conforme veremos ao longo de nosso trabalho, a obra de Feder encarnava-os a todo o momento: “desde o início o partido nazista esteve devotado à destruição da democracia de Weimar, à revisão do Tratado de Versalhes, ao revanchismo, antibolchevismo, militarismo e, de forma especial e implacável, ao antissemitismo”. Aos judeus eram atribuídas todas as desgraças que se abatiam sobre a Alemanha, “incluindo a derrota na guerra, a extirpação do poder alemão pela imposição da democracia, a ameaça representada pelo bolchevismo, as descontinuidades e desorientações da modernidade e mais” (GOLDHAGEN, 1997: 97).

Raros eram os comícios nazistas que não terminavam em pancadaria. A fim de garantir a segurança dessas demonstrações, foi formada a *Sturmabteilung*, ou tropa de assalto (SA), sob a liderança do capitão Ernst Röhm, que abandonara o Exército e trouxera consigo vários militares. Dois anos mais tarde, em 1923, um grupo de elite das SA deu origem à *Schutzstaffel* (SS), que formaria a guarda pessoal de Hitler. Em 1929, a liderança das SS foi transferida para Heinrich Himmler. Em 1934, com os nazistas já no poder, Hitler manda dissolver as SA e ordena feroz perseguição de seus membros, pois temia que a lealdade deles fosse devotada muito mais a Röhm do que a si próprio.

Explorando a humilhação da derrota alemã na Primeira Guerra Mundial, denunciando as imposições do Tratado de Versalhes e acusando a República de Weimar de ser conivente com as potências vencedoras que estariam atentando contra a soberania alemã, Hitler ganhava cada vez mais destaque na Alemanha dos anos 1920, assolada pela crise econômica e pela instabilidade política. Seu alcance inicial, contudo, era mais significativo apenas na Bavária, especialmente em Munique, tendo o NSDAP sido proibido em diversos outros estados. Embora inicialmente o nacional-socialismo fosse apenas um entre vários grupos políticos nacionalistas, o sucesso do primeiro congresso do partido em janeiro de 1923 foi de suma importância para projetar o movimento (BRACHER, 1991)⁸.

O putsch da cervejaria de Munique, em novembro de 1923, ocorreu na esteira de intensa radicalização e em meio a rumores de golpes tanto à direita como à esquerda. Cada qual denunciava, a seu modo, o governo da República de Weimar instalado em novembro de 1918. Após alguns desencontros entre Hitler e as lideranças dos demais movimentos nacionalistas radicais (como os monarquistas Otto von Lossow e Gustav Ritter von Kahr), surge, no dia oito de novembro, a oportunidade que a direita tanto almejava para lançar um golpe contra aquele regime que considerava ilegítimo, fruto das maquinações judaicas e comunistas para submeter os alemães à vontade das potências vencedoras. O putsch de Munique era dirigido contra o governo da Bavária, acusado de estar mancomunado com o regime da “punhalada nas costas”⁹.

Na noite de 8 de novembro de 1923, Hitler e sua comitiva invadiram uma reunião de oficiais, lideranças militares e intelectuais em apoio a Kahr na *Bürgerbräu*, uma cervejaria de Munique. Hitler anunciou que a revolução nacional estava começando e declarou que o governo bávaro estava destituído. O cultuado general Erich Ludendorff, importante liderança

⁸ Sobre a crise econômica e a hiperinflação da República de Weimar, ver: COGGIOLA, Osvaldo. *Alemanha 1918-1924: Hiperinflação e Revolução*. São Paulo: LTC, 2010.

⁹ Mito da punhalada nas costas (*Dolchstoßlegende*): nome dado à crença, amplamente difundida na República de Weimar, de que a derrota alemã na Primeira Guerra havia sido fruto da traição de políticos judeus, e não das derrotas alemãs no campo de batalha.

da Primeira Guerra, era uma das figuras mais ilustres naquela noite a declarar seu apoio aos rebeldes. Kahr e Lossow acabaram cedendo. Em seguida, porém, foram descartados pelos próprios nazistas (BRACHER, 1991).

Durante o putsch de novembro, os nazistas pouco fizeram no sentido de ocupar prédios oficiais do governo e centrais telegráficas, o que acabou contribuindo de forma decisiva para seu fracasso. No dia seguinte, enquanto os rebeldes marchavam por Munique com Hitler e Ludendorff à frente, teve início um confronto com a polícia. Hitler, ferido, conseguiu escapar. Outros tantos foram mortos e muitos deles presos, como Ludendorff e o próprio Hitler poucos dias depois. Fracassava a primeira tentativa nazista de tomada do poder. Entretanto, Hitler aproveitaria os julgamentos que se seguiram para se promover e angariar apoio para seu projeto. O insucesso de 1923 mostrou a Hitler que a única forma de chegar ao poder era cortejando o Exército, o que ele começou a fazer desde o momento em que deixou a prisão até 1934, quando acumulou os cargos de chanceler e presidente, vindo a intitular-se *Führer* (líder) (BRACHER, 1991). Durante sua estadia na prisão, Hitler começou a escrever *Minha Luta* (*Mein Kampf*), misto de relato autobiográfico e programa doutrinário do nacional-socialismo¹⁰.

Após deixar a prisão de Landsberg, onde cumpriu apenas 9 meses dos cinco anos aos quais havia sido condenado, Hitler encontra o NSDAP na ilegalidade, bem como seu principal órgão de imprensa, o *Völkischer Beobachter*, jornal de Munique adquirido pelos nazistas em dezembro de 1920 com a preciosa ajuda de Dietrich Eckart. A recuperação econômica alemã iniciada em 1924 contribuiu para uma diminuição significativa na representatividade dos radicais de esquerda e de direita no parlamento. Até na Bavária, seu centro irradiador, o movimento nacional-socialista arrefeceu. Assim, Hitler saía da prisão em dezembro de 1924 disposto a alcançar o poder por meios legais, sem novas aventuras militares como a de 1923. E em fevereiro de 1925 o NSDAP voltava à legalidade, com Hitler novamente no comando. A partir de 1926, sua autoridade se consolidaria progressivamente (BRACHER, 1991: 177).

Em meados dos anos 1920, Hitler ainda mantinha uma relação amistosa com Gregor Strasser, conhecido por levar o teor “socialista” do nacional-socialismo mais a sério do que a maioria. Gregor, apoiado por seu irmão, o jornalista Otto Strasser, defendia a nacionalização da indústria pesada e de grandes propriedades, bem como um Estado fascista de modelo corporativo – ideias que não agradavam a Hitler, cujo anticapitalismo era dirigido tão somente aos capitalistas judeus. Naquele momento, porém, Hitler reconhecia a importância de Gregor

¹⁰ Ver: HITLER, Adolf. *Minha luta*. 5ª edição histórica. Tradução de Klaus Von Puchen. Centauro: São Paulo, 2005.

no sentido de organizar o movimento no norte do país. As desavenças com os “socialistas” foram suprimidas por um discurso de Hitler em fevereiro de 1926, no qual o líder se reconciliou com Strasser e angariou o apoio de outro importante resistente: o futuro ministro da propaganda Joseph Goebbels. Poucos meses antes, Goebbels chegara a pedir a supressão do “pequeno-burguês Adolf Hitler”, acusando-o de ignorar a real importância do socialismo no movimento (BRACHER, 1991: 173, 174, 175).

Encontramos, na base de apoio ao NSDAP, basicamente três setores da sociedade alemã: os estratos não-politizados da pequena-burguesia, os jovens soldados e oficiais que cresceram à sombra da guerra e, por fim, os intelectuais. Resumindo essa base de apoio, Nolte observa:

Dessa forma, foi possível a um partido popular aparentemente sem classe ascender, um partido de um tipo novo, isto é, fascista, que, em geral, teria sido impossível antes da guerra: um partido de massa caracterizado pela justaposição de antigos pequenos burgueses não politizados e soldados, intelectuais radical-conservadores e antigos socialistas, dominados por um líder, apoiados por forças conservadoras, hostis à revolução marxista e à sociedade capitalista, embora não aos dois no mesmo nível (NOLTE, 1966: 314).

Sendo assim, a dinâmica do nacional-socialismo não pode ser entendida como um mero movimento de classes médias. Ela deve ser procurada na ênfase que o movimento dava ao caráter unificador de sua doutrina, pairando acima de interesses antagônicos e sentimentos heterogêneos. Acrescente-se a isso o fato de que o conceito de nacionalismo dos ideólogos nazistas ia bem além do patriotismo tradicional da pequena-burguesia, calcando-se em uma ideia totalizante e a-histórica de nação baseada no sangue. Se grande parte das camadas médias apoiaram o NSDAP, fizeram-no muito mais por oposição ao estado de coisas de então do que por simpatia pelo Estado nazista (BRACHER, 1991: 203).

Os eventos revolucionários que sacudiram a Alemanha em 1918-1919 – a saber: o breve governo comunista instalado na Bavária e a Revolução Espartaquista conduzida por Rosa Luxemburgo – foram fundamentais para o crescimento e popularização do movimento nacional-socialista. Igualmente importante para o fortalecimento do movimento foi a simpatia de amplos setores das classes médias e, em especial, de figuras do alto escalão do governo (NOLTE, 1966: 322).

Os nazistas finalmente conquistaram o poder em 30 de janeiro de 1933, quando Hitler foi nomeado chanceler pelo presidente Paul von Hindenburg. Logo em seguida, Hitler colocou na ilegalidade todos os partidos políticos, sobretudo os socialdemocratas e comunistas, estes últimos acusados por um incêndio criminoso no *Reichstag*. Após a morte de

Hindenburg em 1934, Hitler passaria a acumular os cargos de presidente e chanceler, tornando-se assim o *Führer* (líder) da Alemanha.

As raízes ideológicas do nacional-socialismo nos remetem a dois franceses e a um inglês de origem alemã: Arthur de Gobineau e Vacher de Lapouge e o inglês de origem alemã Houston Stewart Chamberlain. Cada um advogava, a seu modo, uma teoria racialista que colocava o homem europeu como o tipo mais perfeito, superior a todas as demais raças do mundo. Gobineau (1816-1882), por exemplo, defendia a supremacia da raça branca e expressava profunda aversão aos negros e à mistura racial, acusando esta última de produzir raças degeneradas. Após sua visita ao Brasil (durante a qual se encontrou com o imperador D. Pedro II), o autor francês chegou a prever o desaparecimento do povo brasileiro, graças ao avançado estágio em que a mestiçagem se achava no país. A única solução para preservar o povo brasileiro seria o estímulo imediato à imigração europeia.

A acolhida das ideias de Gobineau entre os alemães foi melhor do que entre os próprios franceses. Um fator que facilitou a difusão de suas ideias no ambiente intelectual alemão foi a “filosofia da natureza” (*Naturphilosophie*). Tradição de pensamento particularmente forte na Alemanha, a *Naturphilosophie* era mais introspectiva, preocupando-se em entender o homem mais em suas faculdades internas do que por estímulos externos (SILVA, 2009).

Diferente de Lapouge e Gobineau, que fariam parte de uma corrente anticristã e naturalista do pensamento contrarrevolucionário francês, Joseph de Maistre e o visconde de Bonald compunham a ala cristã dessa reação conservadora. Na concepção de Nolte, o pensamento de Hitler pode ser compreendido como uma apropriação de ambas as correntes, com a diferença de que o futuro *Führer* transformaria o pessimismo fatalista de Gobineau em um otimismo agressivo (NOLTE, 1966: 330).

Já Karl Dietrich Bracher assenta a ascensão do nacional-socialismo sobre um tripé ideológico, econômico e psicológico. Ideologicamente ele repousava na dualidade nacionalismo (externamente dirigido) e anti-parlamentarismo (internamente dirigido). Economicamente, assentava-se no pânico, amplamente disseminado entre as camadas médias, de uma decadência nacional, o que facilitava a adesão a discursos imperialistas e chauvinistas. Por fim, psicologicamente o nacional-socialismo se apoiaria na crença de que a heterogeneidade de interesses de pequeno-burgueses, nacionalistas, pequenos proprietários e intelectuais insatisfeitos deveria ser fundida em uma “comunidade mística” que canalizasse tais tensões e agressões para fora (BRACHER, 1991: 186).

Igualmente relevante para compreendermos as ideias nacional-socialistas é a chamada revolução conservadora. Tal expressão busca dar conta dos diferentes movimentos e

tendências políticas e intelectuais de direita que lutavam contra a República de Weimar. Jeffrey Herf diferencia a revolução conservadora de outro setor da sociedade que, embora também fosse contrário à República de Weimar, era saudoso da monarquia. Diferente dos conservadores monarquistas, os indivíduos que se filiavam à revolução conservadora tinham maior penetração entre as camadas baixas da sociedade. A revolução conservadora, ao mesmo tempo em que se voltava contra as ideias iluministas, apoiava-se no nacionalismo como uma terceira força para além do marxismo e do capitalismo (HERF, 1993: 20).

A revolução conservadora não pode ser admitida como mera precursora do nacional-socialismo, especialmente tendo em vista o quão heterogêneo era esse movimento e que muitos desses “revolucionários” se opunham não apenas à República de Weimar, mas também a Hitler. Ainda assim, esse conjunto heterogêneo de ideias e manifestações funcionou como combustível para as ideias e a prática do NSDAP:

Há aqueles que clamam que essa revolução conservadora foi “mal-entendida”; com isso, eles querem dizer que apenas a aplicação equivocada de suas ideias tornou-a precursora e companheira de viagem da política de poder nacional-socialista. Mas não se pode negar que os escritos que surgiram desse campo heterogêneo durante os anos 1920 continham muito da dinamite explosiva manuseada pelos *Freikorps* e pelo movimento de juventude, pelas organizações estudantis radicais e pelos soldados, bem como pelos aventureiros políticos e adoradores intelectuais do poder. *Eles foram a sublimação da onda antidemocrática dos anos do pós-guerra* (BRACHER, 1991: 183 – tradução nossa; grifo nosso).

A dita revolução conservadora valeu-se de uma importante tradição de pensamento da Alemanha de Weimar: o modernismo reacionário. As obras dos autores que se aproximavam dessa tradição representaram um clamor pela conciliação entre racionalidade industrial e tecnológica, por um lado, e irracionalismo político por outro. Os nazistas não apenas estavam conscientes dessa tradição, como também contribuíram para ela. A própria fusão entre antissemitismo e entusiasmo com o avanço tecnológico foi um importante aspecto desse diálogo entre nacional-socialismo e modernismo reacionário. O que os propagandistas do Terceiro Reich desejavam era, na mesma linha do modernismo reacionário, provar que a tecnologia não só não ameaçava a alma alemã, como também que poderia ser sua aliada, expressando uma *Volksgemeinschaft*¹¹ unida. O modernismo reacionário permitiu a intelectuais, políticos, engenheiros, técnicos e funcionários legitimarem a compatibilidade entre o desenvolvimento tecnológico e a recusa ao Iluminismo (HERF, 1993: 234-235, 238).

¹¹*Volk*: povo, nação. *Gemeinschaft*: comunidade. A palavra remete à ideia de comunidade de raça.

Aparentemente paradoxal¹², a conciliação entre irracionalismo e ciências técnicas foi fundamental para o nacional-socialismo. Datada de fins do século XIX, quando era amplamente difundida pelas universidades alemãs, a síntese entre sonhos do passado e desenvolvimento tecnológico acompanhou a doutrina nacional-socialista desde os seus primórdios, no começo dos anos 1920 (HERF, 1993: 244, 245).

Já entre as raízes “místicas” do nacional-socialismo, encontramos o austríaco Guido von List. Seu romance *Carnuntum*, de 1881, tornou-o bastante popular entre os círculos *völkisch*¹³ austríacos e converteu-o em importante figura do movimento pangermanista no país. Sua obra defendia o legado das populações germânicas que habitavam o território da Áustria. A obra e o protagonismo desses povos teriam sido rompidos pela colonização romana e pelo advento da cristandade, que List identifica como influência perniciosa estrangeira que estaria corrompendo a identidade germânica original, calcada no culto ao deus Wotan (ou Odin). Sua obra também foi empunhada como bandeira do descontentamento com o caráter multinacional do Império Austríaco, sendo frequentemente acompanhada de antissemitismo (SILVA, 2009: 103).

Tal como List, Jörg Lanz von Liebenfels se empenharia em ligar suas origens a antigas aristocracias germânicas. Seus livros apresentam uma interpretação racista do Antigo Testamento. Em sua concepção, a “queda” de que fala a Bíblia remetia à degradação da raça ariana por meio de cruzamentos com espécies animais inferiores:

(...) os deuses representavam formas superiores de vida (theozoa) anteriores e superiores a uma raça de homens-bestas (anthropozoa). Estes seres superiores eram dotados de órgãos sensoriais especiais que lhes conferiam poderes mentais extraordinários, mas que atrofiaram por conta da mestiçagem desses homens-deuses com os homens-bestas (SILVA, 2009: 105).

Assim, “A convicção de que a perda do prestígio das elites tradicionais devia-se a uma conspiração judeu-bolchevique-maçônica imprimirá em sua gnose racista a estampa do antissemitismo” (SILVA, 2009: 107). As ideias de List e Lanz von Liebenfels exercerão grande influência sobre Rudolf von Sebottendorff, fundador, em 1918, da *Thule Gesellschaft* (Sociedade Thule), organização que só admitia alemães que comprovassem pureza de sangue

¹² “Ambiguidade é o que não faltava à rejeição da modernidade contida na ideologia nazista” (HERF, 1993: 260).

¹³ *Völkisch* (de *Volk*, que remete a povo ou nação), refere-se a uma tendência forte entre diversos intelectuais alemães desde princípios do século XIX. Os círculos *völkisch* (que nunca foram um movimento unificado) ressaltavam a singularidade e a superioridade da cultura alemã, de sua história, de sua espiritualidade, de suas tradições, de sua língua e de sua raça. No fim do século XIX, o principal objetivo do movimento *völkisch* era o de “aprofundar o sentimento dos alemães de solidariedade nacional por meio do apelo à noção mística de laços raciais de sangue entre todos os membros da comunidade étnica” (STACKELBERG, 2005: 743 – tradução nossa).

e se dedicava a defender e resgatar o legado da cultura germânica (SILVA, 2009). Entre os membros da Thula estava Gottfried Feder.

Rudolf John Gorsleben, outro importante visionário *völkisch* da Alemanha de entre guerras, propugnava uma religião racista que defendia a supremacia germânica tanto no campo espiritual como no campo político. Gorsleben, que também era membro da Thule, expunha, em um semanário intitulado *Deutsche Freiheit* (Liberdade Alemã), suas concepções ligadas ao ocultismo ariano, amplamente baseado na cabala, na astrologia e na magia: “Impregnado de *darwinismo social* e de *arianismo*, sua doutrina afirmava que os arianos eram os filhos dos deuses e que o mundo moderno, corrupto e vulgar, seria o resultado da mistura racial” (SILVA, 2009: 117). A Sociedade Edda, organização intelectual fundada por Gorsleben em 1925 para fomentar estudos arianos, proclamaria seu apoio ao nacional-socialismo em 1933, três anos depois da morte de seu fundador.

A partir das informações reunidas até aqui, pode-se concluir que a doutrina nacional-socialista assentava-se em ideias que propugnavam uma ancestralidade milenar do povo germânico, bem como uma superioridade desse povo, urgindo a necessidade de proteger esse legado por meio da preservação da pureza racial. Visto com ambiguidade, o cristianismo hora é acusado de atentar contra as tradições germânicas, hora interpretado sob um viés racial. Dessa maneira, o nacional-socialismo irá enxergar a nação como uma realidade pronta, mas corrompida por todos os lados pela ação deletéria de povos considerados inferiores.

1.2. A Ação Integralista Brasileira

A Ação Integralista Brasileira foi fundada em outubro de 1932. Diante da crise do capitalismo representada pela Grande Depressão de 1929 e do temor despertado pela experiência comunista, muitos líderes e movimentos políticos latino-americanos viram nos regimes nacionalistas europeus uma terceira via àqueles dois projetos.

O integralismo surgiu em uma fase de transição da sociedade brasileira na qual se operaram diversas mudanças, como a industrialização, a ascensão das camadas urbanas e a intensificação dos questionamentos à ordem oligárquica. O dilema entre fascismo e comunismo, presente no imaginário de diversos intelectuais e políticos do mundo, também se fazia presente no Brasil dos anos 1930. Diferente do cenário pré-1930, no qual pequenos partidos regionais (partidos republicanos mineiro, gaúcho, paulista, etc.) duelavam pelo poder movidos por interesses locais, nos anos 1930 ganharam força agremiações políticas com programas de ambição e alcance nacionais, destacando-se à direita a AIB, e à esquerda a ANL

(Aliança Nacional Libertadora). As disputas oligárquicas cediam o palco para a polarização que dividia o mundo: “Duas ideologias propuseram-se a capturar o Brasil revolucionário (...). O comunismo russo e o fascismo italiano surgiram como os dois credos que se disputavam a missão de plasmar um Brasil novo” (AMARAL, 1934: 209)¹⁴. Nas palavras de Boris Fausto:

[Após 1930] o Brasil começa a trilhar enfim o caminho da maioria política. Paradoxalmente, na mesma época em que tanto se insistia nos caminhos originais autenticamente brasileiros, para a solução dos problemas nacionais, iniciava-se o processo de efetiva constituição das classes dominadas, abriam-se os caminhos nem sempre lineares da polarização de classes e as grandes correntes ideológicas que dividem o mundo contemporâneo penetravam no país (FAUSTO, 1978: 113).

E, citando Tristão de Ataíde em passagem de 1935:

(...) são outros os elementos em jogo, no cenário de hoje, em contraste com o de 1930. Em cinco anos de revolução, caminhamos mais, politicamente, que em meio século de xadrez liberal. Mas não no sentido da solução dos nossos problemas. Apenas no da fixação das forças em jogo, agora infinitamente mais consideráveis, poderosas, conscientes e unidas, que em 1930. O outubrismo foi, de certo modo uma infância do jogo revolucionário. Sua falência, portanto é uma maioria (ATAÍDE, citado por FAUSTO, 1978: 114).

Demóstenes Madureira de Pinho, então militante da AIB, afirma que “o dilema fascismo-comunismo esmagava qualquer capacidade de raciocínio” da juventude da época, “a não ser dos que, herdeiros de uma situação diluída pelo tempo, sonhavam manhosamente em prosseguir naquele jogo vazio e falso que se apelidava de liberal-democracia” (PINHO citado por MICELI, 2001: 139). Escrevendo em 1931, Otávio de Faria, em sua obra *Maquiavel e o Brasil*, alega que o fascismo era a mais fascinante de todas as revoluções, principalmente por ter negado a luta de classes. O autor também defende a importância do nacionalismo como o elemento que fazia a ponte do proletariado com a burguesia (VASCONCELLOS, 1979: 34). Ao entrevistar antigos membros da AIB na década de 1970, Trindade (1974) nos mostra que a simpatia pelos fascismos europeus e o anticomunismo foram os principais fatores que motivaram os entrevistados a ingressarem nas fileiras integralistas.

Por mais que o anticomunismo não possa ser considerado o único elemento da doutrina integralista, é inquestionável que ele foi um de seus aspectos mais relevantes. A propaganda da AIB muito se valeu da luta contra o comunismo, seja em seus periódicos, seja por meio dos livros escritos por seus ideólogos. Quanto mais a atividade comunista no país se intensificava, mais a temática era explorada. Não por acaso, o fracassado levante dirigido pelo Partido

¹⁴ É importante notar que o integralismo não foi o único movimento nacionalista surgido nessa época. A Ação Social Brasileira (Partido Nacional Fascista), a Legião Cearense do Trabalho, o Partido Nacional Sindicalista e a Ação Imperial Patrionovista, de caráter monárquico, foram alguns dos movimentos de inspiração fascista surgidos no Brasil dos anos 1930, todos eles “conscientes das novas perspectivas à ação política abertas pelo movimento revolucionário com a derrubada da Velha República” (TRINDADE, 1974: 111).

Comunista do Brasil (PCB) no final de 1935 foi um momento marcante para os camisas-verdes. A AIB tirou proveito “da onde anticomunista que se seguiu à insurreição, tentando usar seu empenho na luta contra o comunismo como fonte para legitimar a pretensão de chegar ao poder” (MOTTA, 2002: 12).

A crise econômica de 1929, que minara a crença no liberalismo econômico, expressou-se no Brasil por meio de uma rejeição à “República Velha”. A ruptura com essa primeira fase republicana foi um dos motes da Revolução de 1930. Notou-se assim a disseminação de um imaginário antiliberal entre a população dos centros urbanos: “O ataque do corporativismo às ideias liberais durante os anos 30 ajudou os trabalhadores a internalizar valores autoritários”, de modo que muitos “passavam a confiar na burocracia, e não na ação legislativa ou no setor privado, como fonte de mudança e benefícios (...)” (LEVINE, 2001: 28).

Em situação análoga à da Alemanha, onde a monarquia havia cedido lugar a uma república democrática acusada de escancarar o país a influências estrangeiras (socialismo, liberalismo, parlamentarismo, sistema eleitoral, etc.) em detrimento do “espírito nacional”, no Brasil o Império havia sido sucedido por uma república federal inspirada em modelos norte-americanos e europeus. Muitos intelectuais afirmavam que estavam aí as raízes dos problemas brasileiros. Não por acaso, entre os principais temas que perpassavam os debates intelectuais no Brasil dos anos 1920 e 1930 estava a busca por um Estado adaptado à “realidade brasileira”. Tal Estado deveria ser tributário de uma doutrina genuinamente nacional, a única capaz de lidar com aquela realidade, diferente das doutrinas estrangeiras que até então teriam dominado o país, sobretudo na Primeira República. Hégio Trindade (1974: 27) interpreta esse fenômeno como uma “mutação ideológica” que se tornou especialmente forte nos anos 1920, sobretudo com a Semana de Arte Moderna de 1922. Com essa mutação, afirma-se como nunca a necessidade de aliar o pensamento à realidade do país. O integralismo estava diretamente ligado a essas preocupações.

Aliada a essa busca por uma doutrina tipicamente brasileira estava a busca pelas próprias raízes da brasilidade. Esse clamor pelo “Brasil verdadeiro”, comum já entre muitos autores da Primeira República, defendia que a brasilidade estaria escondida no interior, no homem sertanejo, longe do cosmopolitismo das cidades litorâneas. Autores como Tristão de Ataíde, Graça Aranha, Euclides da Cunha e Afonso Arinos já ressaltavam a importância do homem sertanejo e suas tradições na busca por essa verdadeira nacionalidade. Em sua obra *À Margem da História da República*, escrita nos anos 1920, Vicente Licínio Cardoso proclama: “Em nenhum momento, talvez, da nossa história, foi tão necessário pensar o Brasil, como atualmente” (CARDOSO citado por TORRES, 1973: 276).

Os pensadores integralistas, assim como tantos outros pensadores brasileiros da época, foram tocados pela angustiante constatação de que o brasileiro não conhecia o Brasil. Essa preocupação, que atinge seu ápice nos anos 1930 e 1940, já se manifestava durante a Primeira República. Escrevendo no Almanaque Garnier, famosa publicação que circulava no Brasil nas primeiras décadas do século XX, José Veríssimo constatava que, naquele momento, era mais fácil “ir de Cuiabá a Paris que da mesma cidade a Belém ou a Manaus, e até ao Rio de Janeiro, por via terrestre”, o mesmo podendo ser dito “de todos os centros de populações brasileiros do interior com respeito aos centros marítimos ou fluviais dos extremos do país” (VERÍSSIMO, citado por DUTRA, 2005: 149).

Além do descompasso entre o pensamento e a realidade nacional, a mestiçagem do povo brasileiro também foi frequentemente utilizada como argumento que explicava os principais problemas do país. Tal opinião era chancelada por autores de peso, como Oliveira Vianna. Nesse sentido, Gilberto Freyre e sua obra *Casa-Grande e Senzala*, de 1933, representaram um marco no pensamento nacional. Com ele, “os brasileiros descobriram que afinal não era uma vergonha a variedade de cores de nossa população e que muito homem importante deste país tinha avós na senzala. Mesmo, mãe” (TORRES, 1973: 94). Até os anos 1920 acreditou-se “que o Brasil fora vítima de desgraças nativas, de fadas-madrinhas feiticeiras que haviam enchido o berço do princepezinho de tristes presságios”. Até que vem Gilberto Freyre anunciar que “a principal das ‘vergonhas nacionais’, a mestiçagem, fazia do Brasil um dos países mais importantes do mundo e que isto não era motivo de vergonha, mas de orgulho” (TORRES, 1973: 300). A postura dos intelectuais diante dos habitantes do interior do país também mudara. Por muito tempo, o homem da zona rural foi visto de forma depreciativa, como símbolo de atraso e ignorância:

Esses homens e mulheres da zona rural eram considerados ingênuos e preguiçosos por seus compatriotas mais cosmopolitas. E eram chamados de diversos nomes – caipiras e jecas em São Paulo, tabaréus na Bahia e caboclos na Amazônia e em geral. Os termos transmitiam significados culturais diferentes, mas tinham em comum o fato de fazer pouco dos modos rudes e das origens mestiças dessas pessoas (LEVINE, 2001: 18-19).

Pode-se resumir o contexto no qual brotou o integralismo apelando à noção de “Retórica da *Mimesis*”, proposta por Marcelo Jasmim. A *mimesis* da Nação remetia à consagrada oposição entre “país legal” (o Brasil litorâneo, urbano e moderno, aberto às influências de ideias perniciosas estrangeiras como o marxismo e o liberalismo) e “país real” (o Brasil do interior, dos “sertões”, onde estaria a verdadeira brasilidade). Por isso se propugnava a “retórica da ‘adaptação’ das instituições jurídicas e políticas ao ‘verdadeiro’

substrato, ou sentido, ou expressão, ou evolução, da realidade nacional” (JASMIN, 2007: 231). Já a *mimesis* do Tempo expressava a busca por se adaptar a um novo momento vivido pelo mundo (momento esse que Gustavo Barroso iria chamar de “espírito do século XX”). Um governo forte e dinâmico, segundo Francisco Campos e Azevedo Amaral, deveria se adaptar não só à “realidade nacional”, mas também à nova modernidade desencadeada pelas transformações sociais e tecnológicas do pós-Primeira Guerra. Para Campos e Amaral,

a natureza da história contemporânea permite a inscrição da realidade brasileira na velocidade do novo tempo com as suas consequências psicológicas, exigindo, para isso, a intervenção de uma vontade política no sentido de construir um Estado adequado a esse novo mundo. À descontinuidade do tempo corresponde o voluntarismo político; à aceleração e à complexidade técnica, a necessidade de rapidez e eficácia nas decisões; ao dessubstanciar da verdade, a força do mito; à emergência das massas, o primado da irracionalidade e a relevância da mobilização das paixões pela intuição de um líder. A ditadura ganha a sua justificativa histórica e intelectual. Decisionismo e fortalecimento do executivo são as derivações lógicas desse diagnóstico do sentido da história contemporânea (...) (JASMIN, 2007: 236).

Sendo assim, o *caboclo* e o *sertanejo* deixavam de inspirar lamúrias para inspirar obras artísticas e literárias. Diferente do homem das grandes cidades, o sertanejo ainda não estaria corrompido pelas ideias estrangeiras:

A literatura estava atravessando radical renovação e os escritores e artistas, querendo algo de novo, fora do parnasianismo reinante. A publicação de *Casa-Grande e Senzala* coincidiu com o aparecimento de José Lins do Rego, Graciliano Ramos, José Américo de Almeida e Jorge Amado e outros, com Portinari, com Carlos Drummond de Andrade e Manuel Bandeira. E como uma espécie de regente de orquestra, Mário de Andrade (...). Escritores que, quando colocavam em cena cangaceiros, operários, sertanejos, não o faziam como quem está praticando exotismos, isto é, não se apresentavam como escritores de cidades a transcrever, como a dar “cor local”, a linguagem do sertanejo, entre aspas, a assinalar que eles assim não falam nem escrevem (TORRES, 1973: 298).

O problema não era, repetimos, o sertanejo, e sim a artificialidade do regime republicano instaurado em 1889 – e aqui caímos em outro tema significativo que perpassava os debates intelectuais das primeiras décadas do século XX: a defesa de um Estado forte. Ainda que não defendessem uma restauração monárquica, muitos autores dos quais os integralistas posteriormente se apropriariam viam, na Constituição de 1891, um corpo estranho, incompatível com a realidade do país e, portanto, responsável pela tão propalada contradição entre o “país real” e o “país legal”.

Para autores como Vicente Licínio Cardoso, Oliveira Viana e Alberto Torres, a República no Brasil havia sido um retrocesso. Daí Oliveira Vianna afirmar que a descentralização republicana “representou indiscutivelmente um passo atrás, um verdadeiro regresso neste sistema de garantias das liberdades privadas, que o Império estava lentamente

organizando” (VIANNA citado por TORRES, 1973: 283). Daí Alberto Torres, sempre preocupado com a unidade nacional, trazer suas propostas para a criação de instituições análogas ao Poder Moderador. Daí Licínio Cardoso lamentar que “A grande e triste surpresa da nossa geração foi sentir que o Brasil retrogradou” e que “a República não nos trouxe, em verdade, nenhum idealismo congênito” (CARDOSO, citado por TORRES, 1973: 275, 276):

Encontramo-nos bruscamente, ao abrir os olhos da razão, perante uma pátria ainda por fazer, ainda informe, ainda tolhida em sua ação e sem vitalidade, sem alma, sem ideal, uma pátria que o lirismo tinha decantado em cores falsas e de que a indiferença agora sorria ou o pessimismo negava grosseiramente (CARDOSO citado por TORRES, 1973: 276).

O regime instalado em novembro de 1889, saudado por muitos como símbolo da modernidade e do progresso, era cada vez mais associado ao atraso, à corrupção e aos interesses personalistas das oligarquias regionais, acusadas de fragmentar o país. Assim, as teorias racistas no Brasil se fortaleceram ao longo da Primeira República, atingindo o ápice nos anos 1930, no esteio da busca por uma identidade nacional e pela ruptura com o legado da chamada “República Velha”. A busca por uma nova forma de governo confundia-se com a busca por uma identidade nacional:

Uma significativa geração de intelectuais e burocratas foi cooptada pelo regime interessado em romper com o atraso, interpretado como “resquício da República Velha”. Escritores, diplomatas, bacharéis, médicos, psiquiatras, cientistas e até mesmo poetas tentaram pensar numa identidade para o Brasil que simbolizasse a fusão entre o nacional, o cultural e o racial.

Foi nesse contexto de busca de soluções para os problemas sociopolíticos que o debate sobre a constituição biológica do homem brasileiro ganhou espaço, colocando em pauta o conceito de degeneração racial. O racismo emergiu como uma tática e uma estratégia política na luta contra o reconhecimento étnico do Outro, personagem descrito com base em metáforas roubadas [às doenças] (CARNEIRO, 2012B: 251-252).

Dado o exposto até aqui, podemos perceber ao menos duas importantes diferenças entre as raízes ideológicas do nacional-socialismo e do integralismo. As matrizes intelectuais nazistas defendiam o legado de culturas e tradições germânicas milenares contra a ação deletéria de raças inferiores e ideias desagregadoras. Por outro lado, o integralismo foi amplamente fundamentado na noção de que havia uma nação a se fazer, e não uma nação já pronta a ser defendida. Nas raízes do nacional-socialismo encontramos também o zelo pela pureza racial, ao passo que a geração intelectual que inspirou os integralistas reconhecia que o brasileiro ainda era um tipo em formação, que essa nacionalidade brasileira podia e deveria se alimentar da contribuição de vários povos e culturas diferentes. Como deixa claro Felipe Cazetta, Plínio Salgado “lança mão de autores como [o mexicano] José Vasconcelos,

incentivando o caldeamento étnico e visando inibir o preconceito racial” (CAZETTA, 2011: 114). Havia, quando muito, um cuidado para que, na formação da nacionalidade brasileira, por mais heterogênea que fosse, prevalecesse o legado cultural católico.

Ademais, diferente dos antecessores do nacional-socialismo, para os quais o cristianismo era matéria de importância secundária ou até mesmo um elemento incômodo, o integralismo apresenta, desde seus predecessores, a preocupação com a preservação da fé católica. Dessa maneira, o revigoramento do pensamento católico conservador foi crucial para compreendermos o contexto no qual o integralismo se desenvolveu. Ainda nos anos 1920, o Centro D. Vital, fundado por Jackson de Figueiredo, funcionou como uma importante referência para a intelectualidade católica da época, de maneira que “a compreensão do movimento integralista requer não apenas que se reconheça o franco predomínio alcançado pela opinião autoritária no Brasil dos anos trinta como igualmente que se destaque os seus vínculos com o tradicionalismo católico” (SOUZA, 1982: 106-107).

Essas características terão importantes desdobramentos sobre nossa comparação entre Feder e Barroso, conforme mostraremos adiante.

A Jackson de Figueiredo juntaram-se nomes não tão conhecidos como Álvaro Bomílcar, Hamilton Nogueira e Alcibíades Delamare, propagandistas católicos dos anos 1920 que contribuíram para a construção da imagem do inimigo judeu que seria reabilitada por Barroso nos anos 1930. Tais autores identificavam o judeu “ora com o ‘anjo caído’, ora com o Anticristo, figura bestial profetizada no Apocalipse como um sinal do final dos tempos”. A ideia do Anticristo como um ente de linhagem judaica foi consolidada durante a Idade Média. A ela somou-se a figura do “judeu errante”, condenado a vagar pela Terra até o retorno de Cristo ao nosso mundo:

Ao longo dos séculos, uma lista de crimes e articulações secretas foram sendo atribuídas aos judeus “para os quais nada era impossível, dada a sua natureza depravada e maligna”. No século XX, tais acusações encontraram eco no mito da conspiração judaico-comunista e judaico-maçom fomentado pelo texto apócrifo dos *Protocolos [dos Sábios de Sião]*, conforme se depreende da explicação dada por Sergey Nilus na sua edição de 1905 (CARNEIRO, 2003: 76).

Dessa maneira, o pensamento católico-conservador, nacionalista e autoritário da Primeira República foi de suma importância para a gênese da doutrina integralista:

Os intelectuais integralistas estariam entre aqueles que propunham interferir, através da ação política, na organização de um Estado brasileiro cuja tônica seria a centralização do poder e o controle do setor produtivo através do sistema corporativo. Assim como os intelectuais que, segundo Lamounier, estariam compondo em prol da organização nacional uma ideologia de Estado, os pensadores do integralismo, mesmo não inseridos nesse modelo, teriam propostas que os

aproximavam dos demais críticos autoritários da Primeira República (CARNEIRO, 2012A: 170).

Igualmente importantes para que Plínio Salgado forjasse a doutrina do sigma foram as figuras da história brasileira. Para além de intelectuais, “os integralistas admiravam as ‘grandes personalidades’, a individualidade que acrescentasse aspectos positivos para a pátria”. Entre elas, apareciam os nomes dos irmãos Andrada¹⁵, Duque de Caxias, General Osório e Tiradentes: “Todos eles nomes conhecidos de nossa história, o que evidencia a busca de mitos e de heróis nacionais” (BATISTA, 2004: 129).

Vê-se, portanto, que o integralismo não brotou em terreno virgem, mas em ampla sintonia com os debates intelectuais que vinham pelo menos desde o final do Império. Isso atesta que “nenhum dos mitos políticos se desenvolve, sem dúvida, no exclusivo plano da fábula, em um universo de pura gratuidade, de transparente abstração, livre de todo contato com a presença das realidades da história”, pois está sempre em sintonia com “um certo código já inscrito nas normas do imaginário” (GIRARDET, 1987: 51). Sendo assim:

Antijudaísmo, antiprotestantismo, anticomunismo, antimaçonaria, antibolchevismo e antiliberalismo são palavras de ordem que se confundiam, mesclando partidos, grupos e ideologias políticas com religião, fazendo parte de um ideário comum pregado pela Igreja/Estado e pelo integralismo, que ganhava força e adeptos (CARNEIRO, 1988: 112).

No alvorecer do século XX, o Brasil já recebia levas de imigrantes das mais diversas origens, com destaque para Alemanha, Itália, Japão e Leste Europeu. A chegada dos novos habitantes abalava o imaginário anticomunista, povoado por imagens de estrangeiros subversivos: “A grande leva de imigrantes que aportaram no Brasil nas primeiras décadas do século seria a grande responsável pela disseminação do comunismo, pois ao lado dos trabalhadores confiáveis vieram também indesejáveis, portadores de ‘ideias malditas’” (MOTTA, 2002: 33).

Ao mesmo tempo, havia um enorme contingente de negros libertos da escravidão e seus descendentes, muitos dos quais resultados de cruzamentos com outros grupos étnicos. Não por acaso, a imigração e o nacionalismo xenófobo que ela costumava suscitar também foram temas cruciais nos debates intelectuais de então. Esse afloramento do nacionalismo gerou um terreno fértil para o antissemitismo e contribuiu para a popularidade cada vez maior das obras de Gustavo Barroso (CARNEIRO, 1988). Sendo o Brasil uma nação ainda a ser construída, vários grupos e movimentos (inclusive o integralismo) disputaram entre si para assegurar que ela se constituísse de acordo com seus valores e ideais.

¹⁵ José Bonifácio, Martim Francisco e Antônio Carlos.

As elites políticas e intelectuais defendiam um projeto de Brasil que aproximasse o país da civilização europeia em detrimento daqueles grupos étnicos considerados nocivos ao caráter e mesmo à saúde do povo que estava se formando. Os grupos nocivos seriam negros, índios, orientais e judeus. Sendo assim, as doutrinas que defendiam o branqueamento do Brasil ajudaram a sustentar um projeto de país calcado na única herança que deveria ser valorizada, na concepção dessas elites: a herança europeia. Dessa forma:

Nesse sentido, a imigração constituía uma faca de dois gumes: ao mesmo tempo que poderia trazer para o Brasil correntes significativas de civilizações superiores (*plasma da reprodução*), também poderia favorecer enquistamentos (*cancros*). Daí a política nacionalista estadonovista insistir na rígida aplicação de um programa educacional como instrumento eficaz de propagação da língua, da cultura e das tradições nacionais entre os imigrantes. No entanto, a educação não tinha forças para *civilizar* os negros ou os japoneses, estigmatizados como símbolos da erosão racial e cultural (CARNEIRO, 2007: 299).

Diplomatas brasileiros, especialmente aqueles residentes em áreas ocupadas pelos nazistas, ajudaram a propagar “um discurso antissemita cunhado por matrizes cristãs e pela pseudociência”, apoiados ainda por ministros e demais figuras influentes nos círculos de poder e na imprensa. Entre 1930 e 1945, lapso que abrange o primeiro governo Vargas, difundiu-se e acreditou-se que “não interessava ao país receber os judeus como refugiados políticos porque sua saga, suas ideias e seu caráter colocavam em risco o processo de construção da brasilidade”. Mais do que inassimiláveis do ponto de vista racial, os judeus eram tidos também como elementos de desagregação social em vista das ideias subversivas que carregariam (socialismo, comunismo, anarquismo) e de sua aversão ao trabalho agrícola – atividades para as quais mais se demandava trabalho de imigrantes (CARNEIRO, 2012B: 252, 253).

O “povo judeu” era frequentemente associado a uma doença. Nos textos antissemitas, palavras como “cancro”, “quisto” e “epidemia” eram frequentes. Conclamava-se então a medidas de “profilaxia” para combatê-lo. Metáforas médicas e biológicas, frequentemente usadas para descrever a proliferação do comunismo de maneira geral, também eram aplicadas ao judeu: contágio, contaminação, infecção, cura, desintoxicação, entre outras (DUTRA, 1997: 44, 45). Igualmente frequente era a associação do judeu ao sombrio, àquele que age nas trevas para operar o mal, potencializando assim a sua periculosidade e elevando a necessidade de estar alerta. Os medos do judeu, do comunismo e da maçonaria se confundiam e se alimentavam, ajudando assim a povoar o imaginário brasileiro. Além de agente dos grandes bancos e do bolchevismo, “O Judeu é, via de regra, um maçom, um amante das organizações

secretas, um simulador nato, prosélito das ações e influências ocultas, sempre vicejantes onde não há luz, onde não incide a claridade meridiana” (CARNEIRO, 2012B: 266).

A Ação Integralista Brasileira foi fundada em 7 de outubro de 1932 pelo jornalista paulista Plínio Salgado (1895-1975). Suas raízes estão no Grupo da Anta, uma corrente do Verdeamarelismo que fez parte da Semana de Arte Moderna de 1922. Destacavam-se Plínio Salgado, Cassiano Ricardo e Menotti del Picchia. O Grupo da Anta, porém, buscava um nacionalismo intuitivo, não-racional. Salgado acusava os verde-amarelos de se fecharem em um nacionalismo de traços estrangeiros. Salgado clamava pela independência intelectual brasileira, criticando os que se deixavam fascinar pela produção artística e intelectual estrangeira e ignoravam a riqueza da cultura nacional (TRINDADE, 1974).

Entre abril e outubro de 1930, Salgado parte em viagem à Europa, Oriente Médio e norte da África. Antes mesmo de sua viagem ele já estava desiludido frente ao Partido Republicano Paulista (PRP), do qual fazia parte. Ele percebera que era impossível uma renovação dentro dos velhos quadros partidários e sociais do país. Entrando em contato com a realidade de países como a Turquia, o Egito, a Itália e a Alemanha, Salgado interpreta aquele momento como a morte de uma civilização e a chegada de uma nova etapa da humanidade. Na Itália, Salgado reuniu-se com o líder Benito Mussolini e ficou fascinado com as transformações que o regime fascista operava no país. Assim como o *Duce*, Salgado pensava que um partido deveria ser antecedido por um movimento de ideias. O futuro chefe integralista então conclui que era preciso criar um ideal que conduzisse o Brasil a uma finalidade histórica, sendo tal ideal o nacionalismo (TRINDADE, 1974: 83).

Salgado retorna ao Brasil convicto de que o país precisava de algo semelhante ao fascismo. Seu retorno coincide com a Revolução de 1930, sobre a qual diz: “tratei logo de combatê-la. Era a revolução que defendia um fantasma: a liberal-democracia, concretizada na Constituição de 1891” (SALGADO citado por MEDEIROS, 1978: 423). Ainda assim, Salgado reconhecia a importância da revolução no sentido de derrubar a fachada que estaria ocultando os dramas do país (TRINDADE, 1974: 84).

Uma vez vitoriosa a Revolução de 1930 e diante da indefinição ideológica do governo provisório, dividido entre os tenentes (favoráveis ao prolongamento do governo provisório de Getúlio Vargas) e aqueles que defendiam o retorno à legalidade democrática com a convocação de uma Constituinte, Plínio Salgado lança um apelo para uma nova revolução. Seu jornal *A Razão*, fundado em 1931, no clima de efervescência política pós-1930, foi de suma importância para a divulgação de seus ideais. O próprio Salgado diria mais tarde que, apesar de o integralismo ter sido oficialmente fundado em 1932, ele já vinha sendo gestado

desde 1926, especialmente por meio de seus romances. A Sociedade de Estudos Políticos (SEP), fundada por Salgado em conjunto com outros intelectuais em princípios de 1932, foi a antecâmara do movimento integralista.

Salgado queria apresentar seu manifesto na primeira metade de 1932, intento adiado pela deflagração da Revolução Constitucionalista. Sumarizando o nascimento do movimento:

Após o *Manifesto de outubro de 1932*, quando a AIB foi fundada, foi elaborado o estatuto da sociedade civil, adotou-se o uniforme da milícia aprovado pelo Ministério da Guerra, estabeleceu-se o juramento para inscrição nos quadros do movimento, sob o signo de “Deus, Pátria e Família”, e adotou-se o Sigma como emblema da AIB – que significa, entre outras coisas, a letra com que os primeiros cristãos da Grécia indicavam Deus e que servia de sinal de reconhecimento (CRUZ, 2012: 47).

A AIB era uma organização baseada na hierarquia e na disciplina. Seu primeiro congresso se deu em Vitória, no Espírito Santo, em 1934, reunindo e coordenando diversos núcleos estaduais que até então agiam de forma autônoma e definindo as diretrizes da organização. Neste congresso, Barroso foi nomeado chefe das milícias integralistas, posição que o colocou em contato com as bases da AIB. Em 1935, com a promulgação da Lei de Segurança Nacional e a consequente extinção das milícias integralistas, Barroso passa a ocupar o posto de secretário nacional de educação moral e educação física da AIB. Entre 1932 e 1937, quando foi dissolvida pelo Estado Novo em dezembro, a AIB participou ativamente do processo eleitoral, mesmo que em suas teses fosse ardorosa defensora do uni-partidarismo e avessa ao sistema político liberal.

Os historiadores são quase unânimes em considerar o integralismo como o primeiro partido brasileiro de massas, tendo reunido cerca de 500 mil adeptos (CRUZ, 2012: 47-48; DANTAS, 2015: 84, 104). A AIB foi “um dos primeiros fóruns modernos no país para a discussão do que se chamava de ‘realidade brasileira’ e as formas de transformá-la”. Em fins de 1937, quando foi extinta, calculava-se em torno de 100 mil a 200 mil filiados ao organismo, em um país com uma população de 41 milhões e 500 mil habitantes. Em 1936, a AIB elegeu quase 3 mil vereadores, 20 prefeitos e 4 deputados estaduais. Figuras cuja importância extrapolava os anos 1930 foram filiadas à AIB, como Santiago Dantas, Dom Hélder Câmara, Olbiano de Melo, José Lins do Rego, Câmara Cascudo, Raymundo Padilha, Olympio Mourão Filho e Miguel Reale (CYTRYNOWICZ, 1992: 2, 3).

No Manifesto de Outubro de 1932, que fundou a AIB, Plínio Salgado mostra como o integralismo foi tributário dos debates intelectuais sobre os quais discorreremos acima.

Salgado escreve que “a Nação Brasileira deve ser organizada, una, indivisível, forte, poderosa, rica, próspera e feliz” e defende que “a Nação precisa de organizar-se em classes

profissionais” (SALGADO, 1935: 20). Sobre o nacionalismo, diz o manifesto que “O cosmopolitismo, isto é, a influência estrangeira, é um mal de morte para o nosso Nacionalismo. Combatê-lo é o nosso dever (...)”. O autor se refere “aos costumes, que estão enraizados, principalmente em nossa burguesia, embevecida por essa civilização que está periclitando na Europa e nos Estados Unidos” (SALGADO, 1935: 21). Expressando a preocupação em se adequar o pensamento às necessidades e à realidade do povo brasileiro, o autor enuncia:

Os brasileiros das cidades não conhecem os pensadores, os escritores, os poetas nacionais. Envergonham-se também do caboclo e do negro da nossa terra. Adquiriram hábitos cosmopolitas. Não conhecem todas as dificuldades e todos os heroísmos, todos os sofrimentos e todas as aspirações, o sonho, a energia, a coragem do povo brasileiro. Vivem a cobri-lo de baldões e de ironias, a amesquinhar as raças de que proviemos (SALGADO, 1935: 21).

Em seguida, vemos outros dois temas caros aos debates intelectuais de então: a busca por uma doutrina tipicamente nacional para guiar o país e o horror às divisões internas: “Nós, brasileiros (...) nos propomos criar uma cultura, uma civilização, um modo de vida genuinamente brasileiros”. Além disso, “Enquanto não virmos o Brasil organizado, sem o mal dos partidarismos egoístas, o Estado Brasileiro exprimindo classes, dirigindo a Nação pelo cérebro de suas elites, não descansaremos, na propaganda que nos impomos” (SALGADO, 1935: 23, 24). Atribui-se apenas aos camisas-verdes o compromisso com a propriedade privada:

O direito de propriedade é fundamental para nós, considerado no seu caráter natural e pessoal. O capitalismo atenta hoje contra esse direito, baseado como se acha no individualismo desenfreado, assinalador da fisionomia do sistema econômico liberal-democrático (...). O comunismo não é uma solução, porque se baseia nos mesmos princípios fundamentais do capitalismo, com a agravante de reduzir todos os patrões a um só e escravizar o operariado a uma minoria de funcionários cruéis, recrutados todos na burguesia (SALGADO, 1935: 26).

No que tange mais diretamente aos objetivos deste trabalho, o manifesto condena a acumulação desenfreada de riquezas materiais: “A riqueza é bem passageiro, que não engrandece ninguém, desde que não sejam cumpridos pelos seus detentores os deveres que rigorosamente impõe, para com a Sociedade e a Pátria” (SALGADO, 1935: 18). Mais adiante, lê-se que “Precisamos de Autoridade capaz de tomar iniciativas em benefício de todos e de cada um; capaz de evitar que os ricos, os poderosos, os estrangeiros, os grupos políticos exerçam influência nas decisões do governo, prejudicando os interesses fundamentais da Nação” (SALGADO, 1935: 20).

Após esse breve retrospecto histórico que compreende a formação do NSDAP e da AIB, vemos que a percepção da existência de uma crise profunda foi fundamental para a ascensão desses movimentos. Assim, dando prosseguimento à reflexão de Lukács que abriu o capítulo, podemos dizer com Girardet que “As perturbações do meio histórico desempenham um papel idêntico ao das fendas tectônicas: é a elas que se devem esses jorros impetuosos de forças, até então subjacentes, saídas do mais profundo do imaginário mitológico” (GIRARDET, 1987: 190). Isso não implica dizer que tais perturbações são as responsáveis pelo surgimento do antissemitismo. Valores antissemitas fazem parte da visão de mundo das pessoas muito antes do advento de quaisquer crises. O que essas crises fazem é ativar e tornar esse antissemitismo mais manifesto (GOLDHAGEN, 1997: 55)¹⁶.

Tanto o nacional-socialismo alemão como o integralismo brasileiro apresentavam-se como os únicos capazes sanar essa crise. Diante da crise do capitalismo e da ameaça comunista, ambos os movimentos amparavam-se no nacionalismo como uma terceira força para contrapor-se às duas primeiras. Seus objetivos eram, por meio de um regime forte e centralizado, encarnado na figura de um líder carismático e identificado com a vontade popular, restituir às suas respectivas nações o orgulho e a soberania de tempos passados que teriam sido pulverizados pelas ações de forças malignas. Tais forças estariam minando a unidade interna por meio de valores e instituições incompatíveis com o “espírito nacional”: sistema eleitoral, liberalismo, democracia, banqueiros, socialismo, ódio de classes, materialismo, cosmopolitismo, judaísmo, entre muitos outros.

1.3. Integralismo e fascismos: uma breve revisão bibliográfica

De acordo com Rodrigo Santos de Oliveira (2010), a preocupação em se comparar o integralismo com manifestações europeias similares está presente desde os primeiros trabalhos sobre o tema, ainda nos anos 1930. Na década de 1970, renasce o interesse pelo tema, destacando-se ao menos quatro autores, que muito dialogaram entre si: J. Chasin (*O Integralismo de Plínio Salgado – Forma de Regressividade no Capitalismo Hiper-tardio*), Hégio Trindade (*Integralismo – O Fascismo Brasileiro na Década de 30*), Gilberto Vasconcellos (*A Ideologia Curupira – Análise do Discurso Integralista*) e Marilena Chauí

¹⁶ “Crises econômicas tornam o antissemitismo mais manifesto e *ativam* sua forma de expressão mais aberta. As crenças pessoais preexistentes canalizam os infortúnios, frustrações e ansiedades em direção aos indivíduos que já são objeto de desprezo: os judeus” (GOLDHAGEN, 1997: 55).

(Apontamentos para uma Crítica da Ação Integralista Brasileira)¹⁷. Apesar de divergências entre os quatro autores, todos tinham em comum o fato de abordarem o integralismo enquanto movimento de massas nacionalmente organizado (OLIVEIRA, 2010).

Trindade (1974) foi, a nosso ver, aquele que fez uma abordagem mais abrangente do fenômeno, já que não se limitou à análise da obra de Plínio Salgado, reportando-se também a Miguel Reale, Gustavo Barroso e até a figuras de fora da liderança, como Olbiano de Melo. Chasin (1999), por outro lado, conduziu seu estudo enfatizando a obra de Plínio Salgado, bem como Marilena Chauí (1985), que quase não menciona Gustavo Barroso. Gilberto Vasconcellos (1979), por sua vez, dedica-se mais a estabelecer relações entre o verde-amarelismo e a doutrina integralista.

Ainda nos anos 1970 começaram a surgir os estudos regionais que, em contraste com os trabalhos acima citados, se voltavam para o integralismo em cada estado, como no Rio Grande do Sul, Bahia, Maranhão e Paraná. Recentemente surgiram inclusive casos de recortes mais restritos, dedicados a estudar o integralismo em cidades ou em regiões. A memória integralista e o antissemitismo na AIB são outros temas recorrentes nos estudos atuais (OLIVEIRA, 2010).

Rodrigo Santos de Oliveira identifica uma nova “fase” nos estudos do integralismo a partir da década de 1990. Essa nova “fase” seria marcada, sobretudo, por novas abordagens conduzidas por novas questões, que buscam

dar conta de uma série de temas que possuíam um papel marginal nas discussões iniciais e passaram a ter relevância, cujo estudo nos permite compreender de forma mais clara o funcionamento do integralismo: o militante de base ganhou voz, a mulher integralista também, a intervenção do integralismo junto à sociedade passou a ter relevância, os símbolos e ritos passaram a ser estudados, integralismo no pós-guerra se tornou objeto de estudo, o combate aos inimigos do integralismo também, e assim por diante (OLIVEIRA, 2010: 133).

O I Encontro de Pesquisadores Sobre o Integralismo realizado em Rio Claro em outubro de 2002 foi fundamental no sentido de dar prosseguimento aos novos questionamentos levantados nos anos 1990. Renato Alencar Dotta destaca que os estudos apresentados neste evento “permitiram dilatar o tema do Integralismo, fazê-lo respirar outros ares, outras perspectivas que são perfeitamente datadas (...), pois exalam questões do final dos anos 90 do

¹⁷CHASIN, J. *O Integralismo de Plínio Salgado: Forma de Regressividade no Capitalismo Hiper-tardio*. 2. ed. Belo Horizonte: Una Editoria; São Paulo: Estudos e Edições Ad Hominem, 1999. 640p.; TRINDADE, Hêlgio. *Integralismo: O Fascismo Brasileiro na Década de 30*. São Paulo: Difusão Europeia do Livro, 1974. 388p.; VASCONCELLOS, Gilberto. *A Ideologia Curupira: análise do discurso integralista*. São Paulo: Brasiliense, 1979. 207 p.; CHAUI, Marilena de Souza. Apontamentos para uma Crítica da Ação Integralista Brasileira. In: CHAUI, Marilena de Souza. FRANCO, Maria Silvia Carvalho. *Ideologia e Mobilização Popular*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1985. (CEDEC / Paz e Terra; v.3). 209p..

século 20 e início do 21”. Entre esses novos questionamentos levantados pelos estudiosos do integralismo, Renato elenca “o papel dos intelectuais”, “as publicações integralistas”, “a presença de uma militância feminina” e “as íntimas relações do Integralismo e lideranças com os regimes fascistas europeus” (DOTTA, 2004: 12).

A julgar pelas avaliações de Rodrigo Santos de Oliveira e Renato Alencar Dotta, esse trabalho se insere, a um só tempo, nas tendências dos primeiros estudos e naquelas da última “fase”, iniciada na década de 1990. Isso porque apresentamos as mesmas preocupações dos primeiros estudos em comparar o integralismo com manifestações fascistas europeias, embora aliando-as a elementos novos. Assinalamos, como novas contribuições desse trabalho, a utilização de novas ferramentas teóricas, como a História dos Conceitos; a formulação de novas perguntas, pois já não se trata mais de comparar nacional-socialismo e integralismo como um todo, mas sim os escritos de dois de seus militantes, bem como de trazer novos temas ao debate, que vão além da temática política, abarcando também a temática econômica; a utilização de fontes ainda não analisadas nas demais abordagens comparativas, a saber: a produção intelectual de um autor nazista; e, por fim, a própria preocupação em se problematizar a noção de comparação em História.

Paralela à revisão historiográfica de Rodrigo Santos de Oliveira, desenvolveremos uma revisão mais específica que busque entender como a comparação entre integralismo e fascismos mudou ao longo do tempo.

A partir de nossas leituras sobre o tema, podemos listar ao menos três problemas com as comparações feitas até aqui. O primeiro deles consiste em não se especificar com qual fascismo o integralismo está sendo comparado, ou ainda em comparar o integralismo indistintamente com o fascismo italiano e o nacional-socialismo alemão, como se estes últimos não guardassem divergências consideráveis entre si¹⁸.

O fascismo, portanto, foi um fenômeno heterogêneo, não só no espaço, mas também no tempo, o que nos leva ao segundo problema. Conforme demonstra Paxton na tese principal de seu livro *A Anatomia do Fascismo*¹⁹, os fascismos mais bem-sucedidos se desenrolaram em cinco estágios: o surgimento do movimento, suas tentativas de enraizar-se na sociedade, sua ascensão ao poder, seu exercício do poder e o dilema entre a radicalização e a entropia. Comparar o integralismo com alguma manifestação fascista requer que estabeleçamos não só

¹⁸ Cytrynowicz (1992: 173) observa que existia “uma diferença essencial entre fascismo [italiano] e nazismo, o primeiro mais ligado à ideia de progresso, alegria, juventude, renovação, enquanto o nazismo era permeado de um pessimismo trágico”. Paxton (2007: 76) diz: “Os enevoados mitos nórdicos que emocionavam noruegueses e alemães soavam ridículos na Itália, onde o fascismo recorria principalmente a uma *romanità* ensolarada”.

¹⁹ PAXTON, Robert O. *A Anatomia do Fascismo*. Trad. Patrícia Zimbres e Paula Zimbres. São Paulo: Paz e Terra, 2007.

com que fascismo estamos lidando, mas também em que estágio esse fascismo se achava. Comparar o *movimento* integralista, que nunca foi um regime, com um *regime* fascista é diferente de compará-lo com esse mesmo fascismo enquanto *movimento*.

Para além desses dois problemas, devemos considerar que nem o integralismo nem o nacional-socialismo eram blocos monolíticos. Esse tipo de abordagem compromete a compreensão da pluralidade ideológica que lhes-era inerente. Já vimos como muitos aderiam ao NSDAP atraídos justamente pelo teor “socialista” do nacional-socialismo, compondo o que Shirer (1975) chamou de “ala proletária” do NSDAP. Não menos clara se mostrava essa pluralidade dentro no integralismo:

Pelo menos três [correntes] persistiram até o término do movimento: uma, a mais numerosa, liderada por Plínio Salgado, fundada na doutrina social da Igreja e na exaltação nacionalista; uma outra, que dava ênfase especial aos problemas sociais e sindicais, assim como aos problemas jurídico-institucionais do Estado; e uma terceira, mais preocupada com os valores tradicionais da história pátria, a que acrescentava um antissemitismo de frágil mas espalhafatosa fundamentação, com Gustavo Barroso à frente (REALE, citado por RAGO FILHO, 1989: 8).

Dessa maneira, temos que

O Integralismo (...) não pode ser tomado como bloco monolítico nem como uma única doutrina. Consiste de um aglomerado de ideias que não são consideradas em si mesmas mas como ponto de partida para tentar solução dos problemas permanentes com que o liberalismo republicano se debatia, sem encontrar uma expressão intelectual que lhe desse ânimo para prosseguir (SOUZA, 1982: 65).

Heterogeneidade no *espaço*, no *tempo* e também *internamente*: eis como se deve abordar cada movimento fascista.

A preocupação em problematizar o próprio ato de comparar é fundamental para que possamos esclarecer esse ponto. Nas ciências humanas, a comparação “consiste em buscar (...) as semelhanças e as diferenças que apresentam duas séries de natureza análoga, tomadas de meios sociais distintos” (BLOCH citado por CARDOSO e PEREZ BRIGNOLI, 1990: 409). Assim, “é preciso considerar, através de tal método, tanto as semelhanças quanto as diferenças entre os elementos comparados” (CARDOSO e PEREZ BRIGNOLI, 1990: 411). Além disso, é preciso que “sejam tomadas sociedades a comparar, em épocas diferentes se necessário, mas em etapas comparáveis – ao mesmo tempo conjuntural e estruturalmente – de seu desenvolvimento” (GENOVESE citado por CARDOSO e PEREZ BRIGNOLI, 1990: 414). Em outros termos: “só é proveitoso comparar o realmente comparável” (CARDOSO e PEREZ BRIGNOLI, 1990: 414).

Com essa simples, porém valiosa observação, reafirmamos com propriedade o que já mencionamos: uma comparação entre integralismo e fascismo será muito mais viável e

frutífera se esclarecermos, desde o início, com qual fascismo estamos lidando, em que estágio ele se encontrava e com quais correntes ou autores dentro dele estamos trabalhando.

Dito isso, diante de tantas heterogeneidades, reafirmamos, conforme já esclarecido na introdução, que estaremos lidando com dois autores, um integralista e um nacional-socialista: o primeiro pertencia a um movimento fascista que nunca conquistou o poder; o segundo foi proeminente em um movimento fascista apenas antes de ele conquistar o poder. Com isso, reafirmamos também a justificativa da escolha de Gustavo Barroso e Gottfried Feder para nossa comparação: lidando com ideólogos que foram proeminentes em *movimentos* e não em *regimes* fascistas, nossa comparação torna-se mais viável, evitando as mudanças que a transição do nacional-socialismo de movimento para regime poderia acarretar sobre os escritos de Feder.

Apesar de divergirem quanto a uma série de pontos, Hégio Trindade e Gilberto Vasconcellos reconhecem no integralismo um movimento fascista. Hégio Trindade não ignora as várias particularidades que marcavam o integralismo brasileiro, mas conclui que

a posição de Salgado, portanto, apesar de todas estas nuances, enquadra-se na corrente fascista. Embora procure preservar a especificidade do caso brasileiro, sua atitude fundamenta-se na crença de que “só os governos fortes, que disponham da verdadeira autoridade, poderão realizar um dia os entendimentos necessários para impor ao mundo contemporâneo um ritmo seguro” (TRINDADE, 1974: 103-104).

Gilberto Vasconcellos observa que, enquanto os liberais brasileiros buscavam sintonizar seu discurso com o discurso europeu a fim de se legitimarem, os integralistas se preocupavam justamente em reafirmar a originalidade de sua doutrina. Para Vasconcellos, porém, “Tal esforço resultou em vão: a originalidade do fascismo caboclo permaneceu indemonstrável. Ante esse emaranhado de contradições, não havia senão uma saída: acenar com a ideia da falência mesma da razão”, (VASCONCELLOS, 1979: 196), alegando que a razão era inadequada a um país como o Brasil, que, diferente da Europa, seria compreensível somente pela emotividade e pelos sentimentos. Dessa forma, a falência da razão teria sido o artifício ao qual os camisas-verdes recorreram diante da incapacidade de apontarem sequer um traço que distinguisse o integralismo do fascismo europeu (VASCONCELLOS, 1979).

Produzido também nos anos 1970, o trabalho de Chasin segue um rumo diferente. Por meio de um denso trabalho de análise do pensamento de Plínio Salgado, Chasin conclui que o integralismo não foi um fascismo, pois o fascismo seria produto de uma combinação entre expansão econômica e regressão social, política e ideológica. O integralismo, porém, consistiria em regressão social, política, ideológica e também econômica. Assim, o fascismo defenderia a acumulação capitalista e a modernização tecnológica, a fim de alçar países de

capitalismo tardio ao status de potências. Já o integralismo seria uma doutrina refratária à modernidade, defendendo a manutenção do Brasil como país agrário-exportador (CHASIN, 1999). O limite máximo do integralismo de Salgado seria a defesa de uma “utopia reacionária ou regressiva” que transformasse o país “numa pletera de pequenas propriedades, quase que exclusivamente rurais”. Seu limite mínimo também traria um sentido telúrico: estancar a acumulação capitalista (CHASIN, 1999: 555). Em suma: “O fascismo esfacela para expandir; o integralismo retrocede com medo do esfacelamento” (CHASIN citado por RAGO FILHO, 1989: 400).

Em 1989, Antônio Rago Filho faz uma abordagem similar à de Chasin ao estudar o pensamento integralista de Gustavo Barroso. Se, para Chasin, o integralismo de Plínio Salgado é uma “forma de regressividade no capitalismo hiper-tardio”, para Rago Filho (1989) Gustavo Barroso tece uma “crítica romântica da miséria brasileira”:

(...) se é certo dizer que ambos [integralismo e fascismo] proclamam o antiliberalismo e o anticomunismo, a destinação histórica que eles esposam é todavia inteiramente diferente, num e noutro, pois que no fascismo elas atuam na direção de um nacionalismo *agressivo*, a refletir a particularidade do expansionismo econômico. No caso do integralismo barrosiano, eles atuam no sentido de um nacionalismo *defensivo*, como meio de proteção da família pequeno-burguesa, ameaçada pela lógica imanente à acumulação ampliada do capital, cujo comando é identificado ao banqueirismo judaico (RAGO FILHO, 1989: 27).

Esse nacionalismo *defensivo*, como bem observa Leandro Konder, “não se afirma em contraposição à humanidade em geral e não nega os valores das outras nações” (KONDER, 1977: 13). Em sua obra *O Modernismo Reacionário*, Jeffrey Herf (1993) tece alguns comentários que podem nos ajudar a entender melhor a visão de Rago Filho e Chasin. Segundo Herf, o nacional-socialismo seria alimentado pelo “romantismo de aço”²⁰, que, longe de propor a fuga ao campo, exortava os alemães a lançarem-se corajosamente ao futuro, encarando de frente a modernidade. Esse romantismo era mais dinâmico e ativo do que o “bucolismo *völkisch*” do romantismo tradicional (HERF, 1993: 61), do qual, a julgar pela análise de Chasin e de Rago Filho, o integralismo se aproximava²¹.

Discordamos, no entanto, da leitura que Chasin e Rago Filho fazem dos fenômenos, não por considerarmos-a equivocada, mas sim incompleta. Em nossa opinião, os dois autores ignoraram as três heterogeneidades inerentes ao fascismo acima mencionadas:

²⁰ *Stählernde Romantik*, expressão cunhada por Joseph Goebbels.

²¹ Para uma análise detalhada dos diferentes romantismos no Brasil, sugerimos: RIDENTI, Marcelo. *Em Busca do Povo Brasileiro: Artistas do Povo Brasileiro, do CPC à era da TV*. Rio de Janeiro: Record, 2000. P. 23-33.

heterogeneidade no tempo (os cinco estágios de Paxton), internamente (diferentes correntes em cada movimento) e no espaço (de país para país)²².

Assim, as conclusões que Rago Filho e Chasin tiraram sobre o fenômeno do fascismo não se aplicam a todos os estágios registrados por Paxton. Também não se aplicam a todas as correntes desses movimentos, já que, como também deixamos claro acima, cada movimento fascista possuía correntes internas que muitas vezes defendiam projetos antagônicos.

Como explicar, por exemplo, que nos escritos de um nazista como Feder seja possível encontrar indícios de um “sentido telúrico” – sentido esse que Chasin utiliza justamente para diferenciar o integralismo do nazi-fascismo? É o caso da seguinte passagem em que Feder proclama: “O Estado nacional-socialista cuidará especialmente para que a classe trabalhadora, desesperadamente desenraizada nas grandes cidades, possa voltar a crescer junto ao solo pátrio alemão por meio de assentamentos” (FEDER, 1935: 319). Aquilo que Chasin identificaria como uma “forma de regressividade” ou como a busca pelo estancamento da acumulação capitalista pode ser notado em quase toda a obra do autor:

Os escritos anticapitalistas de Feder eram fortemente dirigidos contra as grandes corporações administradas por quadros de diretores, contra os negócios judeus e contra bancos e lojas de departamento. Ele enaltecia algumas poucas corporações manufatureiras dirigidas diretamente por seus donos, notadamente as indústrias pesadas de Krupp, Kirdorf, Abbe, Mannesmann e Siemens na Alemanha, e a produção automobilística em massa de Henry Ford nos Estados Unidos. Ele via esses negócios como “controlados pessoalmente por homens de elevadas qualidades morais que cuidavam dos interesses de seus trabalhadores”. No comércio, entretanto, Feder condenava todas as grandes lojas de varejo como “viveiros de extravagância” e consumo sem sentido. Ele pregava um mundo de pequenos lojistas e defendia-os vigorosamente como sendo mais eficientes, humanos e sadios (BROMLEY e SCHENK, 2003: 111).

Ademais, conforme deixa claro Paxton, a ideia do fascismo como uma ditadura desenvolvimentista “comete um erro grave (...) ao supor que o fascismo perseguia algum tipo de objetivo racional”, ignorando que o objetivo de Hitler “era submeter a economia para fazê-la servir a fins políticos” (PAXTON, 2007: 342-343).

Se é possível encontrar traços desse “sentido telúrico” na obra de Feder, por outro lado há diversas passagens na obra de Barroso que remetem a um nacionalismo agressivo – elemento que Chasin atribui apenas ao nazi-fascismo. Esse nacionalismo agressivo fica evidente quando o autor se mira no exemplo japonês. Apesar de todas as suas deficiências em recursos naturais, “os caboclos [sic] do arquipélago do Sol Nascente têm um exército de

²² Ao questionar a “regressividade” que Chasin atribui ao integralismo, distancio-me da posição que eu mesmo defendi em um artigo publicado há alguns anos. Ver: LIMA, M. A. P.. Da Servidão dos Juros à Colônia de Banqueiros: uma Análise dos Escritos de Gottfried Feder e Gustavo Barroso. *Temporalidades*, v. 5, p. 202-225, 2013.

primeira ordem e a terceira marinha de guerra do globo” (BARROSO, 1936A: 139-140). Se o Japão alcançara este patamar, o Brasil poderia ir além:

A lição nipônica, por ser a dum povo fora do âmbito europeu, devia ser o nosso espelho. Não é, porque não temos tido governo nacional, porém agentes de politicagem ou das forças ocultas na direção do país. Será o nosso espelho no Estado Integral. Nós temos mais elementos para um surto ainda mais miraculoso do que o japonês. Possuímos ferro e carvão. Possuiremos petróleo. Temos de regularizar a nossa vida econômica e de nos libertarmos da escravidão aos banqueiros internacionais. Então, nos armaremos para sermos respeitados como devemos (BARROSO, 1936A: 140)²³.

Graças ao seu sentido telúrico, Chasin (1999: 589) afirma que o integralismo não se inclinaria às “batalhas pelo progresso”. Precisamos, porém, atentar para a multiplicidade de sentidos que o termo “progresso” pode assumir em diferentes tempos e lugares. Em países nos quais a modernização foi fruto de forças não racionais, “é com o passado que se constrói o futuro e todo progresso para a frente é vivenciado também como volta às origens mais ou menos míticas” (TOURAINÉ, 1994: 314). Não por acaso, a “afirmação das tradições da nação e do povo brasileiro como base de sustentação da modernidade fez-se presente nos mais diferentes movimentos estéticos a partir da Semana de Arte Moderna de 1922”. O integralismo, longe de ser uma mera “forma de regressividade” ou uma simples “crítica romântica”, tinha muito mais a ver com o modernismo de 1922, que era, a um só tempo, futurista e passadista, moderno e romântico (RIDENTI, 2000: 49).

Ao tratar o nacional-socialismo como uma doutrina que se inclina às “batalhas pelo progresso” e defende a acumulação capitalista, Chasin passa por cima dos diferentes projetos que existiam dentro desse movimento, enfatizando apenas o projeto vencedor. Nossa proposta de comparar Gottfried Feder e Gustavo Barroso se mostra, assim, tanto mais significativa, não no sentido de corrigir as análises já feitas, mas de relativizá-las, mergulhando mais a fundo e respeitando a pluralidade que permeava o integralismo brasileiro e o nacional-socialismo alemão. É claro que nosso recorte aqui é bastante limitado, restringindo-se apenas a dois autores desses movimentos, sem pretensões a uma comparação geral entre os dois fenômenos. Porém, são justamente os recortes mais específicos que nos permitem enxergar aspectos que uma comparação mais generalizante não captaria.

²³ Tais observações também são válidas para a AIB de uma forma geral. Analisando alguns artigos do periódico *A Offensiva*, o principal veículo de comunicação da AIB, Murilo Antonio Paschoaleto escreve: “Es factible suponer que con este discurso *A Offensiva* intentase transmitir la idea de que, en el caso de ascender al poder, el integralismo transformaría a Brasil en una potencia mundial, tal como había ocurrido en Italia y Alemania, debido a que solo un ‘gobierno fuerte’ podría hacer, según el director del periódico, ‘lo que Italia hizo o lo que Hitler está haciendo y lo que el Integralismo hará un día’” (PASCHOALETO, 2016: 100).

Há trabalhos mais recentes que seguem a linha de Chasin, considerando o integralismo uma ideologia regressiva. Jefferson Rodrigues Barbosa argumenta que a AIB “não pode receber a mesma denominação da experiência italiana para que não retornemos às generalizações de experiências históricas e políticas que não são homogêneas” (BARBOSA, 2007: 220). No entanto, quando usamos o termo “fascismo” para denominar experiências, em momento algum estamos apontando para uma homogeneidade entre elas, mas sim reconhecendo que elas possuem uma série considerável de pontos em comum que não constituem mera coincidência. Não havia homogeneidade entre os fascismos, assim como não havia homogeneidade entre os regimes comunistas ou entre os regimes absolutistas. Aliás, nem mesmo dentro de um regime fascista há homogeneidade, conforme já demonstramos acima. Diz ainda Jefferson Rodrigues Barbosa:

Nesse sentido nos parece que a análise de Chasin avança ao inserir o debate acerca do caráter político do integralismo de Plínio Salgado com a especificidade do momento do capitalismo brasileiro em 1930. Sua tese de que a AIB é um fenômeno de um capitalismo “hiper-tardio” não ajustado às circunstâncias históricas originais de formação do fascismo italiano vai de encontro com as perspectivas que atribuem ao caso italiano a unanimidade do conceito. Seguindo a perspectiva da historiografia marxista, ele situa o fenômeno como consequência da crise do sistema do capital, e seus atores sociais como representantes da pequena burguesia.

(...)

Chasin atribui eclosão do fascismo à crise histórica do capitalismo, porém, distingue a especificidade da Ação Integralista Brasileira no contexto nacional de um capitalismo “hiper-tardio”. Devido a esta singularidade a AIB não poderia ser identificada com um movimento “Fascista”, já que este seria um fenômeno do capitalismo avançado (BARBOSA, 2007: 212).

Pensamos, porém, que a ausência de um capitalismo avançado no Brasil pode ter inviabilizado a existência de um *regime* fascista, mas não a emergência de um *movimento* fascista no país. Dizemos isso no sentido de que, sendo o regime fascista um produto da aliança entre um movimento e os detentores do capital²⁴, e sendo o Brasil dos anos 1930 um país de capitalismo industrial e financeiro ainda incipientes, o integralismo não conseguiu o apoio necessário para deixar de ser um movimento e virar um regime.

Nosso trabalho se aproxima de outra vertente, composta de autores como Roney Cytrynowicz, Natália dos Reis Cruz, Manuel Filipe Canavieira e Carlos Gustavo Nóbrega Jesus, que relativiza a tendência encabeçada por Chasin. Isso inclui: o questionamento da “regressividade” integralista, a ênfase no caráter racial de seu projeto, a relativização do teor defensivo de sua política externa e o estabelecimento de maiores pontos em comum entre integralismo e fascismos europeus.

²⁴ “E, o Estado fascista é, de fato, um pacto entre o movimento que para se firmar no poder, faz alianças com detentores de capital, de base social distinta, porém indispensáveis para o desenvolvimento econômico dos Estados em questão” (BARBOSA, 2007: 200).

Comentando os estudos de Renzo de Felice, Cytrynowicz enuncia que o regime fascista se restringiu à Europa, ao passo que os movimentos fascistas existiram em outros continentes, a exemplo do integralismo. Cytrynowicz diz que o integralismo guardava uma ambiguidade “fundamental entre reforma e revolução, restauração e modernização” (CYTRYNOWICZ, 1992: 172). Ademais, o autor aponta que o Brasil dos anos 1930 apresentava plenas condições para a ascensão do fascismo, mencionando a “ascensão social das classes médias, economia predominantemente agrário-exportadora, crise e transformação profunda de valores, intensa discussão sobre a forma de governo (como se vê na crítica tenentista, por exemplo)” (CYTRYNOWICZ, 1992: 177).

Natália dos Reis Cruz vai além, dizendo que o integralismo não desejava “lutar contra o processo de industrialização, mas produzir um arranjo institucional por meio de um projeto de nação que englobasse os interesses industriais e médios e controlasse o movimento popular” (CRUZ, 2004: 32). Ademais, ele desejava “uma nova sociedade que combinasse padrões modernos (como o industrialismo e o desenvolvimento econômico capitalista) com elementos antimodernos considerados úteis para organizar tal sociedade” (CRUZ, 2011: 204). Como bem observou Marcos Chor Maio, Barroso via a modernidade como um projeto judaico que iniciara uma fase da história na qual se exacerbariam os conflitos, a acumulação desenfreada e a desespiritualização do homem. Porém, para o autor era impossível recuperar uma pré-modernidade, pois o judaísmo já teria minado as fundações do mundo medieval (MAIO, 1992). Nessa mesma linha, questionando o caráter “regressivo” que Chasin atribui ao integralismo, Gisele dos Reis Cruz e Jeronimo Marques de Jesus Filho enunciam:

É importante frisar que, na década de 1920, os integralistas estavam do lado moderno e progressista da sociedade brasileira, assim como os comunistas e tenentes. Somente as diferenças ideológicas entre eles os distinguiram. Tinham, até mesmo, inimigos em comum e lutavam todos contra o atraso e a aristocracia (...) que travavam o desenvolvimento do país e sua industrialização. O (s) fascismo (s) europeu ou tupiniquim pregava (m) o progresso e o desenvolvimento econômico moderno em seus discursos autoritários e inflamados, assim como em suas ações políticas, muitas vezes ultraviolentas (CRUZ e MARQUES J. FILHO, 2012: 30).

Apesar de enfatizar as similaridades com os fascismos, Natália dos Reis Cruz reconhece o integralismo como movimento “autônomo, surgido das circunstâncias históricas, sociais e políticas da sociedade brasileira da época [e com] toda uma doutrina adaptada a esta realidade, o que o diferenciava em muitos pontos do nazismo” (CRUZ, 2004: 47).

O antissemitismo de Gustavo Barroso também é um ponto importante nas análises comparativas entre integralismo e fascismos, já que ele é frequentemente apontado como elo entre o integralismo brasileiro e o nacional-socialismo alemão. Trindade (1974) diz que o

antisemitismo de Barroso não tinha caráter étnico ou racial, e sim político, já que o autor justificaria o ataque aos judeus apenas com base nas atividades imorais que eles levariam a cabo. Por outro lado, Trindade diz que Plínio Salgado não era antisemita, pois afirmava que o problema do mundo “é ético, e não étnico”, além de acreditar que era apenas uma coincidência o fato de os judeus controlarem as instituições financeiras internacionais.

Não conseguimos ver, nessa contraposição, qual seria a diferença entre a postura de Plínio Salgado e a de Gustavo Barroso frente à questão judaica. De acordo com ela, a questão judaica para Barroso teria tido quase o mesmo significado que teve para Salgado: uma denúncia motivada não por aspectos religiosos ou raciais, mas por aspectos de ordem econômica, moral e política.

Natália dos Reis Cruz adota um ponto de vista diferente, enfatizando que o pensamento de Gustavo Barroso e o integralismo de maneira geral tinham sim inclinações raciais. Não obstante o panegírico que o autor fazia da contribuição de várias raças para a formação do povo brasileiro, esse elogio só se sustentaria caso os índios e negros abrissem mão de sua cultura em prol do projeto cristão lusitano. O integralismo, portanto, teria “como objetivo a construção e formação de uma homogeneidade racial e étnica da população, através do caldeamento racial e cultural, resultando no almejado predomínio da raça e cultura brancas” (CRUZ, 2004: 276). Corroborando a visão da autora, temos Márcia Regina da Silva Ramos Carneiro, que diz que os integralistas “Acreditavam na possibilidade de um retorno a um Brasil idealizado, harmonizado por uma autoridade mítica de governantes inquestionáveis, de um povo uniformizado pela mestiçagem, sob a hegemonia portuguesa, branca e católica” (CARNEIRO, 2013: 3).

Nessa mesma linha, Carlos Gustavo Nóbrega de Jesus diz que Barroso buscava conferir a seu antisemitismo uma coloração ética e associá-lo ao anticomunismo a fim de encobrir suas motivações raciais, evitando, com isso, um choque com o discurso oficial da AIB, que prezava pela integração racial. Recorrendo a um elemento que era unanimidade nas fileiras integralistas – o anticomunismo –, Barroso teria conseguido amenizar os efeitos de seu antisemitismo (JESUS, 2011: 1, 5). Nas palavras do autor: “o caráter racial das propostas de Barroso era diluído em seu apelo político, pois, na verdade, seu antisemitismo era fundamentado na intolerância diante do posicionamento excludente do povo judeu do projeto de integração racial” (JESUS, 2006: 108).

Por fim, Manuel Filipe Canavieira alega que muitos estudiosos subestimaram o teor racial do antisemitismo de Barroso, pois “para o nacionalista Gustavo Barroso, o culto do heroísmo e a noção de patriotismo passava pela celebração das humilhações infligidas aos

países vizinhos” (CANAVIEIRA, 2009: 182). É o que se vê na produção historiográfica do autor, na qual o Império Brasileiro é apresentado como um foco de civilização diante da barbárie que reinaria no continente. Forja-se assim uma espécie de *fardo do homem branco revisitado*. Os vizinhos do Brasil são representados como povos desordeiros, incapazes de cuidar de seus assuntos e dependentes, portanto, do amparo brasileiro. Essa postura do autor é marcante nas suas obras historiográficas, anteriores mesmo ao seu ingresso na AIB em 1933, e continua presente em sua produção integralista. Descrevendo os soldados uruguaios e argentinos que o Brasil combateu na Guerra da Cisplatina (1825-1828), o autor comenta:

Homens pequeninos e ágeis, de fardetas escuras avivadas de verde, os shakos [sic] sem penachos desbotados pela chuva, esturricados ao sol dos Pampas, a mochila trepada às costas, os rostos brunidos pelo minuano, de maçãs salientes, horivelmente tranquilos. Não tinham a beleza física nem os assomos cavalheirescos dos gaúchos de Bento Manoel ou de José de Abreu. Eram taciturnos, pacientes, sofredores. Afrontavam a morte com uma impavidez sobre-humana. Sobre eles o pânico não tinha força (BARROSO, 1930: 129).

Ao pintar os inimigos do Brasil como pessoas frias diante dos horrores da guerra, o integralista cearense reproduz uma postura que pouco difere daquela adotada por tantos intelectuais europeus que, no auge do imperialismo, despojavam os povos conquistados de sua humanidade. O integralista propõe assim uma espécie de *fardo do homem brasileiro*, ressaltando que “O Brasil nunca fez guerra aos povos americanos, seus irmãos e vizinhos, senão a chamado dos oprimidos e dos que desejavam a paz e a organização imperial, e isso, lealmente, libertando-os de tiranias ultrajantes” (BARROSO, 1930: 6)²⁵.

No último parágrafo de *História Militar do Brasil*, publicado pela coleção Brasileira, o autor ressalta o papel do Brasil na Guerra do Paraguai como tendo prestado um serviço a todo o continente: “O Brasil Imperial varrerá do Prata seu derradeiro caudilho de grande vulto” (BARROSO, 1938A: 346). A dramática perseguição de Solano López pelas tropas imperiais demoniza os soldados paraguaios, bem como o próprio líder, acusando-o de oprimir seu povo. Quando o autor ataca o imperialismo britânico, ele o faz em defesa do “sentido da civilização brasileira [que] se interpunha à barbárie caudilhesca do Prata” (BARROSO, 1938B: 133, 155). Ataca-se o imperialismo em nome de outras pretensões imperialistas:

O *poder colossal* de Rotschild, a que aludira antanho o marquês de Barbacena, colonizava financeiramente o Império que se erguera na América do Sul como um campeão da ordem e da liberdade no meio de bárbaras repúblicas caudilhescas, onde a degola e a matança eram a lei comum da política inexorável. Manobrado por esse

²⁵ O teor imperialista dos escritos de Gustavo Barroso foi discutido por mim de forma mais aprofundada em: LIMA, M. A. P., A vingança do centauro: imperialismo e anti-imperialismo no pensamento integralista de Gustavo Barroso. *Tempos Históricos* (EDUNIOESTE), v. 18, p. 286-319, 2014. Disponível em: <http://e-revista.unioeste.br/index.php/tempohistoricos/issue/view/683/showToc>.

poder, o governo inglês também entraria depois na liça, a fim de humilhar a soberania imperial, tirando-lhe a força moral que lhe adviera da vitória de Caseros e da entrada triunfal de Marques de Souza em Buenos Aires, de onde os ingleses haviam sido corridos (BARROSO, 1938B: 138).

A crença nessa missão civilizadora fica ainda mais evidente no terceiro volume de *História Secreta do Brasil*, onde lemos que a vitória brasileira sobre o caudilho argentino Manuel Rosas nos anos 1850 permitira ao Império “libertar o Prata, exercer sua missão civilizadora contra a caudilhagem feroz e vingar os agravos de 1827, passeando sobre as baionetas dos caçadores de Marques de Souza as cores imperiais pelas ruas de Buenos Aires”. Tal evento teria um significado inequívoco: “O Brasil inaugurava o sentido imperial do seu destino na América do Sul” (BARROSO, 1938B: 84)²⁶.

“Pois que a história é duração, o passado é ao mesmo tempo passado e presente” (LE GOFF, 2003: 51), já dizia Le Goff. A história que se narra está sempre articulada com a história que se vive. Logo, o entusiasmo barrosiano com a política externa do Brasil Imperial na Bacia do Prata não era ingênuo, nem dissociável do seu projeto de um Brasil integralista. Deve-se ressaltar que “A convergência entre o Museu Histórico Nacional e a Ação Integralista não se baseia apenas [na] participação direta de Barroso nas duas instituições”, sendo “importante perceber [que] elas partem de um mesmo projeto nacionalista” (SILVA, 2012: 11). Em seus escritos observa-se a “evocação de fatos passados, desinseridos do seu contexto e transformados em instâncias de legitimação de uma ideologia” (CANAVIEIRA, 2009: 178).

Com tudo isso, queremos demonstrar que o caráter defensivo do integralismo barrosiano, apontado por Chasin e Rago Filho, é algo a ser relativizado. Afinal de contas, que manobra imperialista é tão audaciosa quanto a busca pelo monopólio do discurso histórico?

1.4. O caráter fascista do integralismo brasileiro: uma discussão necessária

Reduzir o integralismo a um mero mimetismo de fenômenos europeus já não é algo aceito na historiografia atual. Em meio a múltiplas interpretações, há um forte consenso no sentido de abordá-lo respeitando suas singularidades, impedindo-nos assim de toma-lo como uma cópia de modelos externos. Não obstante, a influência dos fascismos europeus permanece um elemento fundamental para se entender o integralismo:

²⁶ Sobre as controvérsias historiográficas acerca da Guerra do Paraguai, ver: FERNANDES, E. S.. La Consolidación del Nacionalismo Lopizta en Paraguay y su repercusión en Sudamérica (1920-1930). In: BERTONHA, J. F.; BOHOSLAVSKY, Ernesto (orgs.). *Circule por la Derecha: percepciones, redes y contactos entre las derechas sudamericanas, 1917-1973*. Los Polvorines: Universidad Nacional de General Sarmiento, 2016. P. 41-64. O caráter tirânico ou não de Solano López era o tema principal dessas disputas.

Entendo que essas estratégias adotadas pela AIB, embora tenham especificidades que lhes são próprias, foram fortemente influenciadas pelo fascismo europeu. Não se trata de mero *mimetismo* ou de simples *reflexo* de ideologias totalitárias da Europa, entretanto, não podem ser explicadas sem se levar em conta o *modelo de referência externo* (CAVALARI, 1999: 33).

Na mesma linha, temos Márcia Regina da Silva Ramos Carneiro:

Embora nuances específicas deem à AIB, estruturada como uma associação política assistencialista, a sua especificidade, esta se incorpora à tipificação fascista. Ainda que os integralistas afirmem que seu movimento era completamente diferente do fascismo europeu, e mesmo antagônico, muitas de suas características organizacionais eram semelhantes. O uso do uniforme, o estabelecimento de uma hierarquia rígida a partir de um chefe único, representante pessoal da própria doutrina, a defesa do corporativismo, da democracia orgânica (presentes tanto no fascismo quanto no “estatismo orgânico”), a organização de um contingente de militantes com propósito de agir como força paramilitar são exemplos dessas semelhanças (CARNEIRO, 2012A: 173).

Sendo assim, o fato de o integralismo poder ser considerado um fascismo não significa que ele tenha sido um fenômeno mimético irracional, já que “a AIB congregou em seus quadros importantes e competentes intelectuais cujo arcabouço teórico embasava de forma bastante coerente sua doutrina” (CARNEIRO, 2012A: 173).

Segundo Vasconcellos, a especificidade do integralismo não residia no irracionalismo, no corporativismo, na hipóstase espiritual, no cristianismo nem no nacionalismo literário e político. Para ele, era a “falácia autonomística” o elemento que conferia ao integralismo sua especificidade enquanto discurso totalitário de país periférico:

Claro, nos fascismos europeus encontram-se rituais que apresentam “nostalgia pela volta de um passado medieval mítico”. Em nenhum deles, todavia, configura-se a veleidade autonomística, posto que nas nações de desenvolvimento capitalista autônomo está ausente a questão de uma cultura que não se autodetermina. Por isso mesmo, os movimentos fascistas europeus copiaram o modelo alemão ou italiano mas não reivindicaram – ao contrário do integralismo – uma tradição nacional e nem tiveram a pretensão de originalidade (VASCONCELLOS, 1978: 57-58).

Discordamos da ideia do autor de que não haveria, nos fascismos europeus, a preocupação com a originalidade. Tal preocupação não só existia como era marcante. Para Alfred Rosenberg, um dos mais importantes ideólogos nazistas, em um mundo dominado pelos nazistas o confronto entre a raça ariana e os demais povos seria inevitável, inviabilizando desde já qualquer tipo de colaboração por igual entre povos de origens diferentes (BERTONHA, 2000: 106, 109). Em *O Mito do Século XX*, Rosenberg diz que todo o estrangeiro deve ser rejeitado e, se preciso, combatido, já que ele seria um elemento destrutivo para o espírito ariano (ROSENBERG in WEBER, 1964: 155).

Assim como já está acordado que o integralismo não se resumiu a uma cópia de modelos europeus, também já está suficientemente acordado que o integralismo se inspirou, entre outras matrizes ideológicas, nos fascismos europeus, de modo que é impossível compreender o primeiro sem remeter aos segundos. Já no pós-guerra, [ex-]integralistas tentaram dissociar sua imagem da dos fenômenos europeus sob a justificativa de que integralismo e nazi-fascismo se aproximavam apenas em suas “exterioridades”, isto é, nos seus ritos e símbolos²⁷. Entretanto, pensamos que esse tipo de apropriação não deve ser subestimado, já que “a adoção de certas *exterioridades* pressupõe, ainda que de forma implícita, a adoção da ideologia que lhe é subjacente” (CAVALARI, 1999: 214).

A questão de podermos ou não considerar o integralismo uma doutrina fascista permanece em aberto. Para abordá-la, é preciso primeiro entender o conceito de fascismo.

Segundo Edda Saccomani (1986), o fascismo é geralmente compreendido como uma forma de dominação com um partido único de massa hierarquicamente organizado. Igualmente característicos do fascismo são o culto a um líder, a exaltação da coletividade nacional (colocada acima dos interesses individuais e de classe), o anticomunismo, o antiliberalismo, o corporativismo, a mobilização das massas, a violência contra toda forma de oposição, o controle dos meios de comunicação por parte do Estado, um aparelho de propaganda e um elevado dirigismo estatal na economia que não viola a propriedade privada.

Mario Sznajder diz que a reação anti-iluminista é o traço mais marcante do fascismo, cujos elementos primordiais seriam: 1) Aceitação da dinâmica revolucionária dentro da economia de mercado, chamando o Estado a interferir para evitar conflitos sociais; 2) Interpretação da noção marxista de revolução em termos antirracionalistas, antiuniversalistas e antimaterialistas; 3) Luta contra as estruturas democrático-liberais, o sistema parlamentar e os partidos políticos (SZNAJDER, 2010: 30).

Felipe Cazetta aponta, como um dos pontos em comum entre integralismo e nazi-fascismo, a exigência de um compromisso entre o indivíduo subordinado e os objetivos do líder. Assim, as massas, no integralismo, desempenham um importante papel, havendo um empenho por parte do líder e da propaganda oficial no sentido de fazer com que ela se sinta importante no processo de tomada de decisões (diferente dos regimes autoritários, nos quais as massas são afastadas, tidas como indignas de participação) (CAZETTA, 2010: 114-115).

²⁷ Sobre o integralismo no pós-guerra, ver: CALIL, Gilberto. *Integralismo no Pós-Guerra: Partido de Representação Popular (1945-1950)*. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2001. v. 1. 399p. Sobre os embates entre a história do integralismo e militantes integralistas ainda vivos, ver: BERTONHA, J. F. Integralistas e Pesquisadores do Integralismo: o Embate entre Memória e História. In: CAVALARI, R. M. F., DOTTA, Renato A., POSSAS, L. M. V. (orgs.). *Integralismo: Novos Estudos e Reinterpretações*. Rio Claro: Arquivo do Município, p. 155-166, 2004.

Vejamos, portanto, se é possível encontrar tais características na doutrina da AIB.

Nas Diretrizes Integralistas de 1933, lemos que o integralismo considera “todo o indivíduo subordinado na esfera de suas atividades, aos interesses superiores da coletividade que, por sua vez, condicionam e favorecem a legítima expansão da sua personalidade” (DIRETRIZES, 1935: 77). Já no Manifesto de Outubro de 1932, enuncia-se que “o Brasil não pode realizar a união íntima e perfeita de seus filhos, enquanto existirem Estados dentro do Estado; partidos políticos fracionando a Nação; classes lutando contra classes; indivíduos isolados, exercendo ação pessoal nas decisões do governo” (SALGADO, 1935: 19). Vemos aqui, portanto, o clamor integralista por submeter aos interesses da nação os demais interesses. De volta às Diretrizes, lemos, entre as exigências da AIB, o controle estatal dos meios de comunicação, sua utilização para veicular propaganda política e o chamado à mobilização por um duplo combate – contra o comunismo e contra o capitalismo:

Fiscalização direta do Estado sobre o cinema, o teatro, a imprensa, o rádio, todos os veículos do pensamento que estão hoje atentando contra a liberdade, forçando o povo a submeter-se aos caprichos de capitalistas internacionais, de burgueses materialistas, de espíritos anárquicos, de agentes de Moscou. Amparar os artistas nacionais, de modo que possam, com a independência, ter a liberdade de ser brasileiros; auxiliar todos os empreendimentos artísticos, proteger o cinema nacional, sanear a imprensa, elevando-a e libertando-a dos interesses particulares que a oprimem – tudo isso será uma obra grandiosa do Integralismo (DIRETRIZES, 1935: 79).

A defesa da influência estatal na economia aliada à liberdade da propriedade privada é patente na seguinte passagem:

O Integralismo quer a direção da economia nacional pelo governo, evitando que o agiotarismo depaupere as forças da produção, que o trabalho seja reduzido a uma simples mercadoria sujeita à lei da oferta e da procura, que o intermediário asfixie o produtor e esmague o consumidor; que o capitalismo internacional os escravize, cada vez mais, aos grupos financeiros de Londres e Nova York, não transferindo como faz o Estado Liberal Democrático a soberania Econômica da Nação ao Capitalismo burguês que permite a orgia dos “trusts”, “cartéis”, “monopólios”, espoliações de toda a sorte através dos juros onerosos, do jogo da bolsa, das manobras com as quais o capitalismo atenta contra o princípio da propriedade (DIRETRIZES, 1935: 81).

Contra o sistema partidário, proclama-se: “Repetimos a frase do lendário Osório, quando escrevia dos campos do Paraguai, dizendo que não reconhecia partidos, porque eles dividiam a Nação e esta deve estar coesa, na hora do perigo”. E em defesa do corporativismo, defende-se que “a Nação precisa de organizar-se em classes profissionais” (SALGADO, 1935: 19, 24).

Os ataques à herança iluminista são uma constante ao longo dos escritos de Barroso. Proclamando o século XX como um século dinâmico, enérgico, marcado pelo revigoramento

dos nacionalismos, o autor se opõe ao que seria o legado do século XVIII (o liberalismo) e do século XIX (o socialismo), apresentando o fascismo como único legítimo filho do século XX:

É o século do zepelim, do rádio, da eletricidade que despe a rabona caspenta do marxismo de 1848 e rasga os falsos punhos de renda do liberalismo de 1789, afirmando publicamente sua coragem e sua fé num ideal, com a ostentação duma indumentária niveladora e simbólica. E só a mais crassa ignorância em matéria filosófica e sociológica pode denominar esses movimentos tiranias de ordem pessoal (BARROSO, 1934B: 50-51).

O chamado à mobilização das massas e a defesa de uma revolução despida de teor materialista aparecem nos seguintes trechos do Manifesto de Outubro: “Nossa campanha é cultural, moral, educacional, social, às claras, em campo raso, de peito aberto, de cabeça erguida”; “Quem marcha em nome de ideias nítidas, definidas, não precisa de máscaras”; “Levantamo-nos, num grande movimento nacionalista, para afirmar o valor do Brasil e de tudo o que é útil e belo, no caráter e nos costumes brasileiros; para unir todos os brasileiros num só espírito” (SALGADO, 1935: 22, 25). Por ser uma revolução de ideias ou, mais precisamente, uma revolução espiritual, a vanguarda da revolução integralista seria composta não por uma classe social, mas por intelectuais. Por isso, diz Barroso que a implantação do integralismo “é obra de pensadores, homens de ciência, artistas, escritores e poetas, não é obra de políticos. Eis porque a nós intelectuais cabe a maior responsabilidade na criação do Brasil Novo” (BARROSO, 1934B: 108).

Por fim, temos o chamado à ação do Estado para intermediar os conflitos sociais: “Transfigurar o trabalhador no herói da nova Pátria, no homem superior, iluminado pelos nobres ideais de elevação moral, intelectual e material, esses são nossos propósitos. Ao Estado, compete a proteção de todos” (SALGADO, 1935: 28).

Edda Sccomani observa ainda que existem basicamente dois tipos de teorias sobre o fascismo: as *singularizantes* e as *generalizantes*. Teorias singularizantes são aquelas que restringem o fascismo a um fenômeno tipicamente italiano do pós-Primeira Guerra. De acordo com tais teorias, o fascismo teria se desenvolvido apenas na Itália entre 1919 e 1945, sendo que o termo não teria serventia para outras experiências análogas. As teorias generalizantes, por sua vez, interpretam o fascismo como um “fenômeno supranacional que apresentou, nas diversas formas de que historicamente se revestiu, características essencialmente análogas, resumíveis num conjunto de fatores homogêneos” (SACCOMANI, 1986: 466, 467).

Neste trabalho, inclinamo-nos a acatar a concepção generalizante do termo “fascismo”. Entendemos o fascismo tal como o coloca Paxton: “uma forma de comportamento político marcada por uma preocupação obsessiva com a decadência e a humilhação da comunidade,

vista como vítima, e por cultos compensatórios da unidade, da energia e da pureza”. Igualmente crucial para o fascismo é “um partido de base popular formado por militantes nacionalistas engajados, operando em cooperação desconfortável, mas eficaz com as elites tradicionais”, repudiando liberdades democráticas e correndo atrás de “objetivos de limpeza étnica e expansão externa por meio de uma violência redentora e sem estar submetido a restrições éticas ou legais de qualquer natureza” (PAXTON, 2007: 359).

Não negamos que as experiências fascistas no mundo tenham sido diversas e contrastantes. Porém, como diz Robert Paxton (2007), uma utilização restrita do termo “fascismo” poderia ser ainda mais problemática. Restringir o fascismo à Itália implica ignorar que aspectos cruciais do fascismo podem ser encontrados em movimentos de outros países no período entre guerras, bem como ignorar que tais semelhanças não eram gratuitas nem acidentais. Da mesma forma que a diversidade de experiências liberais e comunistas não invalida os termos “liberalismo” e “comunismo”, a diversidade de experiências fascistas também não deve desqualificar esse termo: “O aspecto do comunismo muda se ele é praticado por russos, servo-croatas ou chineses; mas ainda assim podemos estudar a teoria do comunismo e aprender bastante a partir daí” (WEBER, 1964: 10 – tradução nossa)²⁸. Faz-se necessário, portanto, um termo genérico que dê conta da mais importante novidade do século XX: um movimento que apelava para a mobilização das massas contra o comunismo e contra o individualismo liberal (PAXTON, 2007).

O fascismo, portanto, foi um fenômeno geral, e assim deve ser abordado.

Amparados por uma abordagem generalista e tendo em vista a breve análise desenvolvida acima acerca das características da doutrina integralista, consideraremos aqui o integralismo como uma manifestação fascista. Encontramos, no integralismo, a defesa do corporativismo, um anticomunismo articulado com um antiliberalismo, a organização em milícias uniformizadas, a defesa de um regime de partido único hierarquicamente organizado, o culto ao líder, um nacionalismo ferrenho, o chamado à mobilização das massas, a exaltação da pátria acima de todos os interesses individuais e de classe e a defesa do controle dos meios de comunicação pelo Estado. Como bem atesta João Fábio Bertonha:

O mais interessante, contudo, é observar como, em síntese, as características tanto da ideologia como da base social, da organização, da mística e outras do

²⁸ Sznajder faz uma reflexão semelhante e igualmente pertinente ao estudar o Nacional-Socialismo chileno (também conhecido como “nacismo”): “El hecho de que se trate de aplicar la matriz de pensamiento fascista europeo a una historia diferente, produce un análisis cuyo resultado está condicionado por la particularidad de la historia chilena. Pero lo mismo sucede con fascismos europeos, tales como el francés y el italiano, o el nazismo alemán, que a diferencia del chileno intentaron aportar una visión original a la teoría política moderna” (SZNAJDER, 1990: s/p).

Integralismo, já levantadas por Héglio Trindade nos anos 70, e que as pesquisas posteriores não negaram, colocam-no, perfeitamente, dentro de quase todos esses modelos criados para definir o que é fascismo. Ou seja, em que pesem as diferenças entre os modelos, o Integralismo constitui-se um movimento fascista, segundo quase todos esses modelos (BERTONHA, 2004: 158).

Mais do que admitir que o fascismo foi uma realidade na América do Sul, trata-se de reconhecer a importância da região no estudo do fascismo:

Desde los años veinte se sabía que el fascismo no era un fenómeno restringido a Italia, sino que se desplegaba por todo el mundo (...). En ese contexto, América Latina, especialmente el Cono Sur, tiene particularidades. Es un laboratorio especial para ampliar el estudio y la conceptualización de las derechas en general – y el fascismo en particular – por fuera del continente europeo, y para discutir sus relaciones transnacionales tanto en contacto con sus congéneres del Viejo Mundo como, especialmente, en sus relaciones dentro del Nuevo Mundo (BERTONHA e BOHOSLAVSKY, 2016: 13).

Por mais que o integralismo tenha apresentado peculiaridades que o diferenciasssem do fascismo italiano e do nacional-socialismo alemão, preferimos pensar tais peculiaridades muito mais como variações dentro do fascismo do que como algo completamente distinto. Concordamos nesse ponto com Renato Alencar Dotta, para quem “houve uma superação da discussão da categorização ou não do Integralismo como fascismo caboclo”, uma vez constatado que “o Integralismo brasileiro foi, sim, manifestação local do fascismo internacional, sendo este entendido em sentido amplo, isto é, como um movimento autoritário, antiliberal e antissocialista e com ritualística própria” (DOTTA, 2004: 13).

Capítulo 2 – Lutando contra as altas finanças

Nossa comparação irá se desenrolar em torno de quatro grandes eixos, inspirados nos grandes conjuntos ideológicos que, segundo Girardet (1987: 12), embasavam os mitos políticos franceses nos dois últimos séculos²⁹. Como estaremos tratando de narrativas distintas do cenário francês, achamos pertinente fazer algumas alterações no modelo proposto por Girardet. Nossos conjuntos ideológicos serão: a *conspiração/crise*, a *idade de ouro*, a *luta/salvação* e a *identidade de imaginação*. Os três primeiros eixos serão tratados neste capítulo.

2.1. Da “servidão dos juros” à “colônia de banqueiros”: a conspiração e a crise

“Judaísmo” e “capital financeiro” são, para Feder e Barroso, elementos indissociáveis, quase sinônimos, ajudando a configurar suas narrativas denunciatórias de complôs.

Enquanto o mito do complô judaico-comunista³⁰ é relativamente recente, fruto da Revolução Russa de 1917 e da eclosão de movimentos fascistas no entre guerras (MOTTA, 1998: 94), o mito da conspiração judaico-capitalista é muito mais antigo. Aquilo que Robert Kurz denomina “economia política do antissemitismo” é um desdobramento do vínculo entre judeu e dinheiro que se consolidou no imaginário europeu “por intermédio de uma perfídia (...) da Idade Média cristã, que solucionou a contradição entre a condenação dos juros e a necessidade de crédito das relações monetárias atribuindo aos judeus a função de usurários”. A contraposição entre o trabalho e a mercadoria, de um lado, e o dinheiro ou os juros, de outro, engendrou o que Robert Kurz denomina uma “esquizofrenia estrutural” a partir da qual “resulta a pressão para projetar para fora, em um ‘ser estranho’, aspectos ‘ruins’, sinistros, abstratos da relação mercadoria-dinheiro” (KURZ, s/d: s/p).

Os ideólogos nazistas viam no capital financeiro um entrave à economia popular (*Volkswirtschaft*), que só poderia se desenvolver se prevalecesse a harmonia entre patrões e trabalhadores (HENKE, 2006: 12, 25, 26). O discurso nacional-socialista veio a se somar a outras manifestações que, desde o fim do século XIX, já denunciavam a “autoridade do capital financeiro”, estigmatizada na figura do banqueiro. Além de muitos desses banqueiros serem judeus, “a imagem geral do banqueiro tinha traços definitivamente judaicos, por

²⁹ Esses conjuntos ideológicos eram: a *conspiração*, a *idade de ouro*, o *salvador* e a *unidade*.

³⁰ Sobre o mito do complô judaico-comunista, ver: MOTTA, Rodrigo Patto Sá. O Mito da Conspiração Judaico-Comunista. In: *Revista de História* (USP), São Paulo, v. 138, p. 93-105, 1998; WIAZOVSKI, Taciana. *O Mito do Complô Judaico-Comunista no Brasil: Gênese, Difusão e Desdobramentos* (1907-1954). São Paulo: Humanitas, Fapesp, 2008.

múltiplas razões históricas”, de maneira que “o movimento esquerdista da classe média inferior e toda a propaganda contra o capital bancário tornaram-se antissemitas” (ARENDT, 2011: 58).

Em *Kampf gegen die Hochfinanz* (Luta Contra as Altas finanças), de 1935, Feder deixa bem claro o que ele entende por capital financeiro: “O que é o capital financeiro³¹? O capital financeiro são dívidas” (FEDER, 1935: 15)³². Ele elenca três grandes inimigos a impedir a consecução do programa do NSDAP: o marxismo, o parlamentarismo e, acima de ambos, o grande capital financeiro. Dessa maneira, proclama que “Nossa luta anti-mamonista, que se antepõe aos dois outros fronts [a luta antimarxista e a luta antiparlamentar], orienta-se contra a potência mundial do dinheiro, isto é, contra a duradoura sangria e espoliação financeira e econômica de nosso povo pelo grande capital financeiro” (FEDER, 1932: 38). A servidão dos juros, com a qual o autor clama constantemente por romper, era definida como

(...) o endividamento do Estado e do povo por juros diante das potências financeiras supra-estatais. Trata-se, portanto, de uma nova forma de servidão, da servidão sob a autoridade do dinheiro. Essa servidão é mais terrível e mais cruel do que qualquer forma de servidão jamais o foi sob a autoridade de príncipes absolutistas, pois ela é exercida de maneira impessoal, sem qualquer sentimento humano, apenas obcecada pelo impulso insaciável de expansão e engrandecimento, por uma fome de poder sem igual (FEDER, 1933A: 70).

Portanto, em última instância, não se ataca o capital financeiro porque ele acentua a exploração. Ataca-se o capital financeiro justamente pelo motivo oposto, pois “A riqueza que não explora deixa de gerar até mesmo a relação existente entre o explorador e o explorado; o alheamento sem política indica a falta do menor interesse do opressor pelo oprimido” (ARENDT, 2011: 25)³³.

A ideia da crise foi um elemento fundamental para o desenvolvimento do mito do complô. Ela é recorrente ao longo do programa do NSDAP redigido por Feder nos anos 1920 e reeditado em 1932:

O povo é chicoteado pelos juros, todas as camadas sociais estão com os cobradores de impostos em seu encalço – mas quem se atreve a levantar-se contra a onipotência dos bancos e do capital financeiro? Contrariando todas as experiências, o capital financeiro, sem esforço e sem trabalho, cresce por si só cada vez mais, por meio dos

³¹ *Leihkapital*, no original.

³² Todas as traduções dos trechos de Feder são de nossa autoria.

³³ Não se pode concluir a partir disso que o fascismo tenha sido um instrumento do capitalismo em crise. Esse raciocínio ignora o peso da escolha humana no desenvolvimento do fascismo, bem como suas raízes autônomas e o fascínio que ele exercia sobre as massas. Igualmente errônea é a interpretação do fascismo como uma reação das camadas médias (artesãos, pequenos comerciantes, camponeses, etc.) comprimidas entre o proletariado e os grandes capitalistas. O apoio dado ao fascismo foi heterogêneo e volátil (PAXTON, 2007: 337, 344).

juros, dividendos e aluguéis, tornando-se cada vez mais poderoso (FEDER, 1932: 29).

Ao escrever que “todas as camadas sociais estão com os cobradores de impostos em seu encalço”, Feder despoja o nacional-socialismo de qualquer caráter classista. Essa capacidade de manobra foi um dos grandes trunfos dos partidos fascistas, inclusive do nacional-socialismo, de modo que o NSDAP foi “o primeiro partido alemão a se dirigir a diferentes categorias profissionais com discursos talhados sob medida para cada uma delas, não se importando se esses discursos fossem contraditórios” (PAXTON, 2007: 117). É o que vemos nesse trecho:

Governo contra povo, partidos contra partidos originando as mais improváveis alianças, parlamentos contra governos, trabalhadores contra patrões, consumidores contra produtores, comerciantes contra produtores e consumidores, inquilinos contra proprietários, trabalhadores contra fazendeiros, funcionários públicos contra o público, classe trabalhadora contra “burguesia”, Igreja contra Estado, todos furiosamente engajados na luta contra seus inimigos, todos tendo apenas uma coisa em mente – seus próprios interesses pessoais, sua posição de poder, o interesse dos seus despojos (...). Não se pensa mais na prosperidade dos compatriotas, não se olha para as necessidades da coletividade, não cessa a caça incessante por enriquecimento próprio (FEDER, 1932: 27).

O programa do NSDAP de 1932 era o primeiro número da *Nationalsozialistische Bibliothek* (Biblioteca Nacional-Socialista), uma coleção editada pelo próprio Feder que publicou cerca de quarenta livros³⁴ que apresentavam a visão do partido em diversos pontos (cultura, economia, raça, tecnologia, política, etc.). A Biblioteca Nacional-Socialista era publicada pela editora Franz Eher Nachf., de Munique, que pertencia ao NSDAP desde 1920. Segundo Arthur Herrmann (1933: 69), a tarefa de fundar a Biblioteca Nacional-Socialista foi incumbência de Hitler a Feder no dia do partido em Weimar, no ano de 1926. Assim, embora seu primeiro texto político, *Das Manifest zur Brechung der Zinsknechtschaft des Geldes* (Manifesto para o Rompimento da Servidão dos Juros do Dinheiro), de 1919, não tivesse teor antissemita, já no programa do NSDAP Feder apresenta o antissemitismo como elemento indissociável de sua luta. O capital financeiro, longe de ser associado a uma classe específica, é identificado como prática típica de uma raça. Em última instância, pairando acima de todos os demais interesses, estaria não uma classe, mas um povo – ou melhor: um anti-povo, o judeu. Pois o judeu era mais que uma raça inferior: ele era o “anti-tipo, o bastardo por excelência”, já que “a sua forma é informe” (LACQUE-LABARTHE; NANCY, 2002: 52-53). Assim, nacionalismo e antissemitismo caminhavam de mãos dadas na Alemanha, uma vez que a nação era definida, em parte, em oposição aos judeus (GOLDHAGEN, 1997: 56). Sua influência nefasta iria além da perversão econômica:

³⁴ Em 1933, Arthur Herrmann (1933: 70) afirma que haviam sido publicados até então 46 livros.

O mesmo quadro assustador do caos reina em todas as demais manifestações da vida pública, seja na arte, na literatura, no teatro, no cinema, no rádio, na igreja, na escola, por toda a parte o “fermento da decomposição”, o grande decompositor e destruidor, o judeu e o maçom, visíveis nos mais importantes lugares ou invisíveis nos bastidores como manipuladores dos bonecos que dançam no palco aberto como Stresemanns ou Scheidemanns, ou descobertos como Jakob Goldschmidt, Warburg, Wassermann, Levy, etc., que entorpecem e pilham o povo alemão com a imprensa e o chicote dos juros (FEDER, 1932: 26).

Na Declaração Oficial do Partido, que compõe a parte inicial do programa, Feder rebate as acusações do jornal *Deutsche Tageszeitung* de que o NSDAP teria entre seus projetos o confisco da propriedade agrária:

Do significado e do espírito de todo o programa, decorre com irrefutável clareza que o nacional-socialismo, como convicto opositor do marxismo, cuja doutrina destrutiva de “expropriação de toda propriedade” recusa com veemência, e por outro lado como forte inimigo político da falsa doutrina internacional do marxismo, enxerga no campesinato ligado à terra o melhor e mais seguro baluarte para o Estado nacional.

Mas também como forte inimigo do grande capitalismo e sua busca por mobilizar todos os valores ligados à terra, por extorquir os trabalhadores rurais por meio de juros e impostos, o nacional-socialismo levanta explicitamente a exigência da proteção estatal da propriedade agrária contra a ação dos bancos e do mercado de ações.

Nós precisamos de um campesinato seguro e poderoso, livre da servidão dos juros e do bolchevismo dos impostos (FEDER, 1932: 13).

O camponês como baluarte do Estado nacional era muito forte na literatura alemã de fins do século XIX. Qualquer agressão aos fazendeiros era tida como uma agressão direta à Alemanha (LANGE, 2007: 162). Em *Bauer und Jude*, ou “Fazendeiro e Judeu”, Clemens Kreisau narra a disputa judicial entre um credor judeu e um fazendeiro alemão que contraíra empréstimos com o primeiro. Uma vez na corte, o fazendeiro ganhara a causa graças à intervenção do juiz. Diferente da maioria dos juízes de então, aliados aos judeus, aquele “era um honesto amigo do povo” que não se restringia a ficar “observando, com uma arrogância burocrática e ambivalência, enquanto o judeu gradualmente e sistematicamente solapa os fazendeiros, o alicerce do Estado” (KREISAU citado por LANGE, 2007: 162).

Assim, apesar de Chasin (1999) apontar o “sentido telúrico” e a “regressividade diante da acumulação capitalista” como elementos que singularizam o integralismo brasileiro frente aos fascismos, temos em Feder um exemplo de como esse sentido telúrico também se manifestava no nacional-socialismo. Sua ideia de que o campesinato ligado à terra seria “o melhor e mais seguro baluarte para o Estado nacional” e sua defesa de “um campesinato seguro e poderoso, livre da servidão dos juros e do bolchevismo dos impostos” mostram que é bastante problemático tentar situar o autor no binômio “regressividade X batalhas pelo progresso” traçado por Chasin. Nas palavras de Bromley e Schenk (2003: 109), Feder

“enaltecia o povo alemão (*Volk*) e o que ele percebia como suas (*völkisch*) tradições rurais e provincianas de trabalho duro, artesanato, pequenos negócios, honestidade, comunidade e amor pelas crianças”, elencando-as como baluartes contra a escravidão dos juros. Por outro lado, também mostrava-se um entusiasta da expansão territorial alemã em busca de seu espaço vital (*Lebensraum*) (BROMLEY e SCHENK, 2003: 126).

Em vez de situar Feder no espectro que vai da regressividade às batalhas pelo progresso, achamos mais pertinente interpretá-lo como um herdeiro do modernismo reacionário alemão, empenhado, como observou Thomas Mann, em mesclar uma robusta modernidade com uma postura positiva frente ao progresso, associando ambos a sonhos do passado e fomentando uma interpenetração da interioridade alemã com a tecnologia moderna (HERF, 1993: 14). Dessa forma, “Ele acolheu a modernidade enquanto a produção em massa de prédios e colônias, mas ele buscou restaurar relações tradicionais de pessoas, serviços públicos e pequenos negócios dentro de comunidades” (BROMLEY e SCHENK, 2003: 134).

Feder se demora muito mais descrevendo os problemas que assolavam a Alemanha do que estudando propostas concretas para superá-los. Suas vagas palavras de ordem contrastam com a maestria com que ele narra o horror do capital financeiro: “O caos reina sobre a Terra, confusão, luta, ódio, inveja, briga, opressão, exploração, brutalidade, egoísmo. O irmão não entende mais o irmão” (FEDER, 1932: 24).

Esse é o “caos necessário” ou a “inversão”, que desempenha um papel fundamental não somente em diversas sociedades, como observa Balandier, mas também em narrativas conspiratórias. A ordem “extraí as forças que a revigoram” justamente da desordem. Assim, “a inversão da ordem não é sua derrubada, dela é constitutiva (...) [e] pode ser utilizada para reforçá-la” (BALANDIER, 1982: 42, 48). Narrar o legado maldito do capital financeiro sobre a Alemanha era fundamental para se legitimar a ordem que o nacional-socialismo buscava instaurar, da mesma forma que “Saturnais, Festa dos Loucos, Carnaval parecem consagrar o revigoramento brutal dos tabus, das censuras e das hierarquias estabelecidas”, embora tal subversão permaneça rigidamente controlada. Dessa maneira, “liberando certas formas de violência em um quadro predeterminado, permitindo a expressão provisória de um certo estado de revolta contestadora, ela [a subversão] contribui, no final das contas, para a preservação e para a manutenção da ordem” que se defende (GIRARDET, 1987: 188-189).

Não é à toa que, “sem o diabo judaico (...) não existiria a imagem luminosa do nórdico-germano”. O judeu foi a peça fundamental do Estado nazista e do discurso nazista: era ele “o adversário mais notório, o denominador comum mais evidente, o nó que junta os mais diversos fatores” (KLEMPERER, 2009: 274). Tal como todo mito do complô, no mito nazista

“todos os fatos, qualquer que seja a ordem a que pertençam, acham-se reduzidos, por uma lógica aparentemente inflexível, a uma mesma e única causalidade, a uma só vez elementar e todo-poderosa” (GIRARDET, 1987: 55)³⁵.

A grande tarefa do nacional-socialismo consistiria na “vontade (...) de desembaraçar o caos, de trazer de volta à ordem o mundo saído das fissuras e de cumprir o dever de agir como vigilante (em seu sentido platônico mais elevado) da ordem” (FEDER, 1932: 26). Novamente, portanto, a preocupação em se legitimar a ordem a partir da desordem:

Aqui deve ser expressamente ressaltado que nem a aparente ordem externa de um Estado policial, nem as práticas rotineiras e os saques legalmente autorizados do capital financeiro, nem os acordos dos sindicatos e trustes e demais medidas “organizadas” dos rapinadores do povo são reconhecidos por nós como “ordem”, ainda que eles “funcionem” tão bem (FEDER, 1932: 26-27).

Assim como em Feder, o primeiro escrito integralista de Barroso (*O Integralismo em Marcha*, de 1933) não trazia mensagens antissemitas. Porém, o antissemitismo não tardaria a surgir em suas obras – e quando surge, torna-se elemento indissociável. Proclama o autor em um capítulo intitulado “Os sacerdotes do capital”:

Os povos estão todos escravizados ao capital internacional e a seus sacerdotes. A força destes é imensa. Quem ousa desvendar suas tramas e revelar a verdade a seu respeito corre todos os riscos, entre os quais o menor talvez seja perder a vida e o mais doloroso, sem dúvida, será ser traído pelos melhores amigos, deslumbrados pelo ouro sacerdotal... Entretanto nessa era de *fim do capitalismo*, a obrigação precípua de todo e qualquer movimento nacionalista é combater o ídolo áureo e seus sacerdotes judaicos (BARROSO, 1937C: 25).

Em seu *O Que o Integralista deve Saber*, de 1935, que continha uma série de recomendações básicas a todo aquele que desejasse se tornar um camisa-verde, o autor escreve, na seção “O que o integralismo combate”:

O ESPÍRITO BURGUEÊS, espírito de gozo material da Vida, sem capacidade de sacrifício, que despreza os *interesses nacionais*, e se alia aos *partidos* ou mesmo às organizações estrangeiras, para cuidar somente de seus *próprios interesses* (BARROSO, 1935C: 63).

Aqui reside uma importante marca do imaginário do autor: a oposição entre o espírito burguês, amante dos lucros fáceis e dos gozos mundanos, por um lado, e o espírito de sacrifício e abnegação, por outro³⁶. O integralismo também combateria

³⁵ A recomendação de Hitler aos propagandistas do NSDAP era bem simples: reduzir tudo ao judeu. “A lei suprema é a seguinte em toda parte: ‘Não permitas que teu ouvinte chegue a formular qualquer pensamento crítico. Trata tudo de forma simplista! Se falares de diversos adversários, alguém poderia ter a ideia de que talvez seja tu que estejas errado. Reduza todos a um denominador, junte-os, crie uma afinidade entre eles! O judeu se presta muitíssimo bem a uma operação desse tipo, muito clara e compatível com a mentalidade popular” (KLEMPERER, 2009: 274-275).

O CAPITALISMO SEM PÁTRIA DOS JUDEUS INTERNACIONAIS que escraviza o Brasil, bem como quase todas as nações, por meio de empréstimos criminosos e certas aplicações de capital, sugando-lhe suor e sangue por meio dos juros e dos dividendos.

(...)

OS GOVERNOS QUE SE ESCRAVIZAM AO CAPITAL INTERNACIONAL através dos chamados *favores*, entre os quais os maiores são os *empréstimos* (BARROSO, 1935C: 63, 65).

Os empréstimos estrangeiros, comuns no Império e cada vez mais frequentes ao longo da República Oligárquica, não cessaram na década de 1930. Enquanto manobrava para renegociar a dívida externa brasileira, Vargas contraía novos empréstimos com casas de crédito no exterior. O capital inglês dominava as ferrovias, portos, companhias elétricas e o setor bancário. Também era importante a participação dos capitais norte-americano, francês e alemão, especialmente no setor de transporte aéreo (LEVINE, 1980: 54, 55, 71, 72). Eis, portanto, a *colônia de banqueiros* que inspirou o autor a escrever *Brasil, Colônia de Banqueiros* em 1934, no qual o tema do capital financeiro foi mais amplamente abordado. Analisando os empréstimos contraídos de 1824 até 1934, Barroso conclui que o Brasil nunca teria sido soberano. À independência política teria se seguido a dependência econômica:

Livres de Portugal em 1822, não nos libertamos da metrópole comercial inglesa senão lá para 1834, pois até essa data duraram os efeitos do tratado preferencial. E passamos a um jugo pior: fomos transformados em colônia da casa bancária judaica Rotschild, em colônia do super-capitalismo internacional, que não tem pátria e como que obedece a leis secretas de aniquilamento de todos os povos (BARROSO, 1934A: 14-15).

A “colonização financeira”, portanto, era ainda pior do que a portuguesa, pois seguia leis secretas de senhores anônimos. Por trás dessas finanças estaria, inequivocamente, o judeu:

Esses grandes banqueiros e capitalistas foram, com raríssimas exceções, judeus. O regime capitalista que criaram inicia-se do fim do século XVIII ao começo do XIX, de 1790 a 1804. Com ele, sobretudo após a queda de Napoleão, o judaísmo teve todos os poderes materiais e intelectuais do mundo. A preponderância política foi uma consequência fatal disso. Todas as atividades sociais e todos os membros da sociedade passaram a depender da finança judaica. O capitalismo, podendo dar ou tirar o pão, não só explorou economicamente as massas, explorou-as também politicamente. E, com uma habilidade satânica, acabou explorando socialmente a revolta dessas mesmas massas necessitadas por sua culpa (BARROSO, 1937D: 152).

³⁶ “A terceira especificidade da educação integralista era a questão dos valores que veiculava: sacrifício e sofrimento, disciplina e obediência. A difusão da ideia da redenção pelo sofrimento, da necessidade de forjar o integralista no sofrimento, era amplamente utilizada pelo Movimento. A abnegação, o sacrifício e o sofrimento eram meios para despertar a Nação e a alma de um povo” (CAVALARI, 2004: 95).

Essa inclinação às atividades financeiras dataria, porém, de muito antes do próprio início do capitalismo. O judeu é identificado como o representante de uma economia predatória, quase antinatural, pois dependente da cobrança de juros:

Os juros são, como se vê, uma invenção mirífica. Sobretudo os juros de usura. Afirmam os israelitas e seus defensores que a isso foram forçados pela perseguição dos cristãos, que lhes não permitiam outra propriedade e outro negócio senão o dinheiro. É uma deslavada mentira! Segundo Ihering o prova de sobejo, os juros são uma “invenção semita”, os judeus de Babilônia os elevavam a 20 e 25%, e já procediam a descontos, o que é o mesmo que a margem do tipo dos empréstimos (BARROSO, 1934A: 64).

Como Feder, Barroso insiste no poder destrutivo da usura: “Como não recua diante dos maiores crimes, na torpe avidez do lucro, fomentando revoluções de irmãos contra irmãos, dando a mão ao estrangeiro contra a própria pátria, São Gregório de Nyssa equipara a usura ao parricídio”. Sua prática seria nitidamente anticristã: “Esse sistema econômico que nos depaupera e se exerce por todos os meios é o que, no mais alto sentido da palavra, a Igreja denomina USURA, que a Doutrina Social Católica qualifica *provento sem causa*”. Por fim, identifica-se a usura com o próprio capitalismo: “Chamamos hoje ao que os antigos denominavam singelamente USURA – *capitalismo*” (BARROSO, 1937B: 264-265).

Barroso concluir, portanto, que “É urgente que os governos deixem de ser, como os qualifica Gottfried Feder, cobradores de juros por ordem de senhores anônimos” (BARROSO, 1934A: 132). A passagem de Feder que mais se assemelha a este raciocínio é a seguinte: “Hoje os governos estão totalmente dependentes do grande capital financeiro, tendo se tornado, diante de seus povos, cobradores de juros para seus senhores anônimos em Wall Street, Londres e Paris” (FEDER, 1933A: 22). Tal passagem consta da obra *Der deutsche Staat auf nationaler und sozialer Grundlage*. Assim, como veremos no capítulo seguinte, o livro de Feder intitulado *As Bases do Nacional-socialismo*, recomendado como leitura obrigatória para os integralistas, era a tradução de *Der deutsche Staat auf nationaler und sozialer Grundlage*.

Seguindo com Barroso:

Reparai que com vinte e um anos de vida independente, estamos sempre com a corda ao pescoço, fazendo empréstimos para pagar juros de outros empréstimos, cujas sobras incorporamos a novos empréstimos, círculo vicioso em que temos vegetado até hoje, cada vez pior (BARROSO, 1934A: 60).

Aos juros o autor atribui a falsidade da moeda, desprovida de qualquer valor. A aceleração dos empréstimos a partir do começo do século XX, quando se dá a primeira financeirização, causa profunda impressão sobre Barroso, que narra um quadro caótico:

A bem dizer, não há mais, no mundo, moeda que não seja falsa. (...) A moeda está sendo falsificada pela própria situação criada para o mundo pela finança judaica internacional.

Todo esse peso de juros constantes grava enormemente, para vários lados, o custo da vida, de sorte que a moeda que o indivíduo recebe em paga de seu salário ou dá em troca das mercadorias de que carece, sofre automaticamente uma diminuição constante relativa a esses juros. Cada vez a moeda representa menos o trabalho prestado. Cada moeda passa a conter uma parte de ouro ou valor-real, uma parte de impostos e uma parte de juros. Dia a dia, essa terceira parte cresce assustadoramente e obriga a segunda a crescer também (BARROSO, 1935A: 93, 95).

São Paulo, o estado mais rico da federação, seria o epicentro da atuação judaica no país. O levante de 1932, bem como os levantes tenentistas, são identificados como ardis para açambarcar as riquezas do estado, sobretudo o café. Em *A Sinagoga Paulista*, de 1937, o autor acusa os judeus de semearem tensões entre os próprios brasileiros:

Hostilizando os brasileiros de outros Estados, que nenhum mal lhes fizeram e que nada têm a ver com as pretensas afrontas que geraram o movimento de 1932 e os ressentimentos com que se justificam aquelas atitudes, os “paulistas” Numas, Simonsens, Murrys, Assunções, Whitakers, Klabins, Lafers encham o papo à custa do empobrecimento do Estado e da economia dos paulistas!

(...)

Diante disso tudo, - isto é, da displicência, da indiferença, ou da conivência dos poderes públicos brasileiros, que facilitam meios aos industriais para acumularem, num momento de geral miséria, lucros inéditos – não há que estranhar que o Conde [Matarazzo] tenha aplaudido a reforma de tarifas do Sr. Armando Sales, mesmo se, para elas, tenha que concorrer com uma beiradinha daqueles lucros (BARROSO, 1937A: 28, 30).

O drama do cafeicultor e o do seringueiro, narrado por tantos autores daquele começo de século XX, permanece forte nos escritos de Barroso, sempre em contraste com a imagem do estrangeiro especulador:

No nosso país, regado pelo suor dos Jecas infelizes, todos os produtos do solo têm seguido a mesma pauta de ascensão e descida, manobrados do fundo do mistério social pela Raça Deicida, que governa o ouro. A borracha atingiu os preços elevados que enlouqueceram os paroáras, para depois cair nas profundas [sic] do abismo. O café se alteou a um ponto que não houve fazendeiro que não fizesse loucuras, para chegar ao estado de miséria atual, servindo para engordar o estrangeiro, o intermediário e o especulador em detrimento daquele que o arranca com seu trabalho da terra roxa de S. Paulo (BARROSO, 1935A: 68).

A luta contra o inimigo externo não era exclusividade dos integralistas, generalizando-se em todos os espectros políticos. Eliana Dutra observa que o inimigo estrangeiro tinha um papel primordial na configuração do discurso nacionalista dos anos 1930, tanto à esquerda como à direita. O estrangeiro e seus aliados internos eram alvos fáceis para acusações de todas as mazelas pelas quais o país passava, inflamando assim a defesa da soberania da pátria e da grandeza nacional (DUTRA, 1997: 152-153). Não por acaso, a ideia do capital financeiro como um “Estado dentro do Estado” é bastante recorrente nos dois autores. Segundo Feder:

A tarefa da economia nacional é suprir as necessidades, e não fornecer maior rentabilidade ao capital financeiro. Essa política econômica abrange o ponto de vista nacional-socialista acerca da propriedade privada, acerca da construção de nossa economia em suas diversas formas de organização (pequena, média e grande propriedades e monopólios³⁷ – cartéis e trustes) e as mais importantes questões, que dizem respeito ao fato de que a economia nacional não deve significar espoliação nacional, nem uma economia calcada em lucros! (...) O sistema monetário está a serviço do Estado; o poder financeiro não pode constituir um Estado dentro do Estado (FEDER, 1932: 33).

E nas palavras de Barroso: “Apregoando a sua pretensão de formarem assim um Estado dentro dos outros Estados ou superior a todos os Estados, os judeus apelam para os conceitos de raça e de religião” enquanto as outras nações tentam “impedir a formação dessas entidades nacionais, verdadeiros quistos no seu organismo” (BARROSO, 1934A: 68).

Mais do que um Estado dentro do Estado, o capital financeiro estaria acima de todos os Estados:

O capital não é somente cosmopolita, como já o considerava Adam Smith, mas é um Estado superposto a outros Estados que, assim, intervém na sua economia interna. Fournier de Flaix demonstrou isso com o exemplo das Conferências de Constantinopla, em 1882, nas quais os mandatários dos banqueiros credores trataram de igual a igual, “de potência a potência” a Sublime Porta (BARROSO, 1934A: 172-173).

Escrevendo em 1910, Hilferding destaca que os traços mais importantes do capitalismo “moderno” estavam relacionados ao processo de concentração, que se manifestava, por um lado, na “abolição da livre-concorrência”, mediante a formação de cartéis e trustes, e, por outro lado, numa relação cada vez mais intrínseca entre o capital bancário e o capital industrial”. É por meio desse fenômeno “que o capital vai assumir a forma de capital financeiro, sua forma mais elevada e abstrata (...)” (HILFERDING, 1985: 27). Nessa nova configuração, o banco passou a ter um interesse permanente na indústria e no comércio, que por sua vez se viram fortemente dependentes dos bancos. Uma das consequências dessa nova relação entre o banco e a indústria foi o fortalecimento do processo de concentração (HILFERDING, 1985: 95, 97, 98). Tal dependência da produção frente aos bancos é motivo de constante preocupação para Feder:

Hoje não existe praticamente mais nenhum empreendimento que não seja, de uma forma ou outra, dependente do banco, que não seja administrado segundo uma lógica puramente centrada no capital financeiro. Todo o trabalho da economia nacional é dependente dos capitais bancário e acionista, aos quais deve juros. Os senhores dos bancos – a alta finança – são, portanto, também os senhores da produção. Deles depende se o trabalho para ou se o mercado é invadido por uma enorme quantidade de tralha. O cumprimento das demandas da economia pessoal organizada é uma mera consequência (FEDER, 1933A: 75).

³⁷*Riesenbetriebe*, no original.

Mas não apenas os bancos. Cartéis e trustes também são identificados por Feder como importantes armas do complô judaico:

Sindicatos³⁸ e trustes servem acima de tudo ao propósito de, em determinada área produtiva, alcançar a reunião de empresas similares para atender aos ditames dos preços. Não prevalece o esforço para fornecer os melhores e mais baratos bens, mas sim ditar aos consumidores a qualidade, a quantidade e o preço das mercadorias. Tais “círculos” são particularmente conhecidos nas empresas lucrativas. Novos empreendimentos do mesmo tipo são adquiridos ou fechados, frequentemente por grandes indenizações. Regula-se assim a “oferta” por meio do “contingenciamento” e fica-se em posição de regular os preços por meio da dita lei básica de “oferta e demanda”! – e em seguida chegam os acionários – e não por meio da competição para manter os preços o mais baixo possível. E acima de tudo as inovações e descobertas são observadas com cautela, de preferência suprimidas, caso elas representem um perigo para a “rentabilidade” das velhas empresas (FEDER, 1932: 50-51).

Tais empresas funcionariam como trustes, que lamentavelmente teriam “cessado de cumprir a tarefa de colocar a sempre esforçada, empreendedora e combativa personalidade empresarial a serviço da coletividade”. Isso porque elas estariam voltadas para “servir a ânsia de lucros do capital financeiro” (FEDER, 1932: 51).

Barroso também se levanta contra a formação de oligopólios, atribuindo-a a uma preponderância da economia sobre a política. A nação deveria ser dirigida

por um poder mais forte que as competições dos grupos econômicos, mais forte que o capital e o trabalho, a fim de obrigá-los a se respeitarem e ajudarem. Esse poder impedirá todos os consórcios, cartéis, monopólios, trustes, concentrações e centralizações, porque só o Estado – expressão integral da nação – poderá fazê-los (BARROSO, 1934B: 56-57).

Assim como Feder, Barroso vê o judeu – e não uma classe – como o grande espoliador:

Desde 1824, pagávamos juros, comissões, percentagens e amortizações. Havia quarenta anos que o Brasil trabalhava. Entretanto, sem que entrasse nos seus cofres, o ouro se reproduzia à sua custa no banco dos Rotschild, o ouro sugava-lhe toda a seiva, o ouro o depauperava. Estava preso ao eito do senhor judaico que, através de sua influência política, se apoiava, para qualquer revolta do devedor espoliado, nos canhões das formidáveis esquadras da Inglaterra! (BARROSO, 1934A: 77-78).

É interessante perceber como o autor se vale do termo “eito”, comumente usado para denominar a roça em que os escravos trabalhavam. A analogia com a escravidão foi a forma que o integralista encontrou para potencializar a ameaça representada pelo capital financeiro. Assim, a imagem de escravos negros trabalhando para senhores brancos sob a égide de Portugal é subvertida pela imagem de brasileiros de todas as cores trabalhando para senhores judeus sob a égide da Inglaterra.

³⁸ Falamos aqui em sindicato como um cartel que, “de uma composição puramente contratual se torna uma unidade comercial, por meio da supressão da autonomia comercial das empresas” (HILFERDING, 1985: 200).

Sabemos que a narrativa denunciatória de complôs é produto de uma concepção antitética da ordem universal (GIRARDET, 1987: 49). No pensamento econômico de Feder e Barroso, essa concepção antitética compreende o par oposto “capital criador X capital parasitário”, este último sempre associado ao capital financeiro³⁹ e ao espírito judaico, responsável por gerar riquezas a poucos por meio da exploração do trabalho alheio (CARNEIRO, 1988: 370; HERF, 1993: 211, 212). Já o capital criador seria afinado com o espírito nacional e beneficiaria toda a nação, inibindo tensões sociais. Trata-se de uma interpretação nacionalista do conflito entre capital e trabalho, que não questiona as relações de propriedade (HERF, 1993: 212). Tal conflito, em vez de apresentado sob a ótica classista, é apresentado sob a ótica racial, posto que “À corrupção pelo ouro corresponde a corrupção pelo sangue” (GIRARDET, 1987: 41).

Sendo assim, Feder escreve que “O capital financeiro faminto por juros é o flagelo da humanidade; o eterno, fácil e interminável crescimento do grande capital financeiro conduz à pilhagem dos povos, não o capital industrial criador e gerador de bens” (FEDER, 1919: 57). O par oposto “capital criador X capital parasitário” se desdobra em uma série de outros pares, entre eles o par “sangue X ouro”: “O dinheiro governa sobre o trabalho e o sangue” (FEDER, 1933A: 21). Com a aprovação do Plano Dawes, em 1924, “O ouro ainda não havia vencido o sangue por inteiro”. Porém, com a aprovação do Plano Young, “O despotismo das altas finanças sobre o mais diligente povo do mundo foi então confirmado” (FEDER, 1935: 192, 249, 251)⁴⁰. Seguindo com o autor:

“Rompimento da servidão dos juros” é a expressão correta para a justaposição: “capital contra trabalho”, “sangue contra ouro”, “força criadora contra pilhagem”. Assim se excitam os relâmpagos dessa imensa luta do poder contra a perfídia, do espírito contra a matéria, da liberdade contra a servidão, da luz contra a escuridão em nossa vontade (FEDER, 1932: 32).

Seguindo esse raciocínio, o marxismo seria um falso anti-mamonismo e não constituiria uma alternativa viável ao capitalismo. Isso porque os marxistas teriam se negado a reconhecer a diferença entre capital industrial e capital financeiro, gerando um “ódio absurdo, posto que errôneo, contra a indústria, contra os patrões”, e esquecendo-se de que “trabalhadores e patrões formam um só grupo, eles têm o mesmo objetivo: o trabalho, a produção, pois sem

³⁹ “Os mecanismos financeiros não criam valor, então, não criam excedente. Disso deriva a noção de ‘parasitismo’” (BRUNHOFF [et al.], 2010: 24). “Por isso, para essa parcela rentista, o trabalho produtivo concreto seria algo fortuito e à margem de seu horizonte visual, que se limita apenas ao presente” (BERTOCHI, 2005: 6).

⁴⁰ O Plano Dawes, de 1924, foi estipulado pelos vencedores da Primeira Guerra a fim de determinar como se daria o pagamento das indenizações de guerra pela Alemanha. Já o Plano Young, de 1929, buscava auxiliar o pagamento das indenizações, reduzindo o valor das parcelas e oferecendo auxílio financeiro.

produção e sem trabalho não há vida, não há cultura, não há progresso nem ascensão” (FEDER, 1919: 55-56).

A ideia de servidão dos juros (*Zinsknechtschaft*), constantemente veiculada por Feder, já estava presente na obra de Theodor Fritsch (1852-1933), intitulada *Grundübel: Boden-Wucher und Börse* (Os dois Males Fundamentais: Juros sobre a Terra e a Bolsa), de 1894. Segundo Krier, Feder certamente pegou sua ideia emprestada dessa obra. Fritsch, que, tal como Feder, foi engenheiro de formação, descrevia os juros como uma enorme avalanche a crescer eternamente, ameaçando a propriedade e os costumes e valores da época. Ou ainda como um tributo pago “ao grande capital financeiro internacional (predominantemente judaico) no Império Alemão”, de modo que “calcula-se (em uma população de 50 milhões) sobre cada cabeça um imposto involuntário de aproximadamente 100 marcos anualmente” (FRITSCH citado por KRIER, 2009: 371).

Matthew Lange observa que o anticapitalismo antissemita, diante da ameaça representada pelas transformações e problemas sociais, dirige suas armas contra o “judeu desenraizado”, representado como “agente e manifestação concreta do capitalismo internacional, que poderia ser combatido e, se possível, derrotado”. Foi neste contexto que os nacionalistas radicais alemães, ainda em fins do século XIX, apelaram a uma construção maniqueísta que diferenciava o capital produtivo do capital espoliador. Essa construção acabava diferenciando também um suposto capitalismo nacional e agrário alemão de um dito capitalismo financeiro judaico internacional (LANGE, 2007: 28).

O par oposto “economia criadora X economia parasitária” também se manifesta em Barroso ao comentar um cartaz do governo paulista no qual se lia “Operário! O comunismo partido de assassinos *te explora* e procura levar a miséria ao teu lar! Cuidado!”:

Este “*te explora*” merece uma explicação. O comunismo no estado em que se acha, de propaganda e ação revolucionária, explora o operário moralmente. Ainda não o explora materialmente, o que fará, quando obtiver a vitória e dominar o Estado. Quem atualmente “explora” de todos os modos o operário, o governo paulista não condena em cartazes – é quem o explora há longos anos através dos empréstimos extorsivos e aladroados, das negociatas do grupo judaico Simonsen, duma indústria parasitária que somente pode sobreviver protegida por tarifas alfandegárias proibitivas, esfolando o consumidor, drenando do magro bolso da pobreza as fortunas enormes com que se enchem os açambarcadores, os especuladores, os monopolizadores e os banqueiros (BARROSO, 1937A: 168).

A imagem do banqueiro é cuidadosamente construída pelo integralista cearense a fim de traçar claramente os contornos do inimigo a ser combatido:

É curioso, antes de prosseguirmos, ver ligeiramente como os referidos banqueiros procedem a essas frutuosas negociatas. Lançam o empréstimo na praça, ficam com certo número de cautelas e o público, os tomadores, com o resto. Depois, eles vão

comendo as comissões de venda e de recebimento de juros, tendo posto o pé nos negócios dum país sem despendar quase nada. Os tomadores caíam com o capital de que eles descontaram a margem do tipo. A responsabilidade sobre essa quantia logo retirada é do governo que estendeu a mão pedinchona. Mais tarde, aproveitando as baixas, os banqueiros vão adquirindo os títulos e apertando as rédeas da nação escravizada. Deixam unicamente, neste ou naquele país, certo número de proprietários de cautelas, que servem para a grita, as reclamações e as constantes ameaças de intervenções estrangeiras com bandeiras nas alfândegas. (...) Tudo isso e mais alguma coisa faz parte dos segredos da chamada alta finança internacional, cujas imoralidades mais chocantes e cujas transações mais ignominiosas são feitas habilmente, dentro das leis (BARROSO, 1934A: 46-47).

O banqueiro, portanto, é, acima de tudo, aquele que escraviza. As ilustrações da época costumam retratá-lo como um homem, sério, vestido de preto e indissociável do dinheiro, conforme podemos ver nas imagens a seguir.

Imagem 1 – Representação de um banqueiro judeu sentado sobre um saco de dinheiro. Extraído de: CARNEIRO, M. L. T.. *Dez Mitos Sobre os Judeus*. São Paulo: Ateliê Editorial, 2014.

As denúncias de uma “conspiração judaico-financeira” feitas por Feder e Barroso precisam ser entendidas na esteira das transformações trazidas pela *primeira hegemonia financeira*. Com a transformação da economia de livre concorrência em economia monopolista e a fusão dos capitais industrial e bancário, cresce e se desenvolve, no seio da burguesia, a fração dos rentistas⁴¹. De acordo com Lênin, “a supremacia do capital financeiro sobre todas as outras formas do capital significa a hegemonia do rendeiro e da oligarquia financeira” (LÊNIN citado por SODRÉ, 1967: 148). Ademais:

Não é difícil compreender por que um homem que usa o seu dinheiro única e diretamente para gerar mais dinheiro pode ser odiado com mais intensidade que o que obtém seu lucro através de um longo e complicado processo de produção. Como naquele tempo ninguém solicitava crédito se pudesse evitá-lo – e os pequenos

⁴¹ “A expansão das sociedades anônimas e dos bancos e a crescente influência da Bolsa engendram e consolidam este grupo social. Sua atividade econômica se exerce essencialmente no plano da circulação, sobretudo de títulos e valores, e nas transações da Bolsa” (BUKHÁRIN citado por BERTOCHI, 2005: 6).

comerciantes certamente não podiam fugir desse caminho –, os banqueiros pareciam explorar não a mão de obra e a capacidade produtiva, mas a infelicidade e a miséria (ARENDT, 2011: 57-58).

Assim, não é difícil entender por que o capitalismo financeiro tanto inflamou os imaginários nacional-socialista e integralista. O circuito do capital financeiro consiste apenas em $D - D'$, isto é, “dinheiro é igual a mais dinheiro, valor que ultrapassa a si mesmo” (MARX, 1974: 175). Reagindo diretamente à fórmula $D - D'$, Feder escreve:

O dinheiro, por si só, não alcança nada, absolutamente nada. Mesa, estante, roupa, casa, ferramenta, em suma, tudo ao nosso redor possui algum valor; alguém pode utilizar a mesa mais velha como lenha para se esquentar, mas com uma nota de vinte marcos não posso começar absolutamente nada, nem mesmo embrulhar um pedaço de queijo. Apenas depois que os homens, por razões lógicas, concordaram, para facilitar o intercâmbio de bens para consumo, em imprimir comprovantes de trabalho executado, somente a partir daí o pedacinho de papel ganhou significado (...). Portanto, não foi o dinheiro que causou os grandes avanços da humanidade, mas sim os próprios homens, seu espírito corajoso, sua audácia orgulhosa, sua mente engenhosa, o poder de suas mãos, seu trabalho duro em comum e, portanto, social (...) (FEDER, 1919: 60).

Segundo o autor, “A enganosa valorização do dinheiro como capital, que trabalha por meio da sua mera existência, isto é, que possui juros, por outro lado, nada mais é do que uma astuciosa mentira mamonista”, uma vez que o dinheiro é apenas um “comprovante do trabalho despendido” (FEDER, 1935: 94). Dessa maneira:

A noção de taxas de juros é a invenção demoníaca do grande capital financeiro. Ela possibilita uma vida parasitária e letárgica de alguns poucos poderosos às custas dos povos criadores e de sua força de trabalho; ela conduziu a profundos e irreconciliáveis conflitos e ao ódio de classes, de onde a guerra civil e a guerra fratricida nasceram (FEDER, 1919: 5).

A identificação do capital financeiro como uma “invenção demoníaca” decorre da sua própria natureza. Ele não tem lastros reais, é uma riqueza desmaterializada, volátil. Seu “paraíso” são os mercados futuros e seu poder engendra uma dominação sem corpo (HARVEY, 2003). Portanto, nada mais natural do que associá-lo não só ao desconhecido, mas também ao maligno. A denúncia (comum a todas as narrativas que “revelam” complôs) de um poder maléfico a ser combatido “não faz mais que retomar, no essencial, os termos, bem mais antigos e bem mais profundos, de uma outra denúncia: a do Maligno, do Espírito perverso, de Satã invisível e onipresente” (GIRARDET, 1987: 46-47).

Sendo assim, as acusações que recaíam sobre o capital financeiro eram muito similares às aquelas que pesavam sobre o comunismo. Da mesma maneira que os grandes banqueiros ameaçariam a ordem e os bons costumes, os revolucionários comunistas “desejariam destruir o pilar básico do edifício cristão, a família, que constituía a base da instituição religiosa e da

própria sociedade”. Os comunistas representariam o mal, de maneira que suas ações conduziriam “ao caminho do crime e do pecado”, sendo incompatíveis com “o bem e os valores cristãos” (MOTTA, 2002: 62, 63).

Não por acaso, Barroso (mais ainda do que Feder) buscou na linguagem bíblica o vocabulário para denunciar a perniciosidade da noção de juros. A identificação do inimigo com o satânico é mobilizada na passagem a seguir, sobre as políticas de valorização do café:

Tudo isso era a ilusão do Satanás judaico. O demônio não tenta ninguém com cilícios e ervas amargas, mas com manjares deliciosos, luxos inauditos, mulheres lindas. Tudo isso, porém, esconde o abismo eterno da eterna dor, no eterno ranger de dentes. O processo do judeu internacional é idêntico, a escola é a mesma, ele se põe dentro do cristão que não se livra de suas artimanhas. E a ilusão era sobretudo obra do indefectível empréstimo externo, corolário, complemento do plano, para custear a “defesa”, para financiar as operações ou para reter o café (BARROSO, 1937A: 150).

Barroso também reprova a ideia da moeda como valor em si mesmo e da riqueza como fim em si mesmo. Do mesmo modo que, para Feder, “O dinheiro, por si só, não alcança nada, absolutamente nada”, o integralista escreve:

Não se deve procurar na moeda seu valor intrínseco, não se deve fazer dela uma mercadoria. Torná-la mercadoria é o conceito puramente judaico que está matando a civilização. A moeda não é uma joia, declara o economista Laveley, mas um “cheque sobre o conjunto das mercadorias, que permite escolher os produtos equivalentes ao seu valor nominal”. O que vale, pois, é o poder aquisitivo da moeda seja ela de ferro ou de alumínio, de papel ou de papelão. E esse lhe é dado pelo lastro em que se baseia, não *obrigatoriamente* ouro, mas o que ouro valha, e pela soberania econômica do Estado (BARROSO, 1934A: 124).

O padrão-ouro era, para os dois autores, resultado da intromissão judaica na economia. Feder alega que “O ouro não é o dinheiro mundial. O dinheiro mundial foi, é e sempre será a mercadoria”. Ademais, “A ancoragem dos valores no ouro subjugou os povos ocidentais sujeitos aos juros e tributos do capital financeiro”, de modo que “O rompimento com a servidão dos juros seria impossível sem a desvinculação com o ouro” (FEDER, 1935: 348).

Já Barroso lamenta que existam pessoas “que ainda não compreenderam o interesse do banqueiro judeu contra o papel-moeda, que só o admite lastreado exclusivamente no ouro, isto é, ouro mesmo”. Para o autor, era necessário que o meio circulante fosse aumentado, lastreado naquilo que o país possuía: “vias férreas, obras públicas, rendas, tributações e o crédito do país”. Dessa forma, “ao invés de hipotecarmos nossas vias férreas e alfândegas a eles [banqueiros], nossos queridos amigos, hipotecá-la-emos a nós mesmos” (BARROSO, 1934A: 126). Comentando o *funding-loan*, empréstimo contraído pelo governo Campos Sales em 1898 que hipotecou as alfândegas nacionais aos ingleses, o autor escreve:

De voragem em voragem, nós nos viemos despenhando assim, desde a independência, e, lá no fundo do Maelstrom, as fauces dos banqueiros internacionais devorarão tudo quanto entreguemos ao abismo insondável feito de abismos... Suor, sangue, lágrimas! Suor do trabalho e das angústias, cheirando a doença e pobreza. Sangue das guerras fratricidas e dos crimes políticos, fervendo de ódios ou de heroísmos. Lágrimas de criancinhas, de mulheres e de velhos, lágrimas de órfãos, de viúvas, de desvalidos. E tudo é pouco! Nada satisfaz o Molóc insaciável acorçado nas sombras e manobrando os inúmeros cordões dos seus títeres... (BARROSO, 1934A: 92-93).

Mais do que reações ao poder crescente do capital financeiro, portanto, os escritos de Barroso, tal como os de Feder, expressam uma preocupação crescente com a predominância da economia sobre as demais esferas da vida:

(...) o fim da sociedade não é e não pode ser a riqueza, como a imitação iáqui fez correr mundo, e que, por essa razão, a economia não deve tomar o lugar de tudo, hipertrofiando-se como o fígado dum ganso na engorda; mas deve ser subordinada à moral. “Para o indivíduo e para a sociedade – afirma Gino Arias do alto de seu saber – as riquezas são instrumento de fins superiores e não elas próprias um fim” (BARROSO, 1934B: 89-90).

A vida “parasitária e letárgica” que nossos autores denunciam pode ser identificada como um dos principais impactos do capitalismo financeiro na sociedade. Por mais que os juros já existissem antes do surgimento do capitalismo⁴², a existência de vastos setores da sociedade vivendo de juros era uma inovação trazida pelo estágio em que o capitalismo se encontrava. A acumulação proporcionada pelo imperialismo às custas de extensas áreas do mundo provocou “o desmedido crescimento da camada dos que vivem de renda, nos países imperialistas, divorciados, portanto, da participação em empreendimentos, gente cuja profissão é a ociosidade” (SODRÉ, 1967:153).

Feder (e, em menor medida, Barroso) se valem do termo “mamonismo” para estigmatizar esse comportamento de acumular riquezas de forma desenfreada, sem contribuir para a coletividade. O uso do termo “mamonismo” indica a temporalização que o conceito de capital financeiro sofreu. Apropriando-se do termo bíblico⁴³ “mamom”, comumente usado para se referir ao dinheiro ou à riqueza, Feder lhe acrescenta o sufixo “ismo”, marca de

⁴² Segundo Hilferding (1985: 102), o juro não decorre de qualquer aspecto essencial do capitalismo, mas do fato de que não é apenas o capitalista produtivo quem detém dinheiro para ser emprestado.

⁴³ Segundo o *Dicionário Houaiss da Língua Portuguesa*, o termo português “mamona” vem do latim eclesiástico *mamona(s)ae*, derivado grego *Mamonnâs*, que indica “personificação da riqueza”. O termo grego, por sua vez, deriva do aramaico *mamona* ou *mamon*, que indica “riqueza, lucro”. O primeiro registro escrito da palavra “mamona” na língua portuguesa data do século XV. Mamona pode conter ainda os seguintes significados: “deus fenício e sírio das riquezas”, “dinheiro, bens, ganho, riqueza”, “a personificação ou divinização de algo diabólico, impuro” ou simplesmente “riqueza, lucro” (HOUAISS, 2009: 1227). A passagem bíblica de Mateus 6:24, “Não podeis servir a Deus e às riquezas”, costuma ser traduzida em algumas bíblias como “Não podeis servir a Deus e a Mamom”.

temporalização⁴⁴. Os modernos conceitos políticos caracterizam-se por possuírem um coeficiente temporal sem o qual sua força se perderia: “O tempo passou a ser um título de legitimação utilizável para todos os fins” (KOSELLECK, 2006A: 296). A temporalização do termo “mamom” permitia a Feder dotar o seu inimigo de contornos nítidos. Sem ela, o conceito perderia força e não cumpriria o papel de alertar o público sobre o perigo das altas finanças. Uma vez que o autor lutava em prol de um “ismo” (nacional-socialismo), nada melhor para identificar seu inimigo do que encaixá-lo em outro “ismo”.

O mamonismo foi, portanto, o conceito encontrado para explicar esse fenômeno inédito no qual “O capital financeiro aparece como capital monetário e possui, com efeito, sua forma de movimento D – D’, dinheiro gerador de dinheiro, a forma mais genérica e mais sem sentido do movimento de capital” (HILFERDING, 1985: 227).

Explica Chesnais que “quanto mais a forma D – D’ torna-se predominante, mais o fetichismo, as representações fantasmagóricas das fontes da riqueza se apossam da sociedade” (CHESNAIS, 2010: 109). Sendo assim, explica Feder que “O deus Mammon subiu ao trono do mundo. Imperadores e reis curvam-se diante dele. Os parlamentos e governos são seus serviçais submissos” (FEDER, 1933A: 141). Seu poder é tão grande que dele dependeriam todas as demais questões do mundo:

Perto desta questão fundamental são inúteis todas as demais questões, pois sem o rompimento da servidão dos juros é impossível uma reação dos povos criadores. Uma vez mantida a servidão dos juros do grande capital financeiro, então o deus Mammon ocupará o trono do mundo. Deus está morto, as almas e os povos morrem, uma massa de pessoas preenche o mundo como escravos dos juros da finança mundial. O dinheiro governa o mundo (FEDER, 1933A: 83).

Segundo Lange (2007: 281), Feder incorporou o termo “mamonismo” de Adolf Stöcker e Heinrich von Treitschke. Stöcker (1835-1909) era um capelão protestante responsável por fundar o primeiro partido político de orientação antissemita, o Christlich-Soziale Arbeiterpartei (Partido Social-Cristão dos Trabalhadores), em 1878. Sua retórica fortemente antissemita e anticapitalista buscava ganhar o apoio dos trabalhadores, já que, de início, o partido conseguia maior adesão somente entre as camadas médias. Para Stöcker, o domínio judeu significava empobrecimento econômico e espiritual. Fazia-se necessário que o judeu se engajasse em trabalhos produtivos, que demandassem esforços para engrandecer a nação. Também clamava para que a imprensa judaica fosse mais tolerante. Stöcker via no fortalecimento do sentimento cristão na Alemanha o principal baluarte contra o avanço

⁴⁴ A temporalização ajudou a criar novos conceitos, “todos encontrando seu denominador temporal comum no sufixo ‘ismo’”. Diferente dos conceitos antigos, que reuniam “em uma expressão toda a experiência acumulada até então”, os conceitos modernos “exigem fins que abrigam desejos maiores do que até então a história pudera satisfazer” (KOSELLECK, 2006A: 297, 300).

judaico: “Se o povo alemão se tornar um povo cristão e acreditar em Jesus Cristo, livre de cobiça, cheio de respeito por sua igreja, então o judaísmo moderno com seu espírito mamônico não conseguirá alcançar nada com sua imprensa desdenhosa e seu ódio contra a igreja”. Em 1881, seu partido abandonaria a ênfase nos trabalhadores, apelando a todo cristão, independente de classe (LANGE, 2007: 119-122).

Já Heinrich von Treitschke (1834-1896) foi o responsável por trazer a questão do antissemitismo para o meio acadêmico, alegando que se fazia necessária uma imediata germanização dos judeus que chegavam à Alemanha, pois eles estariam ameaçando a identidade nacional. Somente aceitando o cristianismo e se comportando como um alemão poderia o judeu deixar de ser um embuste. Solução similar propunha o teólogo, jornalista e político bávaro Georg Ratzinger⁴⁵ (1844-1899), para quem a questão judaica era inseparável da questão do mercado de ações. Ratzinger dizia que os judeus precisavam ser iniciados no trabalho produtivo tendo em vista ganhos moderados, a fim de que pudessem se livrar de sua sanha por enriquecimento fácil e exagerado. Entretanto, Ratzinger era contra o ódio direcionado aos judeus enquanto raça ou comunidade religiosa, afirmando que a perseguição aos judeus era anticristã (LANGE, 2007: 124, 125, 135).

A ideia de mamonismo também era usada em 1855 pelo autor alemão Gustav Freytag, em sua obra *Soll und Haben (Débito e Crédito)*. Freytag se mostra um grande entusiasta do laissez-faire, exaltando a todo o momento suas virtudes, mas também denunciando os aspectos destrutivos do capitalismo – aspectos estes que seriam tipicamente judaicos, sem qualquer relação com o caráter alemão. Assim, Freytag ajudou a concentrar os ressentimentos anticapitalistas dos alemães apenas sobre os judeus (LANGE, 2007: 45)⁴⁶.

Décadas mais tarde, os escritos de Feder mostrariam que a condenação do consumo ostensivo continuaria a habitar o imaginário:

O mamonismo é a ambição por dinheiro transformada em loucura e que desconhece qualquer objetivo mais elevado do que acumular dinheiro a partir de dinheiro, que com uma brutalidade sem igual busca compelir todas as forças do mundo a agir a seu serviço, e que conduz à escravidão econômica e à exploração da força de trabalho de todos os povos do mundo (FEDER, 1919: 11-12).

O ódio ao mamonismo e sua associação ao povo judeu expressa a própria situação em que os judeus se encontravam na Europa. A despeito das inúmeras acusações nazistas de que os judeus constituiriam um Estado dentro do Estado, às vésperas da tomada de poder pelos

⁴⁵ Tio-avô de Joseph Ratzinger, o papa emérito Bento XVI.

⁴⁶ A obra *Theory of the Leisure Class*, de 1899, de Thorstein Veblen, teria sido fundamental na mudança dessa mentalidade “mamonista”: “Jamais, após a publicação de *The Theory of the Leisure Class*, pôde um rico gastar tão ostensiva, despreocupada e prazerosamente sem que alguém ridicularizasse o seu gesto como sendo Consumo Ostensivo” (GALBRAITH, 1980: 54).

nazistas praticamente já não havia mais judeus, seja nos bancos alemães, seja no próprio país como um todo. O estigma do judeu como mamomista se deveu justamente ao fato de que as riquezas judaicas permaneciam intactas enquanto seu poder político declinava: “a riqueza sem função palpável é muito mais intolerável, porque ninguém pode compreender – e consequentemente aceitar – por que ela deve ser tolerada” (ARENDT, 2011: 24)⁴⁷.

Seguindo com Feder, vemos que os males do capitalismo financeiro se estendiam por todas as esferas da vida, não se restringindo à economia:

A pirataria financeira organizada e seus entusiastas venceram, caos sobre a Alemanha (...). O parasitismo acadêmico judaico vem à tona, teatro e cinema estão infectados, a cultura negra pervertida se espalha, judeus, bastardos, traficantes espoliadores de todos os tipos, funcionários marxistas medíocres nos altos escalões, corrupção sobre corrupção (FEDER, 1935: 261).

Na mesma linha de Feder, Barroso denuncia a ânsia pela acumulação desenfreada de riquezas e as suas consequências sobre o meio familiar e cultural:

Que faz o capitalismo denominado burguês e que, no fundo, é simplesmente judaico?

Destrói pouco a pouco a família, a propriedade, a pátria e Deus. Destrói a família, desmoralizando os costumes pelas modas, pelo luxo, o cinema, a literatura, o divórcio, etc. Destrói a propriedade pelo açambarcamento, o jogo de câmbio e de bolsa, as variadíssimas formas de usura, todos os meios ao seu alcance, de maneira a criar grandes concentrações de fortunas no meio da miséria geral, a concentrar a propriedade em pequeno número de mãos (BARROSO, 1937D: 67)⁴⁸.

Barroso também se vale da ideia de mamonismo para descrever o capitalismo:

Judaísmo e maçonaria criaram um meio social propício à guerra do que está embaixo contra o que se acha em cima, desmoralizando e materializando a humanidade pelo capitalismo mamônico, dividindo-a e enfraquecendo-a intimamente pela democracia, separando-a e tornando-a agressiva pelo exagero dos nacionalismos, dissolvendo-a e descaracterizando-a pelo cosmopolitismo, encolerizando-a pelas crises econômicas e enlouquecendo-a com o comunismo (BARROSO, 1939: 14-15).

Salta à vista, em Barroso, uma releitura da história nacional em termos antissemitas. Sua trilogia *História Secreta do Brasil* (1937-1938) apresenta uma história brasileira a partir dos “bastidores”, como se o autor quisesse revelar ao grande público aquilo que os demais livros

⁴⁷Em uma Europa “desprovida de equilíbrio de poder entre as nações que a compunham, e carente de noções de solidariedade intereuropeia, o elemento judeu, intereuropeu e não nacional, tornou-se objeto de ódio, devido à sua riqueza inútil, e de desprezo, devido à sua falta de poder” (ARENDT, 2011: 34-35, 37).

⁴⁸ Repare como essa passagem nada mais é do que uma interpretação racial do desenvolvimento capitalista: “O rápido desenvolvimento das forças produtivas, acoplado ao forte movimento de centralização de capitais durante o último quartel do século XIX, nas economias avançadas, faria diluir gradativamente a importância da empresa individual familiar. A formação das Sociedades por Ações transformava inúmeros pequenos capitalistas em simples rentistas-financeiros, escapando-lhes o controle efetivo do capital produtivo e de sua reprodução. Por sua vez, os grupos de magnatas que possuem efetivamente a propriedade e o controle das grandes empresas, através de um ‘pacote mínimo’ de ações ordinárias, viam crescentemente dificultada a tarefa de gerir completamente o complexo de operações e, especialmente, as decisões de inversão” (COUTINHO e REICHSTUL, 1977: 79-80).

consciente ou inconscientemente escondiam. Os piratas e corsários que investiam contra o território colonial são acusados de servirem a interesses do judaísmo internacional: “Por detrás de todos os piratas hereges, anticatólicos, estava o judeu internacional, o homem sem pátria, o mamonista adorador do Bezerro de Ouro” (BARROSO, 1939: 60). O Brasil holandês é seu alvo predileto:

[A Holanda] Era ainda a fonte da Trindade invisível do aforisma alemão vulgarizado por Goethe: *Krieg, Handel und Piraterie, dreienig sind sie; nich zu trennen* [guerra, comércio e pirataria são uma trindade; inseparáveis]. O judeu explorava essa trindade *invisível*, valendo-se das disposições guerreiras e aventureiras que o comércio despertaria nos pacatos holandeses, os quais, já agora, ávidos de pecúnia, quando não tiravam grandes lucros duma atividade ou região, se voltavam para outras (BARROSO, 1939: 61).

Para Feder, a República de Weimar seria a grande traidora da pátria. Os chamados “criminosos de novembro” teriam forjado o *Unstaat*, ou não-Estado, que

com sua repressão às classes trabalhadoras, sua proteção à rapinagem dos bancos e dos traficantes da bolsa, tornou-se o terreno ideal para o mais imprudente enriquecimento individual, as mais crassas rapinagens e ambições políticas; não existe respeito pelo próximo, pelos conterrâneos, nem laços morais mais elevados; o poder mais brutal, o poder do dinheiro, reina sem limites e afeta o Estado, o povo, a sociedade, a cultura, a moral, o teatro, a literatura e todas as incertezas morais com sua influência perniciosa e destrutiva (FEDER, 1932: 23).

Nos fragmentos reproduzidos logo acima, podemos ver que a bolsa de valores representa, para nossos autores, uma das muitas atividades imorais levadas à cabo pelos judeus. Em sua obra *Os Judeus e o Capitalismo Moderno*, de 1911, Werner Sombart não chega a atribuir aos judeus o papel de “pais” do mercado de ações, mas acredita que eles foram figuras importantes na sua gênese, atuando nos principais centros financeiros europeus desde fins do século XVII (SOMBART, 1951: 87).

Diz Chesnais que “A atividade da Bolsa sobre todos esses planos inclui a criação maciça de capital fictício” (CHESNAIS, 2010: 144). Isso nos faz refletir sobre os desdobramentos da ascensão do capital financeiro sobre a História Conceitual. Se, até por volta do século XVII, os conceitos políticos e sociais “se caracterizavam por reunir em uma expressão toda a experiência acumulada até então, agora [a partir do século XVIII, com a difusão das ideias ilustradas e a eclosão da Revolução Francesa] se inverte a relação entre conceito e o que é conceituado” (KOSELLECK, 2006A: 300). Com a primeira hegemonia financeira dos primeiros anos do século XX, algo análogo se dá com os conceitos econômicos. Ao longo dessa primeira onda de financeirização, “O Sistema de crédito e o capital financeiro tornaram-se, como Lênin, Hilferding e Luxemburgo ressaltaram no começo do século XX, grandes

alavancas de predação, fraude e rapina” (HARVEY, 2003: 147 – tradução nossa). Dessa maneira, temos que:

As primeiras décadas do século XX corresponderam, assim, a uma primeira *hegemonia financeira*, no sentido que esta finança: (1) torna-se um ator central na história do capitalismo, e (2) domina sem contestação, tanto em relação ao setor retardatário, quanto em relação aos executivos ocupados em revolucionar a técnica e a organização (DUMÉNIL e LÉVY, 2010: 205).

Essa supremacia financeira faz predominar, na terminologia econômica, conceitos que são antecipações e que “Baseiam-se na experiência da perda da experiência, e por isso não podem deixar de despertar novas expectativas”, além de exigirem “fins que abrigam desejos maiores do que até então a história pudera satisfazer” (KOSELLECK, 2006A: 300). A bolsa de valores é um exemplo desse novo *status quo*:

A ação é [...] um título de renda, título de crédito sobre uma produção futura, bônus de renda. Pelo fato dessa renda ser capitalizada e constituir o preço da ação, um segundo capital parece existir nos preços das ações. Mas ele é puramente fictício. O que existe verdadeiramente é somente o capital industrial e seu lucro. Isso não impede que esse capital fictício exista sob a forma contábil e seja mencionado como “capital ações” (HILFERDING, citado por CHESNAIS, 2010: 144).

O capital financeiro, portanto, por vezes assume a roupagem de capital fictício⁴⁹. O capital fictício é um vir a ser, um dinheiro no futuro, ainda não concretizado: “a maior parte do capital do banqueiro é puramente fictícia e consiste em créditos (letras de câmbio), fundos do Estado (que representam capital gasto) e ações (direitos sobre um rendimento futuro)” (MARX citado por DUMÉNIL e LÉVY, 2010: 276). Ele é uma antecipação que extrapola o capital até então existente. Não é à toa que as crises envolvendo o capital fictício têm como causa a “*diferença* entre o montante, sempre mais elevado, dos créditos sobre a produção em curso e futura e a capacidade efetiva do capital engajado na produção os honrar (...)” (CHESNAIS, 2010: 171). Dessa maneira, podemos interpretar a supremacia do capital financeiro no começo do século XX como *o triunfo da modernidade na Economia*, sendo as obras de Feder e Barroso reações contra a *experiência da perda da experiência* no campo econômico. À luz dessas reflexões sobre o capital fictício, fica mais fácil entender o ódio dos autores à figura do banqueiro, bem como a constante associação entre o capital financeiro e forças malignas de inspiração bíblica.

⁴⁹ “A gestão da finança reúne empregados assalariados mais e mais numerosos. Mas mesmo quando eles estão na mais baixa base da hierarquia e mal pagos, seu trabalho se refere a serviços que não são produtores de valor real, e contrastam com o trabalho operário. É também a razão pela qual Marx fala do capital financeiro como um ‘capital fictício’, que não é produto de uma criação real de valor econômico” (BRUNHOFF, 2010: 56).

Se a República de Weimar era estigmatizada por Feder como a grande traidora nacional, para Barroso esse período corresponde à Primeira República (1889-1930)⁵⁰:

Foi a defesa do café quem desgraçou o café.

Em São Paulo armavam-se os planos, os financistas de São Paulo os defendiam nos jornais e no parlamento. O situacionismo paulista rodeava o governo federal de amabilidades. Davam-se às ruas da capital paulista os nomes dos presidentes da República amigos do café. Entravam em cena todos os negociastas e trapaceiros, que no Brasil passam como economistas e financistas. Era de ver-se a azáfama em manejos e entrevistas e conferências dos judeus e judaizantes, agindo sobre o ministério, a imprensa e o Congresso, até conseguirem a adoção do plano (BARROSO, 1937A: 150-151).

Uma metáfora comum a ambos os autores ao referirem-se às altas finanças era a da “internacional dourada”, em uma provável alusão à Internacional comunista. Com isso, ambos queriam ressaltar que apenas a luta contra o comunismo não bastava, pois que o capital financeiro também representava uma ameaça considerável. Nas palavras de Feder:

Sob mamonismo, entende-se: por um lado, as potências financeiras internacionais com seu extraordinário poder, as potências financeiras supra estatais entronizadas acima de todos os direitos de autodeterminação dos povos, o grande capital internacional, a Internacional dourada; por outro, um estado de espírito que se apropriou de parcelas do povo; a insaciável cobiça que direcionou a esse modo de vida puramente terreno, que conduziu e seguirá conduzindo a uma terrível degradação dos valores morais (FEDER, 1919: 5).

E na ponta desse “estado de espírito” estaria a “plutocracia internacional”.

Em Barroso, o cerne desta plutocracia estaria em São Paulo. O autor atribui o sobrenome judaico “Moretzsohn” ao interventor de São Paulo, Armando Sales de Oliveira:

Assim, o judaísmo e a plutocracia de S. Paulo exploram o grande Estado da Federação. Com o sangue sagrado da mocidade sacrificada nas trincheiras de 1932, os judeus negociastas e os políticos sem escrúpulos levantaram o edifício político em que o sr. Moretzsohn recita os discursos feitos pelo sr. Cassiano Ricardo. Com o ouro sagrado que o povo paulista ofereceu para a defesa do ideal constitucional, os rapazes bonitos da plutocracia edificam com o latrocínio o palácio de suas festas e de suas orgias (BARROSO, 1937A: 79).

A associação que os autores fazem entre o judaísmo e uma plutocracia opressora é bastante sintomática da maleabilidade que a figura do judeu carrega. Ela pode ser facilmente moldada de acordo com o discurso e com os interesses por trás dele. Também é sintomática da historicidade do próprio antissemitismo. O judeu, comumente associado, no discurso antissemita, a ambientes sujos, pobres e decrepitos, também pode ser representado como um povo próspero e pujante e ainda assim continuar servindo a propósitos antissemitas. Portanto, se necessário for, o antissemitismo revigora o judeu, transformando-o de morador de guetos

⁵⁰ A situação do Brasil de país com uma República recém-instalada era análoga à de Alemanha e Portugal. Nos três países, as “‘Primeiras Repúblicas’ liberais foram colocadas no centro das críticas e das contestações” (COSTA, 2015: 56), fornecendo combustível para discursos fascistas.

insalubres a grande empresário que ostenta riquezas e vive no luxo. A frase de Afonso Arinos nos anos 1930 é bastante representativa: “judeu rico é sempre capitalista” e “judeu sem dinheiro é revolucionário” (FRANCO, citado por CARNEIRO, 1988: 113).

É justamente aqui que reside a força do antissemitismo: “no fato de os judeus serem um Outro que pode ser reinventado para dar conta das diferenças e contradições sociais, um Outro a partir de cuja exclusão se organiza um partido, uma ideologia, um Estado” (CYTRYNOWICZ, 1992: 35)⁵¹. A visão estereotipada do judeu não era monopólio dos meios de comunicação integralistas. Revistas ilustradas como *Careta*, *Cultura* e *Vamos Ler* perpetuavam essa visão, ressaltando suas anomalias anatômicas e outros comportamentos condenáveis (CARNEIRO, 1988: 422). De forma análoga, o antissemitismo na Europa não era exclusividade dos movimentos fascistas.

A história do próprio termo “antissemitismo” é indissociável das crises econômicas. Esse termo foi cunhado e difundido na Alemanha por Wilhelm Marr, por volta de 1897, na esteira da crise de 1873. Como o processo de emancipação judaica foi simultâneo ao crescimento e crise do capitalismo, o judeu, antes hostilizado por sua religião, agora era responsabilizado pela crise econômica. Surge assim o mito da “internacional dourada”, usado para descrever uma conspiração judaica mundial contra a qual diversos clubes e partidos alemães lutavam: “neste momento, a solução da ‘questão judaica’ tornou-se condição *sine qua non* da ‘questão social’” (LANGE, 2007: 26, 27).

Um dos grandes trunfos de cada movimento, segundo nossos autores, seria justamente reconhecer quem era o verdadeiro inimigo de seus países. Enquanto os demais partidos e movimentos políticos perdiam-se na busca por culpados, apenas o integralismo e o nacional-socialismo teriam percebido quem era o verdadeiro inimigo, pois somente eles teriam desvendado e denunciado a conspiração judaica. Nas palavras de Feder:

Apesar de todos os gritos marxistas, apesar das frases piedosas do *Zentrum*, apesar dos clamores da economia contra o fardo dos impostos e dos juros, desconhece-se o verdadeiro inimigo mundial, composto pelo cerne do grande capital e por seus representantes: os judeus.

(...)

Nós todos sabemos que nem os partidos de esquerda, com seus gritos mentirosos de “abaixo o capitalismo!”, nem os partidos de direita com suas frases patrióticas têm a competência de inaugurar uma nova época mundial, pois nem as exigências marxistas nem as exigências reacionárias mudariam em essência toda nossa economia. Pelo contrário: iriam apenas destruir, tal como os comunistas na Rússia, mas nunca construir (FEDER, 1932: 30-31).

⁵¹ Alguns aspectos ajudam a explicar o motivo de os judeus, mais do que qualquer outro povo, terem servido tão bem às narrativas míticas: a força de sua cultura ao longo dos séculos, sua presença marcante no mundo das finanças e no cenário intelectual, sua inserção internacional e a propensão de muitos deles a apoiarem projetos reformistas ou revolucionários, visto que tais projetos geralmente contemplavam os setores marginalizados da população – dos quais os judeus faziam parte (MOTTA, 1998:104).

E nas palavras de Barroso:

Antes de nós, Integralistas, ninguém fizera o povo brasileiro descer aos círculos dantescos desse inferno de sua escravidão, que ele nem mesmo suspeitava e que é a grande causa de todas as suas aflições. Nós resolvemos mostrar-lhe a verdade do que em quem doer, aconteça o que acontecer! (BARROSO, 1934A: 60).

Apesar do movimento integralista para esclarecer as mentes, ainda reinaria a confusão:

Toda a gente está convencida de que o Brasil se acha sob a ameaça de uma invasão estrangeira. A opinião pública em geral somente vê uma das faces dessa invasão – o plano estalinico de sovieterizar nossa pátria a cargo de Prestes e dos comunistas. Nós, Integralistas, vemos a outra face – a escravidão nacional imposta pelo banqueirismo judaico através do Instituto [Nacional de Exportação] do ilustre sr. Simonsen, aliado e parente do ilustre sr. Moretzsohn. Eis porque reputamos a situação mais grave do que pensam (BARROSO, 1937A: 136).

2.2. Do “espírito ariano” ao “espírito bandeirante”: a idade de ouro

O ódio nazista e integralista ao capitalismo financeiro era contrastado com sonhos do passado que idealizavam uma era na qual a Economia supostamente cumpriria sua função de servir ao homem, e não de escravizá-lo. O resgate de uma idade de ouro busca afirmar sua coerência com base em uma dupla nostalgia: “inocência e pureza, por um lado; amizade, solidariedade e comunhão, por outro” (GIRARDET, 1987: 105). Nossos autores queriam impregnar a Economia do espírito de camaradagem e solidariedade típico de formações pré-capitalistas. Pouco importava se esse espírito realmente fazia parte dessas formações econômicas, já que o objetivo não era a reconstrução fidedigna do passado: “Tratava-se [como no fascismo italiano] mais de um gigantesco mercado das ideias e das imagens, do qual o fascismo se valia para sustentar suas políticas” (CLEMENTE, 2010: 309). Em cada linha de seus escritos se expressa certa nostalgia dos tempos em que

cada artesão medieval estava completamente absorvido por seu trabalho, com o qual desenvolvia um relacionamento gratificador e escravizador e ao qual submetia-se muito mais do que o trabalhador moderno, cujo trabalho é assunto que o deixa indiferente (ENGELS, MARX, 1975: 121)⁵².

A obsessão nazista em encontrar antepassados de estirpe aristocrática expressava a busca por um passado no qual as relações seriam “a negação completa do mundo moderno,

⁵² “Em função disso, podemos afirmar que, ao mesmo tempo em que os fascismos são um produto da modernidade – pois almejam a construção de uma sociedade idealizada ou perfeita, de acordo com suas premissas – também possuem um caráter antimoderno, ao defenderem princípios muito mais afinados com a ideia de comunidade existente na era pré-moderna do que com a sociedade atomizante e dispersa resultante do processo de modernização” (CRUZ e MARQUES J. FILHO, 2012: 44).

mundo onde as relações não apresentavam ainda a fluidez típica da modernidade e que por isso, na imaginação desses indivíduos (...) apresentava-se como mais estável e seguro” (SILVA, 2009: 199). Cada vez mais o termo “judeu” ou “judaico” era associado a um “comportamento socioeconômico que asfixiava a criação de uma *Gemeinschaft* (comunidade) orgânica, mística e emocionalmente unida, ao invés de uma *Gesellschaft* (sociedade) atomizada e contratual” (LANGE, 2007: 28-29). A Idade Média era vista por Feder como essa idade de ouro da economia, na qual prevaleceria a *Volkswirtschaft* ou economia popular:

Na Idade Média alemã, o artesanato, a arquitetura, a escultura e a pintura se encontravam em um nível que nunca mais seria alcançado. Hoje, contemplamos maravilhados as testemunhas daquele período – a Catedral de Santo Estevão, a Catedral de Colônia e os tesouros artísticos de Nuremberg nos ensinam isso –, mas o comércio de dinheiro era uma profissão desonrada entregue aos judeus. Hoje, o artesanato está totalmente decadente, ele teve que dar lugar à tediosa parafernália da idade das máquinas, a arte e a ciência trabalham em troca de um salário e não são mais dignas da sagrada tarefa de criar obras geniais independente de sua aplicabilidade meramente econômica. A desdeificação e a materialização da humanidade avançam furiosamente, mas os bancos simplesmente florescem e crescem do chão, como mofo após uma chuva quente (FEDER, 1935: 368).

Ao resgatar o sentido moralizante da economia, portanto, Feder dizia que o nacional-socialismo estaria apenas retomando antigas práticas alemãs:

O [princípio de] *suum cuique*⁵³ já era o fundamento econômico da Alta Idade Média alemã. Mas foi especialmente por meio das guildas que durante muitos anos se atribuiu o real valor à ideia de dar a cada um o que lhe pertence. A corporação que reunia o mestre e o artesão por metade ou um terço de pfennig assegurava pelo menos àqueles envolvidos no trabalho sua subsistência. Um bom trabalho e um bom desempenho rendiam reconhecimento e ganhos, assim como performances extraordinárias geravam fama e mérito (FEDER, 1933A: 16).

Em contraste com aquele período, “O comércio de dinheiro virou hoje um fim em si mesmo, ajustado unicamente à rentabilidade do capital financeiro. O crédito, por outro lado, teve seu sentido econômico-popular pervertido” (FEDER, 1935: 368).

Ao idealizar uma “idade dourada” da economia, o autor nazista acaba identificando a pequena propriedade com o próprio direito à propriedade privada. É com uma nostalgia quase poética que ele descreve a superioridade da pequena produção doméstica diante da impessoalidade da produção em massa:

Os morangos, batatas, legumes, frutas de seu próprio jardim têm um gosto muito melhor do que as rações puramente comerciais dos refeitórios populares. Quem não conhece essa nostalgia da própria terra, quem não consegue desfrutar da alegria da propriedade, não consegue compreender o significado fundamental do

⁵³*Suum cuique*: expressão latina que significa algo como “a cada um aquilo que lhe pertence”, ou, em alemão, “Jedem das Seine”. Feder utiliza a expressão em oposição ao princípio marxista (que seria “tudo pertence a todos”) e ao princípio mamonista (que seria “tudo pertence a um”).

reconhecimento da propriedade privada. Ou ele é um homem do asfalto desenraizado, ou um “capitalista” desenraizado (...) (FEDER, 1932:48-49).

A defesa dos pequenos e médios proprietários e comerciantes demonstra bem o grande medo das camadas médias alemãs naquela década de 1920: a proletarização. A trajetória pessoal de Hitler é bastante representativa. Esgotados os recursos de sua herança, o futuro *Führer* passou por dificuldades financeiras, frio e fome, ao mesmo tempo em que se recusava a procurar um emprego regular. Seu grande temor era cair nas fileiras do proletariado. Uma vez no poder, os nazistas souberam explorar esse medo muito bem (SHIRER, 1975: 43):

Cada vez maior é a distância entre os plutocratas senhores do mundo e toda a população trabalhadora. Toda a classe média, inclusive os cidadãos de posses, afunda nas camadas proletárias, enquanto a internacional dourada, em seu trono bilionário, fortalecido unicamente por meio da insanidade dos juros, se prepara para a conquista do mundo (FEDER, 1935: 96).

Um importante desdobramento do par oposto “capital criador X capital parasitário” no pensamento de Feder compreende a contraposição “Krupp X Rothschild”. Rothschild era uma família judia com forte presença nos principais centros financeiros europeus a partir do século XIX. Sua vantajosa posição de banqueiros com amplos contatos intereuropeus e sua ascensão no campo das finanças internacionais converteram-nos em representantes por excelência de um suposto espírito judaico materialista e cosmopolita⁵⁴. Aos Rothschild atribui-se a internacionalização do mercado de ações, estendendo o escopo de investidores e de empréstimos por toda a Europa em um movimento inédito que causou grande impressão à época (SOMBART, 1951: 99-101).

Krupp, por outro lado, representaria verdadeiro espírito produtivo industrial alemão, que sabe

reconhecer as verdadeiras necessidades econômicas da nação (...) e então sondar os melhores e mais baratos procedimentos de produção, reduzir os preços ao máximo para introduzir seus produtos, entregar mercadorias impecavelmente, assegurar o abastecimento, remunerar bem os seus trabalhadores a fim de ter neles consumidores de seus produtos, estar sempre atento às novidades e melhorias na empresa e nas vendas. Caso o empresário assuma essas ações como diretrizes máximas de seu negócio, ele estará servindo da melhor maneira possível à “satisfação das necessidades” e o lucro virá por si próprio, sem que ele precise lutar por ele como seu grande objetivo. O exemplo mais evidente e mais bem conhecido desse tipo de empresário é Henry Ford. Não menos expressivos nesse sentido são os verdadeiros

⁵⁴ “Para o mundo exterior, essa família tornou-se também o símbolo da realidade prática do internacionalismo judaico num mundo de Estados-nações e povos organizados politicamente em bases nacionais. Onde poderiam os antissemitas encontrar melhor prova do fantástico conceito de um governo mundial judaico do que nessa família? Unida, embora ativa em cinco países diferentes, proeminente em toda parte, em íntima cooperação com governos distintos, cujos frequentes conflitos jamais abalavam a solidariedade de interesses existente entre seus banqueiros estatais, constituiu-se no símbolo que nenhuma propaganda poderia ter criado para fins políticos de modo mais eficaz” (ARENDT, 2011: 47-48).

grandes criadores de nossa indústria pesada: os Krupp, Kirdorf, Thyssen, Abbé, Mannesmann, Siemens, apenas para citar alguns (FEDER, 1932: 46-47).

Ao pronunciar que o empresário que colocar o bem da coletividade acima de tudo verá o lucro vir por si próprio, Feder subverte diretamente o pensamento liberal, segundo o qual é o interesse egoísta dos agentes econômicos a fonte do bem coletivo. O par oposto “Rothschild X Krupp” é uma atualização de outro par mais antigo, de 1897, traçado por Gustav Böhmer. Em *Ein Buch der deutschen Gesinnung* (Um Livro da Mentalidade Alemã), Böhmer contrapõe o capital financeiro judeu ao capital industrial alemão ancorando-se nas figuras de Baron Maurice de Hirsch e Carl von Stumm-Halberg, respectivamente. Enquanto grande parte da literatura antisemita alemã de fins do século XIX opunha o agricultor ao banqueiro judeu, a obra de Böhmer se distingue por opor ao judeu o industrial: “Hirsch saqueou milhões dos bolsos alheios; Stumm extraiu o dinheiro da Mãe Terra com resoluta diligência. Hirsch é, para mim, o estereótipo de todos os usurários dos grandes negócios judeus, Stumm é o estereótipo do verdadeiro homem forte alemão dos grandes negócios produtivos” (LANGE, 2007: 200).

Após ser marginalizado no cenário político alemão, Feder dedicou-se a obras de planejamento urbano. Escreveu, em 1939, *Lugar de Trabalho – Lugar de Viver* e, logo após, *A Nova Cidade*. Ele defendia a criação de cidades menores para desafogar as grandes cidades e gerar melhores condições de vida. Segundo Feder, somente as cidades médias (não mais que 20 mil habitantes) poderiam combinar as vantagens da cidade grande com as vantagens das pequenas vilas. Acusa-se a era industrial de ter pervertido as cidades medievais, que seriam as mais eficientemente organizadas. Ademais, o lugar de morar deveria ser próximo ao lugar de trabalho. Cada casa deveria desenvolver agricultura familiar em pequenas propriedades, reduzindo as migrações para grandes cidades. (BROMLEY e SCHENK, 2003: 116, 119).

Aliando os escritos políticos de Feder às suas obras sobre planejamento urbano, entendemos que o autor se empenha em subverter o legado da Revolução Industrial. Escreve Galbraith que, com o advento da Revolução Industrial, “qualquer referência a uma cidade tornou-se uma referência a algo não grandioso, não belo, nem mesmo sólido e firme, mas a algo vil, mal construído e sórdido” (GALBRAITH, 1980: 316). O modernismo reacionário alemão⁵⁵, em sua ambição por depurar a tecnologia de suas amarras materialistas e judaicas, conciliando-a com o *Volk*, já se mostrava inclinado a apagar esse estigma. Sintonizando a modernização industrial com as tradições alemãs, o antisemitismo e o nacionalismo, os pensadores dessa tradição esperavam dissociar a modernidade técnica das tristes, cinzentas e

⁵⁵ Sobre o modernismo reacionário alemão, ver o capítulo 1.

poluídas imagens das primeiras cidades industriais inglesas (HERF, 1993). A obra de Feder constitui um ótimo exemplo desse esforço de desconstrução.

Assim, podemos interpretar a obra do engenheiro bávaro como uma tentativa de assegurar que a indústria promovesse não divisões entre classes antagônicas, mas a união nacional.

A questão da “idade de ouro” também é bastante cara a Barroso, já que em seus escritos “O espaço da nação brasileira (...) é carregado de passado, vazio de presente e cheio de promessas para o futuro” (DANTAS, 2015: 27). Tal como em Feder, a idade de ouro aqui assume o par oposto “cidade X campo” em benefício deste último. O autor recorre a Terêncio Varro, autor da Antiguidade Romana que escreveu *De Re Rustica*:

E explica que os mais notáveis romanos dos Tempos idos estimavam o homem do campo de preferência ao da cidade, porque ele era mais forte e mais enérgico. Acrescenta que, de acordo com os costumes de outrora, o ano era dividido de forma que, de sete em sete dias absolutamente dedicados à agricultura, houvesse dois destinados à cidade, para compras e divertimentos. No dia em que Roma, embriagada pelos triunfos militares e pela loucura dos imperadores, dominadores do Orbe, esqueceu as práticas agrícolas que tinham feito a sólida grandeza do período republicano, tornou-se paradoxalmente escrava do Egito, da Sicília e da África pelo trigo que essas províncias lhe enviavam, começando, então, sua longa agonia (BARROSO, 1935A: 77-78).

A aversão aos prazeres mundanos da urbanização persiste na seguinte passagem, na qual o autor faz a defesa da vocação agrária do Brasil:

A humanidade moderna, materializada, amante dos gozos fáceis, envenenada por um povo errante que se não casa com a terra e prefere explorar o trabalho alheio, esqueceu o campo e não serão éclogas virgilianas que para ele farão voltar de novo os olhos deslumbrados pelas maravilhas do urbanismo, sua atenção tomada pela luz elétrica, o rádio, o cinema falado, o jornalismo sensacional, porém a fome, companheira inseparável, fatal, do comunismo, produzida pela desarticulação da economia do mundo, joguete do capitalismo internacional (BARROSO, 1935A: 79-80).

Se Feder via na Idade Média essa idade de ouro, Barroso, sem abrir mão de um culto ao medievo, também elegeu o período colonial como um momento idílico na história brasileira⁵⁶. Ao escrever sobre os empréstimos contraídos pelos municípios brasileiros, Barroso apresenta o capital financeiro como uma força em flagrante contraste com o legado colonial:

⁵⁶ “Nessa empreitada de construção do Estado Integral, Gustavo Barroso vai buscar no período colonial brasileiro seu substitutivo simbólico da Idade Média europeia, selecionando os indícios e elementos que fundamentem a verdadeira essência do ser brasileiro” (DANTAS, 2015: 223). Sznajder, por sua vez, afirma que a busca de uma idade de ouro é difícil num contexto extra-europeu, “onde a nação passada nunca existiu, ou ao menos não em termos identificáveis com nação e estado-nação” (SZNAJDER, 2010: 27).

Chegamos, enfim, ao município de S. Paulo, à velha Piratininga de Anchieta e dos Bandeirantes, cuja alma temos de despertar do fundo dos séculos para com a sua força imortal varrer o acampamento de adventícios e de judeus que devoram a nossa pátria! *Non ducor duco*, é a sua divisa orgulhosa. Mas esta divisa compete antes hoje ao banqueiro judeu do que aos paulistanos (BARROSO, 1934A: 174-175).

Sua leitura do Brasil colonial não enxergava, nesse período da história, “um processo radical de desapossamento”, como disse Seamus Deane ao discorrer sobre as relações entre literatura e colonização. Deane afirma que um povo colonizado não possui uma história específica nem uma língua específica (DEANE, 1990: 10). No entanto, é justamente na língua, cultura e história dos antigos colonizadores que o integralismo vai buscar as raízes de seus “sonhos do passado”, pois para Barroso “a benção do jesuíta uniu todos debaixo da mesma cruz. Dos Guararapes aos Aquidaban, o sangue de todos os uniu no mesmo destino” (BARROSO, 1936B: 18)⁵⁷. Além dos jesuítas, o integralismo também seria tributário do idealismo dos bandeirantes, graças à sua iniciativa de penetrar os sertões do país, alargando suas fronteiras. Os próprios integralistas são apresentados como novos bandeirantes que fariam o caminho inverso dos antecessores, levando a brasilidade do interior para o litoral: “O espírito bandeirante guardado no fundo dos sertões acorda e reconquista o que deixou para trás nas mãos infieis do cosmopolitismo do litoral. Nós, Integralistas, somos os Anhangueras redivivos que retornam da Grande Peregrinação!” (BARROSO, 1935A: 15).

O autor salienta que “o problema da terra, abandonado pelo nosso liberalismo de fancaria, será atacado como deve ser. E a sua resolução fará do Brasil o celeiro do mundo” (BARROSO, 1935A: 80). A pequena propriedade, pedra angular do pensamento econômico de Feder, também é exaltada pelo autor integralista. Urgia protegê-la dos avanços da técnica que, longe de ajudarem a agricultura, apenas a tornariam mais impessoal⁵⁸:

A civilização industrial dos nossos dias, dando à máquina mais valor do que ao homem, alheando-se [sic] dia a dia do sentido telúrico dos povos, só pode considerar o homem, por muito favor, uma máquina sem família, sem pátria e sem Deus, com estômago para viver no trabalho e com sexo, para reproduzir outras máquinas. Ao camponês o comunismo dá uma consideração fictícia e uma atenção limitada. A exploração dos campos far-se-á em grande escala, por meio de super-maquinismos, super-tratores, etc. As sementeiras serão realizadas por aviões (BARROSO, 1935A: 79).

⁵⁷ É interessante perceber que os jesuítas (junto com os maçons e os judeus) foram os personagens mais frequentemente associados a mitos conspiratórios (MOTTA 1998: 95). Em Barroso, contudo, eles ocupam o lado oposto da trincheira. Isso nos mostra como os mitos são maleáveis, sendo moldados de acordo com os interesses daqueles que os utilizam como armas políticas.

⁵⁸ Sobre a questão agrária tal como colocada no periódico integralista *Acção*, escreve Renato Alencar Dotta: “Partia-se da premissa de que o fator desencadeante de toda a situação de dependência e miséria do trabalhador rural era o latifúndio. *Acção* dedicou vários textos ao tema, sempre desabonando a grande propriedade. Em contrapartida, defendia a ‘pequena propriedade’, a propriedade da terra para todos os moradores do campo” (DOTTA, 2004: 75).

Vê-se assim que a questão da impessoalidade na Economia incomodou profundamente nossos autores. Para eles, a ação deletéria do judeu teria feito com que a produção perdesse uma espécie de encanto ou de mística que era preciso resgatar. É ao tratar das sociedades anônimas que essa discussão vem à tona nas obras dos dois autores. Hilferding observa que com a ascensão das sociedades anônimas, o capitalista industrial deixa de ser um empresário industrial e passa a ser um capitalista monetário, preocupado unicamente em investir para, depois de certo tempo, recuperar o capital investido com os juros, sem se importar com o que será feito com seu capital no processo produtivo (HILFERDING, 1985: 111). Assim, o autor nazista proclama:

As mentes estão confusas! Toda a economia foi despersonalizada, convertida em sociedades anônimas. Os próprios criadores se entregaram às mãos de seus maiores inimigos, o capital financeiro. Profundamente endividados, permanecem os criadores de valores nas lojas, fábricas e escritórios com salários diminutos. Todo lucro do trabalho é drenado para os bolsos das potências do dinheiro anônimas na forma de juros e dividendos (FEDER, 1932: 25).

Segundo Feder, “A anonimização – a despersonalização de nossa economia” por meio da sociedade de ações teria separado o capital do trabalho: “o acionário raramente sabe algo sobre sua fábrica, ele possui apenas o interesse na rentabilidade de seu dinheiro (...) com essa despersonalização de nossa economia, também caminha passo a passo a sua desnobilitação⁵⁹” (FEDER, 1933A: 52). Em um discurso no *Reichstag* no final de 1930, durante o qual discutiu brevemente com ninguém menos que Rudolph Hilferding (então deputado socialdemocrata), Feder afirma que os planos Dawes e Young significavam “a completa entrega de toda a economia alemã ao estrangeiro, empobrecimento e despersonalização da economia alemã sob a autoridade das sociedades anônimas e grupos financeiros internacionais” (FEDER, 1935: 277). Já não se produzia visando ao bem da comunidade. Ao empresário, importava apenas seu próprio lucro:

O que sabe o detentor de ações da “Girmes”, “Pöge”, “Weser”, “Riebeck Montan”, “Otavi”, “Salitrea”, “Steaua Romana”, o que ele sabe sobre o que se passa nessas fábricas? Ele não tem o menor interesse nelas, ele tem apenas o interesse em saber se as ações sobem ou descem, e quão grandes são os dividendos que seu capital rende (FEDER, 1933A: 75).

Dessa maneira:

O que faz o “empresário” no pior e mais geral sentido, o “explorador” e “sanguessuga”, no dizer da classe trabalhadora? Ele tenta, por meio dos menores salários possíveis e da utilização dos piores materiais, por um lado, e por meio da produção em massa ou da “propaganda” e dos altos preços, por outro lado, angariar o mais alto lucro possível para seu bolso.

⁵⁹*Entedelung*, no original: privar algo ou alguém de sua nobreza.

Ele não se importa com as necessidades de seus trabalhadores. Para ele, é indiferente se suas mercadorias forem logo descartadas como lixo – tanto melhor, pois isso significa nova produção para ele e novo lucro. O povo é tolo o bastante para sempre recorrer a lixo barato desde que ele seja tentadoramente elogiado e apresentado. É o cancro da loja de departamentos (FEDER, 1932: 46)⁶⁰.

As lojas de departamentos seriam “Palácios colossais de enormes medidas, tentadoras para a aquisição de objetos em sua maioria inúteis, com preços aparentemente baratos, seduzindo com condições de pagamento favoráveis para todos os produtos de luxo possíveis” (FEDER, 1932: 48). Aqui é bem provável que o autor tenha se apropriado novamente da obra de Theodor Fritsch⁶¹, que por sua vez leu Werner Sombart. Em *Die Juden im Handel und das Geheimnis ihres Erfolges* (Os Judeus no Comércio e o Segredo de seu Sucesso), de 1913, Fritsch (sob o pseudônimo de Friedrich Roderich-Stoltheim) escreve: “Destes modernos baluartes de trapaças, emana um espírito que ameaça envenenar virtualmente todas as classes”. A tarefa desses grandes estabelecimentos era de arruinar o público, seduzindo-o “a comprar mais do que ele conseguia e a gastar dinheiro com coisas inúteis”. Conclui, por isso, que “o princípio da loja de departamentos é imoral” (RODERICH-STOLTHEIM citado por LANGE, 2007: 230-231). Ademais:

[Nas lojas de departamento] Tudo é calculado para estimular desejo, para encantar e para cegar. A tendência ativa a comprar e a multiplicidade de impressões crescem até esmagar os sentidos. Pessoas fracas sucumbem a essas influências de uma tal maneira que elas não mais controlam suas próprias vontades. Elas são tentadas a comprar alguma coisa sem ao menos notar, e elas quase sempre são pegas, já que os donos da loja estão cientes da magia de suas ofertas e contrataram pessoas específicas para observar o público (RODERICH-STOLTHEIM citado por LANGE, 2007: 231).

Note-se como os escritos de Feder caminham no mesmo sentido:

Considere-se ainda que a loja de departamentos é a ruína das médias companhias comerciais, que a loja de departamentos explora o trabalho doméstico da forma mais vil, bem como o pessoal, que é a principal área de produção de sucata barata, enquanto os melhores artigos em sua maioria são mais caros do que nas genuínas lojas especializadas, então se justificará aqui nossa mais aguerrida luta contra as lojas de departamentos (FEDER, 1932: 48).

Barroso não fala das lojas de departamento, talvez porque elas ainda fossem raras no Brasil. Porém, ele também vocifera contra a economia impessoal e as sociedades anônimas⁶²:

⁶⁰ Werner Sombart aponta que um dos motivos pelos quais os judeus conseguiam praticar preços muito baixos era porque seus produtos eram feitos com material de qualidade inferior ou seguindo métodos que reduziam os custos de produção. Isso era especialmente verdadeiro para a indústria têxtil (SOMBART, 1951: 145-147).

⁶¹ De fato, Feder demonstra conhecimento da obra de Theodor Fritsch. Segundo o autor, nem o fato de Fritsch ser um profundo conhecedor da questão judaica o poupou de ser preso por alguns meses por denunciar o perigo representado pelos judeus (FEDER, 1932: 61).

⁶² As sociedades anônimas significavam uma competição desleal. Enquanto o empresário individual recorria a seus rendimentos para assegurar sua subsistência, podendo ir à falência se seu lucro caísse, as sociedades

A legislação das Sociedades Anônimas concebida para permitir ao pequeno capital de colaborar mais facilmente com o trabalho na obra de produção, tornou-se um instrumento legal de ladroeiros e pilhagens. (...) É tempo que a finança cesse de ser um instrumento de destruição da propriedade dos econômicos: é tempo que cesse de exercer sobre tudo e sobre todos uma tirania impessoal que escapa ao controle, para ser reconduzida ao seu papel normal: servir a produção, e não a dominar (BARROSO, 1936B: 100).

Barroso acusa os judeus no Rio de sufocarem a economia local apoderando-se “do Mangue pela prostituição das mulheres israelitas que exploram com o caftismo secreto; das ruas Senador Eusébio, visconde de Itaúna e Catete, pelo comércio de móveis a prestações que esconde atividades suspeitas e matam o artesanato nacional sem que se eleve uma voz de protesto” (BARROSO, 1937D: 24-25).

A ideia de uma idade de ouro idealizada muitas vezes remetia a formulações religiosas. Feder não abre mão desta fórmula ao defender o legado medieval:

Pode-se condenar a Igreja politizadora, podem também os melhores cristãos condenar as crueldades da Inquisição cometidas em nome da cruz e a caça às bruxas, mas depravações, erros, equívocos pessoais não podem ser generalizadamente atribuídos a uma das mais portentosas manifestações da humanidade. Para milhões, a “religião” cristã significou renascimento e revigoramento, elevando-as até Deus acima do sofrimento humano.

A cultura da Idade Média reside no signo da cruz; feitos heroicos, devoção e fé encontram suas raízes na cristandade. Pois é preciso diferenciar entre o âmago da cristandade e os diversos abusos de suas manifestações mundanas.

O partido [nazista] se fundamenta no cristianismo positivo (FEDER, 1932: 61).

Em seguida, Feder se esquivava de dar mais detalhes acerca de assuntos religiosos, alegando que o tema foge do escopo do programa. O autor confere menor importância à religião do que Barroso. O cristianismo é invocado com mais fervor apenas ao convencer o *Zentrum*, partido político cristão. Em discurso de 1930 no *Reichstag*, Feder afirma que a submissão aos banqueiros internacionais estava drenando o dinheiro da Igreja e conclama o *Zentrum* a romper com “a funesta ligação com os marxistas e negadores de Deus!”. Ele conclui seu longo discurso com uma oração, pedindo a Deus pela libertação da Alemanha, não sem antes dizer que os nazistas são “aqueles que melhor se apresentam como seguidores do Salvador, pois expulsamos os cambistas e os Judas do templo” (FEDER, 1935: 281, 282).

Diferente de Feder e do nacional-socialismo como um todo, o integralismo não carregava uma obsessão pela busca de raízes ancestrais. Os integralistas reconheciam quão

anônimas não precisavam trabalhar com lucro líquido. Não por acaso, seu surgimento desencadeou uma série de protestos por parte dos empresários individuais (HILFERDING, 1985: 129).

recentes eram, em comparação com a Europa, as instituições e a formação do povo brasileiro. E é justamente nesse domínio que o integralismo colherá argumentos para se legitimar:

O Integralismo Brasileiro, que simboliza no SIGMA a soma de todas as realidades, fatores, atividades e aspirações duma grande pátria, desmoralizada pelo liberalismo, solapada pelo comunismo e escravizada pelo banqueirismo, de todos os movimentos fascistas do mundo atual é aquele que contém maior dose de espiritualidade. Surgido depois de Mussolini e de Hitler, ele afirma mais fortemente o primado do espírito e mais alto se eleva, como prova sua doutrina, para as verdades eternas que cintilam nas auroras dos novos tempos (BARROSO, 1935B: 174).

O autor se apropria, portanto, de um fator que poderia ser considerado prejudicial ao integralismo (seu não pioneirismo) e converte-o em um ponto a seu favor, alegando que ele o dotava de maior espiritualidade. Por ter surgido depois do fascismo italiano, o integralismo acabou se beneficiando de uma referência externa. Enquanto os fascistas italianos estavam “sozinhos” em sua marcha inicial, “os integralistas tinham uma experiência a consultar e a lhes guiar” (ZAUERCH, 1984: 250).

Barroso convoca essa idade de ouro para iluminar e inspirar a nova idade que o integralismo, junto com “a reação salvadora dos fascismos”, busca implantar. Aqui, o autor elege Feder como um dos autores que representariam o sentido moralizador da economia:

E o coração do século palpitou num grande ritmo novo com Massis, Journet e Maritain que fazem renascer a ontologia tomista, com Gino Arias e Gottfried Feder que restauram a economia moral, com Nicoláu Berdiaeff que ressuscita a grandeza da civilização cristã, com Mauriac que restabelece o sentimento cristão do sacrifício, com Fernandez que renova o culto sagrado dos heróis (BARROSO, 1934A: 64).

O integralismo “quer economia e política dirigidas pela moral e a resolução da questão social pela cooperação das classes, pelo acordo da política e da economia governadas pelo espírito” (BARROSO, 1934B: 56). A referência que o autor tinha de uma economia moralizada orbitava entre o modelo medieval e o modelo nazista. Se por um lado era preciso “realizar uma síntese salvadora, unindo o econômico ao espiritual de acordo com o pensamento escolástico, que traduzia uma verdade eterna”, por outro lado Goebbels e Hitler teriam resgatado esse sentido moral da economia: “Esse sentido é moral. ‘O povo não vive para a economia – afirma Hitler; mas a economia serve ao povo’. A economia não existe para o capital; mas o capital é que deve servir à economia e, por conseguinte, ao povo” (BARROSO, 1934B: 163-164). Ainda de acordo com o autor, “Sem Moral, a Economia deixa de ser de Homens para ser de Brutos” (BARROSO, 1935C: 65).

Barroso possui uma concepção de capital segundo a qual este último “é a consequência natural do princípio da propriedade, ao passo que o capitalismo organizado é a negação

daquele princípio” (BARROSO, 1934A: 17-18). Ou seja: o capital seria incompatível com o próprio capitalismo, já que este último negaria a propriedade, além de transformar o capital em “uma abstração monstruosa que vai devorar a sua própria sociedade com o monstro comunista que gerará” (BARROSO, 1934A: 66).

De maneira análoga, Feder, que foi uma das inspirações de Barroso para a defesa da moralização econômica, escreve que “Uma libertação das potências mamônistas que regem o mundo não é somente uma necessidade nacional, econômica e financeira, ela também é, acima de tudo, uma necessidade de significado moral” (FEDER, 1935: 134).

O pensamento de Feder expressa a profunda insatisfação que emanava da perda de poder político dos judeus na Europa de princípios do século XX. A riqueza dissociada do poder “ou o distanciamento ativo do grupo que, embora poderoso, não exerce atividade política são considerados parasitas e revoltantes, porque nessas condições desaparecem os últimos laços que mantêm ligações entre os homens” (ARENDT, 2011: 25). Vejamos o caso do romance *Büttnerbauer* (O Fazendeiro Büttner), de 1895, lido por grandes personalidades como Adolf Hitler, Leo Tolstoy, Vladimir Lênin e Werner Sombart. Em *Büttnerbauer*, Wilhelm von Polenz (1861-1903) narra o drama de um fazendeiro alemão dominado pelo judeu com quem contraía empréstimos. Os dois acabaram estabelecendo uma relação de servidão ainda pior do que a servidão medieval: “Essa moderna forma de servidão não possui a amálgama conciliatória da tradição. O poder de outrora domina aqui de forma ostensiva e frívola, o jugo cruel sob a mão fria do capital” (POLENZ citado por LANGE, 2007: 197).

Esses desencontros entre a imagem do judeu e sua ligação com o poder financeiro foram agravados, na obra de Barroso, pela própria especificidade da questão judaica no Brasil. Enquanto na Europa o antissemitismo baseava-se em “imagens distorcidas de judeus reais com os quais a população não-judia tinha contato regular”, no Brasil atacavam-se “imagens de judeus *imaginários* que presumidamente eram ao mesmo tempo comunistas e capitalistas”. Ademais, “Os severos e irreais julgamentos eram modelados de acordo com uma leitura ingênua do antissemitismo e o ódio aos judeus europeus, aplicado a uma imprecisa imagem da vida judaica fora do Brasil” (LESSER, 2007: 275)⁶³:

a questão judaica brasileira era na verdade um esforço dos líderes do Brasil em encaixar imagens intolerantes dos judeus, filtradas da Europa, com a realidade de que a esmagadora maioria dos imigrantes judeus não era nem muito rica nem muito pobre, era raramente ativa politicamente, e rapidamente aculturou-se à sociedade brasileira (COSTA, 2009: 125).

⁶³Logo: “no Brasil era o judeu imaginário, e não o real, que era considerado perigoso” (LESSER, 2007: 275).

No caso específico de Barroso, o antissemitismo foi instrumental para a configuração de um discurso anti-imperialista que ainda engatinhava⁶⁴. A identificação do judeu com o imperialismo era, a nosso ver, uma maneira de curar um *mal-estar brasileiro*. Que mal-estar seria esse? O de que, diferente de países asiáticos e africanos, “As origens e a formação histórica do Brasil (...) têm suas raízes e sua força motriz, e até mesmo sua constituição demográfica, naquele próprio continente onde se situariam os centros do imperialismo” (PRADO JR., 1966A: 100-101). Consequentemente, o anti-imperialismo por aqui também teria que ser diferente.

Atribuir o imperialismo ao europeu, de quem descendíamos, era problemático. Atribuí-lo ao judeu, suficientemente estigmatizado como estranho e hostil, fazia muito mais sentido. Sendo assim, o judeu foi uma figura fundamental para superar o mal-estar de um autor que, ao olhar-se no espelho e ver que o imperialismo estrangeiro tinha quase a mesma feição que a sua, precisou diferenciar dominadores de dominados. O judeu, por ser “um Outro que pode ser reinventado para dar conta das diferenças e contradições sociais, um Outro a partir de cuja exclusão se organiza um partido, uma ideologia, um Estado” (CYTRYNOWICZ, 1992: 35), cumpriu bem esse papel.

No momento em que Barroso escrevia, a noção de anti-imperialismo ainda dava seus primeiros passos no Brasil⁶⁵. Assim, o antissemitismo ajudou a guiar esse discurso anti-imperialista quando ele ainda tateava no escuro⁶⁶.

Ao fim e ao cabo, tanto no caso de Feder, como no caso de Barroso, o antissemitismo foi bastante instrumental na crítica conservadora ao capitalismo, pois ele permitia atacar a modernidade sem atacar as relações de classe e propriedade. Atacava-se o judeu, símbolo de todos os males da modernidade, mas a propriedade privada ficava imune a esse ataque. Engendra-se, dessa maneira, um anticapitalismo seletivo, e não uma rejeição indiscriminada à modernidade (HERF, 1993: 164)⁶⁷.

⁶⁴ Desenvolvi essa ideia no seguinte artigo: LIMA, M. A. P. Triste Fim de Tenório d’Albuquerque: o Pensamento de um ex-Integralista no Estado Novo. *Diálogos Latinoamericanos* (Universitet Aarhus, Dinamarca), v. 1, p. 177-194, 2016.

⁶⁵ Caio Prado Jr. (1966A: 316-317) atribui seu nascimento apenas à campanha pelo petróleo nos anos 1950.

⁶⁶ Sobre o argentino Oscar Wildet, que denunciava o monopólio judaico sobre o setor cerealífero, Lvovich afirma: “Dessa forma, o que poderia aparecer como uma postura anti-imperialista que depositava nas grandes empresas cerealistas as causas dos problemas nacionais, sobrepunha-se ao mais cru dos antissemitismos conspirativos” (LVOVICH, 2007: 131). Em suma: o anticapitalismo e o anti-imperialismo de viés antissemita são o grito confuso daqueles que não têm coragem ou capacidade de apontar o verdadeiro opressor.

⁶⁷ Para os membros insatisfeitos de uma classe média relativamente enfraquecida, a agitação anticapitalista antissemita servia não para eliminar mecanismos econômicos básicos e a propriedade privada, os quais eles defendiam com unhas e dentes, mas apenas para aproveitar e moldar a economia a fim de colocá-la a serviço do Estado, que iria manter ao invés de dissolver as tradicionais distinções de classe e privilégios, bem como a propriedade privada (LANGE, 2007: 28).

Falar em uma *idade de ouro* idealizada pelos dois autores inspira alguns cuidados.

Na seção “O que nós não queremos”, do programa do NSDAP, Feder explica: “Nós não queremos – repito – nós não queremos girar a roda da história para trás e silenciosamente ajudar dinastias naufragadas a se recompoem (...)” (FEDER, 1932: 62). Tal como Hitler, Feder “provou ser muito mais que um simples reacionário”, pois suas posições tinham “natureza revolucionária: destruição das estruturas políticas e sociais existentes e de suas elites; profundo desdém pela ordem cívica, por valores humanos e morais, pelos Habsburgos e Hohenzollern, pelas ideias liberais e marxistas” (BRACHER, 1991: 166).

Da mesma forma que Feder não queria girar a roda da história para trás, a concepção de “revolução” em Barroso não tinha uma conotação restauradora. O integralismo “combinava o desejo de restaurar um passado idílico, quando os grupos sociais interagiam em perfeita harmonia, com propostas ligadas ao pensamento conservador moderno, como a defesa de um Estado forte, capaz de harmonizar corporativamente os corpos sociais” (CRUZ, 2012: 49). Nas palavras de Dantas:

O espaço da nação brasileira de Barroso é carregado de passado, vazio de presente e cheio de promessas para o futuro, contudo, este não é um espaço de saudade, uma vez que Barroso reavalia o passado para, por meio desta reavaliação, idealizar um mundo medieval sustentado pelo que apontaria ser a lógica cristã-católica, um mundo social rigidamente hierarquizado, porém harmonioso, um espaço controlado por um governante forte e divinamente inspirado (DANTAS, 2015: 27).

Sendo assim, Barroso escreve que “Vestir uma camisa-verde (...) é ser o revolucionário que combate esses reacionários de 1848, 1845 e 1789” (BARROSO, 1934B: 89-90), em uma alusão aos socialistas, positivistas e liberais, respectivamente.

Em *O Quarto Império*⁶⁸, de 1935, Barroso divide a história da humanidade em quatro grandes momentos, ou “impérios”. O Terceiro Império, o Império do Capricórnio, no qual a humanidade se encontraria então, seria um ardil judaico para minar o projeto cristão medieval de reunião harmônica entre os povos. A ele Barroso opunha o Quarto Império, o Império do Cordeiro, que faria a síntese de todos os impérios que o antecederam, incorporando a política (cujo primado era característico do Segundo Império, o Império da Loba) e a economia materialista (cujo primado era característico do Terceiro Império) e colocando-as a serviço da espiritualidade religiosa (que era o traço marcante do Primeiro Império, o Império do Carneiro). Essa síntese política, econômica e espiritual é considerada o cerne do *espírito do século XX* (RAGO FILHO, 1989: 97, 98, 101, 103, 106, 109).

⁶⁸ BARROSO, Gustavo. *O Quarto Império*. Rio de Janeiro: livreria José Olympio, 1935.

O Quarto Império não seria um retorno ao passado pré-moderno, mas a fundação de uma nova ordem social e de um novo homem, ambos calcados em valores cristãos medievais conciliados com aspectos da modernidade. O mundo medieval era, para Barroso, somente uma fonte de inspiração em seu projeto, e não uma época a ser restaurada (MAIO, 1992: 27).

A força que a ideia de uma idade de ouro idílica desempenha no discurso dos autores e o clamor que ambos fazem por uma economia moralizada nos mostram que suas obras foram libelos em prol do “reencantamento do mundo”. A recorrência de mitos conspiratórios pode ser interpretada como uma “reação à modernidade e ao processo correlato de ‘desencantamento do mundo’”, pois para muitos setores sociais, a modernidade e a modernização foram “vivenciadas com angústia e medo” (MOTTA, 1998: 95).

2.3. “Sacudindo grilhões” e “vestindo a camisa verde”: a luta e a salvação

Analisemos agora como cada autor propunha que se lutasse contra o capital financeiro. Suas obras se pautaram muito mais por traçar um quadro caótico da situação de seus países e muito menos por propor soluções a esse estado de coisas. Essa solução muitas vezes vinha na forma de propostas vagas, cuja imprecisão era maquiada por palavras de ordem garbosas. Não há uma preocupação em definir precisamente o que seja o capital financeiro e como ele funciona. O conceito de capital financeiro é apropriado pelos autores como arma de luta, e não como categoria a ser analisada em profundidade. Aquilo que Renato Alencar Dotta observou para o periódico integralista *Ação* era verdade também para os textos de Feder e Barroso: “O texto (...) não oferecia soluções. Sua tática limitava-se à tarefa de indignar o leitor, predispondo-o contra o sistema político vigente” (DOTTA, 2004: 80).

Segundo Feder, toda a atitude necessária frente ao grande capital financeiro podia ser resumida pelo mote: “rompimento com a servidão dos juros”:

Onde o rompimento da servidão dos juros deve ser aplicado? No capital financeiro! Por quê? Porque o capital financeiro é tão poderoso em relação a todo o grande capital industrial, que as grandes potências do dinheiro só podem ser combatidas com eficácia por meio do rompimento com a servidão dos juros do capital financeiro (FEDER, 1919: 6).

Romper com essa servidão significaria a “solução da questão social”. Mais importante ainda: “a solução desta questão [a luta contra o capital financeiro] significa fundamentalmente a solução da questão judaica” (FEDER, 1932: 20, 31).

Feder chama o Estado para desempenhar um papel mais ativo na economia por meio do controle dos bancos e da promoção de obras públicas. Clama-se pela “Libertação do Estado e do povo de seu endividamento por juros frente ao grande capital financeiro”, “Estatização do Banco Nacional e das notas bancárias”, “Emissão monetária para todas as grandes obras públicas (construção de hidrelétricas, vias de transporte, etc.) evitando-se meios de empréstimo a partir da emissão de títulos públicos sem juros”, “Criação de um banco construtor e econômico sem fins lucrativos (reforma monetária) para garantia de empréstimos sem juros” (FEDER, 1932: 36). Assim, o Estado tinha um papel fundamental a desempenhar diante da fúria ensandecida com que se operavam as fusões entre as empresas, fazendo sucumbir os pequenos negócios e a economia tradicional. A ele caberia frear essa marcha:

A mistura sadia entre pequenas, médias e grandes empresas em todas as áreas da vida econômica, e também na agricultura, permanecerá mantida.
Monopólios⁶⁹ (grupos empresariais⁷⁰, sindicatos e trustes) serão estatizados.
(...)
Usura e extorsão, bem como enriquecimento irresponsável às custas e em prejuízo do povo serão punidos com a morte (FEDER, 1932: 50, 51).

Nas obras de Feder, o ódio aos juros e às altas finanças é canalizado para a mobilização política. Aqui reside uma importante particularidade dos ataques nazistas ao capital financeiro quando comparados com manifestações mais antigas. Por muito tempo assumiu-se uma posição de passividade, às vezes até de lamuriosa resignação, na esperança de que a justiça divina tudo proveria. Quando muito, organizavam-se pogroms para linchamento de um mercador acusado de praticar preços abusivos ou de cobrar juros. Longe de limitar, como faziam seus antepassados, a expectativa do futuro “pela chegada do Juízo Final, quando a injustiça terrena encontraria uma compensação trans-histórica” (KOSELLECK, 2006A: 238), nosso autor conclama à ação somente neste mundo:

Sacudamos, portanto, de um arranque, esses terríveis grilhões que sufocam todo o trabalho produtivo, arranquemos do dinheiro o poder de gerar juros cada vez mais e mais, até que a humanidade inteira esteja completamente subjugada aos juros do capital financeiro internacional (FEDER, 1919: 18-19).

Logo, a punição aos banqueiros não deveria vir de Deus, nem de reações populares espontâneas, mas na forma de ações politicamente conduzidas. Por isso a importância de distinguirmos o antissemitismo baseado em emoções daquele baseado na razão. Enquanto o primeiro era passageiro e descontrolado, o segundo tinha um objetivo a longo prazo. Não é à toa que, após a Noite dos Cristais de 1938, o regime nazista passou a condenar iniciativas

⁶⁹*Riesenbetriebe*, no original.

⁷⁰*Konzerne*, no original.

isoladas de agressão aos judeus, pois defendia que tal função deveria ser monopólio do Estado. A nova ordem que surge na Alemanha nos anos 1930 não era produto da emoção, mas sim “imposta e defendida por alguns governantes políticos que se creem investidos de uma missão divina, a salvação da nação, garantia da salvação da Humanidade inteira” (STALLAERT, 2010: 53-54, 57). Como bem observa Klemperer, uma das peculiaridades do antissemitismo nazista era seu “formato moderno; não como levante popular, manifestações de fúria ou massacres espontâneos (...), mas como expressão de uma organização primorosa” (KLEMPERER, 2009: 219). Dessa maneira, escreve Feder:

Na Idade Média, fazia-se frequentemente um pequeno processo contra os usurários; os fazendeiros ou os ditos cidadãos se uniam para espancar os usurários. Hoje nos encontramos diante de um estágio bem diferente de desenvolvimento do problema dos juros. Tais pogroms seriam profundamente desaprovados. Também não se trata mais de fenômenos doentios isolados, que poderiam ser combatidos por meio da supressão da bolsa de pus, trata-se de uma forte doença de toda a humanidade. Seria de bom grado salientar que é nossa cultura atual e a internacionalidade das relações econômicas que estão fazendo o princípio dos juros tão mortífero (FEDER, 1919: 34).

Dadas as dimensões inéditas do capital financeiro, eram necessárias estratégias também inéditas.

Para Feder, “o antissemita é aquele que reconheceu o portador da praga popular, mas a maioria converte essa constatação apenas em um ódio pessoal contra os judeus individualmente e contra o seu sucesso na vida econômica”. Era necessário, porém, lutar contra o espírito judaico, capaz de atingir a qualquer um, até mesmo os não-judeus. Por ser uma luta espiritual, ela seria bem mais complexa do que aquelas levadas a cabo até então:

Caso persistissem os fundamentos espirituais do domínio judaico atual: “bem individual acima do bem comum” e seus instrumentos materiais de poder – o sistema econômico bancário, de empréstimos e de créditos judaico, mesmo após uma expulsão dos judeus, muitos bastardos judeus ou mesmo “alemães normais”, em sua miserável mistura racial, se encontrariam no lugar dos judeus e não iriam voltar-se contra seu próprio povo menos do que o fazem hoje os judeus estrangeiros – e talvez poderíamos até ver alguns “antissemitas” nas posições em que antes estava o judeu (FEDER, 1932: 30).

Da mesma forma que Feder reprova a reedição dos pogroms da Idade Média, Barroso condena o uso da violência e da segregação espacial para combater o judeu. Explicando a questão judaica no longínquo Afeganistão, o autor diz que lá os judeus eram obrigados a usar um gorro pontudo e uma roda vermelha no peito, bem como proibidos de andar a cavalo e construir casas mais altas do que as dos muçulmanos: “Os afegãos já estão providenciando contra a exploração futura dos arranha-céus” (BARROSO, 1936A: 108). É interessante notar aqui como o autor toma os arranha-céus como metonímia do capitalismo, atribuindo a eles – e

não ao sistema como um todo – a função de exploradores. Mais interessante ainda é a avaliação que ele faz das leis afegãs:

Longe de mim preconizar essas medidas de caráter medieval; mas sim ensinar ao povo o que é o judeu e o que é o *mal judaico*, a fim de que ele se defenda e não crie climas favoráveis ao judaísmo; também pugnar por um regime de corporativismo, de economia integral, de moralidade e de energia, que não permita o parasitarismo israelita. Senão, nessas altas e baixas, não só o Brasil, mas o mundo irão à garra (BARROSO, 1936A: 108).

Sendo assim, a censura do autor às ditas “medidas medievais” não decorre de uma comiseração pelo judeu, mas sim da crença na ineficiência desses métodos, dadas as dimensões inéditas que a ameaça havia assumido. Somente uma economia moralizada e corporativa seria eficaz para conter a cobiça judaica, pois somente ela evitaria “climas favoráveis ao judaísmo”.

Nesse ponto, é importante destacar “a proximidade do discurso metafórico barrosiano com o discurso nazista de matriz rácica, que representava os judeus como vermes [ou demais agentes infecciosos] em sua propaganda”. Esse diálogo transatlântico “se descontextualiza de seu lugar de fala, a Alemanha Nazista, de maneira a ser recontextualizado pela narrativa barrosiana por meio de sua percepção da conjuntura nacional” (DANTAS, 2015: 187). Em uma polêmica com o português Jaime Cortesão (diretor da Biblioteca Nacional), Barroso diz:

Basta olhar a fisionomia do poeta português para sentir aquele *cheiro da raça* a que alude o poeta judeu Alberto Cohen, o *foetor judaicus* dos latinos. Nós vivemos num mundo invadido e parasitado pelos israelitas (...). Racialmente, o judeu não possui o menor sentimento nacionalista, do que decorre sua grande capacidade de fingida adaptação. O diabo é o seu *fedor judaico*, que o não larga e faz com que os *conhecedores de judeus*, os *iudenkenner*, como dizem os alemães, os reconheçam a distância.

(...)

Essa raça invade os organismos sociais disfarçadamente e os mina e corrói, conseguindo conservar-se no meio da podridão que provoca para ir vencendo. É como o demônio: vence, poluindo (BARROSO, 1937D: 83, 84, 85).

Ao defender-se das acusações que os *Diários Associados* disparavam contra a AIB, esse uso de metáforas médicas e biológicas salta à vista:

Se os micróbios da tuberculose publicassem jornais, naturalmente, fariam, nos mesmos, terrível campanha contra o pneumotórax e os sanatórios, Davos e Campos do Jordão. Os jornalistas e advogados a serviço dos bacilos de Koch declarariam o pneumotórax um aparelho do tempo do Onça, mais velho do que a Sé de Braga, perigoso e maléfico; condenariam o frio de Davos e garantiriam que a amenidade de Campos do Jordão não passa duma figura de retórica da época do marquês de Maricá (BARROSO, 1937A: 65).

Barroso atribui tal raciocínio a Gottfried Feder: “Creio que foi Gottfried Feder quem nos ensinou há tempos esse raciocínio que repetimos hoje, depois de ler os lamentáveis artigos no *Diário da Noite*” (BARROSO, 1937A: 65). A passagem de Feder que inspirou Barroso consta da obra *Der deutsche Staat auf nationaler und sozialer Grundlage*:

É como se um doente pulmonar perguntasse aos bacilos da tuberculose se ele poderia ir a Davos ou Engadina para curar sua doença e os bacilos lhe respondessem: “Não, não faça isso, a viagem poderia te prejudicar, pode lhe ocorrer algum acidente na ferrovia, é melhor você ficar em casa no seu quarto, em seu ambiente de costume. Nas suas condições, não se pode arriscar! Etc.”. A tuberculose, por meio desses conselhos dos bacilos, faz notável progresso, os bacilos se multiplicam consideravelmente. O mesmo se dá no caso da economia por juros (FEDER, 1933A: 118).

Resumindo: o judaísmo seria a doença, e o integralismo/nacional-socialismo, a cura. Se, ao longo da Idade Média e da Idade Moderna, judeu, epidemia e heresia caminhavam lado a lado, “Nas sociedades contemporâneas e, mais especificamente nos regimes totalitários (tanto de esquerda como de direita), a *metáfora da doença* reaparece e, desta vez, inserida no discurso político” (CARNEIRO, 2012B: 258). As metáforas biológicas eram recorrentes nos anos 1930 ao se referir à expansão do inimigo: contágio, contaminação, infecção, intoxicação, entre outras (DUTRA, 1997: 42, 44, 45). São, como as definiu Maria Luiza Tucci Carneiro, (2012B), “metáforas roubadas” à medicina que ajudam nossos autores a caracterizar o inimigo. O discurso de Barroso “tentava alardear o integralismo como o antibiótico eficaz para curar as infecções causadas pelos invasores externos, como o judaísmo, ou, quem sabe, uma espécie de elixir, aquela confeitura farmacêutica de xaropes com alcoolatos, que teria efeito mágico ou miraculoso” (RIBEIRO, 2007: 359).

Também lançando mão de metáforas roubadas à medicina, Feder alerta para o perigo dos “climas favoráveis” aos judeus, bem como à ineficácia de medidas arbitrárias, já que “ao longo das gerações, os judeus se tornaram mais fortes e mais ricos após estes pogroms”:

Nós devemos, portanto, tomar o cuidado de não procurar a solução para a questão judaica desta forma primitiva. Não se pode matar o bacilo da peste sozinho, só se pode exterminá-lo na medida em que se lhe-cortam as condições de vida (FEDER, 1933A: 38).

Feder também defende, a seu modo, uma organização corporativa da sociedade que levasse em conta interesses econômicos, e não políticos. As corporações deveriam se reunir no *Zentralrat* ou Conselho Central:

Como o próprio nome já diz, ele é o corpo central consultivo que trata dos interesses econômicos do país. Por meio dele se expressa o trabalho da população ativa. Nele se reúnem as representações profissionais de patrões e trabalhadores de todos os

grupos profissionais. (...). Trata-se, portanto, de um corpo estamental, não se trata de representação de interesses políticos, mas sim econômicos (FEDER, 1935: 46).

E assim como os integralistas ressaltavam a importância de uma representação *qualitativa* em detrimento da representação *quantitativa* típica do sistema parlamentar, o autor proclama: “Aqui não se trata do número de vozes, mas sim de que cada classe possa ter direito a voz por meio de seu representante” (FEDER, 1935: 46).

Avaliando as metáforas roubadas à medicina, chegamos a um dos contrastes mais notáveis entre Feder e Barroso. Ele reside na forma como o segundo ressalta o protagonismo dos cristãos na luta antissemita:

O anti-judaísmo moderno não é um movimento para matar ou perseguir pessoalmente os judeus. É um movimento para ensinar aos cristãos o que eles são, o que eles querem e o que eles valem. Esclarecido e consciente do perigo, o cristão defender-se-á por si mesmo do parasita, não se deixando mais enganar. Sem clima, o piolho mudará de vida ou morrerá de inanição ou se devorará a si próprio, o que seria uma solução ótima... (BARROSO, 1937D: 115-116).

O “remédio” para evitar os “climas propícios ao judeu” residiria na submissão da economia e da política à moral – diferente, portanto, do comunismo e do capitalismo, já que

Tanto o capitalismo científico como o comunismo científico saem do liberalismo econômico, são seus filhos gêmeos e pretendem a mesma absoluta autonomia e preponderância dos fenômenos econômicos e dos fenômenos materiais sobre os fenômenos espirituais, morais e religiosos.

Só o Integralismo, pregando a política e a economia dirigidas pela ciência e pela moral, portanto a visão totalitária do panorama social, só ele é capaz de dizer duras verdades à nação e de salvá-la das garras dos usurários, se se mantiver fiel à sua doutrina (BARROSO, 1934A: 116).

Assim como Feder conclama os alemães a sacudirem seus grilhões, Barroso também conclama à mobilização das massas contra o capital financeiro:

A essa miséria a economia individualista conduziu o mundo. Se não reagirmos, ela sacrificará, além de nós, os nossos filhos e os nossos netos. Eles não têm culpa das prodigalidades dos governos liberais e da usura dos banqueiros internacionais, que sugam todos os esforços dos nossos operários, cultivadores e industriais. Eles não devem ser sugados por essa moeda falsa com que hoje se paga o trabalho e que não é mais ouro, porque hoje não há mais ouro que cubra o total das dívidas. Para libertá-los do monstro que nos escravizou é que vestimos uma camisa-verde! (BARROSO, 1935A: 96).

Para Feder, a batalha contra os juros perpassava a história: “*Nummus non nummun parit!* O dinheiro não deve poder gerar dinheiro. Um problema ancestral da humanidade – o problema dos juros – se expressa nas breves palavras desta lei romana. – ‘Não deveis cobrar juros de teu irmão!’ exige a Bíblia” (FEDER, 1935: 15). Sendo assim, o autor se apropria de um emaranhado de lembranças a fim de atender às exigências de seu momento:

Em 594 a. C., Sólon, por meio da lei, aboliu a servidão pessoal por dívidas. Essa lei foi chamada de grande *Seisachtheia* (livramento do fardo).

Na Roma Antiga, a *lex Gemicia* de 332 a. C. proibiu sumariamente aos cidadãos romanos a cobrança de juros.

Sob o imperador Justiniano, foi emitida uma proibição de juros compostos sob a afirmação de que não se poderia cobrar mais juros se os juros atrasados crescessem até o nível do capital originalmente emprestado.

O Papa Leão I, o Grande, emitiu em 443 uma proibição geral de contrair juros; até então, era proibido apenas aos clérigos cobrar juros em um empréstimo. A proibição dos juros virou parte do direito canônico e também uma regra compulsória para os leigos. Gradualmente, a legislação mundana passou a compreender também as visões de mundo canônicas, ameaçando a cobrança de juros até mesmo com punições. (...)

Certamente, hoje tais leis são bastante combatidas e frequentemente evitadas, e nesse curto retrospecto histórico, é digno de citação, como um incrível fato histórico, que, enquanto o direito canônico, entre os séculos XI e XVII, proibiu a cobrança de juros aos cristãos, permitiu-a aos judeus (FEDER, 1919: 33).

Logo, o nacional-socialismo teria um importante papel na histórica luta contra o “poder do dinheiro”, atacando as finanças justo no ponto do qual elas irradiavam: os judeus. Por sua vez, Barroso também atribui ao integralismo um papel histórico na luta contra os juros:

Embrião na Antiguidade, em que o lucro era meio e não fim, criança na idade medieval, em que a moeda não se reproduzia com virtude capitalizadora, senão na judiaria, adolescente no Renascimento, [o capital] fez-se homem com a liberdade burguesa, tornou-se elefante, esmagou tudo, passou a ser um fim e, ainda descontente, levou subterraneamente às massas exploradas as doutrinas do desespero social [i.e., o comunismo] (BARROSO, 1934B: 14-15).

Além disso,

Está definitivamente verificado e provado que *a maioria* desse *bando de criminosos* é composta de judeus e que sua inspiração e suprema direção ocultas provêm de judeus. Essa é a questão judaica. Em todas as épocas da história, ela veio à tona mais fracamente ou mais intensamente, conforme, sempre, porém, aos mesmos desígnios imutáveis de implantação dum Estado no Estado e de desagregação dos povos para dominá-los. O que Hitler pratica nos nossos dias é a repetição do que fez Tibério em Roma e, antes de Tibério e antes de Cristo, o pretor de Hispalus. É a defesa do Estado. É a defesa da Civilização (BARROSO, 1935C: 119-120).

Em *Medo, Reverência, Terror*, Ginzburg (2014) nos mostra que *Pathosformel* (fórmulas de emoção) da Antiguidade pagã foram usadas, com seu significado invertido, em obras de arte cristãs do Renascimento. Mostrou também que *Pathosformel* medievais, com o objetivo de incutir o fervor religioso, foram apropriadas pela propaganda no século XX com um novo objetivo, bem diferente do religioso: vender produtos⁷¹. De forma análoga, vemos aqui como *Logosformel* (fórmulas de ideia) da Antiguidade e do medievo, que denunciavam a acumulação de riquezas e a cobrança de juros, foram apropriadas e ressignificadas por autores

⁷¹ Ver: GINZBURG, Carlo. *Medo, Reverência, Terror: Quatro Ensaios de Iconografia Política*. Tradução de Federico Carotti, Joana Angélica d'Avila Melo, Júlio Castanon Guimarães. São Paulo: Companhia das Letras, 2014. 194 p..

que pertenciam a movimentos de massa do início do século XX. Nos imaginários nazista e integralista, tais *Logosformel* assumem uma conotação política e racial. Seu objetivo deixa de ser arregimentar fiéis e passa a ser o de mobilizar militantes para organizações de massa, pois era essa a prioridade absoluta dos partidos no século XX (BERSTEIN, 1996: 81).

Dado o exposto nos últimos parágrafos, podemos perceber como um “emaranhado de memórias ligadas ao passado” se articulava às “exigências nascidas do presente” (GINZBURG, 2014: 53) de nossos autores. As referências aos tempos bíblicos, à Antiguidade e à Idade Média são fundamentais para a construção dos argumentos de ambos os autores, ainda que eles tivessem objetivos e interesses bastante diferentes daqueles que os precederam. Assim, “todo simbolismo se edifica sobre as ruínas dos edifícios simbólicos precedentes, utilizando seus materiais – mesmo que seja só para preencher as fundações de novos templos” (CASTORIADIS, 1982: 147).

Diferente também dos discursos até então existentes, nossos autores falam abertamente em revolução, em mobilização das massas para lutar contra o capital financeiro. Diz Lange (2007: 291) que “o que realmente distinguia o NSDAP dos partidos antisemitas mais antigos era a vontade e a habilidade de colocar suas políticas radicais em ação”. Do mesmo modo, Robert Kurz defende que “O caráter singular do nacional-socialismo consiste justamente no fato de ele, em uma situação histórica específica, ter realizado, por assim dizer, todas as consequências dessa economia política do antisemitismo” (KURZ, s/d: s/p).

O mesmo pode ser dito sobre o integralismo. As palavras de Alexandre Blankl Batista sobre Plínio Salgado são igualmente válidas para Gustavo Barroso:

Então, o que diferenciaria Plínio Salgado de intelectuais como Alberto Torres e Oliveira Viana? Em primeiro lugar, deve-se destacar que há diferenças importantes, especialmente no tocante à forma de direcionar o nacionalismo, as feições intervencionistas e fortemente arbitrárias. Alberto Torres e Oliveira Viana não canalizaram seus esforços intelectuais na criação de um movimento de massas, e ambos estiveram presentes, frequentemente, na vida pública brasileira, ainda que criticassem suas instituições (BATISTA, 2013: 187-188).

Ademais, a agricultura deixa de protagonizar o embate com o capital financeiro, dividindo espaço com a indústria, estigmatizada como capital criador e inibidor de tensões sociais. O par oposto “terra X finanças” passa a coexistir com o par “indústria X finanças”, conforme o romance de Gustav Böhmer: *Ein Buch der deutschen Gesinnung*.

Dessa maneira, a grande mudança que os discursos de Feder e Barroso operaram no imaginário ocidental foi a canalização da hostilidade ao capital financeiro para a mobilização política das massas. Segundo Barrington Moore Jr., esse é um traço essencial das formações políticas modernas, que, diferente das formações pré-industriais, possuem uma forte

concepção da organização das massas para se atingir objetivos políticos. Portanto, a sociedade industrial de massas teria tornado as molduras totalitárias incomparavelmente mais eficazes, sobretudo por meio do partido de massas (MOORE JR., 1958: 59, 76, 80). Feder e Barroso injetaram um teor altamente combativo nesse “emaranhado de memórias” que, desde a Antiguidade, condenava a noção do dinheiro como gerador de mais dinheiro.

À medida que o capitalismo financeiro se fortalecia, o conceito de capital financeiro era carregado por significados alusivos à submissão. Bellwinkel, comerciante do setor de carvão de Dortmund em princípios do século XX, lamenta: “Tiraram-nos, finalmente, a liberdade de movimento; nos tornamos apenas uma espécie de representantes” (BELLWINKEL citado por HILFERDING, 1985: 211). O próprio Hilferding pinta um quadro sombrio daquele início de século, apontando que o comerciante submetido ao cartel “é privado de sua liberdade, e suas queixas pelo tratamento indigno ressoam alto; saudoso, conta dos bons tempos do *doux commerce* [o doce comércio] (...)”. Uma vez que o comerciante integra o cartel, “Ele mesmo torna-se um instrumento para consolidar o sindicato, para perpetuar o monopólio que o estrangula”. Ao cruzar a porta que o leva à central de vendas do sindicato, o comerciante lê um aviso, “escrito com letras que lhe causam tanto pavor quanto as palavras sobre a porta do inferno, ao pecador de Dante: compre somente dos cartelizados e só venda pelos preços determinados pelo sindicato” (HILFERDING, 1985: 214). Traduzindo esse novo estado de coisas, Feder expressa:

Sob a servidão dos juros encontra-se o industrial que construiu sua empresa com trabalho árduo; tendo o trem do tempo o convertido em seguida em uma “sociedade de ações”, não é mais senhor de suas decisões, mas deve satisfazer a insaciável fome de lucros do “quadro de diretores e acionistas” (FEDER, 1932: 31).

Já não se tratava mais, portanto, apenas do mercador que atentava contra a economia popular ou do indivíduo que emprestava a juros abusivos. Os atores eram outros: as grandes corporações, os cartéis e os trustes, com seu poder nunca antes visto, abocanhando as médias e pequenas empresas. Por isso só as massas politicamente organizadas podiam vencer as finanças. A associação quase automática entre o capital financeiro e a falta de liberdade, acentuada com a primeira hegemonia financeira do começo do século XX, é aqui elevada a níveis ainda maiores:

Rompimento da servidão dos juros é o eixo de aço em torno do qual tudo gira. Ela é muito mais do que uma exigência de política financeira. Com seus pressupostos e suas implicações, ela penetra a fundo não só na vida política, mas também na vida econômica. Não menos importante ela é para o comportamento econômico e também para a vida pessoal de cada indivíduo. Ela exige de todos a decisão: serviço

ao povo ou enriquecimento ilimitado – ela significa, com isso, a “solução da questão social” (FEDER, 1932: 32).

A identificação entre a solução da questão judaica e a solução da questão social já se fazia presente de forma marcante em 1878 na obra do escritor alemão Otto Glagau (1834-1892): *Der Bankerott des Nationalliberalismus und die “Reaktion”* (A Bancarrota do Nacional-liberalismo e a “Reação”): “A questão social é essencialmente a questão judaica, todo o resto é bobagem” (GLAGAU citado por LANGE, 2007: 108).

A literatura alemã do século XIX era prolífica em enredos que apresentavam o judeu escravizando o alemão. Em *Das Volk und Seine Treiber*, de 1859, Rudolf Ludwig Oeser (sob o pseudônimo de Otto Glaubrecht) narra a atuação de um judeu que empresta dinheiro em um pequeno povoado. Em uma passagem do livro, lemos que uma mulher e seu filho, vítimas do endividamento com o judeu, foram vendidos ao judeu, que ganhou “o direito de escravizar uma alma cristã”. E, num paralelo com a escravidão negra: “Mas você sabe, querido leitor da *Cabana do Pai Tomás* e outras histórias emocionantes, que nós também temos um grande número de escravos entre nós?” (GLAUBRECHT citado por LANGE, 2007: 74).

Não por acaso, as “metáforas roubadas à medicina” eram auxiliadas por metáforas feudais e coloniais que contribuía para carregar o conceito de capital financeiro de um teor cada vez mais opressor. A Alemanha “não é mais um Estado soberano. A Alemanha é uma colônia escravizada. Os alemães foram reprimidos, jogados na prisão e proibidos de se expressarem apenas porque permaneceram alemães e quiseram se livrar da escravidão” (FEDER, 1932: 41). Acusa-se o governo de converter o país em “uma colônia escravizada e de rebaixar-se a si mesmo à posição de capanga a serviço do banditismo financeiro de Wall Street, Londres e Paris”. Após apresentar uma extensa lista de cifras das indenizações de guerra, Feder declara que “A servidão dos juros da Alemanha se abateu sobre três gerações, estendendo-se sobre sua população trabalhadora” (FEDER, 1935: 192, 249, 251).

A representação do capital financeiro por meio de metáforas que denotam prostração e submissão foi marcante também na obra de Barroso. Escreve o integralista: “Metido o pé nas suas misteriosas engrenagens, o corpo todo do Brasil haveria de, em um século, passar por entre as moendas do engenho de fazer ouro. Elas espremeriam de seu pobre povo suor e sangue” (BARROSO, 1934A: 21). Já a respeito do empréstimo contraído em 1829, lemos: “Foi o segundo passo do banqueiro internacional no nosso território, a segunda volta das moendas do banguê de espremer ouro do infeliz e caluniado Jeca-Tatu, o começo do giro dum parafuso sem fim...” (BARROSO, 1934A: 57).

A serpente é outra metáfora recorrente ao se aludir ao capital financeiro. É muito comum vê-la ilustrando as capas de livros antissemitas nos mais diversos países, especialmente em algumas edições dos *Protocolos dos Sábios de Sião*. Em Barroso, a serpente se “naturaliza”, assume a forma de sucuri e desempenha o papel dos banqueiros internacionais⁷². A metáfora da serpente é particularmente forte porque ela é um “animal repelente, perigoso e mortal”, além de representar “a sedução, a sensualidade, como no mito bíblico de Adão e Eva” (MOTTA, 1998: 102):

Com uma sucuri destas enrolada ao pescoço, o pobre povo brasileiro estrebucha, lavado o corpo inteiro no suor das angústias, o ventre palpitando de fome. Não vê a boa que está por baixo do queixo. Revoltado, faminto, torturado, brande armas com os braços ainda livres. O que me constringe – pensa – é a odiosa e corrupta monarquia. Ponhamo-la abaixo e vamos respirar. Faz a República e a angústia cresce de ano para ano. Maldita república! Nova revolução e nova república. A angústia ainda maior! Sempre maior! Ó brasileiro, meu brasileiro, escuta! Esses regimes liberalóides não são a sucuri que te aperta e suga. Eles somente te entregaram à sucuri. A Cobra Grande está com o rabo enroscado em Londres e é ela quem vem há um século e pico quebrando-te os ossos. No dia em que não restar um só e fores o povo comunista de certos *Cavaleiros da Esperança*, a jiboia-assú judaica te engolirá de vez (BARROSO, 1934A:191-192).

Conforme demonstramos acima, Feder defendia que o capital financeiro deveria ser combatido com ações mais sistemáticas, pois assumira proporções inéditas:

Nunca antes o mamonismo se constituiu em escala tão global para competir pelo controle mundial. Nunca antes ele colocou toda perversidade (a ânsia por aquilo que há de mais baixo no homem), vontade de poder, sede de vingança, avareza, inveja e mentiras a seu serviço de forma tão sabiamente oculta e também aguda como agora. A Guerra Mundial foi, bem lá no fundo, uma das grandes escolhas no processo de desenvolvimento da humanidade no qual a batalha decisiva entre a visão de mundo mamonista-materialista e a visão de mundo socialista-aristocrática deverá definir o destino do mundo (FEDER, 1919: 13).

Aqui, o par oposto “capital criador X capital parasitário” assume a forma da contraposição entre uma visão de mundo mamonista e materialista e outra heroica, nobre, guerreira, que o autor chama de “socialista-aristocrática”. O autor deslegitima o marxismo e seu uso do conceito de “socialismo”, acrescentando-lhe o adjetivo “aristocrático” para enfatizar seu caráter não classista e não materialista, defensor das antigas virtudes alemãs. A defesa de um socialismo aristocrático, por mais absurda que possa nos parecer hoje, é perfeitamente compreensível quando nos damos conta de que o movimento nacional-socialista surgiu no bojo de ideias que apontavam para o crescente enfraquecimento dos estamentos sociais que se consideravam superiores, em especial da aristocracia de sangue:

⁷² Sobre as representações zoomórficas do judeu, ver: MOTTA, Rodrigo Patto Sá. O Mito da Conspiração Judaico-Comunista. In: *Revista de História* (USP), São Paulo, v. 138, p. 93-105, 1998. P. 101-102.

Com o recrudescimento desse processo, em que a burguesia lutava por seus próprios interesses de classe, a dominação da nobreza sofreu um duro golpe, tanto no plano político quanto no econômico, perdendo assim as funções sociais que possuíam na idade média e adquirindo por conta disso um caráter cada vez mais parasitário. Com isso, surgiu a necessidade de defender ideologicamente seus privilégios e é daí que surgem as teorias do racismo (SILVA, 2009: 197-198).

Feder é, portanto, um ótimo exemplo de como o embate político em torno de conceitos pode se acirrar menos por meio de conceitos antagônicos do que pela apropriação dos mesmos conceitos por grupos antagônicos. Socialista e aristocrático não poderiam andar separados, seja porque o socialismo sozinho poderia descambar para o marxismo, seja porque o aristocrático sozinho poderia redundar em um retorno ao velho nacionalismo elitista, indiferente ao sofrimento das camadas mais pobres⁷³. Durante um discurso no *Reichstag* de 1930, Feder repeliu os protestos dos deputados comunistas e socialistas quando reivindicou para os nazistas a alcunha de socialistas. Segundo o autor, o povo alemão “sabe muito bem o que nós [nazistas] entendemos por ‘socialismo’ em contraposição ao seu marxismo destruidor do povo e do Estado” (FEDER, 1935: 281).

Na década de 1860, às vésperas de sua unificação, a “questão social” ganhava cada vez mais visibilidade na Alemanha. Neste momento de turbulência e de ascensão de movimentos de esquerda, surgiu, como contrapartida, um movimento reformista conservador que era particularmente forte nos meios acadêmicos. Eram os “socialistas de púlpito”, que, diferente dos marxistas, consideravam a ética o fator primordial da economia, sempre atentando para a importância de impor restrições morais aos agentes econômicos, fossem eles empregadores ou empregados (LANGE, 2007: 93, 94, 95).

Um importante nome do socialismo de púlpito foi Adolph Wagner, um dos mais eminentes economistas da *Verein für Sozialpolitik* (Associação de Política Social), fundada pelo economista Gustav Schmoller no ano de 1872. Wagner identificava o espírito capitalista e sua constante ameaça à moral alemã com um processo de “americanização” ou mesmo de “judaização” pelo qual o país passava. Para ele, era preciso mudar de uma economia individualista para uma economia coletivista, na qual as necessidades da coletividade sobrepujassem as necessidades individuais. O movimento por uma economia mais solidária e moralizada não era de todo alheio a organizações religiosas. Não por acaso, em 1881 Wagner se tornaria vice-presidente do Partido Social Cristão, organização marcadamente antissemita (LANGE, 2007: 96, 97, 98). Wagner afirma que uma influência cada vez mais marcante do

⁷³ Walter Frank, importante historiador nazista, elogia Hitler por ter reconhecido, após sua experiência na guerra, o quanto as camadas dirigentes da Alemanha imperial estavam obsoletas, incapazes que eram de compreender a psicologia das massas. Hitler teria compreendido a necessidade de se criar um novo nacionalismo, baseado no povo e atento às suas carências. Ver: FRANK, Walter. *Zur Geschichte des Nationalsozialismus*. Hamburg: Hanseatische Verlagsanstalt, 1938, p. 12.

espírito judaico contribui para uma decadência de valores: “A alma das pessoas se converte em mamonismo e toda nova geração que cresce sob influências cada vez mais difundidas e intensas apresenta esse espírito mamonista ainda mais forte, transferindo-o à próxima geração, e toda a espécie se adapta formalmente a estas condições” (WAGNER citado por LANGE, 2007: 98).

O socialismo que os nazistas reivindicavam deita raízes neste socialismo conservador do final do século XIX: “A influência da VfS e de [Adolph] Wagner penetrou no século XX e preparou o terreno para a semente do nacional-socialismo”. O já mencionado membro da “ala proletária” do NSDAP, Otto Strasser, considerava Adolph Wagner e Gustav Schmoller predecessores do pensamento fascista, além de afirmar que suas obras eram muito lidas entre os nazistas “mais inteligentes” da época (LANGE, 2007: 99).

Diante das disputas em torno do conceito de socialismo, não é de surpreender que Feder conclua seu manifesto da seguinte forma:

E a ação deve ser cuidadosamente preparada, nós devemos deixar claro que somos os mais violentos inimigos, que confrontamos as potências globais do dinheiro. Toda violência para os inimigos, ao nosso lado apenas o direito, o eterno direito do trabalho criador.
Estendam-me as mãos, trabalhadores de todos os países, uni-vos! (FEDER, 1919: 62).

Dessa maneira, o conceito de socialismo foi um conceito em disputa na Alemanha do entre guerras.

Uma característica dos modernos conceitos políticos é a de engendrarem conflitos entre forças opostas, gerando “assim uma disputa pela interpretação política autêntica, pelas técnicas de exclusão destinadas a impedir que o adversário utilize a mesma palavra para dizer ou querer coisa diferente do que se quer” (KOSELLECK, 2006A: 302). Na tentativa de desautorizar o comunismo da tarefa de lutar contra as altas finanças, Feder vale-se do mote de seus inimigos para legitimar o seu movimento como o único verdadeiramente comprometido com essa causa. Assim, o autor disputava com os marxistas não só o protagonismo da luta anti-mamonista, mas também o conceito de “socialismo”. Os nazistas se diziam os verdadeiros socialistas, acusando os marxistas de perverterem o termo. Entretanto, Feder expressava sua concepção de socialismo de forma vaga e imprecisa, entendendo-o como a ideia de que “todo homem tem obrigações (...) em relação a toda a humanidade, e de que ele não só é responsável pelo bem momentâneo de sua família, de seus companheiros, de seu

povo, mas também de que ele tem obrigações morais em relação ao futuro de seus filhos, de seu povo” (FEDER, 1919: 11-12)⁷⁴.

A narrativa barrosiana da Guerra dos Mascates evoca algo muito similar ao par oposto “mamonismo-materialismo X socialismo-aristocrático” usado por Feder. Ela nos mostra como o preconceito com o cristão-novo “foi recuperado e readaptado pelo moderno antissemitismo, somando foças ao antissemitismo cristão” (CARNEIRO, 2003: 24):

Havia *portugueses limpos, honrados e bem educados*, assegura o admirável Fernandes Gama (...). Mas – acrescenta – “o turbilhão de aventureiros *auriseditos* que, todos os anos, aportavam a Pernambuco”, que “viviam de vender pelas ruas e freguesias do interior, arvorados em mascates, tornavam-se capitalistas” e se julgavam “superiores à nobreza do país”. Aqui está excelentemente situada a diferença entre o português sério, decente, cristão-velho, amigo dos pernambucanos, e o português aventureiro, inescrupuloso, cristão-novo, explorador e inimigo da terra (BARROSO, 1939: 117).

Os contendores, portanto, não eram mercadores portugueses de um lado e senhores de terra brasílicos de outro. Tratava-se de uma disputa entre portugueses “legítimos” e portugueses judaizados: “O empobrecimento dos nobres pernambucanos, senhores de engenho, era de tal modo visível, motivado pela usura judaica, que os próprios mascates lhes puseram uma alcunha depreciativa e simbolizadora de sua triste decadência: *pés-rapados*” (BARROSO, 1939: 119). Desse modo, a contraposição “brasileiro X português”, que durante grande parte do Império e princípios da República alimentou manifestações de xenofobia contra os antigos colonizadores, cede espaço ao par oposto “brasileiro X judeu”.

Tanto em Feder como em Barroso, é notável o empenho na *desconstrução do antagonismo* entre comunismo e capitalismo. O judeu funciona como o eixo dessa desconstrução⁷⁵. Associando o capitalismo e o comunismo a maquinações judaicas para conquistar o mundo, os autores encontram argumentos para dizer que essas forças são parceiras no mesmo projeto de destruição das nações:

Nossa luta antimarxista se dirige contra os ensinamentos destruidores do Estado professados pelo judeu Karl Marx, contra os ensinamentos destruidores de nacionalidade da luta de classes, contra os ensinamentos destruidores da economia que negam a propriedade privada e contra a concepção de história puramente econômica e materialista (FEDER, 1932: 38).

⁷⁴ O socialismo que o nacional-socialismo advogava era o chamado “socialismo alemão”, herdeiro da tradição modernista reacionária de Weimar. Werner Sombart, em seu *Deutscher Sozialismus* (socialismo alemão), define o socialismo alemão como uma luta contra o espírito judaico e contra o primado da economia sobre a vida social, assegurando que a política comandasse a economia e nunca o contrário (HERF, 1993: 168-169).

⁷⁵ “Essa era uma linha habitual do discurso integralista. Os dois inimigos do integralismo unificavam-se pela categoria ‘materialismo’, desenvolvida por Plínio Salgado. O integralismo, ‘espiritualista’, combateria ambos. (...) Ao se unificar capitalismo e comunismo, facilitava-se o combate político no nível do discurso” (DOTTA, 2004: 81).

Seguindo com Feder, lemos:

Capitalismo e marxismo são uma coisa só! Eles derivam dos mesmos fundamentos espirituais. Nós, nacional-socialistas, somos seus maiores inimigos porque nos separa um mundo; separa-nos toda uma noção de construção da sociedade. Para nós, não se trata de classes ou luta de classes, de classes ou egoísmo de classes – o bem geral é a lei primordial (FEDER, 1932: 57).

De forma análoga, Barroso escreve:

O plano se desenvolve em duas frentes de batalha: capitalismo e comunismo. O capitalismo destrói a propriedade pelo açambarcamento, pelo aumento de impostos em consequência dos empréstimos dos banqueiros, pela especulação bolsista, pela desvalorização da moeda, pela concentração da riqueza em meia dúzia de mãos, quase todas israelitas, proletarizando o maior número possível de pessoas. Destrói a pátria pelo cosmopolitismo, pelo internacionalismo, pelo esquecimento proposital da tradição. Destrói a família pelo luxo, pela vida fora do lar, pela compra da mulher, pelo neo-malthusianismo ou a poligamia disfarçada. Destrói a religião pelo materialismo, pelo ateísmo, necessários para adormecer as consciências carregadas de remorsos. Escravizando as massas, assopra-lhes uma doutrina de desespero, cujo sortilégio da igualdade e divisão dos bens as atrai e leva a serem a força inconsciente com que o comunismo conclui e coroa a obra do capitalismo: fim da propriedade, da família, da pátria e da religião (BARROSO, 1937D: 60-61).

O judeu, visto como um povo cosmopolita, desenraizado, materialista e incapaz de constituir uma nação, encarnaria tanto o comunismo como o capitalismo. Por isso, Barroso vale-se de duas grandes personalidades judaicas para desconstruir o antagonismo:

Durará isso para sempre? Será esse o nosso trágico destino? Seremos servos humildes do judaísmo capitalista de Rotschild ou escravos submissos do judaísmo comunista de Trotsky, pontos extremos da oscilação do pêndulo judaico no mundo? Ou encontraremos no fundo da alma nacional aquele espírito imortal de catequizadores, descobridores, bandeirantes e guerreiros, único que nos poderá livrar de ambos os apocalipses? Desperta Brasil, “adormecido eternamente em berço esplêndido”, desperta e caminha! Já é tempo de fazeres retinir e retilintar as tuas algemas, amedrontando os que te vendem ainda e os que te têm comprado! (BARROSO, 1934A: 85).

Rothschild e Trotsky, capitalismo e comunismo: ambos apátridas, ambos judeus. Se o internacionalismo do capital era inadmissível, igualmente o era o internacionalismo proletário, pois se chocava de frente com o nacionalismo da AIB. Os comunistas seriam meros lacaios de Moscou, já que a “unidade nacional deveria estar acima de quaisquer considerações, fossem elas de natureza social, econômica ou política, e os valores nacionais não poderiam jamais ser suplantados por uma ordem internacional” (MOTTA, 2002: 31).

A ideia de que o judeu, mais do que os demais povos, era unido por fortes laços de sangue, teve um desdobramento fatal quando os problemas raciais passaram a ocupar a ordem do dia: “os judeus imediatamente foram ajustados como alvo pelas ideologias e doutrinas que definiam grupos humanos por laços de sangue e por características genéticas familiares”. Acrescente-se a isso o fato de que, a partir do momento em que sua dissolução espiritual e

religiosa começou a se processar, o judeu passou a ver “o círculo interno da família como espécie de derradeiro baluarte, e a conduzir-se em relação aos membros do seu próprio grupo como se fossem membros de uma grande família”. Isso só fortaleceu a imagem que os antissemitas tinham dos judeus como um grupo forte e coeso (ARENDT, 2011: 48).

Em seu manifesto de 1919, Feder ainda expressava uma concepção universalista da luta anti-mamonista: “A ideia [de rompimento com a servidão dos juros] é internacional; ela deve libertar todo o mundo. Saudamos a nação que der o corajoso primeiro passo. Em breve todas as demais a seguirão” (FEDER, 1919: 35). No mesmo manifesto, o autor escreve que a “ideia de rompimento da servidão dos juros é o chamado de guerra de todos os povos criadores [*schaffenden Völker*] contra a servidão internacional dos juros do dinheiro, e por outro lado é a solução radical para nossa miséria financeira interna” (FEDER, 1919: 52).

Esse traço universalista de seu discurso, no entanto, jamais sobreviveria ao exclusivismo racial pregado pelo nacional-socialismo. A ideia de que a luta contra as altas finanças era uma luta de todos os povos permaneceu apenas em seu manifesto. Já no programa do partido, redigido em 1920, lemos:

Nossa luta anti-mamonista (...) dirige-se contra o poder do dinheiro ao redor do mundo, isto é, contra a duradoura sangria e espoliação financeira e econômica de nosso povo por meio do grande capital financeiro.

(...)

Em última instância, trata-se de uma luta entre duas visões de mundo (...). O espírito criador, enraizado na terra (...) possui seus principais representantes no homem ariano; - o espírito mercantil e materialista, sedento por dinheiro, desenraizado, puramente dirigido a preocupações mundanas, tem seus principais representantes nos judeus (FEDER, 1932: 38-39).

Ademais, “O ariano cria, o judeu rapina o mundo” (FEDER, 1933A: 22). Sendo assim, o autor abandona a insegurança de 1919 acerca de qual país lideraria a luta contra as finanças, passando a identificar como seu protagonista apenas o “espírito criador ariano”. Consequentemente, a luta se daria não mais em interesse dos povos oprimidos, mas unicamente em interesse do povo ariano: “O trabalho é o último e mais elevado propósito de vida do homem criador nórdico. Desemprego significa morte espiritual” (FEDER, 1935: 349). Logo, “À diferença entre o capital industrial criador de trabalho e o capital bancário e especulativo ávido por juros corresponde a oposição entre ‘arianos’ e ‘judeus’” (KRIER, 2009: 45). Essa oposição entre arianos e semitas é particularmente forte na obra Wilhelm Heinrich Riehl. Em obra de 1861 (*Die deutsche Arbeit*, ou O Trabalho Alemão), Riehl diz que

os semitas se encontram em um campo diametralmente oposto ao dos alemães, já que seus conceitos de ética e de honra no trabalho são inteiramente outros (LANGE, 2007: 66-67)⁷⁶.

Mesmo em passagens nas quais o universalismo do autor aparentemente fala mais alto, a Alemanha continua sendo apresentada como o modelo a ser seguido pelos demais povos:

Esta abertura de novos caminhos no mundo por meio do rompimento com a autoridade judaica também ocorrerá sobre outros povos, pois apenas pela cura de cada povo individualmente de sua intoxicação pelo veneno judaico-mamonista é possível conduzir pelo caminho de uma economia popular sadia. Então se abrirão por si só os caminhos naturais de um comércio e de relações econômicas interestatais saudáveis entre os povos – e a humanidade, livre da opressão judaica, vivenciará uma era dourada nunca antes vista – e à frente de todos

a Alemanha – o coração do mundo (FEDER, 1933A: 142).

Nas diretrizes da Liga Alemã de Combate para a Abolição da Escravidão dos Juros fundada por Feder, reivindica-se apenas a luta em prol dos povos da civilização ocidental, embora não se especifique exatamente quem faria parte dessa coletividade:

A Liga Alemã de Combate para a Abolição da Escravidão dos Juros enxerga na solução da questão dos juros não apenas o pressuposto para o fim de nossa miséria financeira alemã, mas também para a libertação de todos os povos ocidentais de seu tremendo endividamento (FEDER, 1935: 112).

Se Feder enxerga a luta anti-mamonista como uma luta entre arianos e judeus, Barroso adota uma concepção mais universalista. Para despojar a revolução integralista de qualquer teor classista e ressaltar o caráter universal de sua luta, ele identifica o sujeito revolucionário não em uma classe, mas nos intelectuais de todo o mundo:

Entretanto, o grito – “proletários do mundo inteiro, uni-vos!” passado quase um século, ainda não conseguiu acabar com as pátrias e hoje outro lhe responde, universalizando não uma classe, mas uma doutrina, dentro da qual é sagrado tudo quanto o marxismo destrói: - “intelectuais do mundo inteiro, uni-vos!...”. (BARROSO, 1934B: 41).

Aqui reside, portanto, uma importante diferença entre nossos autores. O par oposto “guerreiro X mercador”, fundamental nos imaginários nazista e integralista, assume formas diferentes em cada autor. Em Feder, esse par oposto refere-se à oposição “ariano X judeu”, ao passo que em Barroso ele compreende a dicotomia “cristão X judeu”. Nota-se em Feder, a todo o momento, a oposição entre o alemão e o judeu. Ao discursar sobre o Plano Young em 1930, Feder coloca a raça ariana como a grande vítima do capitalismo internacional:

São poucos os fatores em primeiro plano que não confirmam por si só que este evento seja o ponto final de uma longa série de acontecimentos políticos, mas acima

⁷⁶ A obra de Riehl foi amplamente utilizada pelos nazistas nos anos 1930 para legitimar suas ideias e seu regime.

de tudo como o fim de uma tragédia anunciada do povo alemão, como uma dura derrota da raça germânica diante da sub-humanidade organizada (FEDER, 1935: 243).

Por outro lado, nos escritos de Barroso é o cristão o antagonista do judeu:

Toda a história do Brasil é assim: uma aparência – o idealismo construtor do português, do mameluco e do brasileiro, dos cristãos; uma realidade – o utilitarismo oculto do judeu, explorando as obras do idealismo alheio. Os agricultores e os guerreiros, diz o imparcial João Lúcio de Azevedo, são os elementos produtores e construtores das pátrias. O judeu não é nem agricultor, nem guerreiro (BARROSO, 1939: 37).

E, contrastando com o espírito materialista judaico que ainda persistiria entre os cristãos-novos no Brasil colonial, estaria o espírito guerreiro do “cristão velho”, disposto a “derramar seu sangue, batendo-se contra os corsários que estavam prejudicando grandemente os lucros opimos do Kahal...” (BARROSO, 1939: 31).

Sendo assim, mais do que um indivíduo sem vocação para o trabalho árduo e produtivo, no imaginário antissemita o judeu também é um personagem avesso à participação direta nas guerras. Seu lugar privilegiado é nos bastidores das guerras, com as quais procura sempre lucrar. Referindo-se aos judeus e cristãos-novos que detinham o monopólio do pau-brasil no Período Colonial, Barroso escreve:

Para comerciar e lucrar, os judeus do grupo Noronha estavam sempre prontos; mas, para trocar tiros mortíferos de Bombarda e arcabuz de navio a navio, no balanço das ondas, ou saltar de terçado em punho nas abordagens furiosas a bordo do barco inimigo, eles absolutamente não tinham sido feitos. Povo eleito para tudo, menos para a luta armada (...) (BARROSO, 1939: 31).

Segundo o autor, a República, obra maior do complô judaico-maçônico sobre o Brasil, teria proporcionado heróis de nova estirpe. Essa aversão do integralista aos “novos heróis” republicanos pode ser entendida voltando nosso olhar ao final do século XIX. No tempo das aventuras do Encilhamento, “Os heróis do dia eram os grandes especuladores da bolsa”, que nada mais eram do que aqueles aventureiros dotados do “espírito aquisitivo solto de qualquer peia de valores éticos, ou mesmo de cálculo racional que garantisse a sustentação do lucro a médio prazo” (CARVALHO, 1999: 27). O herói que Barroso cantava era outro tipo de aventureiro. Não era o herói econômico, era o herói guerreiro. Seu expoente era o bandeirante. Na concepção de Barroso, o bandeirante cumpria o seu papel de desbravar os sertões em busca da riqueza e da expansão territorial, ao passo que o judeu também cumpria o seu papel histórico, a saber, o de parasitar o bandeirante incansável:

Devassado o sertão, localizadas as catas, o bandeirante não recebe o prêmio de seu esforço heroico, porque o judaísmo dos emboabas ou *pintos-calçados*, com sua organização e sobretudo seu dinheiro, vai expulsá-los pela força. Esse conflito entre

paulistas e emboabas, simboliza na opinião de Pedro Calmon, no “Espírito da sociedade colonial”, a luta pela apropriação do Eldorado interior travada pelo advena contra o brasileiro. A carta régia de 18 de março de 1694 dava aos descobridores a plena propriedade dos achados, mas os que se queriam aproveitar das conquistas de seu heroísmo lhes roubariam o fruto de mil sacrifícios (BARROSO, 1939: 99).

E arremata: “Os guerreiros odiavam os mercadores ou mascates (...) porque com o seu dinheiro se enobreceriam, vencendo-os, realizando a ‘ideia brutal de lançarem pela violência fora das Minas os seus adversários” (BARROSO, 1939: 99). A Guerra dos Emboabas nada mais seria do que um conflito entre o paulista (representante do espírito bandeirante e guerreiro) e o emboaba (representante do espírito judaico materialista). E aqui surge um importante par oposto, inexistente no pensamento de Feder, posto que intimamente relacionado às particularidades históricas e geográficas brasileiras: o par oposto “sertão X litoral”: “A árdua conquista bandeirante do Oeste ia, assim, servir às ambições inescrupulosas do cosmopolitismo litorâneo” (BARROSO, 1939: 100).

A contraposição que os autores fazem entre uma visão de mundo ariana ou cristã enraizada e criadora, de um lado, e uma visão de mundo judaica, materialista, desenraizada e rapace, de outro, expressa uma possível filiação de nossos autores ao pensamento de Werner Sombart, importante autor ligado à tradição modernista reacionária alemã: “a batalha entre negociantes judeus e cristãos era uma batalha entre duas visões de mundo, ou pelo menos duas atitudes econômicas fundamentalmente diferentes ou opostas” (SOMBART citado por LANGE, 2007: 222).

Barroso cita Sombart explicitamente ao falar sobre a Guerra dos Emboabas, da qual o judeu teria sido o maior beneficiário: “Desta sorte terminou a guerra civil e os únicos que com ela ganharam foram aqueles forasteiros, mascates, tratantes e açambarcadores, chamados emboabas. Dê-se a palavra a Werner Sombart: ‘A guerra é a seara do judeu!’” (BARROSO, 1939: 108). Em outra passagem, lemos: “Do universalismo do dinheiro, da impotência e da dor veio a ressurreição pelo universalismo do sacrifício, do heroísmo e do sangue” (BARROSO, 1935A: 62).

Feder não cita Sombart. Aliás, a própria ideia de se comparar quais foram as leituras de ambos os autores esbarra no fato de que Feder, assim como demais ideólogos nazistas, quase não citava outros autores. Isso pode se dever ao fato de que Feder (diferente de Barroso) não era exatamente um acadêmico. Sua escrita exortava à ação, e não despertar o interesse intelectual do leitor por aqueles temas (BROMLEY e SCHENK, 2003: 117).

De qualquer forma, indícios da apropriação de Feder sobre Sombart são evidentes em diversas passagens. Seu biógrafo e contemporâneo Arthur Herrmann afirma que as ideias de

Feder para a reforma monetária no início dos anos 1930 (a estatização ou controle direto do Estado sobre toda instituição responsável pela emissão de dinheiro) eram as mesmas defendidas por Werner Sombart (embora não diga explicitamente que um leu a obra do outro) (HERRMANN, 1933: 92). Otto Strasser afirma que ele e seu irmão Gregor Strasser, membros da ala mais à esquerda do NSDAP, não só foram estudiosos da obra de Sombart, como também que se encontraram com ele algumas vezes. Hans Buchner, responsável pela seção econômica do *Völkischer Beobachter*, atribui a Sombart a tarefa de ter esclarecido as maquinações judaicas no campo econômico (LANGE, 2007: 223). Dessa forma, a grande importância do pensamento de Sombart foi – assim como Adolf Stöcker havia conferido *legitimidade espiritual* –, conferir *legitimidade acadêmica* a uma série de ideias que já povoavam o imaginário popular. Tais ideias atribuíam ao judeu a responsabilidade por eliminar as estruturas pré-capitalistas, além de tratá-lo como principal representante do capitalismo e como uma figura constantemente ávida por dinheiro (LANGE, 2007: 217, 218).

Em *Die Juden* (Os Judeus), livro que compunha o volume 45 da biblioteca nacional-socialista, Feder dedica a última página para indicar livros sobre a questão judaica. Entre os autores, encontramos importantes nomes da tradição antissemita alemã de fins do século XIX e princípios do XX: Theodor Fritsch (*Handbuch der Judenfrage – Die wichtigsten Tatsachen zur Beurteilung jüdischen Volkes, Der falsche Gott – Beweismaterial gegen Jahwe*), bem como seu pseudônimo F. Roderich-Stoltheim (*Die Juden im Handel und das Geheimnis ihres Erfolges*), Henry Ford (*Der internationale Jude*) e Werner Sombart (*Die Juden und das Wirtschaftsleben*). Na mesma obra, lemos que:

O nacional-socialista não se esgota no mero ódio ao judeu, ele se apropria de uma série de pesquisadores que começa com Paul de Lagarde e Heinrich von Treitschke e vai até aqueles ainda vivos, ele também incorpora os conhecimentos dos estudos raciais [Rassenkunde], que desde Georges de Lapouge se preocupam com o problema judaico (FEDER, 1933B: 9).

A importância de Theodor Fritsch para o pensamento de Gottfried Feder não pode ser salientada sem que se esclareça que Fritsch foi o ponto de contato, o caminho do meio entre duas correntes antissemitas: uma secular, composta principalmente por Dühring e Wilhelm Marr, e outra de caráter religioso, formada por Lagarde e Stöcker (KRIER, 2009: 379)⁷⁷.

Sendo assim, um importante desdobramento do pensamento de Sombart sobre as obras de nossos autores foi o par oposto “herói X mercador”, ou “espírito guerreiro X espírito

⁷⁷ Mais do que um ponto em comum entre antissemitismo secular e antissemitismo religioso, Krier acredita que Theodor Fritsch pode ser visto como o elo que liga o socialismo “pequeno-burguês” de Proudhon ao próprio nacional-socialismo alemão (KRIER, 2009: 379-381).

mercantil”⁷⁸. Entretanto, em Barroso esse par oposto colocou o *cristão* frente ao judeu, ao passo que em Feder tratava-se de uma contraposição entre o homem *ariano* e o judeu.

Consequentemente, a luta contra as altas finanças, segundo Barroso, deveria ser universal. O autor se empenha em achar na história um evento fundador para uma espécie de “primavera fascista”⁷⁹ que reergueria as nações diante da ameaça denunciada nos *Protocolos*. O integralismo seria apenas um dos movimentos comprometidos nessa luta, devendo coligar-se com diversos outros ao redor do mundo. O marco fundador é encontrado na Marcha Sobre Roma, nome pelo qual ficou conhecida a ascensão dos fascistas ao poder na Itália em 1922. Nas palavras dele: “Só a mocidade, que é o futuro, lhe resta [ao Brasil] como tábua de salvação, somente ela é capaz de renová-lo, como, ao som da *Giovinezza*⁸⁰, reformou a Itália, concertou Portugal e redimiu a Alemanha” (BARROSO, 1933: 9)⁸¹. Da mesma maneira que a Marselhesa e a Internacional Comunista, a *Giovinezza* haveria de ecoar pelo mundo. Se os liberais eram filhos de 1789 e os comunistas filhos de 1848, os fascistas seriam filhos de 1922 – os únicos legítimos filhos do século XX:

Respondendo ao grito de Marx, no meado do século XIX, – “Proletários de todos os países, uni-vos!” ouve-se no século XX outro grito: – “Nacionalistas de todos os países, uni-vos!” Uni-vos na convicção de que o nacionalismo deste século (...) renovará a alma das velhas sociedades e trará ao universo a ideia duma ordem pacífica internacional. (BARROSO, 1935B: 169).

Ao conclamar uma solidariedade fascista internacional, Barroso constitui um grande exemplo do que Bertonha e Bohoslavsky disseram ao apontar que o estudo da “influência” das ideias de direita não era tão importante quanto entender os “usos” de tais ideias. Isso significa, por exemplo, que o modo como integralistas descreviam “la ascendente marcha del fascismo en la Argentina, Chile y Uruguay no era en absoluto objetiva, sino mucho más el resultado de la intención del integralismo de mostrarse como parte de un fenómeno de

⁷⁸ Sombart herda um importante aspecto do imaginário medieval. Ao longo de grande parte da Idade Média, os mercadores não eram vistos como figuras confiáveis, explicando assim que “a palavra alemã para troca – tauschen – tenha a mesma raiz da palavra correspondente a engano – täuschen. Dessa forma, tornou-se hábito na época incluírem as autoridades municipais entre suas principais funções a atribuição de impedir que as mercadorias fossem vendidas por preços excessivos” (HUBERMAN, 1986: 60).

⁷⁹ Tratei deste tema em minha monografia de conclusão de curso: LIMA, M. A. P. *Ecos da Giovinezza: Leituras Integralistas da “Primavera Fascista”*. Monografia (graduação em História). UFMG, Departamento de História, Belo Horizonte, 2013.

⁸⁰ Hino fascista italiano cantado durante a Marcha Sobre Roma.

⁸¹ “Todos os movimentos fascistas oscilam entre um desejo de manifestar solidariedade ideológica com seus irmãos de fé e a necessidade de provar que são autenticamente nacionais, sem ligação com nada que não seja local. Isso ocorreu com fascismos os mais variados, desde o argentino até o húngaro” (BERTONHA, 2004:159). “Los movimientos fascistas no se veían como aislados, sino como partícipes de una lucha común contra el liberalismo, la democracia, la izquierda y todo opositor a su ideal de sociedad” (BERTONHA e BOHOSLAVSKY, 2016: 13).

alcance, por lo menos, continental” (BERTONHA e BOHOSLAVSKY, 2016: 15). O mesmo pode ser dito a respeito da crença de Barroso em uma “internacional nacionalista”.

Assim, Barroso caminha na corda bamba entre o clamor por uma “internacional fascista” e a crença na particularidade cultural de cada povo. Citando Oswald Spengler, outro importante nome do modernismo reacionário alemão, ele escreve: “Pondo de parte seu pessimismo, [Spengler] traz também uma das primeiras palavras sobre a grave questão, mostrando que cada cultura é inconfundível (...)” (BARROSO, 1934B: 49).

Em qualquer estudo de História Conceitual, é fundamental irmos além de nossas fontes. Essa estratégia “supõe superar a superfície textual dos discursos e atingir o aparato argumentativo no interior de cada forma de discursividade política, buscando reconstruir o contexto de debate” (PALTI, 2007: 73). Sob essa ótica, vemos que, apesar de compartilharem do ódio ao capital financeiro, cada autor escrevia de um elo diferente da cadeia do imperialismo. Barroso falava do elo fraco dessa cadeia, da periferia, de um país que sempre ocupara uma posição subalterna nas relações capitalistas mundiais.

Feder, por outro lado, falava de um país que já havia ocupado o elo forte da cadeia imperialista, em nome de um movimento que lutava para reconquistar esse posto. Como observa Eichengreen (2000), a Alemanha era um credor internacional até 1914, sendo reduzida ao status de devedor no entre guerras, tornando-se dependente da importação de capitais americanos. Em artigo de 1928, o autor nazista expressa a nostalgia do pré-1914:

Na plena posse de seus direitos de soberania, em poucas décadas a Alemanha alcançou a unidade nacional, bem como um patamar econômico de primeira grandeza, deixou para trás de si os velhos impérios e se preparou para superar também a Inglaterra no tráfego e no comércio mundiais. De fato, foi uma ascensão em um curto espaço de tempo como o mundo nunca havia visto antes! (...).

Este império nórdico atraiu o ódio do mundo inteiro. A maçonaria e o judaísmo mundiais, as potências mundiais do dinheiro, a inveja do comércio inglês, o revanchismo francês e o expansionismo russo se viram unidos, pela inveja e o ódio, na luta contra esta Alemanha do trabalho e da força (...) (FEDER, 1935: 172-173).

Dessa maneira, enquanto, para Barroso, a luta contra as altas finanças deveria ser conduzida em prol de todos os países que sofriam sob os banqueiros internacionais, para Feder a luta contra a “servidão dos juros” deveria se dar apenas em prol da Alemanha, a fim de reconduzi-la ao posto de potência mundial de primeira grandeza. Como consequência, Barroso está sempre narrando outras experiências fascistas (ou que ele considera fascistas) ao redor do mundo, elegendo-as como parceiros na busca pelos mesmos objetivos – característica esta ausente dos escritos de Feder:

Este século não é mais o século dos Direitos do Homem, porém o século dos Deveres do Homem, que o ouro do pan-judaísmo materialista universal tem feito esquecer (...). Por essa razão, todas as nações procuram mergulhar no passado em busca do espírito histórico, racial ou nacional, que encarnam e que ficou latente, guardado no fundo dos séculos (...). O Japão dos samurais, a Romênia da Guarda de Ferro, a Polônia de Pilsudski, a Hungria ensanguentada por Bela-Kun, a Áustria de Dolfuss, a Inglaterra de Mosley, os Estados Unidos dos *Silver Shirts*, a Espanha, Portugal, a Suécia, a Holanda, a Finlândia, a Suíça, a Estônia, o Chile, o Peru, o México, todos nos oferecem exemplos concretos na esteira dos grandes movimentos vitoriosos de Hitler e de Mussolini. A própria França liberalíssima veste a camisa dos *francistas* e sente necessidade (...) de ir além da latinidade e de chegar ao celtismo (...) (BARROSO, 1934A: 116-117).

Sendo assim, “Gustavo Barroso acreditou na possibilidade de os nacionalistas do mundo se unirem contra o ardil judaico que buscava destruir as nações”. O autor admira, nos movimentos e regimes fascistas do mundo, seu devotamento ao bem da nação, valorizando ainda “suas lutas contra forças desagregadoras: o comunismo, o liberalismo, os facciosismos políticos da democracia parlamentar, a opressão dos banqueiros e o judeu, a serviço do qual todas essas forças trabalhariam”. Os inimigos dos movimentos fascistas ao redor do mundo eram também os inimigos do Brasil: “Tendo em vista que o inimigo era universal, o fascismo também deveria sê-lo” (LIMA, 2014B: 154, 164):

O rol demonstra que não é só o Brasil a vítima do Super Estado Capitalista sem entranhas, mas o mundo inteiro. Daí a sua aflição, a sua inquietação, a sua angústia, o seu desespero. Está mergulhado num pego em que pululam as sanguessugas e estrebucha sugado por todos os lados na lama ensanguentada. Um dia, os povos compreenderão a verdadeira origem de todos os seus males e, então, as bichas vorazes e nojentas serão duramente castigadas... (BARROSO, 1934A: 76).

A crença em uma solidariedade fascista internacional⁸² nos mostra que “para Barroso não há sequer uma suspeita da natureza ontológica do fascismo como um *nacionalismo imperialista* intimamente colado à expansão econômica dirigida pelo grande capital”. Posteriormente, Miguel Reale explicaria que, àquela época, ele não conseguia perceber que o fascismo estava tomando contornos imperialistas e sujeitando-se aos imperativos do capital (RAGO FILHO, 1989: 254, 256).

⁸² O nacionalismo era fonte, ao mesmo tempo, de solidariedade e de disputa entre as matrizes fascistas italiana e alemã. Eventuais apoios que o Terceiro Reich deu a países mais fracos nada mais foram que alianças táticas em benefício dos alemães. As pretensões do regime fascista italiano a uma “Internacional Fascista” nos anos 1930 malograram. A primeira conferência de movimentos fascistas europeus, organizada pela Itália em 1934 em Montreux, na Suíça, sequer contou com os nazistas. A questão da raça, fundamental no nacional-socialismo, não era uma unanimidade entre os movimentos ali reunidos. A proposta dessa internacional foi interpretada muito mais como uma tentativa italiana de se contrapor aos alemães na liderança do movimento fascista internacional: “[A conferência de Montreux] Parece fornecer maior e mais conclusiva evidência da impossibilidade de organizar uma Internacional fascista, de unir o que não pode ser unido, nacionalismos; uma tarefa que, para parafrasear um colega reclamando da falta de colegialidade dos palestrantes da universidade, alguns historiadores aparentemente consideram como o equivalente a pastorear gatos” (MORGAN, 2003: 168 – tradução nossa). Foi justamente a partir de 1936, com uma aproximação entre Itália e Alemanha, que a “Internacional Fascista” começou a ruir (BERTONHA, 2000: 106, 109; MORGAN, 2003: 168-171).

A marca exclusivista do discurso do autor nazista, em franco contraste com os escritos barrosianos, salta à vista em suas invectivas contra o Plano Young. Também é nestas invectivas que se vislumbra, de forma mais marcante, a mobilização dos sonhos do passado alemães. O capital financeiro é apresentado, acima de tudo, como uma afronta à raça ariana:

Siegfried e Hagen⁸³ – Armínio e Segest⁸⁴ – Sedan e Tannenberg⁸⁵ e planos Dawes e Young. Vitória exultante, sol a brilhar – punhalada nas costas e traição. Luz e trevas – Deus e diabo.
O que tudo isso tem a ver com o Plano Young?
Muito! Quase tudo. Porque os planos Dawes e Young, racialmente falando, significam o aprisionamento e o sacrifício do espírito alemão, do trabalho alemão, da alma alemã pela sub-humanidade organizada (FEDER, 1935: 244).

Em síntese: Feder e Barroso atacavam o capital financeiro a partir de países que ocupavam posições distintas no sistema capitalista. Mas não queremos incorrer em uma abordagem economicista que enxergue as diferenças entre ambos apenas em termos dos lugares de cada discurso na cadeia imperialista. A História Conceitual desempenha um papel muito importante no debate acerca dos encontros e desencontros entre o mundo linguístico e o mundo extralinguístico. Ela “recusa-se a ver a formação de conceitos e a linguagem como epifenômenos, isto é, como determinados pelas forças externas da ‘história real’”, mas também recusa “a teoria segundo a qual as linguagens políticas e sociais são ‘discursos’ autônomos e discretos, imunes a qualquer coisa extralinguística” (RICHTER, 2006: 43-44). Sendo assim, recorrendo às raízes ideológicas do nacional-socialismo e do integralismo também podemos entender melhor as diferenças entre os autores.

O nacional-socialismo deita suas origens em doutrinas marcadas pelo exclusivismo racial. Léon Poliakov encontra na *Germania*, escrita pelo historiador romano Tácito por volta do ano 98 d. C., um dos primeiros sinais de manifestação da crença na pureza racial germânica. Redescoberta pelos humanistas alemães entre os séculos XV e XVI, a *Germania* contribuiu para substituir as genealogias bíblicas por narrativas racistas na explicação das origens do povo alemão. Para Poliakov, "Em termos psicanalíticos, poder-se-ia dizer que o testemunho de Tácito (...) foi a principal 'parcela de realidade' em torno da qual se organiza assim, nos tempos modernos, o delírio megalômano alemão" (POLIAKOV, 1974: 76).

Um dos muitos autores dos quais os nazistas se apropriaram foi Rudolf von Sebottendorf, que fundou, em 1918, a Sociedade Thule (*Thule Gesellschaft*), que usava a cruz

⁸³ Siegfried e Hagen: personagens dos *Nibelungen*, famosa saga alemã dos tempos da Idade Média.

⁸⁴ Armínio foi um guerreiro germânico da tribo dos queruscos que organizou uma rebelião contra o domínio romano, tendo sido delatado por Segest.

⁸⁵ A Batalha de Sedan opôs alemães e franceses, sendo vencida pelos alemães, concretizando a unificação alemã. A Batalha de Tannenberg, em 1914, foi uma batalha entre russos e alemães vencida pelos segundos.

gamada como símbolo. Seu nome refere-se a uma antiga lenda que explicava o surgimento do povo germânico com vistas a justificar sua missão de erguer uma grande civilização. Foi Sebottendorf quem adquiriu, em nome da Thule, o periódico *Völkischer Beobachter*, que posteriormente se converteria no principal veículo de comunicação nazista (SILVA, 2009).

Na *Thule Gesellschaft*, encontramos várias figuras que posteriormente seriam importantes nomes do movimento nacional-socialista, tais como Dietrich Eckart (futuro editor do *Völkischer Beobachter*), Hans Frank (futuro advogado de Hitler), Rudolf Hess (que viria a ocupar altos cargos dentro no NSDAP), Karl Harrer (um dos fundadores do NSDAP), Alfred Rosenberg (principal ideólogo nazista) e o próprio Gottfried Feder (SILVA, 2009). A *Thule Gessellschaft* remonta ao periódico antisemita *Hammer*, que começou a ser publicado por Theodor Fritsch em janeiro de 1902 e teve números lançados ininterruptamente até 1940. Feder foi um dos muitos autores que contribuíram para o *Hammer*. A partir dessa publicação foi fundada uma associação (*Reichshammerbund*), no interior da qual teve início a sociedade. Foi em uma reunião da Sociedade Thule que Feder leu pela primeira vez, ainda como convidado, sua tese sobre a servidão dos juros (KRIER, 2009: 379-380).

A criação do DAP alemão, que, conforme observamos no capítulo 1, constituiu o embrião do NSDAP, foi solicitada por Sebottendorff a Karl Harrer, que assumiu sua presidência, organizando os trabalhadores com a ajuda do operário Anton Drexler. A derrota na Primeira Guerra, o inimigo judeu e a hostilidade aos ingleses eram os temas mais discutidos entre os trabalhadores antes mesmo da fundação oficial do DAP, em janeiro de 1919 (SILVA, 2009).

Dessa forma, herdeiro de toda uma parafernália ideológica de viés exclusivista e supremacista, que tinha em Gobineau, Lapouge e Chamberlain seus maiores expoentes, e que conferia à raça ariana uma ancestralidade e uma missão especial na história, é perfeitamente compreensível que Feder defendesse que a luta contra os banqueiros internacionais tivesse só um protagonista, o povo escolhido, o povo eleito: o dito povo ariano. Inserindo-se nessa longa tradição que remontava aos fins do século XIX, Feder, por mais que creditasse às altas finanças a miséria de todos os povos da Terra (e por mais que inicialmente fizesse um chamado a todos os trabalhadores do mundo), acabou fazendo prevalecer, em seus escritos, o protagonismo do povo alemão nessa batalha. Um dos indícios mais evidentes do teor exclusivista de sua obra é a passagem de Hitler que ele cita no livro *Die Juden*:

Os judeus foram e são aqueles que trouxeram o negro para o Reno, sempre com as mesmas intenções e o claro objetivo de, por meio do inelutável abastardamento, destruir a raça branca tão odiada por eles, expurgando-a de sua altivez cultural e política e ascendendo eles próprios à condição de senhores. Pois um povo

racialmente puro, consciente de seu sangue, jamais poderá ser subjugado pelos judeus (HITLER citado por FEDER, 1933B: 13).

O integralismo, por outro lado, deitava raízes no Grupo da Anta, que fazia parte do movimento Verdeamarelista, importante manifestação cultural da Semana de Arte Moderna de 1922⁸⁶. Marcelo Ridenti (2000) identifica, no modernismo brasileiro de 1922, características a um só tempo modernas e românticas, passadistas e futuristas e – mais importante ainda – nacionalistas e internacionalistas. O trabalho de Marcelo Ridenti é fundamental no sentido de nos mostrar como é importante olhar para 1922 a fim de compreender as condições para o florescimento de ideários com traços a um só tempo românticos e iluministas no Brasil. Em um país cuja cultura política foi marcada por acomodações e conciliações, a fim de assegurar ajustes entre o arcaico e o moderno; em um país em cujo processo de modernização o novo pagou alto tributo ao velho, como já observava Chasin (1999), não seria de surpreender que o fascismo seguiria as mesmas pegadas. E também não seria de surpreender que um dos principais próceres desse movimento fascista fosse a um só tempo antisemita e congregasse a uma luta multinacional contra os judeus.

Os integralistas saudavam a contribuição de imigrantes estrangeiros (excetuando-se os “indesejáveis”), reconhecendo a importância deles para a formação racial do país: “O projeto de fusão entre as raças, uma das principais bandeiras do integralismo, seria o aspecto mais discordante e irreconciliável com o ideal nacional-socialista de pureza racial” (SANTANA, 2012: 130-131). Em *Integralismo e Catolicismo* (1937), livro que, como assinala Dantas (2015), marca uma inflexão no pensamento de Barroso, lemos uma série de críticas que nos fazem relativizar o teor “curupira” da ideologia integralista. Explorando elos cada vez mais fortes entre o integralismo e o catolicismo, Barroso lança críticas àqueles que queriam ser mais nacionalistas do que o permitido – o “esnobismo nacionalista”. O esnobismo nacionalista se equivocava ao negar o primado da influência europeia sobre o Brasil, afinal de contas, “os sertões queimados de sol e as serranias banhadas de luz” não são suficientes, uma vez que, “se somos um povo cristão, se queremos criar um Estado Cristão (...) o nosso conceito de cultura tem de ser, fatalmente, um conceito espiritual, um conceito cristão”. Tal conceito “não vem batizado com a ardência do sol líbico, nem com a espuma das cachoeiras que cantam nos araxás e nos sertões americanos, mas com a água azul do velho mar

⁸⁶ “Entretanto, existe praticamente um consenso entre os estudiosos do pensamento de Plínio Salgado, que foi a sua participação na Semana de Arte Moderna de 1922 e o contato com as mais diversas matrizes do modernismo, o acontecimento fundamental para a maturação da sua doutrina integralista. (...) Sendo assim, a revolução literária e artística criada pelos modernistas teria um peso importante sobre Plínio Salgado, muito maior do que as insurreições tenentistas, que terminaram com a Revolução de 1930” (COSTA, 2015: 80-81).

Mediterrâneo” (BARROSO, 1937C: 58). Note-se como essas passagens, de 1937, contrastam com a seguinte, de 1935, como se o autor quisesse relativizar o que escrevera:

Os [Egrégors] do Brasil são o seu sentimento cristão e a sua tradição de unidade nacional. A sua história toda ainda estremece ao passo dos Bandeirantes e dos Catequistas. Seus olhos não se podem voltar para as estepes gélidas da Rússia, onde habitam outros Deuses, mas para os sertões queimados de sol e as serranias banhadas de luz onde ainda falam os seus Egrégors formidáveis! (BARROSO, 1935A: 176)⁸⁷.

Assim, *Integralismo e catolicismo* faz parte de uma *guinada conservadora* no pensamento do autor. Essa guinada, sobre a qual entraremos em detalhes no próximo capítulo, se manifesta, sobretudo, na forma de uma ênfase mais insistente no caráter cristão do sigma em detrimento do seu caráter “curupira”, por meio de críticas mais duras ao nacional-socialismo e por uma relativização do determinismo racial. É particularmente interessante a crítica que o autor faz ao “vovô índio”, figura criada pelos próprios integralistas para substituir o Papai Noel e aproximar o Natal da realidade brasileira:

Refugando o Papai Noel barbudo do inverno europeu, esquecem o Menino Jesus da nossa meninice brasileira que nos depunha os presentes desejados nas chinelas postas sobre o beiral do telhado ou no peitoril da janela, para se agarrarem à tolice dum Vovô Índio, talvez à de uma Mãe Negra – quando a festa do Natal nunca foi celebrada nos tatás do Senegal nem nas ocas do sertão bravio (BARROSO, 1937C: 37).

Enquanto Barroso condena o esnobismo nacionalista, Feder afirma que “nós, como alemães, não temos que nos servir de uma ciência ‘sem pressupostos’, mas sim analisar tudo sob o ponto de vista alemão” (FEDER, 1935: 173). Atribuía-se à mistura racial o infortúnio dos reinos germânicos: “porém todos os reinos germânicos em solo romano declinaram e desapareceram porque o ódio e a inveja, a discórdia e acima de tudo a mistura com os povos subjogados minaram a força interna das camadas governantes” (FEDER, 1935: 243-244). Em suma: o estrangeiro era repudiado com muito mais veemência no nacional-socialismo do que no integralismo, pois o nacional-socialismo zelava pela pureza:

Sem dúvida, a forte miscigenação racial dentro de nosso povo alemão por si só abalou por completo a clara e elevada consciência de raça, de modo que permaneceu apenas um impreciso sentimento de rejeição ao judeu estrangeiro ao invés de um conhecimento apurado sobre as leis raciais. (...) Por outro lado, ele [o judeu], com certa credibilidade, conseguiu nos apresentar a agitação racial como uma bobagem antiquada. Infelizmente, isso lhe foi possível graças à sugestão da miscigenação racial na Alemanha (FEDER, 1933A: 50).

⁸⁷ “A doutrina e os militantes comunistas são acusados de serem elementos estrangeiros, estranhos ao Brasil. As ideias defendidas pelos membros do PCB seriam formulações provenientes de países estrangeiros, proposições que nenhuma relação teriam com a realidade nacional. O caráter, a alma, o sentimento brasileiro não teria como ser compatibilizado com o ideal bolchevista, elaborado em terras muito distantes da nossa pátria” (MOTTA, 2002: 32).

Marca-se aqui, portanto, uma importante ruptura em relação ao pensamento de Stöcker e Treitschke, em quem Feder se inspirou. Para Stöcker e Treitschke, era possível, por meio do cristianismo, “reabilitar” ou integrar o judeu.

Herdeiros das leituras que os humanistas alemães faziam de Tácito, os nazistas acreditavam que "o mundo inteiro pertence (...) ao germano, (...) que a conquista à viva força constitui os títulos. Tal arquétipo, triunfante e bárbaro, era evidentemente incompatível com o ideal cristão (...)". Tal incompatibilidade saltou à vista na Alemanha do século XIX: "é na Alemanha, e somente na Alemanha, que surgiram e se multiplicaram as heresias 'germano-cristãs' de um lado, e as tentativas de um restabelecimento do paganismo pré-cristão, de outro". Não foram poucas as tentativas de atribuir às figuras bíblicas o status de ancestrais diretos dos alemães. Se no século XVII havia autores alemães que acusavam os costumes cristãos de perverterem as tradições germânicas, no século XIX irromperia o "furor purificador" orientado para a raça (POLIAKOV, 1974: 81, 84, 85, 86). Esse era um constrangimento constante para os nazistas. Não é à toa que Feder se restringe apenas a dizer que o nacional-socialismo propugnava um “cristianismo positivo”, sem dar maiores explicações.

Os integralistas, por outro lado, sempre se disseram comprometidos com a doutrina católica. Foi justamente a suposta ausência de cristianismo que trouxe problemas a alguns integralistas, como veremos adiante. Para os integralistas, o fato de o brasileiro ser miscigenado, ainda em formação, longe de representar um problema, reforçava seu valor, sendo empunhado como argumento que o diferenciava e o favorecia frente aos europeus. Muito diferente dos nazistas, que escreviam à luz de um Tácito ou Lutero, os integralistas não carregavam consigo o fardo de uma ancestralidade milenar a ser preservada. Diante da ausência de tal ancestralidade, aquilo que, para os nazistas, era considerado um demérito – a ausência de pureza – foi empunhado pelos integralistas como motivo de orgulho. Dessa forma, “O III *Reich* pregava um Estado baseado no arianismo, na defesa da raça pura. Já os ‘camisas-verdes’ apostavam suas fichas num modelo de miscigenação racial somado a um forte teor espiritual, representado pelo catolicismo” (DANTAS, 2015: 53).

Segundo Terry Eagleton (1990: 28-29, 38), todo agrupamento político só consegue atingir suas necessidades se as necessidades de todos os demais grupos forem atingidas. Isso, porém, não é percebido pelos nazistas, dado que a “metafísica do nacionalismo” fala da completa auto-realização de um sujeito unitário: o povo. A partir desse raciocínio de Eagleton, depreende-se que uma importante diferença entre os dois autores no que concerne à

luta contra as altas finanças residia no fato de que Barroso, por propor uma resistência universal, reconhecia a “totalização do particular e do universal”, algo que os nazistas em geral e Feder em particular não reconheciam. Essa capacidade de Barroso reconhecer a totalização do particular e do universal é o que permite ao autor escrever a seguinte passagem:

Os Francistas pensam em francês na hora em que certos operários pensam em russo, certos intelectuais pensam em grego, certos franceses admiram tanto a antiga Roma que preferem César ao seu glorioso adversário, Vercingetorix, defensor do solo pátrio, e em que outros, enfim, pensam como judeus, o que é o cúmulo do abastardamento moral. (...) Os Francistas são mais do que franceses e por isso admiram os fascistas italianos e os nazis alemães, porque eles são os mais italianos dos italianos e os mais alemães dos alemães (BARROSO, 1936B: 103 – grifos nossos).

Percebe-se como o autor valoriza nos “sonhos do passado” mobilizados pelos fascismos sua capacidade de promover a paz e a compreensão entre os povos. Ele se decepçiona ao constatar que os franceses se identificavam mais com César do que com Vercingetorix, guerreiro que comandou os gauleses na luta contra o domínio romano. Entretanto, para Barroso, essa valorização dos heróis nacionais não teria como fim acirrar as rivalidades entre as nações. Ao dizer que os francistas (fascistas franceses) apreciam os fascistas italianos e os nazistas alemães por estes serem verdadeiramente italianos e alemães, ele tenta não só pintar um quadro de camaradagem entre os fascistas do mundo, mas também dizer que só o nacionalismo promoveria a paz mundial. Cada país tem os seus mitos nacionais (ou, como diria o autor, seus “egrégoros”), e cada nacionalista deveria se reconhecer nos mitos de seu país – não em *detrimento*, mas em *benefício* dos nacionalistas de outros países. É por isso que o autor contrapõe o “internacionalismo individualista do século passado” ao “universalismo personalista das doutrinas denominadas *fascistas*”, sendo que estas últimas se diferenciariam não só pelo respeito à liberdade e à dignidade humanas, mas também porque “se universalizam pelo seu espiritualismo” (BARROSO, 1936B: 13, 14). E citando Houston Stewart Chamberlain, genro do compositor Richard Wagner e uma das principais fontes intelectuais da doutrina nacional-socialista, escreve que a ameaça judaica se encaminhava “para aquela ‘funesta quimera do universalismo anti-nacional’ a que se referia Chamberlain há mais de vinte anos e que é o meio de permitir um domínio universal pelo completo desaparecimento da ideia de pátria” (BARROSO, 1934B: 98).

Em uma de várias prováveis tentativas de se adequar ao jogo de forças dentro da AIB, Barroso chega mesmo a admitir a possibilidade de que judeus se tornem integralistas. O fato se deu em uma polêmica com Abrão Ribeiro, advogado judeu que defendia os *Diários Associados*, grupo ao qual pertencia o *Diário da Noite*. O *Diário* havia publicado artigos

hostis aos integralistas. Abraão teria se defendido dos integralistas alegando que seu filho também era um camisa-verde. Diante disso, Barroso reage:

O sr. Abraão pode estar certo de que os camisas-verdes só têm um desejo: é que o seu filho, o nosso jovem e digno companheiro, pelo sacrifício de sua revolução interior, obtenha de Jesus Cristo a salvação da alma de seu ilustre pai. Quem sabe se, diante da atitude do rapaz, Nosso Senhor não tocará o coração empedernido do velho advogado, fazendo com que ele deixe as más companhias, como a do senhor Assis [Chateaubriand], as más sociedades, como a da Bucha, os maus caminhos, como o que leva do PRP para o PC, esqueça seus interesses materiais, cuide de sua alma transviada, imite o filho, vista uma camisa-verde e venha trabalhar conosco, sacrificando tudo, renunciando, por Deus, pela Pátria e pela Família. Eu não acho impossível. Deus tem obrado maiores milagres. O Integralismo, como a Igreja, recebe com festas os arrependidos (BARROSO, 1937A: 68, 69)⁸⁸.

Contraste-se essa passagem de 1937 com a seguinte, de 1934: “Razão de sobra assiste a Hitler quando afirma que, por mais bem tratado que seja, o rabanete jamais se transformará em morango: será sempre rabanete...” (BARROSO, 1934A: 70). Isto é: o judeu sempre será e agirá como judeu. A importância dessa polêmica com o sr. Abraão é significativa quando nos atentamos para o fato de que ela rompe com a “metáfora do verniz”, segundo a qual “de nada adiantaria oferecer-lhes [aos imigrantes “indesejáveis”: judeus, japoneses e negros] educação (que funcionaria apenas como um verniz), pois esta não tinha o poder de agir sobre a constituição mental ou sobre o caráter dos povos não europeus” (CARNEIRO, 2012B: 256). Isso não significou, entretanto, que sua escrita perdeu a conotação racista, pois naquele mesmo período de fins dos anos 1930 Barroso escreveria:

A esse sangue judaico, que inúmeras vezes se misturou ao sangue cristão, deve quiçá a maioria dos brasileiros os defeitos que lhes são apontados: falta de fixidez do caráter, inclinação a não levar nada a sério, capacidade de deformar todas as ideias, indisciplina inata e prazer do despistamento (BARROSO, 1939: 41).

Se Barroso admitiu (ainda que tardiamente) a possibilidade de um judeu virar integralista, Feder acreditava que era o sangue o fator principal na formação do caráter de cada povo. Por isso ele atribui certas habilidades que os judeus possuíam justamente a vestígios do sangue nórdico que eles teriam herdado. Inspirando-se no Trabalho de Otto Hauser, Feder afirma que por volta do ano 120 a. C. os judeus começaram a aceitar edomitas em suas comunidades, com os quais começaram a se misturar. Os edomitas eram, para o autor, originariamente um povo loiro, de origem nórdica:

⁸⁸ O integralista Ruy do Amaral, fundador do núcleo integralista de Olímpia-SP, utilizou as páginas do *Cidade de Olympia* para também criticar Assis Chateaubriand, acusando-o “de ligação com o capitalismo judaico internacional, que teria por intermédio dos *Diários Associados* desencadeado uma campanha de difamação do movimento integralista” (RIBEIRO, 2007: 369).

Por meio da aquisição de sangue nórdico, os judeus puderam tornar-se ativos na arte e na economia e, com isso, seduzir vários crédulos, mas também – o que pesou ainda mais – imiscuir-se na vida política e a partir daí exercer eventualmente um perigoso poder. Se tivessem perdido seu sangue nórdico, tal como os sírios, os árabes e os gregos, eles não conseguiriam desempenhar tal papel (FEDER, 1933B: 18-19).

Ademais, o simples batismo seria inócuo no sentido de expurgar do judeu seus atributos perversos. O rei espanhol Fernando de Aragão é descrito pelo autor como um monarca antissemita, “mas seu antissemitismo era concernente ao judeu religioso, não ao judeu racial. Para ele, assim como para a maioria dos ‘antisemitas’ antes dele e até nos dias de hoje, com o batismo o perigo do judeu estava erradicado” (FEDER, 1933B: 28). Assim, Feder não admite a possibilidade de o judeu se “reabilitar”, nem aceita que qualquer outro povo se misture ao povo alemão:

O “aperfeiçoamento civil” dos judeus à luz do que propunha o imperador José II se mostrou um engano. Não adiantava deixar o judeu usar nomes e roupas europeias e finalmente igualá-lo aos povos mais antigos. Eles eram judeus, são judeus e permanecem judeus, pois seu incesto de mais de dois mil anos os impede de ser, em meio ao povo que os recebe, qualquer coisa além de uma sociedade secreta ou nômades, com todas as características e consequências que isso traz. (...) Nós somos muito mais favoráveis a uma nordificação [Aufnordung], sendo que uma das principais condições para tal é que, de agora em diante, nenhum judeu, negro ou pessoa de cor se misture ao sangue alemão (FEDER, 1933B: 76).

A guinada conservadora de Barroso certamente teve o intuito de evitar que saltassem à vista as dissidências no interior da AIB, alinhando seu pensamento com o de Plínio Salgado, mais inclinado à Igreja e hostil ao nazismo. O teor político e econômico ajudou a blindar o conteúdo racial do antissemitismo do integralista cearense. Assim como Barroso, Plínio Salgado e Miguel Reale também blindaram seu antissemitismo com o pretexto da luta anticomunista e anticapitalista. Diferente de Barroso, porém, eles sempre acreditaram que poderia haver judeus assimilados e comprometidos com o bem da nação (JESUS, 2011: 4).

Há outra passagem na qual Barroso demonstra que a presença do sangue judaico em uma pessoa pode ser revertida. Rebatendo as especulações sobre uma possível origem judaica de Tiradentes, o integralista, apesar de confirmar o caráter judaico-maçônico da Inconfidência Mineira, escreve: “Se o sangue de Israel porventura lhe corria nas veias [de Tiradentes], de tal modo o meio o purificara através das gerações que pôde praticar atos que o imortalizaram, tornando-o uma figura simbólica” (BARROSO, 1939: 159).

Em uma sociedade marcada pela miscigenação, era fundamental que até um autor francamente antissemita como Barroso abdicasse do determinismo, sob pena de botar a perder todo o seu programa em prol de uma pureza inexistente. Situação semelhante experimentou o autor argentino Hugo Wast (pseudônimo usado pelo cordobês Gustavo Adolfo Martínez Zuviría). Seu famoso romance *El Kahal y Oro* (1935), de forte teor antissemita, foi proibido

de circular na Alemanha nazista porque um de seus protagonistas, um grande magnata judeu, acaba por se converter ao cristianismo. O jornal do Partido Comunista *Orientación*, em publicação de 1940, explica: “Do ministério de propaganda de Berlim lhe responderam que a obra estava longe de ser antissemita, já que no final o judeu protagonista se converte ao cristianismo e isso pode equivaler a uma regeneração” (LVOVICH, 2007: 143). A possibilidade da regeneração do judeu era, portanto, uma tentativa quase irresistível ao pensamento antissemita latino-americano:

Como se trata de um movimento racista em uma sociedade onde a miscigenação racial faz parte da cultura nacional, os valores cristãos são utilizados para dar uma aparência de “bondade” e “boa intenção” a uma ideologia que defende o racismo, mas cujo caráter racista é inadequado a uma sociedade miscigenada. Por isso o discurso racista precisa adquirir determinadas especificidades que o adequem à realidade social em que se insere (CRUZ, 2012: 58).

Explica Koselleck que conceitos antitéticos assimétricos “determinam uma posição seguindo critérios tais que a posição adversária, deles resultante, só pode ser recusada” (KOSELLECK, 2006A: 195). O autor cita o caso dos conceitos “bárbaro X heleno” na Antiguidade, posto que um bárbaro jamais poderia tornar-se um heleno. Já o par oposto “bárbaro X cristão”, apesar de assimétrico, não é antitético, visto que a salvação em Cristo poderia ser estendida a todos que a desejassem. A diferença entre o antissemitismo integralista e o nazista é da mesma natureza. Em Feder e no nacional-socialismo, o par oposto “judeu X ariano” compreende pares antitéticos assimétricos: “Ao situar no sangue a distinção entre judeus e não judeus, a ideia de raça torna impossível qualquer mediação (...)” (KLEMPERER, 2009: 219). Por outro lado, ao admitir que um judeu “arrepentido” poderia tornar-se cristão e integralista, Barroso mostra que o par antitético fundamental não consiste em “judeu X ariano”, mas em “judeu X cristão” – logo, um par antitético não assimétrico.

A seguinte passagem, de 1937, evidencia como, para o autor integralista, o embate principal não era entre brasileiros e judeus, mas entre cristãos e judeus: “Da Baviera partiu a reação nazista que salvou a Alemanha da onda vermelha. Do Brasil partirá um sentido novo para a vida do mundo, um grande sentido cristão” (BARROSO, 1937B: 32). Isso porque seria o cristão a principal vítima do judeu: “Quais são, pois, os verdadeiros interessados na guerra? Em primeiro lugar, os fabricantes de armas e munições, na maioria judeus, eternamente sequiosos de lucros, embora com o sacrifício da mocidade cristã” (BARROSO, 1937D: 114). Anunciando a falência do capitalismo, um dos extremos do “pêndulo judaico”, Barroso diz que o Brasil não deve buscar a salvação no outro extremo daquele pêndulo: “Ele deve bebê-

los nas lições de sua própria história, no seu sentimento cristão e na sua tradição de unidade nacional” (BARROSO, 1934A: 118).

Assim, em Barroso, a defesa da nação é indissociável da defesa da fé cristã, algo que não se nota no discurso de Feder nem no nacional-socialismo de uma forma geral. Enquanto na Itália a relação entre fascismo e Igreja “levou a um *modus vivendi*, ela veio a gerar um ‘mimetismo destrutivo da Cristandade’, no caso nazista” (PAXTON, 2007: 351)⁸⁹. A causa que o integralista diz defender é “nacionalista e cristã”:

Pobre Brasil! (...) quando cessará de correr na luta fratricida dos partidos políticos e dos grupos econômicos, para que todos, unidos numa consciência cristã, edifiquem, sob esta ou aquela forma de governo forte e estável, o grande Império pela sua força moral, espiritual e material, cuja formação as forças secretas até hoje têm combatido, usando para isso da inconsciência de muitos brasileiros, da ignorância da maioria, das paixões e da corrupção de alguns? (...) É por isso que, desafiando as iras das maçonarias negras e brancas, nós nos pusemos ao serviço dessa causa nacionalista e cristã, abrindo os olhos que estavam fechados e até os olhos que não queriam ver... (BARROSO, 1937B: 226).

O advento do Quarto Império (Império do Cordeiro), marcado pelo triunfo dos nacionalismos ao redor do mundo, dentre os quais se destacaria o integralismo, seria também o triunfo do cristianismo: “Os homens desta geração são os Precursores do Novo Império Arbitral, do Império do Cordeiro, da Quarta Igreja, do Quarto Império, da Quarta Humanidade”. Mais à frente, anuncia: “Os tempos são chegados do reinado do Cordeiro Divino que resgatou os pecados do mundo: Cristo vive! Cristo reina! Cristo Impera!” (BARROSO, 1935: 176, 177). Tem-se, portanto, que:

Referências a “Deus, Pátria e Família” são de baixa constatação tanto no hitlerismo quanto no fascismo italiano, exceto quando os líderes dos referidos regimes se colocam, eles próprios, como os messias ora para a preservação da integridade da raça ora para a salvação econômica, pela modernização via centralização totalitária. Ao contrário, o totalitarismo integralista se manifesta fortemente pelo viés da religião (...) (CAZETTA, 2010: 119)⁹⁰.

A luta integralista, portanto, era indissociável da luta religiosa, a ponto de o autor escrever: “Todos eles [a plutocracia paulista] esquecem a Justiça Divina, que tarda, às vezes, mas não falta nunca” (BARROSO, 1937A: 79). São resquícios daquele antissemitismo antigo,

⁸⁹ Klemperer diz que o nacional-socialismo combate o cristianismo e a Igreja Católica em especial: “Esse embate se dá às vezes de maneira aberta, às vezes de maneira velada, às vezes de maneira teórica, às vezes de maneira prática, mas ocorre desde o começo” (KLEMPERER, 2009: 185).

⁹⁰ Isso não impediu, entretanto, que o chefe da AIB tivesse alguns assomos messiânicos. Ver: GONÇALVES, L. P.. História da Minha Vida (1938): a Importância de São Bento do Sapucaí na Formação e Ambientação Intelecto-Cultural de Plínio Salgado. In: CAMPOS, Maria Teresa de Arruda; DOTTA, Renato A. (orgs.). *Dos Papéis de Plínio: Contribuições do Arquivo de Rio Claro para a Historiografia Brasileira*. Rio Claro: Oca Editora, 2013. P. 23-58. Nas palavras do autor: “Na narração de seu próprio nascimento, pode-se verificar um ato poético, em que se coloca como uma espécie de ser divino que chegou à terra. Em vários momentos da vida, Plínio Salgado teve uma preocupação de se auto-divinizar, mas, de uma forma subentendida, pois o discurso era de constante aversão ao messianismo (...)” (GONÇALVES, 2013: 42).

no qual se esperava que a justiça viesse por meio de uma compensação trans-histórica: “Assim, no que concernia aos integralistas, o antissemitismo religioso e o racial caminhavam juntos” (RIBEIRO, 2007: 357).

É importante lembrar que o próprio antissemitismo moderno é uma larga avenida: “Não se revela então apropriado destacar uma única linha discursiva de um antissemitismo moderno surgido, em grande medida, como uma reação aos princípios liberais consagrados pela Revolução Francesa” (GALANTE e JMELNIZKY, 2007: 149) Diversas correntes podem ser filiadas ao antissemitismo moderno, embora recorrendo a imagens e conteúdos diferentes, dentre os quais pode estar a religião.

Como bem observa Luiz Mário Ferreira Costa, “Na perspectiva de Barroso, o nexo de união entre judeus e maçons, naquilo que ele chamou de complô ‘judaico-cabalista-maçónico’, era o ódio comum pela religião católica” (COSTA, 2009: 122). O nacional-socialismo, por outro lado, denunciava como grande vítima do complô judeu a raça ariana. Dessa maneira, ao se apropriar do “emaranhado de memórias do passado” para incitar à luta anti-mamonista e antisemita, Barroso preservou mais do tradicional antissemitismo religioso do que Feder, mais preocupado com a integridade racial do que com a integridade religiosa, chegando inclusive a tecer críticas à Igreja Católica pelo seu antissemitismo “incompleto”: “Como a Igreja Católica rejeita o pensamento racial, ela foi incapaz de alcançar o antissemitismo racial” (FEDER, 1933B: 47).

Retomando uma polêmica recorrente sobre a existência ou não uma motivação racial no pensamento integralista de Gustavo Barroso, defendemos que a questão pode ser respondida afirmativamente. O pensamento do autor tem sim uma motivação racial, mas ela era diferente da questão racial tal como aparecia no ideário nazista. Em Barroso, há o reconhecimento de que a presença do sangue judaico dotou o brasileiro de uma série de inclinações reprováveis⁹¹. Ademais, havia a preocupação em evitar que a constituição do povo brasileiro fosse influenciada pelas raças “indesejáveis”. Isso, porém, não implicava em um determinismo, já que, por meio do integralismo – e somente por meio dele – seria possível reverter a influência judaica sobre o caráter nacional. Em Feder, por outro lado, a presença do sangue judeu decretava a falência de qualquer indivíduo ou projeto.

Em síntese: se no nacional-socialismo a defesa da nação se aliava primordialmente à defesa da raça, no integralismo a defesa da nação se aliava à defesa da religião.

⁹¹ Lembrando: “falta de fixidez do caráter, inclinação a não levar nada a sério, capacidade de deformar todas as ideias, indisciplina inata e prazer do despistamento” (BARROSO, 1939 41).

Por fim, outra importante diferença entre os escritos de Feder e Barroso decorre das diferenças entre seus próprios países. Feder é bastante realista ao descrever o potencial alemão:

Não nos esqueçamos que a Alemanha é, na verdade, um país pobre. Não possui quase nenhum monopólio. Em termos de recursos naturais ela está bem atrás da maioria dos países vizinhos, sem mencionar os inacreditáveis recursos naturais dos impérios chinês, indiano e americano. Em termos de fertilidade do solo está bem atrás dos abençoados domínios da terra preta russa, das faixas de terra tropicais e subtropicais que produzem sem esforço. Então só nos resta, em último caso, a força de trabalho e a vontade de trabalho de nosso povo (...) (FEDER, 1919: 24).

O trecho acima é de 1919. Apenas no programa do partido, porém, o autor faria a defesa explícita da expansão territorial como solução para esse estado de coisas. Nos 25 Pontos de 1920 lemos, na terceira exigência: “Nós exigimos terra e solo (colônias) para alimentação de nosso povo e assentamento de nosso excedente populacional” (FEDER, 1932: 19). Pede-se ainda “A vigorosa defesa dos interesses alemães no exterior” (FEDER, 1932: 35). Feder, portanto, era um autor claramente hostil ao primado das altas finanças, ao mesmo tempo em que escrevia no seio de um movimento imperialista⁹². Foi na formulação da política externa nazista que essa contradição de Feder se manifestou de forma mais crassa. O autor tenta superar essa contradição abstendo-se de entrar em detalhes sobre a conquista colonial por um lado e, por outro lado, negando que a busca por terras na Europa tivesse qualquer teor imperialista. Para ele, a exigência de que todos os alemães no continente europeu⁹³ vivessem sob as mesmas fronteiras “abstém-se e ainda assim carece de qualquer tendência imperialista, ela é a simples e natural exigência que toda nacionalidade forte estabelece e reconhece como óbvia” (FEDER, 1932: 42). Assim, na tentativa de livrar o programa nazista de qualquer teor imperialista, o autor nada mais faz do que reforçar esse teor, já que toma os interesses imperialistas como manifestações naturais e, portanto, indiscutíveis.

De maneira análoga, Barroso considera o domínio da metrópole algo “natural no tempo da colônia” (BARROSO, 1939: 122), atribuindo a escravidão aos interesses judaicos: “O judaísmo os manobrava [os produtores] e forçava a lançar mão do operário africano, que os negreiros, também enfeudados a Israel, iam buscar do outro lado do oceano Atlântico” (BARROSO, 1939: 48). Muito mais perigosas, na sua concepção, eram as investidas do *Kahal*

⁹² Essa contradição no pensamento do autor nasce da própria posição do fascismo frente à modernidade: “A modernidade não deixa pedra sob pedra em tudo que toca, para, dessa destrutividade, extrair o novo que, em breve – devido à sua alucinante velocidade e poder criativo –, deverá ser também destruído. Essa característica básica da modernidade fáustica, decerto, não combina com um sentimento de preservação de alguns valores muito caros à ideologia fascista, que sofre de uma crônica tentação conservadora, sem rejeitar, no entanto, inúmeros benefícios trazidos pela lógica empreendedora e eficaz da modernidade, de cujo ventre nasceu” (CRUZ e MARQUES J. FILHO, 2012: 31).

⁹³ Havia populações alemãs em países como a Dinamarca, Tchecoslováquia, Polônia, Itália e França.

e do *Beth-Dine*⁹⁴ sobre a nação brasileira. Podemos refletir até que ponto nosso autor de fato se indignava com a tal escravização econômica de todos brasileiros, independente de cor, e até que ponto sua indignação recaía somente sobre o fato de que agora os escravos também eram brancos...

Motivo de lamentações por parte de Feder, a natureza assume, em Barroso, uma posição de orgulho. A exuberância da natureza brasileira e seu potencial de riqueza são invocados para inflamar o nacionalismo. O autor chega mesmo a metamorfosear os camisas-verdes nas próprias riquezas naturais brasileiras, mostrando que ambos – homem e terra – devem se unir pelo bem do Brasil, contrastando assim com o autor nazista, no qual o elogio da natureza está quase ausente. Narrando sua chegada a Sertãozinho por ocasião de uma bandeira integralista, o autor escreve:

Uma legião de Camisas-Verdes, em continência, erguia os braços para o céu marcado pelo Cruzeiro do Sul. Eram os pés de café, do café mártir da economia judaica, do café cheio do suor e das penas dos nossos colonos e plantadores, que haviam tomado vida e aparência humanas, que esperavam reunir-se aos filhos dos cacauzeiros baianos, aos filhos dos ervais paranaenses, para formar a grande floresta verde que há de subverter sob os seus pés implacáveis, numa marcha sem exemplo na nossa história, todos os Macbeth deste regime de fraudes, de roubos, de concussões e de escravidão ao ouro do pan-judaísmo (BARROSO, 1935A: 69).

Diante do exposto, defendemos não apenas que o integralismo brasileiro foi uma doutrina fascista, mas também que o fascismo na América Latina tinha uma série de peculiaridades em relação aos seus congêneres europeus.

Partindo de um país historicamente submisso no sistema capitalista internacional, que já havia sido uma colônia até há pouco mais de cem anos, o discurso integralista possuía uma poderosa munição. A principal característica dos países periféricos, segundo Raúl Prebisch, é sua acentuada dependência do setor estrangeiro para se desenvolver. Já Celso Furtado observa que, nos países periféricos, a empresa capitalista não se vincula à economia local, já que a massa de lucros por ela gerados não pertence a essa economia (PEREIRA, 2015: 136, 155)⁹⁵. Assim, por se tratar de país periférico e historicamente explorado, o Brasil frequentemente deu mostras de que a verborragia fascista e o nacionalismo exacerbado poderiam ser tão instrumentais aqui quanto na própria Europa.

⁹⁴ Segundo Barroso, esses são, respectivamente, os órgãos administrativo e judiciário por meio dos quais o Estado judaico tentaria dominar o mundo.

⁹⁵ “A escassez de recursos, haja vista a remessa ao exterior de parcelas consideráveis da renda nacional, seja para pagamento de lucros, juros e mesmo salários, extremamente necessária ao plano da acumulação, inibe o encadeamento dinâmico do sistema econômico, colocando-o dependente das condições externas ao sistema nacional” (PEREIRA, 2015: 155).

Os elementos modernizantes trazidos pelo fascismo são absorvidos, fora da Europa, na forma de nacionalismos anti-imperialistas (SZNAJDER, 2010: 27). Orgulho e ódio fundamentavam o fascismo na periferia do mundo capitalista: *orgulho* de suas riquezas naturais e *ódio* de sua situação periférica. O fascismo na periferia jacta-se de seu potencial natural e de suas riquezas, ao mesmo tempo em que se ressentia pelos séculos em que viu essas riquezas sendo carregadas. A natureza exuberante e seu potencial produtivo constituem combustível adicional ao seu chauvinismo. Sendo assim, o integralismo não foi fascista *apesar* de partir da periferia. A própria situação de país periférico historicamente subordinado ao capital estrangeiro fornece ao integralismo um argumento e um ressentimento que o nacional-socialismo e o fascismo italiano jamais tiveram⁹⁶.

Sendo assim (retomando a velha discussão), pode até ser que as ideias fascistas aqui se encontrassem *fora do lugar*, mas isso nunca impediu que elas se reacomodassem às circunstâncias locais, tornando-se tão compatíveis quanto eram com seu local de origem.

A título de conclusão deste capítulo, é pertinente ressaltar a importância que as metáforas tiveram nas representações do capital financeiro, bem como a questão da história comparada.

Ao associar a ação do capital financeiro a termos como “sucuri”, “algemas”, “moendas do banguê”, “servidão”, “escravização” e “colônia”, nossos autores destacam o caráter pernicioso e abusivo dessa modalidade do capital, justificando uma tomada de posição combativa. Eles buscam também assegurar que seus leitores consigam decifrar o efeito metafórico. Em um país como o Brasil, que já tinha sido uma colônia, no qual a escravidão já tinha sido a força de trabalho predominante e cujos grandes debates, nos anos 1930, giravam em torno da autonomia econômica e cultural frente às potências estrangeiras, o uso de metáforas coloniais facilitava a ativação, por parte do leitor, dos esquemas que ajudam a decifrar o efeito metafórico. O próprio título de uma das obras de Barroso – “colônia de banqueiros” – expressa a angústia de um país cuja independência política já durava mais de um século, mas cujo fantasma da dependência continuava a assombrar. De forma análoga, na Alemanha, que vivia as agruras do *Diktat* de Versalhes, nada mais lógico do que associá-lo com a servidão medieval.

⁹⁶ Entendemos aqui as relações centro-periferia conforme o constructo teórico de Raúl Prebisch, que observa a existência de “um desequilíbrio, de um problema no sistema capitalista mundial que levava à repartição desigual dos ganhos provenientes do intercâmbio de mercadorias entre os países” (PEREIRA, 2015: 116). Segundo Prebisch, “Historicamente, o progresso técnico não se propagou de maneira uniforme, o que contribuiu para a divisão da economia mundial em centros industriais, por um lado, e países periféricos de produção primária, por outro, com as consequentes diferenças no crescimento da renda” (PREBISCH citado por PEREIRA, 2015: 120).

Essas constatações em conjunto nos mostram com clareza três características fundamentais da metáfora no discurso político. A primeira delas compreende o potencial da metáfora enquanto guia para a ação futura: ainda que ela não seja verdadeira, o que está em jogo no seu uso são as percepções e inferências que se seguem a ela e as ações por ela sancionadas. A segunda consiste no fato de a metáfora ser histórica e culturalmente condicionada – daí a insistência na “servidão dos juro” e na “colônia de banqueiros”. Já a terceira se refere ao fato de que o sujeito que elabora a metáfora precisa criar condições para que o receptor seja capaz de decifrar o efeito metafórico (DELL'ISOLA, 1998: 40, 50; MENDES, 1998: 140).

Além das metáforas, nossos autores se assemelhavam na estratégia de bombardear os leitores com cifras à exaustão. Alguns livros são perpassados por tabelas e números de empréstimos, dívidas, juro, amortizações, valores, prazos e comissões. Chega um ponto no qual o leitor, tomado por uma vertigem, acaba deixando de ver sentido naquela miríade de números. A leitura torna-se densa e cansativa.

Perscrutando a particularidade dos escritos de Barroso, Cytrynowicz afirma que eles “jamais convidam à reflexão ou instauram qualquer possibilidade de discussão”, já que “o texto, a ideia, cria o mundo, dá sentido à existência e configura a realidade, que passa a existir depois; jamais antes” (CYTRYNOWICZ, 1992: 57). Porém, isso é verdade não apenas para Barroso, mas para todo tipo de texto. Goulemot (2001) diz que todo texto tem o poder de “criar o mundo” e “configurar a realidade”. Barroso, portanto, era “um indivíduo, agindo (...) em nome de um grupo mais ou menos importante numérica e socialmente”, que queria transmitir a um público a sua visão de mundo e, ao mesmo tempo, “cobrar de seu interlocutor que se comporte em conformidade com a essência social que lhe é assim atribuída”. Expressando sua visão de mundo, Barroso contribui para “fazer a realidade desse mundo”, configurando o que Bourdieu denomina “ato de instituição” (BOURDIEU, 1998: 82).

Dessa maneira, a particularidade dos escritos de Barroso reside não no fato de eles configurarem a realidade antes de ela existir, mas sim nesse *assédio linguístico* que une uma complexa combinação de metáforas biológicas, bíblicas, feudais e coloniais ao apelo a uma miríade de números a perder de vista. O objetivo é muito mais incomodar do que esclarecer.

Passemos agora à questão da história comparada.

Marc Bloch (1998A) observa que o fato de o historiador estar fazendo uma comparação não é condição suficiente para que ele esteja fazendo história comparada, pois muitas vezes esse caráter comparativo é apenas implícito: “Praticar o método comparativo é, pois, em

ciências humanas (...) procurar, para as explicar, as semelhanças e diferenças patenteadas por séries de natureza análoga, tiradas de meios sociais diferentes” (BLOCH, 1998B: 114).

Paul Veyne vê a história comparada não como um método, mas como uma heurística:

(...) a história comparada não faz descobrir nada que não se pudesse, na verdade, descobrir através de um estudo não-comparativo; não fez mais que facilitar a descoberta, é uma heurística, mas não faz encontrar outra coisa (...). (...) quando a história comparada fala do Milenarismo ou da Cidade, não diz mais do que verdades que são verdadeiras dos diversos milenarismos e das diversas cidades que tomou em consideração; (...) (VEYNE, 1971: 178).

Mas o raciocínio de Veyne é válido apenas quando se trata de achar semelhanças entre os fenômenos abordados. O estudo comparativo entre o integralismo e o nacional-socialismo, ou entre um autor integralista e outro nazista, requer mais cautela. Isso porque estamos fazendo um caminho inverso ao apontado por Veyne: partimos de dois fenômenos comumente tomados como similares, cabendo ao historiador problematizar essas similaridades apontadas pela historiografia (ou mesmo pelo senso comum) e apontar as diferenças.

Jürgen Kocka, por outro lado, diz que a heurística é somente um dos possíveis propósitos da história comparada, juntamente com outros três: o descritivo, o analítico e o paradigmático. Destacamos este último propósito como o mais pertinente à nossa investigação. Nas palavras de Kocka, o propósito paradigmático permite-nos descobrir

que o caso com o qual se tem mais familiaridade é apenas uma possibilidade entre outras. Frequentemente, historiadores tendem a se concentrar mais na história de seu país ou região. Por causa disso, *a comparação tem um efeito desprovincializador*⁹⁷, *libertador; de abrir os olhos*, com consequências para a atmosfera e o estilo da profissão. Essa é uma contribuição da comparação que não deveria ser subestimada, mesmo hoje (KOCKA, 2003: 41 – tradução nossa; grifo nosso).

Entretanto, os escritos de Kocka nos inspiram as mesmas reflexões que os de Veyne. A historiografia sobre o integralismo já é consideravelmente marcada por analogias com fenômenos europeus. Conforme mostramos em nossa revisão historiográfica no capítulo 1, os primeiros trabalhos sobre o integralismo eram fortemente pautados por explorar as similaridades entre a AIB e outras manifestações fascistas europeias. É claro que existe toda uma historiografia que se destacou por ressaltar as particularidades do integralismo, mas nem essa historiografia apaga o estigma de sua semelhança com os fascismos europeus.

Apesar de ter sido um movimento político brasileiro, o integralismo é bem menos conhecido no país do que o nacional-socialismo alemão e mesmo do que o fascismo italiano. Nisso não há nada de surpreendente: “é praticamente impossível, ao tentar entender as estratégias postas em prática pela AIB, não perceber a influência do fascismo europeu”. Tal

⁹⁷“De-provincializing”, no original.

influência far-se-ia presente “através da ideologia, das práticas discursivas, da forma hierarquizada e centralizada de organização do Movimento e sobretudo através daquilo que os integralistas chamavam de *exterioridades*, ou seja, os símbolos e ritos” (CAVALARI, 1999: 212)⁹⁸. Em suma: é impossível falar de integralismo sem falar, também, de nazi-fascismo:

Em que pese a grande diferença existente entre os vários estudos [sobre o integralismo], eles têm em comum o fato de que, entre outras coisas, buscam entender a natureza ideológica do Movimento. Ao empreender essa tarefa tomam como referência as ideologias totalitárias europeias, particularmente o fascismo, procurando evidenciar as especificidades do integralismo brasileiro (CAVALARI, 1999: 20-21).

Quando lidamos com o integralismo estamos, portanto, fazendo o caminho inverso daquele observado por Veyne e Kocka. Quando fazemos o caminho inverso, o efeito “reprovincianizador” da história comparada acaba sendo tão importante quanto seu poder “desprovincianizador”, pois nos permite acessar as peculiaridades de cada fenômeno. Isso porque interessam-nos não apenas as semelhanças entre nossos autores, mas também suas diferenças. Como bem avaliou Peter Burke, “observar o que fenômenos aparentemente diferentes têm em comum (...) é, sem a menor dúvida, uma virtude intelectual tão valiosa como observar o quanto fenômenos aparentemente similares diferem entre si”. Apenas por meio da comparação é possível apreender o específico, já que “é apenas graças à comparação que conseguimos ver o que não está lá” (BURKE, 2002: 40, 41).

Qual foi o efeito “desprovincianizador, libertador, de abrir os olhos” (KOCKA, 2003: 41) de nossa pesquisa? Vimos, nos termos de Marc Bloch (1998A), como diferentes contextos produziram discursos similares. Tanto o revanchismo alemão do pós-1918 como o ressentimento brasileiro de anos de submissão ao capital financeiro internacional produziram discursos inflamados contra o capital financeiro. Vimos como muitos dos medos e angústias do mundo entre guerras eram comuns em ambos os lados do Atlântico. As obras de Feder e Barroso são, em última instância, libelos contra o triunfo da modernidade na economia, e por isso se apoiam em vocabulários, metáforas e imagens similares, embora ressignificando-os de acordo com suas necessidades. Combate-se a experiência da perda da experiência na economia, o desencantamento do mundo, ao mesmo tempo em que se defende a mobilização das massas para fins políticos, o partido único, a centralização do poder e a “salvação” neste mundo, e não no além. Não se trata, portanto, de mera resistência contra o desencantamento

⁹⁸ “Quando se caracterizam as raízes da ideologia integralista (...), diversos estudos sobre a Ação Integralista Brasileira, ainda que ressaltem a importância de analisar as suas origens ‘nacionais’, procuram enquadrar tal movimento como sendo de inspiração fascista. Talvez, um dos poucos estudos acadêmicos que questionem essa premissa seja a obra de J. Chasin (...). No entanto, a maioria das análises que se preocupam a respeito da temática ideológica integralista enfatizam a influência fascista” (BATISTA, 2004: 127).

do mundo, isto é, contra a “compreensão do mundo como uma obra essencialmente humana, livre da ação de forças sobrenaturais”. Trata-se, como Rodrigo Patto brilhantemente coloca, de um compromisso:

Há a permanência do maniqueísmo, da divisão rígida entre bem e mal, do entendimento das forças malignas como atuantes e responsáveis pela ocorrência de coisas ruins. Porém, o mal é humanizado, é personificado em determinados grupos humanos bem concretos e palpáveis, e como tal poderia e deveria ser combatido (MOTTA, 1998: 96).

Por outro lado, o efeito “reprovincianizador” de nossa pesquisa aponta para o fato de que Barroso escrevia a partir do elo fraco do imperialismo, o que o fez solidarizar-se com os demais países em situação de exploração. Feder, escrevendo de um país que já havia sido uma potência imperialista e perdera esse posto com a derrota na Primeira Guerra, assume uma postura de exclusivismo racial, defendendo que a luta contra o que ele chama de “capitalismo judaico” deveria ter apenas os alemães como protagonistas. Em Barroso, como em Feder, os conceitos “capital financeiro X capital produtivo” separam, respectivamente, o capital dito “judaico”, “espoliador” e “estéril” daquele que seria o capital “nacional” e “produtivo”. Porém, enquanto o autor brasileiro admite que os representantes do capital dito “estéril” podem se “arrepender” e mudar de lado, em Feder isso não é possível. E enquanto Barroso trabalha com a oposição “cristão X judeu”, Feder apela mais ao par oposto “ariano X judeu”.

Atentando-nos para os cinco estágios de Paxton (2007)⁹⁹, Feder não conseguiu resistir ao terceiro estágio: a conquista do poder em 1933 retirou-o do cenário político no ano seguinte. Se o nacional-socialismo conheceu todos esses cinco estágios, o integralismo teve dificuldades para atingir até mesmo o segundo estágio – isto é, enraizar-se na sociedade brasileira. Por mais que as marchas integralistas tenham reunido multidões, Robert M. Levine (1980: 247) afirma que “A fraqueza do integralismo residia na sua incapacidade de criar uma base popular efetiva”, bem como na sua insistência em superestimar seu próprio sucesso, atribuindo aos seus eventos uma repercussão bem maior do que a real.

As semelhanças entre Feder e Barroso se devem, entre outros fatores, ao fato de o segundo ter lido o primeiro, ainda que ele não tenha servido como um ator primordial na sua formação, pois foi citado poucas vezes em comparação com outros nomes. Também se devem ao fato de que Barroso leu autores que pertenciam à mesma tradição de pensamento de Feder: o modernismo reacionário. É o caso de nomes como Houston Stewart Chamberlain, Oswald Spengler, Carl Schmitt e Werner Sombart. Mais que isso: ele leu outros autores nazistas. Em

⁹⁹ Surgimento do movimento, seu enraizamento na sociedade, a conquista do poder, o exercício do poder e o dilema entre a radicalização e a entropia.

uma de suas obras, ele enuncia dezoito pontos importantes do partido nazista, abstendo-se de comentá-los. Entre eles aparece o zelo pela pureza da raça, sobre o qual ele não se manifesta. Por mais que tenha se apropriado das ideias nazistas, portanto, Barroso o fazia de forma seletiva. Ele seguia admirando o nacional-socialismo, mesmo estando ciente do caráter exclusivista de seu discurso¹⁰⁰. Logo em seguida, o autor indica as obras mais importantes para a compreensão das ideias nazistas: *Mein Kampf* (Adolf Hitler), *As Bases do Nacional-Socialismo* (Gottfried Feder), *Huter der Verfassung* (Carl Schmitt) e *Mito do século XX* (Alfred Rosenberg) (BARROSO, 1936B: 26-28). Isso sem mencionar que ambos os autores leram os *Protocolos dos Sábios de Sião*, que Feder cita pouco, mas cita. Em uma dessas menções, o autor alega que, durante a Grande Guerra, “A fome do povo alemão saiu conforme o planejado, como se os sábios de Sião tivessem cuidado de cada detalhe” (FEDER, 1933B: 72).

E ainda que não conseguíssemos quaisquer indícios de relações entre um e outro autor, nosso empreendimento comparativo se justificaria da mesma maneira, já que, como bem observou Bloch: “Das duas formas do método, a que tem o horizonte mais voluntariamente limitado [isto é, aquela que compara dois fenômenos sem quaisquer relações entre si] talvez não seja a menos capaz de resultados ricos e variados. Mas ambas são igualmente legítimas e úteis” (BLOCH, 1998B: 114-115).

Marc Bloch (1998B) nos mostra que há duas ordens de aplicação da história comparada. A primeira diz respeito à comparação de sociedades espacial e temporalmente separadas, cujas semelhanças não sejam explicáveis por influências recíprocas nem por origens comuns. Já a segunda remete ao estudo de sociedades vizinhas e contemporâneas, cujo desenvolvimento remonta a uma origem comum.

Em se tratando de uma comparação entre Barroso e Feder, vemo-nos enredados pela segunda ordem. Isso porque, como já salientamos, Barroso foi um leitor de Feder e de demais autores nazistas ou que contribuíram para o nazismo. Em 1934, Artur Schmidt-Elskop, ministro alemão no Brasil, comunicara que Barroso demonstrara interesse em materiais sobre o nacional-socialismo (HILTON, 1977: 33, 34), o que pode ter colocado o autor em contato

¹⁰⁰ Se até Victor Klemperer, judeu alemão que viveu sob o Terceiro Reich, duvidou da importância do antissemitismo nazista, não é de surpreender que Barroso, do outro lado do Atlântico, também tenha subestimado seu teor racialmente exclusivista. Escreve Klemperer: “Uma obsessão me perseguiu durante anos: será que eu não superestimava o papel do antissemitismo no sistema nazista, já que essa questão me toca pessoalmente? Não, eu não superestimava. Hoje percebo que o antissemitismo foi o aspecto central do nazismo, um fator decisivo sob qualquer ponto de vista” (KLEMPERER, 2009: 217). De forma análoga, Matthew Lange escreve que, apesar de o antissemitismo ter desempenhado um papel fundamental na ideologia nazista, muitos alemães e inclusive judeus subestimaram a veracidade dos projetos que os nazistas tinham para os ditos “indesejáveis” (LANGE, 2007: 297).

com materiais sobre o ideário nazista. Ademais, um relatório policial de janeiro de 1937 relata que entre os exemplares da biblioteca do núcleo integralista de Cantagalo, no Rio de Janeiro, estava uma edição de *As Bases do Nacional-socialismo*, de Gottfried Feder (CRUZ, 2004: 39). Em 1933, *As Bases do Nacional-socialismo* figurava entre as obras recomendadas pelo *Monitor Integralista* como leitura obrigatória para os militantes (CAVALARI, 1999: 110).

Entretanto, apesar de ser um leitor de Feder, Barroso se inspirou em muitos outros autores. Aliás, dentre o rol de autores que o integralista cearense menciona, Feder não é o mais frequente nem o principal. As influências de um meio sobre outro – ou, se se preferir, as possíveis apropriações de um autor pelo outro – são, segundo Bloch (1998B), apenas um dos aspectos da segunda ordem da história comparada. Nesse sentido, não podemos deixar de notar que tanto o Brasil como a Alemanha do entre guerras experimentavam as consequências de fenômenos de dimensões globais: o fortalecimento dos nacionalismos engendrado pela Primeira Guerra Mundial, o crescimento do movimento comunista engendrado pela Revolução Russa e a crise financeira engendrada pelo colapso de 1929. Assim, o fato de encontrarmos ataques ardorosos ao capital financeiro nas obras de ambos os autores não é fortuito. A situação do Brasil de país historicamente subordinado às altas finanças internacionais era análoga à Alemanha do pós-guerra submetida aos credores e às ocupações militares determinados em Versalhes. Mesmo que a influência de um autor sobre o outro tenha sido reduzida (como de fato o foi, no caso de Feder e Barroso), o que os unia era um mundo que vivia à sombra de diversos eventos em comum. Entre tais eventos, um tinha especial importância para nossos propósitos: a primeira hegemonia financeira.

Capítulo 3 – Entre urdiduras e tramas

Como historiadores que utilizam textos como fontes, não podemos permitir que nossa pesquisa se restrinja a uma pura análise textual. Diferente do puro analista de textos, o historiador

procura situar e interpretar temporalmente o artefato, num campo onde se cruzam duas linhas. Uma é vertical, ou diacrônica, com a qual ele estabelece a relação de um texto ou um sistema de pensamento com expressões anteriores no mesmo ramo de atividade cultural (pintura, política, etc.). A outra é horizontal, ou sincrônica; com ela, o historiador avalia a relação do conteúdo do objeto intelectual com as outras coisas que vêm surgindo, simultaneamente, em outros ramos ou aspectos de uma cultura. O fio diacrônico é a urdidura, e o sincrônico é a trama do tecido da história cultural. O historiador é o tecelão (...) (SCHORSKE, 1988: 17).

Sendo assim, a proposta deste último capítulo é analisar os textos de nossos autores de duas formas. Em primeiro lugar, entendendo o que outros autores contemporâneos a eles diziam sobre os mesmos temas (análise *sincrônica*), ao mesmo tempo em que apreendemos como foi a recepção dos trabalhos de nossos autores a seu tempo. Em segundo lugar, empenhando-nos em comparar seus escritos com as opiniões que os antecederam (análise *diacrônica*).

3.1. Análise sincrônica e identidade de imaginação

Jorge Myers observa que em todo trabalho historiográfico no qual a comparação se constitui como objetivo explícito (como é o caso deste trabalho) surgem alguns riscos para o historiador, dos quais destacamos os dois que julgamos mais pertinentes a essa pesquisa: a seleção, por parte do pesquisador, das variáveis mais relevantes à comparação, e a importância de se considerar as especificidades de cada contexto comparado (MYERS, 2004). Evitamos o primeiro risco desde o início do trabalho, quando elegemos o antissemitismo e o conceito de capital financeiro como eixo de nossa análise. Já no tocante ao segundo risco, zelaremos para que nossa comparação não se limite a uma comparação entre seus escritos, mas também entre os contextos em que cada autor se inseria.

Diz Koselleck sobre a análise sincrônica dos conceitos:

Em qualquer exegese sincrônica de um texto, o analista deve ter em mente aqueles critérios de seleção que levaram um escritor a usar os conceitos de uma determinada maneira e não de outra, e fazê-lo através de uma formulação nova ao invés de outra antiga. (...) Todo autor precisa confrontar a relação entre os significados

antecedentes de um conceito com os propósitos que ele, autor, tem em mente (KOSELLECK, 2006B: 102).

Tendo em vista que a análise de textos políticos “deve remeter não só à história da língua, mas também a dados da história social, pois toda semântica se relaciona a conteúdos que ultrapassam a dimensão linguística” (KOSELLECK, 2006A: 103), é importante que extrapolemos nossas fontes e tentemos entender qual foi a recepção que elas tiveram a seu tempo e em que medida dialogavam com as opiniões da época. Essa é uma tarefa de grande importância, dado que, se o número de pessoas que acreditam nas narrativas míticas é elevado o bastante para dar a tais narrativas “o foro do dogma de todo um movimento político, a tarefa do historiador já não consiste em descobrir a fraude, pois o fato de tantos acreditarem nela é mais importante do que a circunstância (historicamente secundária) de se tratar de uma fraude” (ARENDT, 2011: 27)¹⁰¹. Sendo assim: “Los mitos conspirativos no pueden interpretarse en función de su relación con la verdad, sino de acuerdo a su efectividad (LVOVICH, 2016: 35)¹⁰².

Dessa maneira, por mais que tenhamos apontado, aqui e ali, diversas inconsistências no pensamento de nossos autores (e elas eram muitas), isso não faria diferença, pois o poder das palavras não reside nelas, mas naquele que as enuncia (BOURDIEU, 1998: 85).

Maria Luiza Tucci Carneiro tece alguns comentários bastante pertinentes para refletirmos sobre o [falso?] dilema “texto” X “realidade” no caso da difusão das ideias antisemitas no Brasil:

Assim, não podemos desconsiderar o poder que as palavras têm de interferir na realidade, impondo uma visão de mundo preconceituosa, autoritária. Valendo-se de conceitos falsos de analogia e similaridade, diplomatas, intelectuais e políticos próximos a Vargas colaboraram com um discurso racista, cuja prática trouxe consequências para esses grupos étnicos. Como muito bem lembrou Bourdieu, “nossas representações mentais afetam a realidade e devem ser consideradas na descrição desta realidade” (CARNEIRO, 2012B: 263).

Evidentemente, Feder não era o único na Alemanha a denunciar as mazelas dos judeus sobre a economia. A República de Weimar, com sua Constituição democrática que assegurava

¹⁰¹ Comentando a obra de Roger Chartier, Márcia Janete Espig (2004) observa que a representação simula uma presença dotada de significado simbólico, evidenciando assim que os mitos políticos não podem ser tratados como meros delírios. Por mais que as denúncias feitas por nossos autores não sejam hoje dignas de crédito, seu valor para o historiador reside no fato de elas terem sido aceitas por um amplo público, bem como nas razões para essa aceitação.

¹⁰² Como bem observa Skinner, ao historiador que pesquisa a crença em bruxas no século XVII não compete provar que bruxas não existem (nem tampouco que elas existem). É muito mais proveitoso à pesquisa resgatar “os conceitos que [os atores] possuíam, as distinções que eles traçavam e as cadeias de raciocínio que eles seguiam em suas tentativas de dotar seu mundo de sentido” (SKINNER, 2002: 47) a fim de que possamos compreender por que tantas pessoas acreditavam em bruxas.

a liberdade de expressão, foi terreno fértil para as mais variadas manifestações de antissemitismo. Todas as importantes instituições alemãs da época – escolas, universidades, Forças Armadas, burocracia, Judiciário, associações profissionais, igreja e partidos políticos – estavam permeadas de antissemitismo (GOLDHAGEN, 1997: 94).

Hans Buchner (1881-1945), editor econômico do periódico nazista *Völkischer Beobachter*, também inspirado em Werner Sombart, afirmava que era quase impossível medir com precisão o impacto que os judeus exerciam sobre a economia mundial. Em seu livro *Die goldene Internationale* (A Internacional Dourada), também publicado pela Biblioteca Nacional-socialista, Buchner diz que o judeu não foi apenas o responsável pelo surgimento do capitalismo, mas sim o criador de um capitalismo predatório. Antes do surgimento do capitalismo e mesmo da era cristã, a questão judaica já seria um problema econômico e financeiro. Já o futuro ministro da propaganda Joseph Goebbels publicou, em 1929, um romance intitulado *Michael*, cujo protagonista declara que o dinheiro havia escravizado os alemães, ao passo que o trabalho iria libertá-los. Anos mais tarde, essa ideia ecoaria nos portões dos campos de concentração com a frase “Arbeit macht frei” (“o trabalho liberta”) (LANGE, 2007: 287, 291, 294).

A denúncia que Feder faz da supremacia do capital financeiro ia além daquilo que, segundo Girardet (1987: 55), constitui a grande potência do discurso mítico, a saber: a capacidade de, em tempos de crise e grandes rupturas, fornecer aquilo pelo qual as pessoas mais anseiam: respostas. Isso porque, além de explicar a situação de crise em que a Alemanha se achava, tais escritos serviam de fundamento político-científico para o antissemitismo, especialmente para Hitler, para quem a economia constituía assunto enfadonho. Assim, Hitler via nos escritos do engenheiro bávaro uma boa oportunidade para fundamentar “cientificamente” o seu ódio aos judeus (HENKE, 2006: 26).

Nos anos 1920, Feder desfrutava do ápice de seu prestígio no NSDAP. Em 1926, Hitler declararia a inalterabilidade do programa redigido pelo engenheiro, além de elencar *Der Deutsche Staat auf nationaler und sozialer Grundlage* como o catecismo do movimento. Hitler ainda proclamou-o árbitro supremo de todas as disputas acerca da interpretação do programa (NEUMANN, 1966: 229).

Em *Kampf gegen die Hochfinanz*, ele reproduz um pequeno texto escrito em 1919 por Dietrich Eckart, entusiasta do NSDAP que falecera em 1923. O texto de Eckart fora escrito por ocasião do lançamento do Manifesto para a o Rompimento da Servidão dos Juros do Dinheiro (1919):

Apenas de um tema não se fala, sobre ele nunca se ouve uma palavra, nem uma sílaba; e ainda assim não existe nada no mundo que represente tamanha maldição para a humanidade como esta. Eu falo do **capital financeiro!**

Vocês o conhecem? Todos já ouviram falar a respeito, mas conhecer, conhecer bem – eu acredito que vocês não conheçam. Caso contrário, esqueceriam ainda hoje todas as discórdias e marchariam em frente, braços dados, para estrangular a besta (...) (ECKART, 1935: 97 – grifo no original).

Eckart também insiste no absurdo que o dinheiro gerando a si mesmo representa: “O capital financeiro traz dinheiro sem trabalho, trá-lo por meio dos juros. Eu repito: sem que ele precise mexer um dedo, o capitalista aumenta sua fortuna emprestando seu dinheiro” (ECKART, 1935: 97). Eckart conclui seu artigo reforçando a ideia dos alemães como os protagonistas da luta contra as altas finanças, embora em prol de toda a humanidade: “Mãos à obra! Ela [a revolução] animará todos os povos! (...) A humanidade libertada irá nos agradecer fraternalmente! Nós, os caluniados alemães!” (ECKART, 1935: 103).

Outro engenheiro alemão, contemporâneo de Feder, foi Heinrich Hardensett. Tal como Feder, ele diferenciava a produção de mercadorias da produção de objetos. Enquanto o capitalista e o mercador produziram mercadorias visando ao lucro, o homem da técnica e o mestre-construtor criariam objetos pela simples alegria da criação, movidos não por fatores econômicos, mas estéticos. Também como Feder, Hardensett associava o ambiente de trabalho feudal à tecnologia moderna e afirmava que a tecnologia não leva, necessariamente, ao desencantamento do mundo. Esse desencantamento poderia ser notado apenas nos países capitalistas e comunistas, mas nunca na Alemanha, onde a técnica teria se conciliado com o espírito (HERF, 1993: 203-207).

Um debate entre Gottfried Feder e o socialdemocrata Erik Nölting, transmitido pela rádio *Deutsche Welle* e reproduzido no livro do próprio Feder, nos permite ver com clareza qual era a posição da esquerda diante das teses anticapitalistas do autor. Nölting faz um apanhado dos principais postulados de Feder, apontando suas incongruências. Esse debate nos permite ver o conflito entre a esquerda e o nacional-socialismo em torno da luta antimamonista:

É preciso ler até o terceiro volume d’*O Capital*, onde se acham palavras duras contra os grandes banqueiros. Gostaria de lembrá-lo de Hilferding, de seu famoso livro sobre o capital financeiro publicado já em 1910. (...) Eu devo contra argumentar que o senhor vê o mundo de uma forma unívoca. Assim como acabei de lhe dizer que nem toda fábrica é boa e que nem todo cofre é ruim, também devo lhe dizer hoje: nem todo credor é um usurário e nem todo tomador de empréstimo é um pobre diabo. Esse é um raciocínio medieval. Hoje, senhor Feder, é o mais forte quem toma empréstimos. E na verdade não existe uma rivalidade entre capital espoliador e capital criador, na qual você sempre insiste; existe sim uma estreita ligação. (...) Os bancos não são de forma alguma um poder acima de tudo, eles são frequentemente uma ferramenta dos produtores (NÖLTING citado em FEDER, 1935: 286-287).

Talvez um dos melhores exemplos de como Gottfried Feder e sua obra foram vistos a seu tempo seja uma pequena biografia sua escrita em 1933 por seu amigo e contemporâneo, Dr. Arthur Reinhold Herrmann. Tal como Feder, ele era versado em economia, interpretando seus principais fenômenos sob a ótica antissemita. Herrmann define Feder como “um socialista alemão, um nacional-socialista! Um homem de ação!” (HERRMANN, 1933: 41). Ele recua até o século XVI para traçar a genealogia de Feder e depois avança até o seu avô, o Dr. Gottfried von Feder, de cuja luta Feder seria um sucessor:

Talvez seja interessante ressaltar que entre os anos de 1878 e 1879, o Dr. Gottfried von Feder também foi membro do Parlamento Alemão, e que ele de fato votava junto com o Partido Nacional Liberal, embora fosse “mais selvagem”. Talvez o avô estivesse procurando, sem saber, aquilo que seu neto iria realizar mais tarde. Muito daquilo que no avô ainda estava preso e não resolvido, seria liberado no neto. O avô era e permaneceu um funcionário público, apesar de seu forte impulso interior por liberdade que sempre o impedira de curvar-se diante da opressão (HERRMANN, 1933: 10).

Gottfried von Feder teria reprimido suas próprias inclinações revolucionárias por liberdade: “Se lhe fosse possível poder acompanhar a vida de seu neto Gottfried Feder, então provavelmente ele teria visto nele seu segundo ‘eu’” (HERRMANN, 1933: 11).

Herrmann destaca que desde seus tempos de engenheiro na Bulgária, Feder já tinha uma preocupação estética em suas construções. Por meio delas, seria possível perceber que “contribuía com ele um forte poder criativo artístico, e que ele, alheio ao trabalho puramente baseado em cálculos, parecia confiar em seu instinto estético e altamente desenvolvido, bem como na força intuitiva em busca do ritmo e da forma”. Sendo assim, “A posterior mudança de empreendedor e engenheiro para político não significou uma ruptura interior em seu desenvolvimento, como muitos veem”, pois enquanto engenheiro ele já era um “pioneiro nas novas formas de construir” (HERRMANN, 1933: 16).

Herrmann expressa o temor que a internacionalização do capital suscitava no homem dos anos 1930. Ao ultrapassar as fronteiras, o capital subvertia todos os limites conhecidos, transformando-se em uma força poderosíssima a ser temida:

Quem são os culpados? Esta é a pergunta cuja resposta Feder não deixou em paz. Feder encontrou a resposta: A verdadeira culpa pela guerra, pelo seu desfecho e pelas suas consequências cabe ao capital financeiro de cunho internacional, que graças ao valor internacional do ouro não se encontra ligado a nenhuma fronteira (HERRMANN, 1933: 26).

Sobre o mote de Feder – “rompimento da servidão dos juros” –, escreve Herrmann:

O slogan “rompimento da servidão dos juros” foi entusiasticamente apropriado por milhões dos melhores alemães. Ele atesta aquilo que cada trabalhador alemão sente, por experiência própria, como fardo insuportável. Ele é a expressão de um

sentimento de justiça absoluto, de uma vontade de solução total do problema social. Aos homens nórdico-germânicos, significa uma vida cujo conteúdo não consiste em trabalho. Assim, o ganho sem trabalho e esforço é condenado por todo alemão que sente e pensa de forma justa (HERRMANN, 1933: 35).

O autor destaca o pioneirismo de Feder no movimento nacional-socialista, considerando-o um membro da “velha guarda” do partido:

Feder é como Hitler e os outros da “velha guarda”, nacional-socialista pioneiro. Ele não deriva nem do marxismo nem do capitalismo, nem do assim chamado “nacionalismo”. Ele próprio é um elemento no processo de criação do nacional-socialismo, e os esmaga-átomos políticos¹⁰³ nunca conseguirão fazer essa unidade ir pelos ares (HERRMANN, 1933: 40).

E em uma clara tentativa de justificar o “socialismo” do autor, Herrmann escreve:

E por acaso a postura diante da propriedade é um critério para se definir um sistema econômico como socialista ou capitalista? Jamais! Propriedade é o fundamento da cultura nórdico-germânica. Naturalmente, Feder restringe a propriedade trabalhada. Isso seria uma hostilidade à propriedade? Não, apenas uma re-germanização¹⁰⁴ do conceito de propriedade. A propriedade é uma categoria histórica. (...) A realização do maior princípio nacional-socialista “bem comum acima do bem individual” pode, neste contexto, significar somente: a propriedade individual jamais pode se tornar uma posição de força contra os interesses da comunidade. Ela foi nacionalmente incorporada como meio necessário a serviço do trabalho criador (HERRMANN, 1933: 40-41).

Logo, Herrmann toma o partido de Feder na luta em torno do conceito de “socialismo”:

O pensamento marxista, de acordo com o qual toda a vida pública da nação depende da vida econômica e é apenas por ela afetada, vai de encontro com a tese nacional-socialista do primado do pensamento político como o formador de toda a História. Feder sempre enfatizou essa postura, ao mesmo tempo em que frequentemente aconselhou sobre o perigo de se subestimar a forças econômicas. (...) Todo verdadeiro socialismo é o produto do trabalho de espíritos livres e puros idealistas (HERRMANN, 1933: 106, 107).

Herrmann destaca a importância de *Der Deutsche Staat auf nationaler und sozialer Grundlage*. A obra, escrita em 1923, teria sido “amplamente atacada, embora a validade do seu conteúdo não tenha sido contrariada até hoje”. Ademais, “A validade incontestável das ideias de Feder foi reconhecida por Adolf Hitler e por isso ele fez do livro, que representa a síntese e a maturidade do sistema de ideias de Feder, o catecismo do movimento” (HERRMANN, 1933: 45). Criando sua própria narrativa da ascensão do nazismo, o autor enfatiza a participação do engenheiro no fracassado golpe de novembro de 1923 em Munique:

Os acontecimentos de 9 de novembro de 1923 pertencem às mais terríveis lembranças de Gottfried Feder. O ataque armado ocorrido no *Feldherrnhalle*, que ele próprio presenciou, consta como um dos capítulos mais sombrios e humilhantes,

¹⁰³ *Politischen Atomzertrümmerer*.

¹⁰⁴ *Wiederverdeutschung*.

mas também como um dos mais heroicos da história alemã (HERRMANN, 1933: 46).

Mas todo o panegírico de Herrmann era inútil diante das decisões do *Führer*. Assim, já em 13 de abril de 1928, o próprio Hitler suspenderia a inalterabilidade do programa ao fazer um adendo a um ponto que constava dos 25 Pontos do NSDAP, redigidos por Feder. O ponto 17 exigia “uma reforma agrária de acordo com nossas necessidades nacionais, a criação de uma lei para desapropriação sem indenização de terras para fins de bem comum. Abolição dos juros sobre a terra e proibição de toda especulação agrária” (FEDER, 1932: 20-21):

Contra as interpretações desonestas sobre o ponto 17 do Programa do NSDAP que partem de nossos opositores, faz-se necessária a seguinte observação. Que o NSDAP se coloca em defesa da propriedade privada, depreende-se do fato de que a passagem “desapropriação sem indenização” se refere somente à criação de possibilidades legais para a desapropriação, quando necessário, de terras que foram adquiridas de forma ilegal ou que não são administradas sob o ponto de vista do bem nacional. Dessa maneira, isso se aplica, em primeiro lugar, às sociedades judaicas de especulação.
Munique, 13 de abril de 1928 (HITLER, 1932: 21).

Hitler estava se precavendo contra possíveis temores, por parte do empresariado, de uma guinada estatizante dentro do NSDAP, de maneira que, “com o tempo, os principais pontos relacionados às mudanças de caráter socialista foram sendo eliminados, e as palavras de ordem de caráter conservador conquistaram o domínio da ideologia do Estado” (SANTANA, 2012: 120). Nessa mesma edição de 1932, Feder minimiza a alteração programática alegando que ela não feria os 25 Pontos. Comentando a inalterabilidade do programa proclamada por Hitler, o engenheiro se justifica:

Isso não significa que cada palavra deva permanecer exatamente como está, nem que deva ser proibido um trabalho de aprofundamento e expansão do programa. Significa apenas, com toda convicção e resoluta clareza: não se pode mexer nos fundamentos nem nas ideias-chave do programa (FEDER, 1932: 22).

Esses fundamentos faziam parte dos pontos 11 e 24 do programa, mas são repetidos à exaustão ao longo de todos os escritos do autor. Segundo o próprio Feder, os motes dos pontos 11 e 24 foram impressos espaçadamente a pedido de Hitler, que os considerava os postulados principais (NEUMANN, 1966: 229). No ponto 11, lemos o clamor pela “Abolição de toda renda obtida sem trabalho e esforço” e, logo abaixo, espaçadamente e em negrito: “Rompimento da servidão dos juros” (FEDER, 1932: 20). Já o ponto 24 defendia a luta contra “o espírito judaico-materialista dentro e fora de nós” e a convicção de que “um restabelecimento duradouro de nosso povo só pode ser alcançado de dentro para fora a partir do fundamento: bem comum acima do bem individual” (FEDER, 1932: 22). Esta frase final também foi impressa espaçadamente em negrito.

O clamor por uma “cristandade positiva”, que também fazia parte do 24º ponto, era um dos vários indícios da ambiguidade dos escritos nazistas. Também se advogava “Especial proteção das crenças cristãs” (FEDER, 1932: 37). A partir dessas expressões, tão vazias e imprecisas quanto diversas outras passagens do programa, “todas as consequências taticamente inconvenientes de uma ‘ideologia nacional-socialista’ eram evitadas; as igrejas eram tranquilizadas e conflitos religiosos prevenidos” (BRACHER, 1991: 187):

O partido conseguiria encobrir a mentira inata do programa e a dicotomia de sua estrutura até chegar ao poder? Não eram seus líderes parte de uma geração intermediária que ingressou na política unicamente por ressentimento e decepção? O programa inteiro não repousava sobre “valores” negativos como antissemitismo, antiparlamentarismo, nacionalismo ilimitado e imperialismo, enquanto os problemas políticos relevantes – república versus monarquia, estado unitário versus federal, socialismo versus capitalismo, revolução versus legalidade, reforma agrária versus preservação da propriedade privada – não eram nem definidos nem realmente pensados? (BRACHER, 1991: 189).

Aqui residia, portanto, a importância da propaganda nazista: assegurar que a colcha de retalhos formada por ideias utópicas e muitas vezes contraditórias continuasse a angariar apoio para o movimento. Diante de quaisquer críticas racionais, invocava-se o misticismo biológico e, acima de tudo, a adoração ao líder, que teve, em uma sociedade democrática como a de Weimar, uma acolhida crescente: “O *Führer* permaneceu como o elemento absoluto unificador dentro e acima do movimento”, a ponto de muitos obituários invocarem o nome de Hitler em vez do nome de Deus antes mesmo de 1933 (BRACHER, 1991: 189, 190).

É por isso que Franz Neumann é categórico ao afirmar que não existia qualquer teoria econômica nazista além da vaga frase de que o bem geral é mais importante que o bem individual. O sistema econômico nazista, longe de se basear em alguma doutrina, era meramente pragmático, sendo integralmente dirigido pela necessidade de se obter a máxima eficiência e produtividade necessária à condução da guerra (NEUMANN, 1966: 228). Razão de sobra tem Ernst Nolte ao observar que

Feder foi a personificação daquela noção estreita de socialismo que queria punir a sociedade sem feri-la, que tinha todo o antagonismo ao marxismo e ainda assim deixava as condições industriais no todo intocadas, que não tinha quaisquer concepções acerca das necessidades realistas da economia moderna (por exemplo, que considerava o processo de concentração uma doença), e esperava conquistar drásticas mudanças aplicando meias-medidas (NOLTE, 1966: 325).

Feder não foi o único membro do partido a ser considerado um entrave para a aproximação entre o NSDAP e as elites representantes do capital financeiro. No norte da Alemanha, o nacional-socialismo nos anos 1920 chegou a ser ainda mais “socialista” do que em Munique. Isso se deveu à atuação dos irmãos Gregor e Otto Strasser. Para disseminar o

nacional-socialismo naquela área, especialmente na região do Ruhr, era necessário falar em sindicalismo, em nacionalização econômica e em distribuição da riqueza. Não por acaso, nessa região a ideia de uma aliança com a União Soviética e demais povos oprimidos pelo capitalismo era particularmente forte (NOLTE, 1966: 335-336).

Otto Strasser defendia as guildas e a criação de uma câmara corporativa, a re-agrariação da Alemanha, a luta revolucionária contra o Tratado de Versalhes e a supremacia de uma aristocracia militar. O grupo encabeçado por Strasser reunia pessoas que “representavam uma segunda forma de socialismo dentro do partido ‘Nacional Socialista’ e nem todos podiam, como Gottfried Feder, ser bajulados com palavras de apreço”. Assim, apesar de Feder e Strasser assumirem posições bastante similares, o primeiro perdurou por mais tempo graças à habilidade do *Führer* de atraí-lo para sua esfera. Em 1926, na Conferência de Bamberg, Hitler ganha a confiança de Joseph Goebbels, que inicialmente se inclinava a uma aliança com os soviéticos e partilhava das posições de Strasser. A mesma conferência deixara Strasser e seu grupo isolado, de modo que já em 1930 eles terão pouca relevância dentro do partido. A partir daquele momento, nem mesmo o mais ardoroso defensor do grande capital tinha razões para crer que o NSDAP fosse de esquerda. Gregor Strasser seria assassinado na Noite dos Longos Punhais, em 1934, acusado de traição (NOLTE, 1966: 336, 337, 348).

Já Feder, apesar de sua sobrevida, passaria seus últimos dias marginalizado no Terceiro Reich. Ao fim de junho de 1934, na Noite dos Longos Punhais, Hitler buscou fortalecer seu poder em detrimento dos elementos anticapitalistas e anti-urbanos do partido. Os expurgos mataram diversas figuras do partido sob falsas acusações, mas não Feder, que estava na Noruega. Após uma intervenção de Hitler em novembro de 1934, Feder renunciou a seu cargo. Por volta de 1940, o “extravagante economista que auxiliou Hitler a traçar o programa do partido (...) era secretário de Estado do Ministério do Exterior, onde dispensavam um ríspido e sumário tratamento a suas ideias loucas” (...) (SHIRER, 2008: 197).

Comentando a obra de David Schoenbaum, Jeffrey Herf afirma que a contradição entre a retórica anti-industrial e a prática modernizante do nacional-socialismo foi remediada pela aproximação entre o movimento nazista e o Estado/elites industriais que os próprios nazistas haviam prometido destruir (HERF, 1993: 19). Feder, na tentativa de defender um projeto no qual os avanços tecnológicos se concilhassem com os sonhos do passado, acabou representando um entrave para essa aproximação, o que explica o fato de a tomada do poder por Hitler em 1933 ter representado um ponto de inflexão em sua vida:

A tomada de poder por Hitler em janeiro de 1933 foi um ponto de inflexão na carreira política de Feder. Como ideólogo-líder do partido, que havia ocupado uma cadeira no parlamento (o *Reichstag*) por alguns anos, ele esperava então desempenhar um papel de liderança no gabinete de Hitler. Para recuperar a economia e preparar para uma possível guerra, porém, muitos líderes do partido sentiram que era essencial cultivar o apoio das altas finanças e grandes corporações. Pró-capitalistas do Partido Nazista, ainda que esperassem usar os judeus como bodes-expiatórios, viam Feder como vaidoso, excêntrico e muito vigoroso em suas condenações aos grandes negócios e à vida urbana. Suas visões foram úteis nos anos 1920, quando os nazistas formaram um movimento de oposição recrutando seguidores ressentidos, empobrecidos e xenófobos, mas não eram práticas em um novo governo que procurava permanência e poder por meio de rápida reindustrialização e rearmamento. O anti-urbanismo de Feder poderia comprometer diretamente o esforço de guerra ao persuadir trabalhadores de que as condições de vida e trabalho no Ruhr e outras grandes áreas industriais eram intoleráveis, encorajando uma migração de volta para pequenas cidades e áreas rurais (BROMLEY e SCHENK, 2003: 112-113).

Assim, tinha-se, por um lado, o capital financeiro, cujo traço marcante é o elevado grau de concentração na economia devido à generalização da cartelização (HILFERDING, 1985: 227). E, do outro lado, estava Feder, para quem esses níveis inéditos de concentração representavam um desvirtuamento da função original da economia de servir ao homem.

Demandava-se uma coexistência pacífica entre pequena, média e grande propriedade. Demandava-se uma economia que amparasse, e não que explorasse. E tudo isso justo nessa nova fase do capitalismo, quando muitos trustes industriais “estendem suas operações à área do comércio varejista, desalojam completamente o pequeno comerciante e vendem seus produtos diretamente aos consumidores”. Em muitas grandes cidades, “os armazéns já arrebatarem dos pequenos comerciantes grande parte do comércio varejista” sendo que muitas dessas lojas “foram postas em estreito contato com diferentes grupos da alta finança, do comércio atacadista e dos trustes industriais” (LEE citado por HILFERDING, 1985: 205). É contra esse estado de coisas que Feder reage: “Nós exigimos a estatização de todas as empresas que até o momento tenham se transformado em corporações (trustes)”, “Nós exigimos divisão dos lucros das grandes empresas” e “Nós exigimos a criação de uma classe média sadia e sua preservação, imediata socialização dos grandes empreendimentos e seu aluguel a preços módicos aos pequenos comerciantes, profundo zelo pelos pequenos comerciantes no provimento ao Estado, aos estados da federação ou à comunidade” (FEDER, 1932: 20).

Esse zelo do autor pela pequena propriedade esteve longe de constituir uma preocupação para os nazistas no poder: “o capital continuou a se tornar mais e mais concentrado depois da tomada de poder pelo Partido Nazista”. As grandes empresas tinham mais sucesso do que as menores na competição por trabalho e matérias-primas. O número de artesãos independentes na Alemanha caiu consideravelmente entre 1936 e 1939. Ademais, “o

regime evitou as tentativas radicais de destruição das lojas de departamento existentes, a ruína competitiva dos pequenos lojistas”. De fato, o projeto militar que Hitler tinha em mente “não podia ser construído tendo por base produtores de pequena escala relativamente ineficientes” (GEARY, 2010: 69).

A fim de ressaltar as novas dimensões que o capital financeiro assumia, o autor associa-o a uma religião de efeito narcotizante: “o grande capital financeiro diabolicamente espalhou e proclamou a crença na sacralidade e na invulnerabilidade dos juros por meio da imprensa a ele devota em todo o mundo”, passando a falsa ilusão de que todos podem “participar dos belos e narcotizantes prazeres dos juros” (FEDER, 1919: 50). Tal associação entre o poder do capital financeiro e o fervor religioso expressa aquilo que estamos tentando ressaltar a todo o momento: o estágio inédito em que o capitalismo se encontrava naquele momento e o impacto que isso produziu na produção intelectual de nossos autores. Explica Macdonald que, “Como toda religião, a religião econômica exige sacrifícios”. Enquanto a antiga filosofia exaltava o valor de uso dos bens, “a religião econômica, quanto mais quando nos últimos séculos ela rompe as amarras do antigo humanismo, anuncia o sacrifício do homem comum, ou não-proprietário, ‘em altares de uma exterior compulsão total’” (MACDONALD, 2000: 9). Ao fim e ao cabo, o próprio Feder acabaria sendo um dos muitos homens comuns sacrificados nesses altares, haja vista que os dirigentes nazistas logo perceberam que era necessário submeter-se a tal “exterior compulsão total” caso quisessem levar adiante seu plano de governar a Alemanha e conquistar a Europa.

Não bastasse o fato de as ideias de Gottfried Feder serem consideradas quimeras dentro do próprio NSDAP, Hitler ainda o via como um potencial competidor. A forma como Feder é descrito por Arthur Herrmann nos dá indícios do prestígio do autor, o que pode ter contribuído para o receio de Hitler. O crescimento e fortalecimento do movimento nacional-socialista são atribuídos justamente ao ingresso dos membros da Liga Alemã de Combate para a Escravidão dos Juros, que fora fundada por Feder, “O até então desconhecido combatente do maior movimento político” (HERRMANN, 1933: 44, 58). Herrmann ainda conclui um dos capítulos proclamando que “o socialismo alemão tem em Gottfried Feder seu profeta e no slogan ‘rompimento da servidão dos juros’ e ‘direito ao trabalho para todos’ seus objetivos” (HERRMANN, 1933: 71).

Hjalmar Schacht, secretário escolhido por Hitler que se tornou o grande responsável pela reestruturação econômica alemã nos anos 1930, era um dos maiores opositores de Feder. A despeito dos seguidos elogios a Kirdorf e Krupp, foi justamente entre os grandes industriais alemães que as ideias econômicas de Feder causaram maior desconforto. Nosso autor acabou

sucumbindo ao próprio equívoco de suas ideias. Ao interpretar o conflito entre capital e trabalho em termos racistas, ele ignorou que as atitudes atribuídas apenas aos empresários judeus eram amplamente praticadas por todos os grandes empresários, inclusive por aqueles que representariam o “espírito ariano”.

No entanto, a ideia de que o declínio de Feder significou o triunfo da mentalidade “mamonista” está longe de ser ponto pacífico na historiografia. Nolte (1966) observa que os 25 Pontos não eram tão inocentes nem tão ridículos quanto alguns autores afirmaram. Isso porque dentro deles estava o tripé da ordem nacional-socialista: restituição nacional, conquista do espaço vital e salvação do mundo.

Analisando o estudo de Avraham Barkai sobre a economia nazista, Krier aponta que os slogans de Feder conclamando ao rompimento com a servidão dos juros continuaram como importante palavra-chave para a propaganda do Terceiro Reich, embora com seu conteúdo significativamente alterado. Gerhard Senft vai além e identifica uma continuidade entre o discurso de Feder e a economia nazista pós-1933. Para ele, o mote do “rompimento da servidão dos juros” não foi abandonado, apenas redefinido, tornando os primeiros anos do regime nazista um período particularmente difícil para os bancos. Por meio de reduções nas taxas de juros, de ações concretas para a “arianização” de todos os bancos, expurgando os funcionários e banqueiros judeus, e também da estatização dos bancos que concretizou a tão sonhada soberania monetária, o regime nazista mostrou que as exigências anticapitalistas de Feder continuaram desempenhando um papel importante mesmo depois de o autor já não estar politicamente ativo (KRIER, 2009: 51, 53, 55, 58).

Na mesma linha, Matthew Lange rejeita qualquer possibilidade de se considerar o sistema econômico nazista um sistema capitalista de livre-iniciativa. Se por um lado a doutrina nazista defendia o direito à propriedade privada, inclusive dos meios de produção, por outro, esse direito era condicionado à obediência ao *Führer* e à “pureza racial” do proprietário. Uma vez no poder, Hitler eliminou todas as corporações com um capital inferior a 40 mil dólares e proibiu que fossem criadas novas corporações com um capital menor que 200 mil dólares. Na prática, isso representou a anulação de 20% dos pequenos negócios. Os sindicatos foram colocados sob a autoridade do Estado por meio do *Deutsche Arbeitsfront* (Frente de Trabalho Alemã) e as companhias passaram a ser guiadas por *Betriebsführer*, que obedeciam a ordens diretas do governo. O começo da guerra significou a consolidação da intervenção estatal sobre a economia, sob a égide do *Amt für Zentrale Planung* (Departamento de Planejamento Central) de 1942, que restringiu o que ainda restava de iniciativa privada (LANGE, 2007: 279, 280).

Assim, o nacional-socialismo não pode ser interpretado como um mero instrumento do empresariado alemão, até porque “os verdadeiros capitalistas, mesmo quando rejeitavam a democracia, em geral preferiam os autoritários aos fascistas”. Isso não impediu, entretanto, que os grandes empresários se adaptassem ao regime fascista uma vez que este assumia o poder. Nas palavras de Paxton, “O capitalismo e o fascismo tornaram-se aliados práticos (embora não inevitáveis, e nem sempre confortáveis)” (PAXTON, 2007: 337-338).

Em um ponto, porém, a maioria dos autores concordam: a imprecisão e a falta de consistência das ideias nazistas. O próprio título do documento redigido por Feder já é um indicativo desse traço: *Das Programm der NSDAP und seine weltanschaulichen Grundgedanken* (O Programa do NSDAP e suas Ideias Fundamentais). O termo *weltanschaulichen* é uma adjetivação de *Weltanschauung* que pode ser traduzido como “ideologia” ou, de modo mais literal, como “visão de mundo”. Segundo Victor Klemperer, os nazistas empregavam esse termo em detrimento do termo “filosofia”, pelo qual nutriam profunda ojeriza. Ao contrário da filosofia, que exorta a pensar, a *Weltanschauung* vem do termo *anschauen*, que significa ver por intuição – diferente, portanto, de pensar. Assim, ao valer-se da expressão para dar o título de sua obra, Feder expressa o desejo de, assim como muitos nazistas, rejeitar o ato de pensar, “pois por instinto de preservação, ele [o nacional-socialismo] precisa execrar o pensamento sistemático” (KLEMPERER, 2009: 170-171).

Seguindo à risca esse horror nazista ao pensamento sistemático, o biógrafo de Feder declara: “O que Feder criou é, acima de tudo, menos um sistema do que um itinerário¹⁰⁵. Ou talvez, se se preferir, um sistema-eixo. O eixo é a exigência de rompimento da servidão dos juros” (HERRMANN, 1933: 109).

A trajetória integralista de Barroso foi ligeiramente diferente. Seu primeiro livro integralista, *O Integralismo em Marcha*, data do ano em que ele entrou para a AIB (1933). O fato de *O Integralismo em Marcha* figurar entre as obras recomendadas pelo *Monitor Integralista* como leitura obrigatória já em 1933 (CAVALARI, 1999: 110) nos mostra que, apesar de não estar entre os fundadores da AIB, Barroso foi uma importante figura do movimento desde o princípio até a sua extinção.

Comentando as obras de Lucian Boia e Bronislaw Baczko, Márcia Janete Espig (2004: 51, 52, 53) nos mostra que o imaginário só será eficaz se fizer sentido para a comunidade à qual se dirige, isto é, se ele conseguir se assentar sobre uma *identidade de imaginação*. Sem essa identidade de imaginação, o imaginário perde sua capacidade de canalizar ações sociais. Foi o que aconteceu com o trabalho de Gottfried Feder: quando o NSDAP percebeu que os

¹⁰⁵ *Wegweisung*, no original.

escritos do engenheiro bávaro constituíam um sério obstáculo à ascensão do partido, já que afastavam o apoio de importantes setores da vida econômica, o imaginário anti-capitalista do autor acabou não conseguindo preservar a identidade de imaginação criada nos anos 1920. Feder escrevia contra a concentração capitalista a partir de um movimento que defendia o retorno de seu país ao posto de potência que compunha o elo forte do imperialismo.

Barroso, por sua vez, escrevia de um país que jamais havia ocupado tal posição¹⁰⁶. Consequentemente, aqui as pressões do grande capital eram menores do que na Alemanha. Seu compromisso era justamente com aquele que tomou, para si, a responsabilidade de ser o agente da modernização brasileira: o Estado. Não é por acaso que, em 1937, os integralistas desistem da candidatura à presidência e passam a apoiar Getúlio Vargas, auxiliando na instauração do Estado Novo. Como bem observou Sérgio Buarque de Holanda em sua obra-prima, escrita no auge da AIB, “o ‘integralismo’ será, cada vez mais, uma doutrina acomodatória, avessa aos gestos de oposição que não deixam ampla margem às transigências, e partidária sistemática da Ordem, quer dizer do poder constituído” (HOLANDA, 1981: 141). E foi justamente o Estado quem esmagou a AIB, depois que ela deixou de lhe ser útil, uma vez consumado o Estado Novo. Igualmente decisivo para o maior sucesso de Barroso frente ao autor alemão foi o fato de o integralismo nunca ter virado um regime. Isso o poupou de um dos maiores obstáculos encontrados pelos nazistas: a necessidade de contemporizar com o grande capital. Graças a isso, os arroubos anticapitalistas de Barroso (e de demais membros do partido) puderam se manifestar livremente sem temer coações internas ou externas.

Barroso conseguiu manter sua posição de liderança na AIB até 1937, quando a AIB foi legalmente extinta. Mais do que isso: conseguiu criar uma ampla gama de seguidores ao seu redor. Não foram poucos os integralistas que leram e se identificaram com seus escritos, alguns dos quais inclusive passaram a adotar um estilo de escrita muito semelhante ao do intelectual cearense. Como bem observou Hégio Trindade (1974: 161-162), apesar de ter desempenhado um importante papel na configuração da ideologia integralista, o antissemitismo em geral influenciava os militantes apenas depois de sua adesão, sendo que quase dois terços dos dirigentes e militantes locais se diziam antissemitas.

Newton Colombo de Deus Vieira (2012) nos mostra alguns desses autores que, inspirados em Gustavo Barroso, ajudaram a compor a ala antissemita do integralismo brasileiro. Affonso de Carvalho, em *O Brasil não é dos brasileiros*, de 1937, incorpora a tese

¹⁰⁶ Enquanto, em fins do século XIX, especialmente após a crise do Banco Baring (1890), as principais economias do mundo perceberam a importância de se solidarizarem para assegurar a estabilidade do padrão ouro, “os problemas na periferia não colocavam em risco a estabilidade sistêmica e, por isso, os bancos centrais europeus sentiam-se menos inclinados a ir em socorro de um país, digamos, da América Latina” (EICHENGREEN, 2000: 62-63, 67).

central de Gustavo Barroso em *Brasil, colônia de banqueiros*, de que após 1822 o Brasil teria se submetido ao imperialismo estrangeiro, liderado pelo judaísmo. Já no âmbito cultural, Oswaldo Gouvêa denuncia em sua obra *Os judeus do cinema* (1935) as maquinações judaicas para difundir valores anticristãos por meio de filmes. Segundo o autor, a vida imoral dos artistas, marcada por constantes divórcios e casamentos, era um dos mecanismos para a difusão dessas ideias judaicas: “luxo, ideia desnacionalizadora, adultério, roubo, crime. Tudo isso seria a base do cinema norte-americano, dominado pelo judaísmo dissolvente, desagregador do lar, da pátria e da família” (VIEIRA, 2012: 88). Para Gouvêa, Hollywood seria o “abrigo dos judeus e capital da mentira, do embuste, do escândalo e da ruína”. Diretores de cinema como Marcus Loew, Louis B. Mayer e Samuel Goldwyn (os fundadores da Metro-Goldwyn-Mayer) são representados como homens perversos, “sendo responsabilizados pela divulgação do Mal enquanto forças desagregadoras do lar, da pátria e da família” (CARNEIRO, 2003: 73).

O recurso de repetir palavras de ordem e de bombardear o leitor com números e cifras à exaustão era comum aos autores que escreviam à luz do integralista cearense. Newton Colombo de Deus Vieira (2012) identifica as mesmas características nas obras dos integralistas João Passos Cabral e Affonso de Carvalho.

Outro importante discípulo de Gustavo Barroso na AIB foi o professor carioca A. Tenório de Albuquerque¹⁰⁷. Em seu *Integralismo, Nazismo e Fascismo*, Tenório acusa os judeus de despojarem a produção mobiliária brasileira de seu valor artístico:

Basta ver o quanto eles [os judeus] já arruinaram o comércio de móveis no Brasil, que era uma das nossas mais florescentes, e promissoras indústrias, que produzia trabalhos primorosos, artisticamente lavrados. Agora, os móveis são de madeira ordinária, simplesmente folheados. Não há lavores, faltam-lhes decorações, sobejam-lhe superfícies envernizadas. Houve a preocupação de produzir artigo barato e vistoso, para iludir os incautos e arrancar-lhes o dinheiro (ALBUQUERQUE, 1937B: 87-88).

Advoga-se, portanto, uma estetização da economia a fim de livrá-la da frieza, da impessoalidade e da racionalização com que o judeu teria impregnado a produção de bens. O trecho acima constitui uma crítica à produção em massa, que “não visa a cobrir as necessidades, mas visa ao lucro”. Longe de produzir bens artisticamente vistosos, “O objetivo imanente na produção capitalista é a realização e multiplicação do lucro” (HILFERDING, 1985: 232).

¹⁰⁷ Fiz uma análise pormenorizada do pensamento de A. Tenório d’Albuquerque no seguinte artigo: LIMA, M. A. P.. Triste Fim de Tenório d’Albuquerque: o Pensamento de um ex-Integralista no Estado Novo. *Diálogos Latinoamericanos* (Universitet Aarhus), v. 1, p. 177-194, 2016.

Uma das principais características das obras políticas de Tenório é seu ódio aos ingleses. O autor, que cita Barroso diversas vezes ao longo de suas obras, demonstra um pendor antibritânico ainda maior do que o de seu mestre, ambos identificando nas pretensões imperialistas inglesas um dos mais bem-sucedidos empreendimentos do complô judaico.

Barroso escreve que “Praticamente, o povo inglês chega a não existir”, reduzindo-se “à maruja dos navios e aos mineiros do carvão”, já que “À sombra das famosas leis liberais inglesas, a camarilha judaica se poderou [sic] do país, detendo os postos técnicos e de comando”. Dessa maneira, “O mundo tem a impressão dum governo inglês e de uma política inglesa, quando o que existe, na verdade, é um governo judaico com uma política judaica, agindo sob a camuflagem de Nação Inglesa” (BARROSO, 1938B: 158-159). Em sintonia com ele, os próprios títulos das obras de Tenório demonstram como sua anglofobia se manifestava de forma ainda mais incisiva: *A Grã-Bretanha a Serviço dos Judeus, Imperialismo Britânico no Brasil e Opressão Britânica* são alguns dos títulos mais significativos aos quais tivemos acesso. Em suas obras, as imagens do inglês e do judeu são quase indissociáveis, a ponto de o autor atribuir aos ingleses a alcunha de parasitas que tanto serviu para caracterizar os judeus: “O britânico não pega na enxada nem na vassoura”, limitando-se a “explorar o trabalho alheio” (ALBUQUERQUE, 1940B: 16). O embaixador britânico no Brasil nos anos 1860, William Douglas Christie, protagonista da famosa “Questão Christie”,

em todas as suas atitudes hostis ao Brasil (...) foi apoiado por lorde John Russell, Ministro do Exterior da Inglaterra. Lorde Russell era manejado pelos judeus, basta dizer-se que, em 1858, ele propôs que fossem excluídas do juramento dos deputados, as palavras “on the true faith of a christian”, a fim de que os israelitas pudessem ingressar no Parlamento (ALBUQUERQUE, 1941: 18-19).

Prefaciando o livro de Tenório d’Albuquerque, o general Meira de Vasconcelos nos mostra quão grande era o temor despertado pela internacionalização da economia. O militar opõe as fronteiras políticas e geográficas, mais palpáveis, às fronteiras econômicas. Enquanto as relações e conflitos seriam mais facilmente perceptíveis nas fronteiras geográficas, as fronteiras econômicas se traduziriam “por aspectos e interferências múltiplas e veladas que, como tentáculos, se coleiam ao organismo coletivo, agindo como Temia [tênia?] que depaupera resistências físicas e morais”. Graças a essa imprecisão, “O adversário é aí [nas fronteiras econômicas] invisível, mas é pressentido, entravando a evolução, a prosperidade e todos os anseios coletivos” (VASCONCELOS, 1941: 6).

Tenório, que visitou a Alemanha nazista nos anos 1930, também demonstra conhecimento do Programa do NSDAP, citando-o em vários de seus livros. A fórmula de

Feder *Gemeinnutz vor Eigennutz* (bem comum acima do bem individual) é identificada pelo autor como o grande lema do *Deutscher Arbeiter Front* (Frente Alemã de Trabalho):

Aplicação da fórmula **Gemeinnutz vor Eigennutz**, isto é, os interesses da coletividade sobrepõem-se aos interesses pessoais. O indivíduo deve procurar beneficiar-se mas beneficiando os demais, pelo menos sem atentar contra os direitos de terceiros.

As soluções dos problemas devem visar os interesses da nacionalidade e não apenas os de um grupo restrito. É a religião do NSDAP (*Weltanschauung*) (ALBUQUERQUE, 1937A: 104).

Em seu livro *A Alemanha Grandiosa*, no qual relata suas impressões de viagem ao país em 1936, Tenório escreve:

O Nacional Socialismo incrementa a produção, incentiva o trabalho profícuo, a fim de que os indivíduos, em benefício próprio e dos demais, tornem produtiva a sua propriedade. Por outro lado, combate a exploração do trabalho, impede a escravização do produtor, não consente a usurpação do produto do esforço alheio. Desse conjunto de ideias, surgiu o antagonismo de duas fórmulas: SCHAFFENDER GEIST (espírito produtor) e RAFFENDER GEIST (espírito usurpador). A primeira orienta os que trabalham, os que são úteis ao país, os que valorizam as propriedades e contribuem para a prosperidade nacional. A segunda exprime a ação dos que exploram o trabalho alheio, dos que usurpam a produção de terceiros, beneficiando-se com os seus esforços (ALBUQUERQUE, 1936: 155).

Assim, o famoso par oposto de Feder (“capital criador X capital parasitário”) encontrou um forte simpatizante no Brasil que procurou difundi-lo. Em seguida, Tenório reproduz três parágrafos nos quais Feder explica a diferença entre o espírito criador e o espírito usurpador.

Fora dos círculos da AIB, escritos antisemitas que empunhavam a bandeira da luta contra o mamonismo também eram amplamente reproduzidos, inspirados ou não em Gustavo Barroso. Em 1941, Vicente Paz Fontenla, conforme deixa claro no título de seu livro, via a Segunda Guerra Mundial como *A lucta entre o ouro e o sangue* – o ouro representado pelos Estados Unidos, Inglaterra e França, submetidos à “plutocracia judaica”; o sangue representado pela Alemanha, cujo regime nacional-socialista “inspirou e animou o gigantesco esforço com o qual a Alemanha tem provado aos olhos do mundo admirado que soube guardar o mais inestimável dos valores, a sua integridade moral” (FONTENLA, 1941: 11)¹⁰⁸.

Raphael de Hollanda, um autor pouco conhecido do começo dos anos 1940, abominava os setores da opinião pública nacional favoráveis aos Aliados. Em *Pequena colecção de opiniões a respeito de John Bull*, Raphael de Hollanda reúne várias opiniões acerca dos ingleses, todas extremamente negativas. Na epígrafe, o autor reproduz uma frase de Napoleão, que denuncia nos ingleses “seu desavergonhado maquiavelismo, sua profunda imoralidade,

¹⁰⁸ Para mais informações sobre Vicente Paz Fontenla, ver: GAK, I. S.. *Os Fins e seus Meios: Diplomacia e Propaganda Nazista no Brasil (1938-1942)*. Dissertação – mestrado em História. Universidade Federal Fluminense, UFF, Brasil. Ano de Obtenção: 2006.

seu egoísmo frio, seu desprezo pelas relações humanas” (NAPOLÉÃO citado por HOLLANDA, 1940: 3). Em *A propósito dos “slums” londrinos*, ele traça o triste retrato dos cortiços ingleses nos quais “fraternizam a miséria, a tuberculose e todos os vícios”. Aqueles que poderiam solucionar esses males seriam seus principais beneficiários: “São proprietários de quarteirões inteiros de ‘slums’ altos dignitários da Corte, membros do Parlamento e, também – oh! Os sentimentos dos cristãos! – conspícuas figuras do clero anglicano” (HOLLANDA, 1940: 7)¹⁰⁹.

A necessidade – tão propalada por Barroso – de romper com os banqueiros internacionais como condição indispensável para a independência plena do Brasil também aparecia em documentos oficiais. O relatório final da subcomissão do Conselho Federal do Comércio Exterior emitido em 1937 identifica a independência econômica como indispensável para a consolidação da independência política. O relatório dizia que tal independência apenas seria alcançada por meio do controle estatal sobre a industrialização, sobre os minérios de ferro e manganês e sobre a siderurgia (BIELSCHOWSKY, 2004). A partir do recrudescimento do autoritarismo, representado pela instauração do Estado Novo em 1937, “O governo somou a ideia do complô secreto judaico internacional à ideia do complô secreto comunista internacional, de forma a ‘fazer o povo acreditar’ que nossas entranhas estavam sendo corroídas por forças malignas ocultas” (CARNEIRO, 2012B: 262-263).

O baiano Geraldo Rocha, em sua obra *País Espoliado* (1940), também denuncia a situação de submissão em que o Brasil se achava diante do capitalismo financeiro: “O Brasil foi, infelizmente, uma das grandes vítimas da rapinagem da finança internacional, desde o alvorecer de sua independência até nossos dias”. Aproveitando-se da ignorância dos brasileiros, “Um pequeno grupo de indivíduos inescrupulosos (...) instalou os seus arraiais, procedendo, anualmente, a constantes razzias” (ROCHA, 1940: 10). Em capítulo intitulado “Grilhões a Quebrar”, Rocha exprime otimismo quanto à capacidade dos governos do mundo de barrar a atuação do imperialismo em seus países:

Felizmente, parecem bem próximos os dias da nossa verdadeira libertação. (...) O mundo, felizmente, progrediu. Já não é mais possível mobilizar canhões e derramar sangue de soldados para se satisfazer o apetite de plutocratas. Os governos conscientes podem livremente desmascarar as mazelas dos seus exploradores, e por um ato de força impor um **basta!** salvador das coletividades sofredoras (ROCHA, 1940: 137, 138).

¹⁰⁹ Novamente, portanto, o discurso anticomunista convergindo com o discurso anticapitalista. Assim como Raphael Hollanda pinta uma Inglaterra miserável, o discurso anticomunista brasileiro se empenha a todo o momento em denegrir a União Soviética. Nessas batalhas pela representação do país do comunismo, eram denunciadas a moral, o ateísmo, a violência constante e as condições sociais deploráveis (MOTTA, 2002: 69, 72).

Já em *Fim de uma Civilização*, uma coletânea de artigos escritos pelo autor no *Diário de Notícias* ao longo da primeira metade da década de 1930, ele escreve que “A campanha contra o judeu [na Alemanha] obedece a fins exclusivamente econômicos, sem qualquer preocupação religiosa”. Além disso:

Os grandes médicos, magistrados, advogados, banqueiros, maiorais de cinemas, e os detentores de toda a imprensa eram judeus. Conseguiram essa ascendência, não porque tivessem maior valor intelectual ou mais capacidade de trabalho do que os outros alemães, mas por se constituírem em casta à parte que uma vez de posse de uma posição impedia sistematicamente o triunfo ou acesso de quem não fosse judeu. Foi contra isso que Hitler se rebelou, interpretando, aliás, o modo de sentir da nação (ROCHA, 1935: 33).

O autor elogia ainda a ação de Hitler contra os monopólios: “Hitler proibiu, por lei, a criação dos armazéns de preço único, que estavam monopolizando o comércio alemão, e lhes opõem tais embaraços, que já não podem abrir novos, e os antigos estão fechando as portas” (ROCHA, 1935: 139). Apesar de atribuir os maiores cataclismos econômicos, políticos e sociais de seu tempo à “maçonaria, servindo de instrumento de destruição manejado pela finança judaica internacional”, Rocha defende que, diante do afluxo de imigrantes judeus ao Brasil, “devemos adotar as medidas necessárias para que eles sejam assimilados e confundidos com a generalidade dos brasileiros, tendo os mesmos direitos e deveres de nós outros” (ROCHA, 1935: 55, 58).

Com diversas referências a banqueiros judeus, a assaltos à soberania nacional e aos detalhes dos empréstimos contraídos pelo Brasil desde o século XIX, os livros de Geraldo Rocha são obras de denúncia muito parecidas com as de Gustavo Barroso, das quais Rocha era um conhecedor. Sobre o livro *Brasil, Colônia de Banqueiros*, Rocha escreve: “O livro do sr. Gustavo Barroso (...) representa, no nosso meio, um ato de grande coragem, pelo desassombro com que atacou um assunto que apavora os escritores do mundo inteiro”. Ele elogia especialmente a capacidade que o autor teve de acessar documentos “num ambiente em que as questões financeiras são verdadeiros segredos de Estado, fechados a sete chaves” (ROCHA, 1935: 77).

Avaliando como as ideias de Barroso foram apropriadas no Brasil dos anos 1930, podemos perceber que ele não foi um mero borrão no cenário intelectual brasileiro. Não foi um acidente de percurso, uma exceção, nem mesmo um “pesadelo dos anos 30”, como contestou Elynaldo Gonçalves Dantas (2015: 29).

O sergipano José Augusto da Rocha Lima, importante intelectual católico, oferece-nos um interessante exemplo de como as ideias barrosianas de identificar os inimigos dos integralistas com aqueles dos demais nacionalistas do mundo ganharam adeptos no Brasil. A

edição de *O Integralismo e o Mundo* à qual tivemos acesso, disponível na biblioteca da FAFICH-UFMG, pertenceu ao dito intelectual, que fez valiosas anotações no ano de 1936 que podem ser vistas nas imagens a seguir. Rocha Lima destaca, a caneta, dois parágrafos nos quais Barroso denuncia as sociedades anônimas na França:

A legislação das Sociedades Anônimas concebida para permitir ao pequeno capital de colaborar mais facilmente com o trabalho na obra de produção, tornou-se um instrumento legal de ladroerias e pilhagens.

(...)

É tempo que a finança cesse de ser um instrumento de destruição da propriedade (...) é tempo que cesse de exercer sobre tudo e sobre todos uma tirania impessoal que escapa ao controle, para ser reconduzida ao seu papel de servir a população e não a dominar (BARROSO, 1936B: 100).

Ao lado dessas passagens, Rocha Lima anotou: “Grande verdade! Temos exemplos em Sergipe!”. Rocha Lima grifou ainda a seguinte passagem: “A legislação das Sociedades Anônimas permitiu opor também, numa outra luta desigual, os administradores de sociedades contra os acionistas”. Logo em seguida, Barroso escreve: “Atualmente, os verdadeiros beneficiados do mecanismo capitalista desregrado não são mais os acionistas, sim a oligarquia fechada e poderosa dos administradores” (BARROSO, 1936B: 100). No pé da mesma página, Rocha Lima anota: “Muito bem! Em Sergipe, as fábricas de tecidos não pagam dividendos aos acionistas... ou pagam bagatela”. Na página seguinte, quando Barroso escreve que a “dissociação do lucro e das responsabilidades é o característico mais exato e mais imoral da decadência do capitalismo moderno” (BARROSO, 1936B: 101), Rocha Lima registra: “Eis o retrato exato das fábricas em Sergipe!”.

Imagem 2: Assinatura de José Augusto da Rocha Lima no livro *O Integralismo e o Mundo*.

Imagem 3: anotações de José Augusto da Rocha Lima em *O Integralismo e o Mundo*: “Lido em dezembro de 1936. José Augusto da R. Lima”.

Imagem 4: anotações de José Augusto da Rocha Lima em *O Integralismo e o Mundo*: “Grande verdade! Temos exemplos em Sergipe!”.

Imagem 5: anotações de José Augusto da Rocha Lima em *O Integralismo e o Mundo*: “Muito bem! Em Sergipe, as fábricas de tecidos não pagam dividendos aos acionistas... ou pagam bagatela”.

Imagem 6: anotações de José Augusto da Rocha Lima em *O Integralismo e o Mundo*: “eis o retrato exato das fábricas em Sergipe!”.

Da mesma forma, o Dr. Affonso dos Santos, embora sem citar Barroso, reconhecia a irmandade entre o integralismo e a causa nacionalista em outros países. Segundo ele, por mais que o integralismo fosse uma doutrina brasileira que consultasse a realidade nacional, ele empreendia uma luta similar à de outros movimentos fascistas:

O Integralismo, Senhores, é um movimento profundamente brasileiro; consulta inteiramente as realidades de nossa terra, de nossa gente, de nossa cultura e de nossa religião. É uma solução brasileira a um problema geral, que tem recebido, em outros países, soluções apropriadas a cada um deles. Não se trata apenas da Itália, da Alemanha; mas de outros países, como Portugal, Turquia, Inglaterra, França, Bélgica, Espanha, que estão oferecendo correntes de opinião no sentido da reforma nacionalista e espiritualista em contraste ao internacionalismo materialismo [sic] de Moscou. Não temos os mesmos problemas da Europa, diz o dr. Deadato. Engana-se. Já os temos. Não devemos fechar os olhos às realidades (SANTOS, 1937: 201).

Ivair Augusto Ribeiro, em seus estudos sobre o integralismo na cidade de Olímpia, assinala que em fins de 1934, em conferência proferida por Alpínolo Lopes Casali, foi abordada a questão da dívida externa brasileira usando como fonte o recém-lançado livro *Brasil, colônia de banqueiros*. Em artigo de março de 1933, de Philemon Ribeiro da Matta acusava o judaísmo de estar por trás das sucessivas tentativas de se implantar o comunismo e submeter os povos do mundo. Tal artigo saiu no jornal *Cidade de Olympia*, importante veículo para a propagação do antissemitismo integralista no interior de São Paulo (RIBEIRO, 2007: 366).

Os escritos integralistas de Barroso repercutiram também em outros países. A revista *Corporaciones*, veículo de um movimento revisionista que posteriormente viria a se constituir como a Acción Revisionista de Uruguay, via na AIB um grande exemplo a ser seguido. De todos os integralistas, Barroso era aquele que mais despontava no periódico, que trazia diversos artigos de sua autoria ou sobre a sua pessoa e suas ideias. Escreve Adolfo Agorio, proeminente autor revisionista uruguaio:

Entre los espíritus más representativos del Brasil contemporáneo, Gustavo Barroso se revela en trazos fuertes. Al lado de Plínio Salgado, prodigioso animador del Integralismo y Jefe Supremo de las huestes organizadas para completar la obra de los héroes de la Independencia, liberando al pueblo de Ipiranga de las oligarquías financieras del extranjero, Gustavo Barroso constituye, no solo una expresión del pensamiento de fe en el destino de América, sino el vigoroso sentido crítico que anula todos los ensayos de imitación servil de las causas de Europa (AGORIO citado por MARQUES, 2016: 119-120).

Note-se que o combate ao capital financeiro figura entre os aspectos de Barroso que mais chamavam a atenção do intelectual uruguaio. Assim, “los revisionistas uruguayos, o por lo menos su figura principal, creían que una victoria de los integralistas en Brasil podría

significar un avance en su propia posibilidad de victoria en Uruguay” (MARQUES, 2016: 122).

A identificação entre o judeu e a ambição por riquezas aparecia até mesmo nos escritos de um grande crítico do nacional-socialismo como Azevedo Amaral, que condenava abertamente o antissemitismo. O sociólogo carioca dizia que nas regiões brasileiras em que predominava a mineração era mais comum “a influência do semita para ali atraído em grande número pela fascinação do ouro e das pedras preciosas” (AMARAL, 1934: 257).

A ideia do judeu como manifestação do mal também era frequente entre a diplomacia brasileira na Europa, principalmente a partir de abril de 1933, quando começou o boicote ao comércio dos judeus na Alemanha:

Constatamos, pelo teor dos ofícios confidenciais, que alguns diplomatas brasileiros sediados no exterior (e principalmente aqueles que se encontravam na Alemanha, Áustria, Polônia, Hungria e Romênia) se mostravam impressionadíssimos com as estatísticas veiculadas pela grande imprensa e pelos estudos de intelectuais antissemitas dedicados a comprovar o “quanto aquele elemento racial era nocivo à sociedade e à economia do Estado”. Na Alemanha, “a doença” já havia desabrochado; caberia ao Brasil evitar que aquele “vírus” infectasse a população brasileira, que possuía um sistema imunitário vulnerável (CARNEIRO, 2012B: 259-260).

Luiz de Lima e Silva, funcionário da embaixada brasileira na Áustria, assinalava que o destaque dos judeus em várias atividades econômicas (como comércio, profissões liberais e especulativas e negócios bancários) havia ajudado a projetá-los na sociedade vienense:

Uma série de boatos e escândalos envolvendo estabelecimentos bancários e personalidades judaicas importantes deste setor estava levando o povo a participar de constantes *meetings* de protestos antissemitas. (...) Dois escândalos bancários envolvendo o Banco Auspitz e Credit-Anstalt, ambos amparados por fortes capitais israelitas, foram apontados como um dos pivôs dos *meetings* de protesto em Viena. A família Rothschild, principal acionista do Credit-Anstalt, havia se transformado no principal alvo das contestações. A explicação dada pelo nosso diplomata é a de que havia se espalhado o boato de que “esses *nababos*, assustados com a marcha dos acontecimentos e temendo um esforço popular, cogitavam retirar-se da Áustria, indo viver à sombra protectora das leis inglesas” (CARNEIRO, 2007: 301).

Jorge Latour, encarregado de negócios junto à legação brasileira em Varsóvia, na Polônia, foi um exemplo típico de como muitos preconceitos antissemitas se reproduziam entre a diplomacia brasileira. Latour atribui a todos os judeus uma “atrofia” profissional que o fazia afeito unicamente às profissões parasitárias – comerciante e banqueiro –, ao mesmo tempo que avesso às atividades que geram riqueza (CARNEIRO, 2007: 316-317).

A denúncia dos males que o imperialismo causava não era, evidentemente, monopólio dos integralistas e antissemitas. Da mesma maneira que os camisas-verdes viam nos comunistas brasileiros agentes do imperialismo soviético, a esquerda não encontrava

dificuldades em associar o integralismo aos interesses ítalo-germânicos, acusando-o de estar a serviço dos “feudal-burgueses” imperialistas que ameaçavam o Brasil (DUTRA, 1997: 95). Dessa maneira, nacionalismo e anti-imperialismo foram conceitos que estiveram em disputa no Brasil de entre guerras, vindo a assumir “significados distintos ao longo do período contemporâneo, sendo reclamado por grupos defensores de projetos políticos divergentes, ligados tanto à esquerda como à direita”. O nacionalismo reivindicado pelos comunistas era ridicularizado pela direita, para quem “Uma vez que chegassem ao poder deixariam cair a máscara e sua submissão os interesses da União Soviética prevaleceria” (MOTTA, 2002: 29, 32).

O jornal *A Plateia*, do PCB de São Paulo, trazia, em edição de julho de 1935, uma extensa lista com números referentes aos empreendimentos imperialistas no Brasil. Estradas de ferro, bancos, dívidas públicas, agricultura e companhias de navegação eram algumas das muitas atividades econômicas, espalhadas de norte a sul do país, sob controle de empresas dos Estados Unidos, Inglaterra e França. Ao introduzir esses números, o jornal chamava a atenção para a importância do próprio conceito de imperialismo:

Só agora a palavra Imperialismo está sendo popularizada entre nós. Mas o conceito que esse vocábulo representa continua sendo falseado por todas as formas. Para que se veja, entretanto, o que é concretamente a ação do imperialismo em nosso país divulgamos a seguir algumas notas sobre as bases que os magnatas estrangeiros possuíam antes de 1930 e que de então para cá vem sendo sensivelmente aumentadas (sem contar a sua exploração do capital bancário, a que depois nos referiremos) (A PLATEIA in CARONE, 1973: 194).

Sendo assim, os escritos de Barroso representam o momento que vai de 1930 a 1945, quando há uma primeira e limitada tomada de consciência acerca da industrialização e do nacionalismo econômico no Brasil. É nesse período que começam a ser gestadas, no país, as primeiras – embora rudimentares – manifestações de anti-imperialismo, ainda que Caio Prado Jr. as situe apenas após a Segunda Guerra Mundial (1966A: 316-317). É nesse lapso temporal que se fortalecem as manifestações em prol das barreiras alfandegárias e do controle nacional sobre os recursos naturais. A difusão da ideologia integralista, aliada ao impacto da crise de 1929 sobre o Brasil e ao fortalecimento de sua rival, a ANL, contribuiu para a consolidação de uma ideologia que prezava pelo fortalecimento do poder central e pelo Estado como guardião e promotor dos interesses nacionais (BIELSCHOWSKY, 2004: 250-252).

Apesar de toda a repercussão e popularidade das obras de Barroso, a longo prazo o autor não seria muito mais bem-sucedido do que Feder. Sua aventura como militante integralista seria abreviada em fins de 1937, com o golpe do Estado Novo, que abreviou também a própria existência legal da AIB. A identidade de imaginação que ele criara nos anos 1930 não

sobreviveria à Segunda Guerra Mundial, quando a imagem do judeu como um agente econômico deletério foi progressivamente enfraquecida. Ao fim das atividades legais da AIB em 1937 seguiu-se um período no qual, “as imagens tradicionais dos judeus – urbanos, não-fazendeiros, de orientação financeira e poderosos internacionalmente – que foram a base de tanto ódio a eles eram (...) cada vez mais vistos como indicadores da utilidade dos judeus para o desenvolvimento econômico do Brasil” (LESSER, 2007: 277, 278). Os trechos seguintes de Oliveira Vianna, escritos provavelmente durante a vigência do Estado Novo, atestam essa visão dúbia da atuação do judeu na economia:

O judeu, realmente, é o banqueiro típico – por inclinação temperamental e por vocação social. Gosta e ama o dinheiro por si mesmo, pelo gosto do próprio dinheiro e não, absolutamente, ao modo do capitalista industrial – como fonte de atividade produtiva. (...)

Cumpra que rendamos esta homenagem a Israel; que façamos esta justiça à classe dos rentistas e banqueiros, cujo egoísmo e cuja cupidez monetária têm sido, assim, tão fecundos ao progresso e à civilização contemporânea (VIANNA, 1987: 85).

A admirável acolhida que o Estado Novo teve na sociedade brasileira, especialmente entre os nacionalistas e os militares, aponta para possíveis falhas nas tentativas integralistas de fincar raízes no Brasil, uma vez que a extinção da AIB por Vargas não gerou qualquer tipo de comoção nacional. Entre os trabalhadores, por exemplo, a influência de ideais socialistas e anarquistas era grande, dificultando uma adesão significativa ao integralismo. Um exemplo disso foi a greve geral dos empregados em hotéis de Salvador quando da realização de um congresso integralista na cidade (HILTON, 1977: 26, 27)¹¹⁰. Isso sem mencionar o fracasso da intentona integralista de 1938, que contou com ínfimo apoio popular e foi repudiada até mesmo entre os próprios integralistas¹¹¹.

Após o golpe do Estado Novo, as duas grandes razões de ser da AIB – o perigo comunista e a democracia liberal – foram extintas, tornando o integralismo dispensável. A possibilidade de que “grupos identificados com a ordem anterior a 1930 voltassem ao poder obcecava a tal ponto a classe média que ela abriu mão gostosamente dos luxos da democracia em troca de um governo forte num quadro autoritário” (LEVINE, 1980: 150). Antes mesmo do Estado Novo, a legislação trabalhista implementada por Getúlio Vargas acabou atendendo às principais reivindicações operárias, acentuando assim as dificuldades da AIB de recrutar militantes no chão das fábricas (HILTON, 1977: 28).

¹¹⁰ Sobre as relações da AIB com os trabalhadores, ver: DOTTA, Renato A.. *O Integralismo e os Trabalhadores : as Relações Entre a AIB, os Sindicatos e os Trabalhadores Através do Jornal "Acção" (1936-1938)*. Dissertação (mestrado em História) – Universidade de São Paulo, 2003.

¹¹¹ Sobre a Intentona Integralista, ver: SILVA, Hélio. *1938: Terrorismo em Campo Verde*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1971. (Documentos de história contemporânea; v.11.I). 421 p..

Barroso também protagonizou diversos conflitos no seio da AIB que giravam, sobretudo, em torno do antissemitismo. Em carta-aberta publicada em abril de 1934 na revista integralista *Panorama*, Plínio Salgado condena abertamente o antissemitismo, afirmando que o fato de haverem judeus ligados às altas finanças internacionais era mera coincidência (CAVALARI, 1999: 116). Barroso, em flagrante contraste, não via como mera coincidência o fato de o judeu estar ligado às altas finanças e à militância comunista, mas como atributos raciais e espirituais: “Como o sírio, o judeu não passa sem prestações. É uma inclinação racial” (BARROSO, 1934A: 42). A esse espírito judaico Barroso contrapunha o “espírito do século XX”, encarnado pelo integralismo e por tantos outros movimentos nacionalistas do mundo, que consistiria em atitude, ação e responsabilidade, rechaçando a passividade liberal do *laissez-faire*: “Todos se esquivam duma atitude, porque atitude implica responsabilidade e o século XIX lhe tem horror (...). O espírito do século XX é um espírito de atitudes e responsabilidades. O Integralismo encarna-o” (BARROSO, 1936A: 16).

Já em junho de 1936, o jornal integralista *A Razão*, de Garanhuns-PE, trouxe um artigo sem assinatura no qual a existência de cisões no seio da AIB era desmentida e Salgado era apresentado como intérprete unânime da doutrina, inclusive no que concernia ao antissemitismo (CAVALARI, 1999: 117).

Enquanto na Alemanha nazista as dissidências redundavam em eventos violentos como a Noite dos Longos Punhais, dentro da AIB as disputas eram mais amenas. Uma das desavenças entre Barroso e Salgado se deu quando, ao fim de uma conferência, Barroso afirmou que um chefe que não é fiel à sua doutrina corre o risco de perder a autoridade. Os aliados de Salgado interpretaram essa mensagem como uma crítica velada ao chefe. Dias depois, Salgado renunciou formalmente à liderança da AIB por meio de um discurso. Inconformados, seus companheiros se apressaram em buscá-lo para tentar convencê-lo a mudar de ideia. Entre eles estava o próprio Barroso, que, aos prantos, pediu desculpas ao chefe e orientou-o a reconsiderar sua decisão. Com isso, Salgado cedeu às “pressões” de seus companheiros e voltou atrás em sua decisão (TRINDADE, 1974: 177, 178).

Talvez a maior evidência das tensões entre Barroso e Salgado seja a famosa Carta de Natal de Salgado de 1935, publicada no jornal *A Ofensiva*:

É o caso da perigosa tendência pagã do hitlerismo, fenômeno que deve impressionar fundamente a consciência espiritual dos povos. (...) Chegará a Alemanha a essas loucuras? Não o sabemos. Apenas verificamos as consequências de um misticismo transportado do campo religioso, onde sempre deveria estar e de onde nunca deveria sair, para o campo das atividades políticas, isto é, à concepção do Chefe, como um homem diferente dos outros, um semi-deus, terminando na própria encarnação de Odín, e a concepção de seus adeptos como seres inumanos, super-religiosos, porém que, sem um fundamento cristão, ultrapassaram a linha hipócrita do velho

puritanismo, atingindo o outro extremo, onde a explosão de todos os recalques acaba manifestando-se como negação da virtude (SALGADO, 1950: 54-55).

Talvez resida nessa querela a explicação para o fato de os livros de Barroso passarem a adotar, a partir de 1937, uma postura mais moderada em relação ao nacional-socialismo e de aproximação com o catolicismo, constituindo aquilo que chamamos de “guinada conservadora”. No ano seguinte à carta de Salgado, em 1936, Barroso escreve:

Separam-nos [integralismo e nazi-fascismo], no entanto, diferenças profundas. O Fascismo se enraíza na gloriosa tradição do Império Romano e sua concepção do Estado é cesariana, anticristã. O Estado nazista é também pagão e se baseia na pureza da raça ariana, no exclusivismo racial. Apoiado neste, combate os judeus. O Estado Integralista é profundamente cristão, Estado forte, não cesarianamente, mas cristãmente, pela autoridade moral de que está revestido e porque é composto de homens fortes. (...) Combate os judeus, porque combate os racismos, os exclusivismos raciais, e os judeus são os mais irreduzíveis racistas do mundo (BARROSO, 1936B: 17).

Achamos pertinente interpretar essa e outras passagens como tentativas do autor de se adequar ao jogo de forças dentro da AIB em um momento no qual seu antissemitismo estava lhe trazendo problemas. Barroso não abandona em momento algum o antissemitismo, mas busca atenuá-lo a fim de tornar as cisões no interior da AIB menos evidentes, evitando assim comprometer a imagem dos integralistas como um grupo coeso. Nesse sentido, concordamos com Elynaldo Gonçalves Dantas, para quem o antissemitismo de Barroso era “influenciado diretamente pela doutrina nazista, influência que o autor busca superar, de modo a construir a sua visão de mundo aplicada à realidade brasileira, para isso somando elementos do catolicismo” (DANTAS, 2015: 58). Vale lembrar que Barroso tornou-se um católico convicto apenas tardiamente e “despertava certo desconforto a alguns membros do clero brasileiro, principalmente por seu discurso extremado antissemita” (COSTA, 2015: 129).

Mas mais do que mitigar possíveis tensões com o chefe integralista, a guinada conservadora do autor em 1937 certamente tinha o objetivo de se defender das críticas ao seu trabalho que partiam da Igreja Católica. Graciela Ben-Dror diz que João Becker, arcebispo de Porto Alegre conhecido por elogiar publicamente Hitler e o nazismo, muda o conteúdo de seu discurso a partir de 1939. A autora acredita que essa mudança de posicionamento de Becker pode ter sido consequência da violência com que foram perpetrados os eventos na Noite dos Cristais, em novembro de 1938 (BEN-DROR, 2007: 214). Entretanto, mesmo antes de 1938 já havia religiosos brasileiros dando sinais de reprovação ao nazismo.

Em sintonia com esse novo estado de coisas, Barroso escreve, em 1937:

Na nossa opinião, Hitler comete um erro, todavia, na sua campanha anti-judaica. Ele combate os judeus em nome do racismo ariano. Ora, sendo o judeu o maior de todos os racistas, não é possível combatê-lo com outro racismo e sim com um

antirracismo. O que se deve combater é justamente o racismo judaico. Em nome dos princípios cristãos que pregam a igualdade de todos os entes humanos, é que combatemos o povo que se declara ELEITO e SUPERIOR (BARROSO, 1937D: 25).

Curiosamente, Barroso percebeu para o nacional-socialismo aquilo que não havia percebido de si mesmo: que o exclusivismo racial atribuído ao judeu era, na realidade, uma marca do próprio integralismo. A “opressão judaica” denunciada por Barroso (e também por Feder) a todo o momento nada mais era do que a opressão que os próprios integralistas e nazistas queriam exercer sobre os judeus: “Sua ideia de nação é sua própria projeção, num movimento de inversão do discurso, no qual Barroso transfere para o *outro* os elementos presentes em seu próprio discurso: o racismo e a intolerância” (DANTAS, 2015: 102).

Graciela Ben-Dror observa que, no Brasil dos anos 1930, ser antissemita e condenar o racismo ao mesmo tempo não era visto como uma contradição. Isso era especialmente verdade nos meios eclesiásticos, onde “não era óbvia uma oposição ao antissemitismo no quadro da oposição global ao racismo” (BEN-DROR, 2007: 214). Sendo assim:

Na análise de Graciela Ben-Dror existia no Brasil dos anos 1920 e 1930 um racismo camuflado, apoiado em uma retórica legitimadora dos atos de exclusão e de violência. Do mesmo modo, a identificação entre os termos “católico” e “brasileiro” como sinônimos da identidade nacional era corrente no clero desde os anos 1920, o que contribuiu para rotular o judeu como inimigo do cristianismo. Para a autora, parte da elite católica que ocupava os quadros da Ação Integralista Brasileira não divulgavam o racismo por razões da doutrina cristã, mas mesmo assim, afirmavam que existia uma íntima ligação entre judaísmo e comunismo, e por isso estavam a favor da aplicação de uma política de discriminação para os judeus no Brasil. Daí que o antirracismo no Brasil caminhasse ao lado do antissemitismo, sem que uma atitude fosse excludente da outra (COSTA, 2009: 126).

“Daí que o antirracismo no Brasil caminhasse ao lado do antissemitismo, sem que uma atitude fosse excludente da outra”. É nessa linha que podemos compreender como o antissemitismo de Barroso convivia com seu clamor pela união de todas as raças contra o inimigo judeu, conforme se vê na seguinte passagem:

O Povo Brasileiro não é preto, nem branco, nem vermelho, nem amarelo. É, simplesmente, o Povo Brasileiro. (...) Brancos, índios, negros, mestiços, hoje, todos, ó mandatários de Rotschild, só têm uma cor, a Cor Verde de uma Camisa Gloriosa, e, vestidos com ela, todos vos varrerão do cenário nacional e da memória nacional (...) (BARROSO, 1936A: 151-152).

Não nos iludamos, contudo, com essa proposta. O integralismo “tinha como objetivo a construção e formação de uma homogeneidade racial e étnica da população, através do caldeamento racial e cultural, resultando no almejado predomínio da raça e cultura brancas”. Índios e negros só são valorizados se compactuam com o projeto civilizador lusitano cristão (CRUZ, 2004: 276), isto é, se aceitam vestir “uma Camisa Gloriosa”.

Assim, “Não há intenção alguma por parte do Sigma, em preservar, ou respeitar culturas estrangeiras no Estado Integral” (CAZETTA, 2010: 119). Para Barroso, manifestações culturais como o samba e as religiões de matriz africana (às quais ele se refere pelo simples e pejorativo nome de “macumba”) nada mais eram do que “satanismo de fundo cabalista”, com clara inspiração judaica:

O Brasil deve muito à raça negra. Os negros humildes e sofredores regaram com seu suor as terras de plantio, com suas lágrimas o chão batido das senzalas, com seu sangue os campos de batalha nas guerras civis e estrangeiras, com o leite de suas Mães Pretas, as bocas das crianças brancas! Merecem, portanto, nossa gratidão e nosso afeto. Por isso, devemos elevá-los pela educação, pela instrução, pelo apoio moral, pelo espírito, pela justiça social, dando-lhes uma situação digna na vida brasileira, e não abastarda-los e envilecê-los, chafurdando-os cada vez mais nas inferiorizações dos sambas e das macumbas. Devemos cristianizá-los, arrancando-os dos seus pendores atávicos, e não africanizá-los continuamente, sob o pretexto de amor ao seu folclore. Devemos fundi-los na comunhão nacional, não torná-los um quisto perigoso, isolando-os nos seus ritos fetichistas (BARROSO, 1937B: 342).

A ideia de “elear” os negros guarda resquícios do “fardo do homem branco”, perpetuando a crença de que caberia aos brancos o dever de conduzir o negro à civilização verdadeira. Implícito nesse “dever” estava, como sabemos, uma série de direitos, ou mesmo de arbitrariedades, graças às quais o único fardo acabaria recaindo sobre o próprio negro.

Em entrevista concedida ao jornal católico *A União*, em fins de 1934, Barroso justifica o racismo nacional-socialista como um imperativo nascido das próprias circunstâncias em que a Alemanha se achava, com muitos alemães vivendo fora das fronteiras (BARROSO, 1937C: 114). Em todo o caso, Barroso afirma que “o Integralismo está num ponto em que se não pode aproximar do Fascismo e do Nazismo sem perda de expressão; mas em que ambos podem evoluir até ele” (BARROSO, 1936B: 18). Ou seja: o integralismo não só diferia do nacional-socialismo e do fascismo, como também seria superior e lhes-serviria de modelo. Os exclusivismos raciais seriam somente aspectos negativos dos quais os fascismos europeus deveriam se livrar para o seu próprio bem.

O livro *Solidarismo e os Systemas Fascistas*, de 1937, traz uma coletânea de artigos e discursos de autoria do padre Everardo Guilherme, bem como de intelectuais e políticos da época. Nos artigos de Everardo Guilherme, nota-se profunda simpatia por Plínio Salgado aliada a uma desconfiança em relação a Barroso e ao nacional-socialismo. Em certas passagens, o padre Everardo Guilherme, que tinha suas restrições ao integralismo, acreditava no caráter internacionalista do sigma, mostrando que a divisa barrosiana “nacionalistas de todos os países, uni-vos!” encontrou ecos na intelectualidade brasileira:

Aplicando este Artigo [1º artigo das Diretrizes Integralistas], conforme sua profunda significação, podemos ficar tranquilos a respeito das intenções do integralismo. Se os primeiros chefes não forem defensores dos interesses nacionais, com uma paixão “chauvinista” e se os países vizinhos ou europeus não continuarem pondo grandes obstáculos ao desenvolvimento internacional, poderemos esperar a prosperidade do novo fascismo-brasileiro. Conclusão: O internacionalismo-integralista *promete ser harmônico* (GUILHERME, 1937: 75).

O Pe. Everardo Guilherme defendia que todo verdadeiro fascismo deveria ser a um só tempo nacional e universal, pois que dotado de um caráter católico:

O verdadeiro fascismo que deve basear-se nos princípios são e aceitáveis do solidarismo ou doutrina-sociológica-católica é nacional, conforme as regras da boa moral, que é também universal, conforme os princípios da única verdadeira religião, que é a católica. Um Deus, uma Verdade, e um Poder-espiritual, formam os três princípios do verdadeiro fascismo que é nacional, patriótico e harmônico, mesmo por seu espírito internacional e universal que vem de Deus, pela doutrina de Jesus-Cristo, Rei do Mundo (GUILHERME, 1937: 45).

Tal como Barroso, portanto, o religioso opõe o universalismo cristão aos exclusivismos do arianismo nacional-socialista e do cesarismo fascista. Everardo Guilherme também endossa a visão que Barroso tem do integralismo como uma doutrina acima dos fascismos europeus, definindo-o como um “fascismo aperfeiçoado”. O nazismo seria um “fascismo degenerado” e o solidarismo católico o “fascismo perfeito” (GUILHERME, 1937: 50).

Entretanto, Everardo Guilherme foi mais crítico do que simpático a Barroso. Comentando uma passagem de 1935, na qual o integralista afirma que os austríacos eram simpáticos ao nacional-socialismo e recorriam, por esse motivo, à Alemanha nazista¹¹², Everardo Guilherme contesta: “Por esta opinião ofendem-se gravemente os sentimentos mais íntimos dos católicos e temos mais uma prova de que é necessário que a imprensa católica esclareça, continuamente, as inteligências, conforme a verdade”. Ele afirma ainda, com segurança, que os austríacos eram grandes entusiastas do governo de Engelbert Dolfuss¹¹³, e diz que “Entre os meus amigos integralistas não conheço nenhum (...) que concorde com um tal modo de ver os acontecimentos na Áustria” (GUILHERME, 1937: 113).

Esse é apenas um dos muitos exemplos de como a simpatia pelo nacional-socialismo não agradava as autoridades eclesiásticas no Brasil.

A simpatia brasileira pelos movimentos fascistas europeus, portanto, sempre esbarrou em dois obstáculos: o racismo nazista e seu suposto paganismo. Admira-se o Terceiro Reich

¹¹² “A Áustria apoia-se no estrangeiro para impedir provisoriamente que o nazismo dela se apodere, porque ele corresponde às aspirações de seu povo; mas é obrigada a adotar a organização corporativa do Estado para poder viver” (BARROSO, 1935B: 168).

¹¹³ Líder conservador austríaco que governou o país entre 1932 e 1934, ano em que foi assassinado pelos nazistas em uma tentativa de golpe fracassada. Seu regime tinha uma feição muito mais católico-autoritária do que fascista. Enquanto estava no poder, Dolfuss lutou não só contra os comunistas, mas também contra os próprios nazistas austríacos (PAXTON, 2007: 192).

em sua luta contra o comunismo, o liberalismo e a maçonaria, mas ao mesmo tempo se reprovam outras de suas posturas. Recorramos novamente ao padre Everardo Guilherme:

Hitler parece conhecer menos o valor do Cristianismo do que Mussolini. Pois, apesar de suas ideias solidaristas terem sido tomadas em grande parte da opinião cristã, sobretudo católica, ele cometeu nos últimos tempos (talvez instigado por falsos conselheiros), o grande erro de apoiar a propaganda do paganismo no Império Alemão e oprimir a pregação do Cristianismo, enfraquecendo o mais possível a posição das Igrejas cristãs. Grandes calamidades ameaçam agora a Igreja, mas estas se vingarão a si mesmas sobre o nacional-socialismo da Alemanha (GUILHERME, 1937: 43).

Everardo Guilherme reproduz a passagem na qual o integralista afirma a singularidade da AIB¹¹⁴, enfatizando a parte na qual ele define o Estado integralista como um Estado forte em termos cristãos, e não em termos cesáreos (GUILHERME, 1937: 140). Assim, o religioso não esconde a esperança de que o integralismo não seguiria esse rumo:

O nazismo nacional proibiu a maçonaria, mas prendeu as crianças católicas na mesma cadeia, expulsando os religiosos e professores católicos. Não é mentira dizer que os católicos na Alemanha compraram nabos em saco com sua concordata e é justamente isto que obriga a ponderar bem os atos dos chefes integralistas. As circunstâncias na Alemanha e no Brasil são diferentes, daí a diferença na apreciação e na aplicação do fascismo, porém a origem da doutrina é a mesma Itália, com o seu chefe Mussolini. Entretanto, há esperança e possibilidade de que o integralismo seja aplicado num sentido leal a respeito da liberdade da religião e da Santa Madre Igreja (GUILHERME, 1937: 100-101).

Diante das acusações que Plínio Salgado e setores da Igreja dirigem ao regime de Hitler, é compreensível que Barroso não tenha levado às últimas consequências a sua identificação com o nacional-socialismo. Por isso seu empenho em enfatizar a diferença e a superioridade do integralismo perante seus congêneres.

A AIB, especialmente na figura de Plínio Salgado, se apresentava como herdeira da tradição católica. Porém, a Igreja nunca se identificou totalmente com o integralismo pelo simples fato de que este último não se resumia ao tradicionalismo católico, abarcando também outras vertentes ideológicas nem sempre de acordo com os preceitos cristãos. Além disso, assim como os trabalhadores e as elites conservadoras, a Igreja Católica já vislumbrava em Getúlio Vargas a resposta aos seus principais anseios (SOUZA, 1982: 106). O bispo de São Carlos, Dom Gastão Liberal Pinto, criticava a pretensão integralista de submeter a Igreja à política, afirmando que a Ação Católica já servia aos católicos que quisessem atuar na

¹¹⁴ “Separam-nos, no entanto, diferenças profundas. O Fascismo se enraíza na gloriosa tradição do Império Romano e sua concepção do Estado é cesariana, anticristã. O Estado nazista é também pagão e se baseia na pureza da raça ariana, no exclusivismo racial. Apoiado neste, combate os judeus. O Estado Integralista é profundamente cristão, Estado forte, não cesarianamente, mas cristãmente, pela autoridade moral de que está revestido e porque é composto de homens fortes. (...) Combate os judeus, porque combate os racismos, os exclusivismos raciais, e os judeus são os mais irredutíveis racistas do mundo” (BARROSO, 1936B: 17).

política. Ele acusa ainda o integralismo de ecletismo, misturando filosofias antigas e modernas. Comentando o livro *O que o integralista deve saber*, o bispo critica a posição de Barroso, que admite que todas as concepções de Deus advogadas pelas mais diversas religiões eram compatíveis com o integralismo (RAGO FILHO, 1989: 213, 214)¹¹⁵. O padre Everardo Guilherme, por sua vez, escreve:

O nacionalismo-fascista já aproximou a opinião cristã-social sobre a sociologia, porém divergem em um ponto essencial da sociedade católica. Apresenta, como o mais alto ideal o culto da onipotência do Estado; o Cristianismo apresenta como o mais alto ideal: a Onipotência de Deus. O nacionalismo-moderno conduz portanto à idolatria do Estado e deste modo já contém em si os germes da ruína. A Itália permitiu, a par do culto do Estado, o culto de Deus, até mesmo propagou-o nos últimos anos e por isso, talvez, será mais duradoura que a Alemanha que caiu no mais rude culto do poder do Estado, por seu falso nacionalismo. O Estado, por receber de Deus seu poder, não pode exigir adoração (GUILHERME, 1937: 40-41).

O artigo de autoria de Oscar Mendes, publicado na coletânea organizada pelo padre Everardo Guilherme, faz denúncias semelhantes: “No seu ódio aos católicos e a qualquer religião, dizem que [Hitler] já estabeleceu um dilema para o cidadão alemão: ou Cristo, ou Hitler” (MENDES, 1937: 242-243).

A revista franciscana *Vozes de Petrópolis*, apesar de seus pontos de vista antissemitas, era contrária ao antissemitismo nazista, tendo enrijecido sua posição após a Noite dos Cristais de 1938. Outra importante publicação católica, *A Ordem*, diferenciava o que eles chamavam de uma justa perseguição à religião judaica de um suposto antissemitismo anticatólico presente em muitos países europeus. Em 1933, o Centro Dom Vital já expressava seu repúdio ao nacional-socialismo (BEN-DROR, 2007: 230, 235, 236).

Barroso, portanto, atraía a desconfiança de setores da Igreja Católica que não compartilhavam de sua admiração pelo nacional-socialismo. É provável que o pensador cearense fosse visto até mesmo como um estorvo, pois dificultava a aceitação do integralismo por parte do clero. Como bem apontou Marilena Chauí (1985: 76), as relações do integralismo com a Igreja Católica sempre foram problemáticas. Por vezes Plínio Salgado se viu obrigado a dar provas de seu compromisso como o catolicismo. E por vezes a AIB sofreu ataques de eclesiásticos, que demonstravam maior apreço pelos chamados “fascismos conservadores” (ZAUERCH, 1984: 249), isto é, aqueles mais impregnados de valores cristãos, a exemplo do salazarismo português, do falangismo espanhol, do rexismo belga e do regime de

¹¹⁵Ver: BARROSO, Gustavo. *O que o Integralista Deve Saber* (2ª edição). Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1935C. P. 209.

Dolfuss¹¹⁶. Essa maior inclinação da direita brasileira aos “fascismos conservadores” é atestada pelo texto de Edgar de Godoi da Matta Machado, um dos redatores d’*O Diário*, de Belo Horizonte. Edgar elogia Salazar por sua luta contra o fascismo, mas também por ter adotado, em seu governo, os princípios fascistas mais nobres, como a luta contra o liberalismo (MACHADO, 1937: 210). De forma análoga, escreve Everardo Guilherme:

Na Áustria e em Portugal achamos dois ditadores católicos, que propagaram o Estado corporativo; são Dolfuss e Salazar. Na Áustria se encontra a verdadeira aplicação dos princípios das encíclicas de Leão XIII e Pio XI. Na Itália podemos ver, como o formidável Mussolini, um dos maiores talentos da nossa época, curvou-se com prudência à Igreja, até ficar em plena paz para si e para o seu povo. É o sistema de concordata bem aplicada e bem observada de ambos os lados. Parece que Plínio Salgado quer imitar a Mussolini e além disso promete uma aplicação mais justa da representação cooperativa e corporativa. Seu método parece mais democrático e também mais justo e honesto. Bélgica entende o fascismo como um novo reconhecimento de Cristo –, Rei do mundo e da Pátria; Espanha pretende imitar a Salazar, e na França, o movimento não é antirreligioso (GUILHERME, 1937: 43-44).

Sendo assim: “cresce a esperança de que o movimento integralista será o de Salazar ou de Dolfuss, e nunca o de Hitler ou de Mussert” (GUILHERME, 1937: 138). Anton Mussert era o líder do movimento nacional-socialista holandês, o *National-Socialistische-Beweging*, elogiado por Barroso nas suas pretensões de restituir

à coroa os poderes que os socialistas lhe usurparam; a grandeza da Holanda dentro da ordem e com igualdade de trabalho para todos os holandeses; o estabelecimento do Estado Corporativo; firmeza, coragem e plena responsabilidade no exercício da autoridade; combate a todo judeu que pretenda fazer primar sua solidariedade étnica sobre o dever patriótico; dignidade do trabalho (BARROSO, 1936B: 111-112).

Tanto ao falar do fascismo holandês como ao falar sobre o fascismo belga, Barroso se abstém de fazer quaisquer referências à relação desses movimentos com a Igreja Católica. Porém, o padre Everardo Guilherme mostra que os embates entre fascismo e Igreja nos Países Baixos não eram desconhecidos no Brasil. Ele destaca que o nacional-socialismo holandês, tal como o alemão, havia sido condenado pela Igreja Católica por sua “falta de espiritualidade”. Apesar de inicialmente elogiar o fascismo belga fundado por Léon Degrelle, ressaltando sua proximidade com o cristianismo, o padre acaba por condená-lo afirmando que ele fora repreendido pelos bispos belgas “por motivos de disciplina” (GUILHERME, 1937: 201)¹¹⁷.

¹¹⁶ O caráter fascista do salazarismo e das Falanges Espanholas vem sendo cada vez mais questionado. Para uma discussão bastante elucidativa, ver: CAZETTA, Felipe. *Fascismos e Autoritarismos: a cruz, a suástica e o caboclo – fundações do pensamento político de Plínio Salgado – 1932-1945*. Dissertação (Mestrado em História) – UFJF, Programa de Pós-Graduação em História, Juiz de Fora, 2011, 172p.

¹¹⁷ A ambiguidade de Everardo Guilherme ao falar da Bélgica provavelmente se deve ao fato de que Léon Degrelle se desentendeu com as principais lideranças religiosas, acusando-as de compactuarem com os vícios da

Voltando às disputas no seio da AIB, outro integralista que dissociava o integralismo do nacional-socialismo era o capitão Olímpio Mourão Filho, chefe do Estado maior da milícia integralista e, portanto, subordinado de Barroso. A Olímpio Mourão coube a tarefa de forjar o Plano Cohen, utilizado pelo regime Vargas como justificativa para o golpe do Estado Novo de 1937. O Plano Cohen seria uma conspiração comunista para tomar o poder no Brasil por meio de revoltas, greves e demais ações violentas. Nesse documento, atribui-se a identificação entre integralismo e nazismo a um artilheiro comunista que buscava deslegitimar a AIB diante dos católicos, haja vista as perseguições de que a Igreja Católica era vítima na Alemanha. Assim, tenta-se a todo o momento apresentar os camisas-verdes como inimigos dos comunistas ao mesmo tempo em que os dissocia de seu congênere alemão (DANTAS 2015: 212, 216).

Sendo assim, a recepção das obras de Barroso entre os meios católicos e entre os próprios integralistas nos mostra que muitas vezes era preciso sair em defesa da doutrina integralista, assegurando que ela não era conflitante com o cristianismo. Por isso Barroso escreve: “O Integralismo é um movimento político e social cristão, segundo declaram todos os seus doutrinadores. Portanto, o Integralismo se alicerça, fundamenta e radica no Cristianismo, nas doutrinas sociais e políticas do cristianismo” (BARROSO, 1937C: 7).

Outro religioso brasileiro que se interessou pela obra de Barroso foi o padre jesuíta Antônio Fernandes, da Congregação Mariana de Pernambuco. Antônio Fernandes resenhou uma série de livros que ele considerava importantes para a formação dos religiosos, entre eles *História Secreta do Brasil, Integralismo e Catolicismo, O que o Integralista deve Saber, O Integralismo em Marcha, Comunismo, Cristianismo e Corporativismo* e *A Sinagoga Paulista* (ALMEIDA, 2007: 252-253).

Sendo assim, se por um lado o integralismo tinha um indiscutível apelo cristão, por outro deve ser ressaltado que as relações entre a AIB e a Igreja Católica também foram marcadas por atritos. Ademais, se o apelo cristão é um elemento que distinguia o integralismo do nacional-socialismo, por outro lado ele não constitui um indicativo de que o integralismo não era um fascismo. Isso porque o embate entre política e Igreja é uma característica do Estado moderno, e não apenas do fascismo. Max Weber (1985) diz que a política é uma das muitas esferas da vida que entraram em choque com as “religiões de salvação”, pois a ideia de uma divindade universal e amorosa é incompatível com as pretensões estatais ao uso da violência. Dessa maneira, ao recorrer “a uma proposta de sociedade em que a própria utopia

ordem estabelecida. Externamente, porém, graças a uma intervenção de Mussolini junto ao papa, o rexismo não foi condenado pela Igreja Católica (WEBER, 1964: 124, 126).

moderna de ordem e controle seja recuperada” (CRUZ, 2011: 197-198), o integralismo acabou protagonizando esse embate inevitável anunciado por Weber.

Em sua tipologia, Daniel Lvovich (2007: 118) diferencia as expressões católicas daquelas nacionalistas. As expressões católicas seriam aquelas diretamente subordinadas às autoridades eclesiásticas, ao passo que as nacionalistas eram aquelas que se autodenominavam enquanto tais, sem relação orgânica com as instituições eclesiásticas, embora podendo se relacionar com elas de diferentes formas. Nas palavras do autor, havia muitos casos “em que os mesmos sujeitos participavam de ambas as instâncias, assumindo-se como nacionalistas ou como católicos de acordo com o contexto”, de modo que “a diferença assinalada só se revela estrita para o caso das publicações e instituições, e não para os indivíduos considerados”.

Barroso era um “escritor integralista conhecido e antissemita radical” que se identificava “com o movimento fascista da Ação Integralista Brasileira, e não obteve legitimação das instituições eclesiásticas” (BEN-DROR, 2007: 240). Entretanto, algumas de suas últimas obras integralistas, datadas de 1937, foram publicadas pela Editora ABC, que era católica, explicando assim sua “guinada conservadora” nos estertores do movimento integralista. É válido lembrar que, após uma encíclica de 1937 condenando os ataques nazistas à Igreja alemã, a Igreja brasileira passou a adotar uma postura muito mais crítica diante do regime de Hitler (BEN-DROR, 2007: 236-237), o que também pode nos ajudar a entender as críticas à obra de Barroso expostas acima e o empenho do autor em se adequar a elas.

Ao escrever *Integralismo e Catolicismo* (1937), obra exemplar no sentido de aproximar a AIB da doutrina católica, Barroso tinha os seguintes objetivos: diferenciar a AIB de outros movimentos congêneres; angariar o apoio do eleitorado católico para as eleições de 1938; trazer os católicos para a AIB e imbuir o integralismo, movimento que se dizia plural, do espírito católico. Sendo assim, ele buscava “reafirmar seus valores cristãos, diante de sua militância e dos que lhe acusavam de cópia do fascismo e do nazismo, além de buscar a adesão de intelectuais e da base da Igreja Católica para viabilização de seu projeto de nação integral” (DANTAS, 2015: 164). Note-se, todavia, que a própria ordem dos termos – *Integralismo e Catolicismo*, com o integralismo vindo antes do catolicismo – já denota qual seria, na visão do autor, o fator primordial: “somente a *integralização* da Igreja, sua adesão à doutrina do Sigma, seria capaz de reerguer a sociedade brasileira e colocá-la nos rumos certos para a construção de uma nacionalidade cristã” (DANTAS, 2015: 128, 141)¹¹⁸.

¹¹⁸ Dantas (2015) observa que *Integralismo e Catolicismo* dialogava com um artigo de Alceu Amoroso Lima na revista *A Ordem* de 1935, sob o pseudônimo de Tristão de Athayde, intitulado “Catolicismo e Integralismo”.

Como já mostramos no capítulo anterior, um dos traços dessa guinada conservadora de Barroso foi admitir a possibilidade de um judeu ser regenerado pelo integralismo. Elynaldo Gonçalves Dantas, porém, entende que o fato de Barroso admitir que o judeu pudesse fazer parte da síntese cristã não passava de uma artimanha para velar o seu racismo:

Mas, se lembrarmos do que foi exposto por Gustavo Barroso no livro anterior, ao fazer uma analogia ao pensamento do *Führer* nazista, os judeus são inassimiláveis por uma condição inerente a eles próprios, o que presumiria sua necessária extinção. Nota-se, mais uma vez, o artifício de Barroso, o *Führer* brasileiro, para camuflar seu pensamento racista e antissemita, numa roupagem política, moralista e religiosa (DANTAS, 2015: 108).

Sendo assim, Barroso era um autor racista e antissemita, mas, graças a constrangimentos internos (outros integralistas) e externos (especialmente de ordem religiosa), precisou camuflar esse racismo de variadas maneiras.

Ademais, o fato de Barroso e demais integralistas negarem a filiação aos movimentos fascistas europeus, ressaltando até mesmo sua superioridade, é um traço que aponta mais para o seu teor fascista do que para o contrário. Ele torna evidente o chauvinismo, a arrogância, a crença inabalável de que “minha pátria está acima de todas as demais”:

O maior grau de espiritualidade, o pleno desenvolvimento no plano das ideias, o idealismo das três raças e o Estado como expressão da família são todos elementos que Barroso elenca para ressaltar não só a singularidade, mas também a superioridade do integralismo frente aos seus congêneres europeus. Sendo assim, (...) em última instância nem mesmo o integralismo conseguiu escapar por completo ao caráter exclusivista que era tão comum nas manifestações fascistas europeias. Se Barroso não reivindicava a superioridade de qualquer nação (...), por outro lado ele nunca deixou de defender que, dentre os vários fascismos, o integralismo estava à frente e deveria servir de exemplo aos demais. Logo, mesmo quando quis ser conciliador, o integralismo acabou tendo um quê de exclusivista (...) (LIMA, 2013: 97-98).

Se as circunstâncias brasileiras constrangeram Barroso a moderar o seu discurso, as circunstâncias alemãs constrangeram Feder justamente no sentido contrário. O engenheiro que, em 1919, conclamava os trabalhadores do mundo a se unirem, já nos escritos seguintes ressaltava que o protagonismo da luta contra as altas finanças cabia à Alemanha, conforme já expusemos no capítulo anterior.

O imaginário, “ao compor sínteses originais, combina e produz imagens, numa dinâmica de construção por vezes próxima, por vezes afastada, da experiência sensível” (ARRUDA, 2008: 24). Ademais:

Estruturas sociais e campos de significação se tangenciam, por serem vias de dupla mão entre o social e o imaginário, cuja expressão não exclui a ideologia, enquanto tecido de representações e valores integrados na escrita da história, da mesma forma que o imaginário, ao compor sínteses originais, combina e produz imagens, numa

dinâmica por vezes próxima, por vezes distante, da experiência sensível (ARRUDA, 2008: 19).

A interpretação do capitalismo financeiro como um fenômeno espiritual/racial, sendo que ele é um fenômeno de classe¹¹⁹; a crença na existência de um capital puramente produtivo, sem interferência do capital financeiro “parasitário”; a visão da acumulação capitalista como uma doença; as tentativas de se conciliar uma política externa imperialista com uma economia moralizada que se pautasse pelas tradições empresariais mais antigas: tudo isso contribuiu para que o imaginário de nossos autores se afastasse em muito dessa experiência sensível. E Barroso ainda carregava a agravante de pintar um quadro no qual fascistas de todo o mundo estariam irmanados na luta contra as altas finanças.

A insistência dos dois autores no par oposto “capital criador X capital estéril”, associando o primeiro à indústria e o segundo às finanças, ignora o simples fato de que a finança não é o oposto do capital industrial. Ao separar o capital financeiro do capital industrial, colocando-os como elementos antagônicos entre si, os autores ignoravam que capital industrial, comercial e bancário se reuniam sob a égide das altas finanças. Hilferding coloca-o poeticamente ao afirmar, em seu livro de 1910: “Pois o capital industrial é o Deus Pai que enviou, como Deus Filho, o capital comercial e bancário, e o capital monetário é o Espírito Santo; são três em um só, no capital financeiro” (HILFERDING, 1985: 215). Duménil e Lévy colocam-no de forma ainda mais esclarecedora:

Tratando dos grandes capitalistas (os magnatas) ou da fração superior da classe capitalista, não é pertinente a oposição *financeiro/industrial*, contrariamente a uma interpretação amplamente difundida da análise de Hilferding. No nível inferior das hierarquias capitalistas, os capitalistas industriais estão fortemente submetidos a essa máquina financeira, mas, no topo, os grandes capitalistas possuem tudo, e essa propriedade se encarna nas instituições financeiras (DUMÉNIL e LÉVY, 2010: 294-295).

De maneira que “não existe capital financeiro, de um lado, e o capital industrial ou comercial, isto é, não financeiro, de outro”. A questão se dá em outros termos: “a fração superior da classe capitalista e suas instituições, a finança, possuem o conjunto da ‘grande’ economia (doravante, transnacional, financeira e não financeira)”. Nesse sentido, a análise de Hilferding é precisa, pois propõe que a relação do capital financeiro “com o capital não financeiro é estabelecida de maneira muito explícita, e descrita como estreita”, podendo-se falar em “fusão banco-indústria” (DUMÉNIL e LÉVY, 2010: 189, 197).

¹¹⁹ “Por ‘finança’ nós entendemos: *a fração superior da classe capitalista e suas instituições financeiras, encarnações e agentes de seu poder* (poderia ser dito ‘as frações superiores’, considerando evidentemente suas heterogeneidades)” (DUMÉNIL e LÉVY, 2010: 187).

Dessa maneira, olhando em retrospecto para os escritos de Feder e Barroso que reproduzimos em nosso trabalho, reafirmamos aquilo que defendemos logo na introdução: a importância dos mitos na interpretação das transformações econômicas. Sua identificação entre o capital financeiro e uma grande conspiração judaica torna bastante pertinentes as anotações de Girardet:

Quer se trate, no entanto, da dominação do Dinheiro, dos males da especulação bolsista, do poder incessantemente acrescido dos trustes e dos monopólios, da ruína previsível do artesanato e da pequena empresa, do surgimento dos grandes magazines, da difusão da publicidade (“o reclame”), da derrocada das velhas solidariedades comunitárias ou dos golpes sofridos pela fé religiosa, cada um dos fenômenos denunciados é apresentado como dependente de uma mesma vontade (...) (GIRARDET, 1987: 56).

Quando percebemos a repercussão que a obra de Feder e Barroso tiveram na Alemanha e no Brasil dos anos 1930, formando opiniões e inspirando a publicação de outros livros, reafirmamos nossa proposta inicial de analisar os mitos políticos não tanto com o propósito de desmascará-los, mas no sentido de atentar para o seu impacto. O historiador romano Tácito afirmava que, nas raízes de notícias falsas e amplamente aceitas, estariam indivíduos que “imaginavam e ao mesmo tempo acreditavam nas próprias imaginações” (TÁCITO citado por GINZBURG, 2014: 25). De maneira análoga, Thomas Hobbes sugere que os homens muitas vezes tendem “a encarar com sujeição as próprias imaginações, a invocá-las quando se encontram em dificuldade, e a agradecer-lhes quando os eventos tiverem um resultado favorável” (HOBBS, citado por GINZBURG, 2014: 24-25). Dessa forma, a religião, tal como o Estado, teria surgido a partir do medo (de catástrofes naturais, de tensões sociais, etc.) dos indivíduos, fazendo-os sujeitarem-se às suas próprias imaginações e invocarem-nas em meio às dificuldades. Portanto, o Estado, criação artificial, “se ergue diante daqueles que com seu pacto o criaram – aqueles dos quais é *feito* – como um objeto que incute sujeição” (GINZBURG, 2014: 26).

Nossos estudos nos mostraram que, assim como a religião e o Estado, os mitos políticos têm origem no *medo*, têm como resultado almejado a *sujeição* e como meio a *ficção*, criada pelos mesmos homens que a ela posteriormente se sujeitam¹²⁰. Como observa Rodrigo Patto Sá Motta, não podemos cair no equívoco de reproduzir exatamente o discurso mitológico que estamos criticando e atribuir a elaboração de tais mitos a forças malignas. Por mais que interesses manipulatórios pudessem estar por trás das narrativas míticas, “não se deve excluir

¹²⁰ O mito político moderno, que constitui nosso tema de análise, “É uma narrativa que elabora uma explicação para a realidade social, contém uma série de mistificações e propõe um programa de ação” (MOTTA, 1998: 94).

a possibilidade de muitos líderes antissemitas e anticomunistas acreditarem sinceramente em sua doutrina” (MOTTA, 1998: 103).

Transcendendo a simples história comparada e atingindo a história transnacional, achamos coerente definir nossos autores – Feder e Barroso – como legítimos “intelectuais-heróis”, alcunha que Luiz Mário Ferreira Costa (2015) atribuiu aos portugueses Rolão Preto e Alfredo Pimenta, além do chefe nacional da AIB Plínio Salgado e do próprio Gustavo Barroso. Todos os elementos que Luiz Mário Ferreira Costa encontrou nas obras dos referidos autores para classificarem-nos como intelectuais-heróis podem ser encontrados nas obras de Feder e Barroso. Um deles era “o narcisismo ou o chamado ‘Complexo de Dora’, a vaidade exacerbada que estes escritores (...) possuíam, especialmente quando se vêm diante do tribunal da história e na difícil tarefa de remontarem suas próprias trajetórias a partir da memória”. Temos ainda a habilidade de se apresentarem “ao público como a resistência hercúlea diante de forças malignas e poderosas, sejam elas conhecidas ou ocultas”, uma conjuntura comum na qual “as ‘Primeiras Repúblicas’ liberais [República Oligárquica no Brasil e República de Weimar na Alemanha] foram colocadas no centro das críticas e das contestações”, fazendo com que a ordem liberal se transformasse “no álibi preferido para que eles mesmos surgissem como denunciadores e libertadores, construindo uma autoimagem que identificamos pela noção de intelectual-herói”. Ademais, foram pensadores “que demonstravam uma vaidade exagerada, se portavam como se fossem os detentores absolutos da verdade e do conhecimento objetivo”, além de insistirem sempre no fato de que “exerciam uma tarefa injusta e que muitos não reconheciam seus esforços, pois lutavam contra forças poderosas, sejam elas conhecidas ou ocultas”. Dessa maneira, “enquanto a maioria da sociedade era manipulada e conduzida sem perceber pelo caminho da destruição, eles, os intelectuais-heróis, denunciavam e combatiam os inimigos”. Por isso lhes era muito cara a ideia de que a história se fazia sempre nos bastidores, bem longe dos olhos do grande público (COSTA, 2015: 56, 57).

3.2. Análise diacrônica

Nossos autores se apropriam de todo um imaginário hostil à cobrança de juros, à prática de preços abusivos, ao predomínio de grandes corporações financeiras e comerciais e à ascensão das altas finanças para defenderem, a seu modo, a luta contra o capital financeiro. Tal imaginário data da Antiguidade Clássica, passando pela Idade Média e pelas

transformações do Período Moderno, acentuando-se entre fins do século XIX e princípios do século XX, com a primeira supremacia do capital financeiro.

Eliana Dutra (1997:35) observa com propriedade que o imaginário “implica a adesão a um sistema de valores e a um sistema de regras que se remetem à estruturação das forças afetivas que atuam sobre o conjunto da vida social”. Tanto em Barroso como em Feder, o ódio, o medo e a indignação foram fundamentais para a configuração de um imaginário. Isso porque “a ideia de que a raça judia se constituía em uma força imbatível aterrorizava a todos que lhe atribuíam o poder de abalar impérios financeiros, desestabilizar o comércio internacional e colocar em risco a segurança política” (CARNEIRO, 1988: 323). A forma assustadora com que banqueiros de origem semita desfilam nas páginas dos dois autores, extorquindo as riquezas e as forças dos povos, era fundamental para inflamar tais sentimentos.

Sendo assim, a análise diacrônica faz-se necessária em nosso trabalho porque “Nenhum autor pode criar algo novo sem voltar-se para o *corpus* estabelecido da linguagem, para aqueles recursos linguísticos criados diacronicamente no passado recente ou mais remoto e compartilhados por todos os falantes e ouvintes”. Conclui-se que “Toda palavra e todo conceito têm, portanto, um impulso diacrônico contra o qual qualquer um que busque um novo significado precisa operar” (KOSELLECK, 2006B: 102). Na mesma linha, Castoriadis (1982: 152) observa que “a sociedade constitui seu simbolismo, mas não dentro de uma liberdade total”, já que ele “se crava no natural e se crava no histórico (ao que já estava lá)”.

Dito isto, importa definir a partir de qual marco temporal nossa análise diacrônica irá se desenrolar.

Ao lidar com a história de conceitos-chave políticos e sociais, Koselleck estabeleceu o chamado *Sattelzeit*¹²¹, lapso temporal situado entre 1750 e 1850 no qual, segundo o autor, os conceitos-chave políticos e sociais no mundo ocidental se transformaram de forma mais acelerada, além de representar um momento de gestação da modernidade.

João Feres Jr. (2007)¹²² demonstra que a *Begriffsgeschichte* não precisa se limitar a estudar apenas conceitos-chave que experimentaram significativas transformações entre os séculos XVIII e XIX. Ao comentar as experiências holandesas no estudo da história

¹²¹ Em alemão: *Sattel* = sela; *Zeit* = tempo.

¹²² O empenho de João Feres Jr. em “democratizar” a *Begriffsgeschichte* é uma das principais fontes de legitimidade deste trabalho. O autor defende a necessidade de se ampliar o escopo de atuação da BG não apenas no tempo, para além do marco 1750-1850, mas também no espaço, para além do continente europeu. Segundo o autor, conceitos como o *Sattelzeit*, a ruptura entre espaço de experiência e horizonte de expectativa e a aceleração do tempo não devem ser usados como termômetros da modernidade em todos os lugares pesquisados. Nem toda sociedade que se modernizou passou por um *Sattelzeit*, por exemplo, e este não tem um começo e um fim definidos. Sendo assim, “pesquisadores dispostos a trabalhar com contextos extraeuropeus devem ser aconselhados a não assumir essa teoria da modernidade como dados factuais” (FERES JR., 2014: 473).

conceitual do país, Velema vai pelo mesmo caminho, mostrando como a *Begriffsgechichte* não precisa se ater apenas a conceitos políticos e sociais, como os alemães faziam, podendo também se debruçar sobre conceitos culturais, religiosos, artísticos, literários e – acrescentamos – econômicos. Não por acaso, a equipe de investigadores holandeses reúne historiadores políticos, da arte, da literatura, teólogos, entre outros (VELEMA, 2007: 80).

É baseado nessas experiências e observações que defendemos a pertinência do uso da História Conceitual para esse trabalho – um trabalho que: a) Trata de um conceito do campo econômico, e não propriamente político-social; e b) Foge ao marco temporal 1750-1850.

Nosso *Sattelzeit* compreenderá a virada do século XIX para o século XX porque esse período corresponde à primeira hegemonia financeira e ao chamado “compromisso keynesiano” que a interrompeu¹²³. Entre 1860 e 1880, a livre-concorrência atinge o seu ápice, mas após a crise de 1873 já começam a se desenvolver os cartéis, ainda que de forma gradual. Entre fins do século XIX e a crise de 1900-1903, “os cartéis se tornam uma das bases de toda a vida econômica: o capitalismo transformou-se em imperialismo” (SODRÉ, 1967: 146).

Gerard Duménil e Dominique Lévy definem a finança como um ator “tanto econômico como político, em ação na história do capitalismo”. A finança reúne dois elementos: “uma fração da classe capitalista [e] um conjunto de instituições (os bancos e, incluídos no capitalismo moderno, o banco central e instituições não bancárias, nacionais ou internacionais...)”. Sendo assim, a finança “somente existe no capitalismo moderno, mais ou menos depois do início do século XX” (DUMÉNIL e LÉVY, 2010: 187).

À primeira onda de financeirização iniciada em princípios do século XX, seguiu-se o ápice da burguesia financeira, também conhecida como burguesia rentista: “tratava-se de uma classe burguesa na qual a propriedade assumia a forma de *capital de empréstimo*; suas rendas eram constituídas de juros e dividendos” (DUMÉNIL e LÉVY, 2010: 202). A idade de ouro dessa burguesia rentista termina com a Grande Depressão de 1929.

É nesse sentido que justificamos a escolha de nosso *Sattelzeit* para o estudo do conceito de capital financeiro. Se foi nesse momento que o capital financeiro assumiu proporções inéditas, é pertinente pensar que também foi a partir dele que o próprio conceito de capital financeiro sofreu alterações mais significativas.

¹²³ “No rastro da crise de 1929 e da Segunda Guerra Mundial, esta hegemonia da finança deveu, entretanto, ceder o lugar a um compromisso social, conhecido como ‘compromisso keynesiano’, no centro do qual se encontram os executivos, muito abertos às classes de empregados e trabalhadores, que nós chamamos *classes populares*” (DUMÉNIL e LÉVY, 2010: 198).

A hostilidade ao dinheiro que se transforma em mais dinheiro por si só é quase tão antiga quanto a própria civilização ocidental¹²⁴. Max Weber identifica o “impulso para a aquisição” como algo anterior ao surgimento do capitalismo e não necessariamente relacionado a ele. Nas palavras do autor:

Esse impulso existiu e existe entre garçons, médicos, cocheiros, artistas, prostitutas, funcionários corruptos, soldados, nobres, cruzados, jogadores e mendigos – ou seja, em todo tipo de gente e classe social, em todas as épocas e nações, onde quer que, de alguma forma, se apresentou ou se apresenta a possibilidade objetiva para tal (...). O desejo de ganho ilimitado não se identifica nem um pouco com o capitalismo, e muito menos com o espírito do capitalismo. O capitalismo *pode* até identificar-se com uma restrição, ou, pelo menos, com uma moderação racional desse impulso irracional. No entanto, o capitalismo, pela organização capitalista permanente e racional, equivale à procura do lucro, de um lucro sempre *renovado* (WEBER, 2003: 9).

Ao longo da Idade Média, a Igreja condenou fortemente a cobrança de juros, associando-a ao pecado. Segundo o discurso eclesiástico, a cobrança de juros ameaçava o bem-estar espiritual, comprometia a salvação da alma e também a integridade do tomador de empréstimo. Os juros abriam brechas para o lucro sem trabalho e para que o homem manipulasse o tempo, sendo que este último pertenceria apenas a Deus:

Emprestar a juros, dizia ela [a Igreja], era usura, e a usura era PECADO. A palavra vai em letras maiúsculas porque assim era considerado qualquer pronunciamento da Igreja naquela época. E um pronunciamento que ameaçasse com a danação eterna aqueles que o violavam, tinha particular importância. Na época feudal, a influência da Igreja sobre o espírito do povo era muito maior do que hoje. Mas não era apenas a Igreja que condenava a usura. Os governos municipais, e mais tarde os governos dos Estados, baixaram leis contra ela (HUBERMAN, 1986: 36-37).

E por que haveria um consenso quanto ao caráter nefasto da usura no mundo medieval? Como a sociedade feudal era uma formação de comércio escasso e com escassas possibilidades de lucro, o empréstimo era visto unicamente como uma ajuda, e nunca um meio para enriquecer. Dessa forma, o bom cristão, que “emprestava a alguém um saco de farinha, esperava receber de volta apenas um saco de farinha, e nada mais. Se recebesse mais, estaria explorando o companheiro – o que não se considerava justo” (HUBERMAN, 1986: 37). Em um universo no qual “a terra produzia praticamente todas as mercadorias de que se

¹²⁴ Na *Política*, Aristóteles opunha a “crematística” à economia: enquanto a primeira consistiria na riqueza como fim em si mesmo, a segunda se limitaria à aquisição de bens úteis à família ou ao Estado (MARX, 1974: 171-172). Citando o filósofo grego: “O juro é dinheiro que nasce de dinheiro, e de todos os modos de adquirir este é o mais contrário à natureza” (ARISTÓTELES citado por MARX, 1974: 185). Para Macdonald, o termo “crematística” já trazia o mesmo significado que o termo “mamonismo” viria a apresentar mais tarde. *Chremata* em grego significa bens ou dinheiro, ao passo que *chrematismos* significa negócio. *Chrematistike*, palavra já existente na época e não criação de Aristóteles, tinha o significado de “arte de lucrar, trocar bens, ganhar dinheiro” (MACDONALD, 2000: 15-16). Ver: POLANYI, Karl. Aristóteles descobre a economia. In: LEVITT, Kari Polanyi (org.). *A subsistência do homem e ensaios correlatos*. Rio de Janeiro: Contraponto, 2012.

necessitava e, assim, a terra e apenas a terra era a chave da fortuna de um homem” (HUBERMAN, 1986: 10), a intensificação do comércio, seguida de perto pelas atividades de grandes banqueiros, foi vista como uma ameaça à propriedade agrária:

De um lado, assim, a usura ataca e destrói a antiga riqueza e a antiga propriedade feudal; de outro lado, ataca e destrói a pequena produção camponesa e artesanal, sob todas as formas em que o produtor aparece ainda como proprietário do campo que ele cultiva, da matéria-prima que trabalha, dos animais que utiliza.

(...)

Daí o ódio que o povo votava à usura, ódio particularmente forte, acentua um historiador: “quando o direito de propriedade do produtor sobre suas condições de trabalho constituía, ao mesmo tempo, a base da organização política e da independência do cidadão” (SODRÉ, 1976: 25, 26).

O conceito de usura na Idade Média não se referia apenas aos juros recebidos, mas também a qualquer outra vantagem de natureza econômica: “o contrato de mútuo reputava-se usurário quando importava em uma medida de interesse superior àquela fixada”. Inicialmente, apenas os clérigos eram punidos por praticarem a usura, mas a punição aos poucos se estendeu aos leigos (PIMENTEL, 1975: 314).

Um par oposto era especialmente caro ao imaginário medieval: aquele que opunha o comércio à agricultura. Enquanto o rendimento desta última não era considerado nocivo, pois seria “natural”, o primeiro era tido como fruto de uma atividade ignóbil. O dinheiro do comércio era visto unicamente como dinheiro de usura e, de acordo com a doutrina canônica, o dinheiro era infecundo por definição. Não se acreditava na possibilidade de o comércio gerar rendimentos honestos:

Rendimentos econômicos da terra não constituem tecnicamente atos de comércio, pois, se o homem semeia e colhe, o fruto vem da própria natureza – da semente, da terra, do céu. Há um rendimento “grátis”, na terra e da terra, em completa desproporção com o trabalho do homem. Daí não haver condenação na doutrina medieval contra a renda líquida da terra, mesmo que a escravidão do lavrador esteja na base do sistema (TORRES, 1973: 110).

Igualmente importante era o par que opunha o comércio à atividade guerreira. A fidalguia europeia de fins do medievo era educada por um *ethos* cavaleiresco que considerava o comércio uma atividade viciada desde a origem¹²⁵. O “caráter nobre da ação guerreira” era comprovado por ela estar a serviço do rei, ou mesmo de Deus, fundando-se na luta e no risco. Por outro lado, o caráter “ignóbil da mercancia” era denunciado por ser um negócio particular, servindo apenas ao próprio empreendedor, além de basear-se na astúcia (TORRES, 1973: 110).

¹²⁵ “A Inquisição seria o reduto da ideologia cavaleiresca, discretamente oculta debaixo da defesa da ortodoxia moral contra o lucro pecaminoso” (TORRES, 1973: 106).

Proteção da propriedade agrária; associação dos juros a práticas pecaminosas, à manipulação do tempo e ao ganho sem esforço; proteção da integridade espiritual de tomadores de empréstimo e credores: eis, portanto, os principais argumentos que, no imaginário medieval, condenavam a cobrança de juros. A principal fonte de tais argumentos era o discurso eclesiástico.

Na Baixa Idade Média, esse cenário começa a mudar. Quando a doutrina católica começou a se chocar com os interesses da nascente burguesia, a restrição à cobrança de juros foi progressivamente flexibilizada. Os juros passaram a ser autorizados em certos casos, ainda que moderadamente (HUBERMAN, 1986). Com a ascensão e consolidação da burguesia, o próprio termo “mamonismo” foi perdendo sua conotação negativa (MACDONALD, 2000).

As grandes feiras que tinham lugar na Europa por volta do século XIII foram palco para a intensificação das atividades financeiras. Tais atividades tinham dias de feira especialmente dedicados a elas. Troca de moedas, empréstimos, dívidas, letras de crédito e letras de câmbio movimentavam as feiras, que se reuniam com regularidade em diversas cidades do continente. As operações desses primeiros banqueiros “dominavam amplos recursos”, além de cobrir “negócios que se estendiam através de todo um continente, de Londres ao Levante. Entre seus clientes contavam-se papa e imperadores, reis e príncipes, repúblicas e cidades. Negociar em dinheiro levou a consequências tão grandes que passou a constituir uma profissão separada” (HUBERMAN, 1986: 24).

O Sacro Império Romano-Germânico foi um importante palco para o florescimento dessas atividades. Os Fugger, de Augsburg, na Bavária, eram uma das mais poderosas famílias de mercadores e banqueiros. Na extensa lista de devedores dos Fugger figuravam papas, imperadores, reis, rainhas e cidades, bem como outros mercadores. Não é à toa que muitos se referem ao período como “Idade dos Fugger” (HUBERMAN, 1986: 94).

O lucro por meios espúrios e a ânsia desenfreada pela acumulação de bens materiais estavam entre as preocupações da Contrarreforma. Não faltaram tentativas de se adequar ao novo estado de coisas: “A Contrarreforma, no que possuía de rígido e defensivo, contrariava a evolução capitalista, a proscrever a usura, inevitável numa sociedade fundada no lucro”. (TORRES, 1973: 106).

Os fatores que, segundo Weber, eram decisivos nas reações contra o capitalismo, foram, “de um lado, uma hostilidade tradicional, inarticulada ao extremo, contra o crescente poder do capital que era impessoal, e por isso mesmo não imediatamente sujeito ao controle ético (...); e, do outro, a necessidade de acomodação às necessidades práticas” (WEBER, 2003: 113). O

próprio conceito de “financista”, tal como utilizado na França do século XVIII, costumava remeter à opressão dos mais ricos sobre a população pobre:

Na França, “financista” designava inicialmente o rico coletor de impostos que agia em benefício do Rei, em oposição ao pobre sapateiro em uma fábula de Jean de La Fontaine. Mesmo na *Encyclopédie* de Denis Diderot (2ª edição, 1778), o termo “finanças” remete àquele de “financistas”, não aos arrecadadores gerais, mas aos empregados públicos que coletavam os impostos para o Rei e para o Estado, e que eram detestados por todas as categorias sociais, pobres ou ricas. Em compensação, o financiamento da dívida pública favoreceu o surgimento de especialistas da finança privada e dos rentistas credores dos Estados, sem suscitar o mesmo ressentimento público (BRUNHOFF, 2010: 54-55).

A ascensão do calvinismo, já no Período Moderno, acabou representando uma alternativa àqueles que queriam prosperar sem contrariar os preceitos cristãos. O calvinismo tem um papel fundamental na tentativa de alterar o lugar que o lucro ocupava no imaginário europeu. Com isso, o mamonismo também ganha novos significados. De uma compulsão antinatural e perversa, passa a figurar como uma nobre meta.

Os efeitos do calvinismo não devem, porém, ser superestimados, uma vez que “A campanha contra a *usuraria pravitas* surge tanto entre os huguenotes, como na história da Igreja holandesa do século XVI”, de maneira que os banqueiros lombardos eram frequentemente excluídos da comunhão. O Sínodo da Holanda do Sul, em 1547, excluía da comunhão os agiotas e o Sínodo de Deventer, em 1598, estendeu a medida aos empregadores dos agiotas. Já o Sínodo de Gorichem, em 1606, “prescreveu as severas e humilhantes condições sob as quais podiam ser admitidas as esposas de usurários”, sendo que até 1644 e 1657 a admissão dos lombardos à comunhão também foi debatida (WEBER, 2003: 112, 160).

Com a emergência do mercado de ações em fins do século XVIII, a especulação passou a ser duramente reprovada mesmo nos círculos capitalistas. David Hume descrevia o sistema de empréstimo público como uma prática desastrosa. Até Adam Smith alertava para o perigo dos grandes empréstimos e grandes dívidas, denunciando que eles poderiam arruinar as nações europeias (SOMBART, 1951: 95, 96).

Weber observa ainda que os puritanos ingleses viam os judeus de seu tempo como representantes de um capitalismo comprometido com guerras, especulação e monopólios estatais. Enquanto “o capitalismo judaico era um capitalismo pária e especulativo”, o capitalismo puritano “integrava-se na organização burguesa do trabalho” (WEBER, 2003: 169). Demoraria alguns séculos até que os preceitos calvinistas triunfassem. Escreve John Maynard Keynes sobre o começo do século XIX:

Economizar e investir tornaram-se ao mesmo tempo o dever e o prazer de uma grande classe. As economias raramente eram desfalcadas e, com a acumulação do

juro composto, foi possível o triunfo material que todos hoje conhecemos. A moral, a política, a literatura e a religião da idade reuniram-se numa grande conspiração para promoção da poupança. Deus e Mamom se reconciliaram. Paz na terra aos homens de bons recursos. O rico podia, no final das contas, entrar no reino dos céus – apenas se economizasse (KEYNES citado por HUBERMAN, 1986: 170).

De forma análoga, Macdonald registra: “Na Era Burguesa, como nunca antes”, a nova classe dominante “presta homenagem a Mamom e impõe a sua ideologia e a sua lei. O seu móvel é o lucro. Tanto os apologistas como os adversários do sistema burguês estão de acordo com isto”. O *ethos* guerreiro se esfacela: “Muito mais do que o clássico senhor do mundo de outrora, o valente príncipe ávido de glória militar, o burguês almeja o lucro, até sofregamente” (MACDONALD, 2000: 6).

Em seu livro *Princípios da Economia Política e Tributação* (1817), o economista clássico David Ricardo fala dos *money men*, os proprietários de dinheiro, cujos interesses ele defende diante da perda de valor da moeda em decorrência de emissões excessivas de cédulas. Por isso o economista (que também era um financista) militou por reformas no Banco da Inglaterra. Os *money men* são pessoas de países ricos “que não estão engajadas no comércio, mas que vivem dos juros de seu dinheiro, empregado em desconto de títulos ou em empréstimos à parcela mais industriosa da comunidade”. Não só os *money men*, mas também os bancos “empregam muito de capital da mesma maneira”. Nem mesmo as manufaturas mais ricas estariam livres desse capital, pois “Sempre há uma parte de capital flutuante que aumenta ou diminui segundo a demanda de suas mercadorias”. A disponibilidade desse capital seria positiva já que, de acordo com o economista inglês, uma eventual redução na demanda das mercadorias da manufatura permitia “proporcionar capital às diversas atividades, segundo as mudanças da demanda de bens” (RICARDO citado por BRUNHOFF, 2010: 37).

Antes mesmo de David Ricardo, em 1771, o judeu português Joseph de Pinto defendia a importância do mercado de ações e as “bênçãos” que o sistema de créditos poderia trazer. Em seu *Traité du crédit et de la circulation*, Joseph de Pinto traz muitos dos argumentos que seriam usados no século seguinte para defender a especulação e o sistema público de crédito (SOMBART, 1951: 96, 97).

Ao longo do século XIX, a acumulação de riquezas se afasta da timidez religiosamente imposta. Contrastando os costumes do capitalismo no século XIX com o momento em que escreve (entre os anos 1970 e 1980), Galbraith observa que “Até mesmo um moderno magnata do petróleo ficaria horrorizado ao ouvir Vanderbilt dizer que o público devia danar-se”, ao passo que “Nos dias atuais, o mais impiedoso rapinador precisa apresentar-se como benfeitor público, falar admirativamente de sua principal preocupação em servir aos integrantes de uma sociedade livre” (GALBRAITH, 1980: 68).

Por mais que o antissemitismo nazista não remeta unicamente a um anticapitalismo alemão que já vinha de longa data, é inegável que a “agitação antissemita e anticapitalista foi usada desde o século XIX para estimular e cultivar hostilidade tanto em relação aos judeus, como em relação a certas características fundamentais do capitalismo” (LANGE, 2007: 16).

Os primeiros usos do termo “capitalismo” na Alemanha possuíam conotações negativas. Entretanto, a hostilidade era mais frequentemente dirigida aos fisiocratas franceses ou ao “manchesterismo” inglês do que ao capitalismo em si. Georg Friedrich List, em seu *Sistema Nacional de Economia Política* (publicado em 1841), escreve que “a livre concorrência entre duas nações altamente civilizadas só pode ser mutuamente benéfica no caso de ambas estarem em um grau de desenvolvimento industrial mais ou menos igual”. Enquanto a nação mais atrasada não “aumentar e consolidar seus próprios poderes individuais”, ela não estará apta a ingressar na livre concorrência. Sua obra foi quase um manifesto contra o que ele nomeava “economia cosmopolítica”. Defendia, em flagrante contraste com os interesses ingleses, que a Alemanha abolisse suas tarifas alfandegárias internas e adotasse tarifas protecionistas comuns. Esse seria o caminho para equiparar o desenvolvimento comercial e industrial alcançado por outros países. A característica básica de seu sistema residiria na nacionalidade e o autor dizia escrever “em benefício de minha pátria alemã” (LIST, 1983: 3, 4, 5, 6)¹²⁶.

A noção do capitalismo como sistema social é atribuída Carl von Rodbertus-Jagetzow, em 1869, embora tenha sido consagrada pelo também alemão Werner Sombart, em 1902, com seu livro *Der Moderne Kapitalismus* (O Capitalismo Moderno) (LANGE, 2007: 23, 24). Sombart alega que não só as formas da vida econômica de então, mas também seu conteúdo (o seu “espírito”) remetem aos judeus. O autor observa como era generalizada a hostilidade aos comerciantes judeus entre as cidades alemãs. Por onde passava, o judeu era acusado de arruinar a vida dos cristãos (SOMBART, 1951: 115, 116, 117).

Os cristãos se indispunham com os judeus porque estes últimos violavam certos preceitos cristãos e leis locais, mas principalmente porque não seguiam certas etiquetas sociais na hora de comerciar. Isso incluía ganhar mais do que o necessário para a subsistência, apelar a estratégias para atrair novos fregueses (o comerciante honrado deveria aguardar pacientemente que viessem), praticar preços muito abaixo do que os demais cobravam e

¹²⁶ “Se a burguesia inglesa estava dispensada de enfatizar as particularidades nacionais, a burguesia alemã, pelo contrário, devia se mostrar atenta à originalidade e autonomia da evolução alemã e servir-se delas a fim de demonstrar teoricamente a necessidade de um protecionismo para o desenvolvimento. (...) De um ponto de vista sociológico, a escola histórica foi a expressão ideológica deste processo de crescimento da burguesia alemã que, temerosa da concorrência inglesa, buscou apoio para a indústria nacional e, por isso, salientou as particularidades nacionais e históricas da Alemanha e outrossim, generalizando o procedimento, as de outros países” (BUKHÁRIN citado por BERTOCHI, 2005: 3).

roubar fregueses dos outros comerciantes. Esse comportamento, tido como antiético à época, nunca foi exclusividade dos judeus. Entretanto, diferente dos cristãos, os judeus não acreditavam que o que estavam fazendo era errado. (SOMBART, 1951: 119-124, 129).

Foi Karl Marx, sem dúvida, o autor alemão do século XIX que mais detidamente se debruçou no estudo do capital financeiro. Diferente de muitos de seus conterrâneos à época, Marx oferecia uma explicação do capital financeiro em termos de classe, e não em termos raciais: “O sistema bancário é descrito n’*O Capital* como o ‘administrador’ do capital de crédito, aquele dos credores e acionistas, ou seja, o capital colocado à disposição das empresas pelos capitalistas que não interferem em sua gestão” (BRUNHOFF [et al.], 2010: 23). Como nos explica Suzane de Brunhoff, “Marx detalha que há ‘um só capital sob duas formas’, uma financeira e outra industrial, entre as quais se reparte o lucro nascido do sobretrabalho produtivo” (BRUNHOFF, 2010: 57). Apesar de propor uma análise do capitalismo em termos de classe, Marx não escapou de fazer registros sobre a inclinação judaica às atividades monetárias em *Sobre a Questão Judaica* (1844): “Qual é o fundamento secular do judaísmo? A necessidade *prática*, o *interesse próprio*. Qual é o culto secular do judeu? O *negócio*. Qual é o seu deus secular? O *dinheiro*” (MARX, 2010: 56).

N’*O Capital*, Marx preocupou-se muito mais em entender o capital portador de juros do que propriamente em atacá-lo. A despeito de alguns comentários hostis, “o setor financeiro e os mecanismos financeiros em geral não são, para Marx, intrinsecamente inúteis ou parasitários” (DUMÉNIL e LÉVY, 2010: 279). A falta de um posicionamento ideológico mais agressivo, aliada ao reconhecimento de que o capital financeiro tinha alguma utilidade no sistema capitalista, fornecerá os argumentos que Feder e Barroso precisariam para acusar o comunismo de ser mais um agente a serviço do capitalismo financeiro.

Diferente de Hilferding, seu sucessor, Marx nunca empregou o termo “capital financeiro”, falando apenas em “capital portador de juros”. Além de Marx e Hilferding, Lênin também produziu trabalhos na tentativa de interpretar o capital financeiro. Embora estes dois últimos tenham vivenciado o desenrolar deste fenômeno por mais tempo que o primeiro, Marx já tinha “a intuição das consequências da centralização dos capitais de financiamento nos bancos”, centralização que convertia os bancos “em ‘administradores’ do capital de empréstimo, que enfrentam os industriais”. Seguindo com Duménil e Lévy:

Partindo d’*O Capital* e confrontando as transformações do capitalismo na transição dos séculos XIX e XX, Hilferding propôs o conceito de *capital financeiro*. Trata-se do capital colocado à disposição dos bancos e transmitido às empresas não financeiras. É um *dispositivo*, e não um setor ou uma classe. Por esse canal institucional, os grandes capitalistas (os “magnatas”) controlam a grande economia, financeira e não financeira. Os outros capitalistas, menores, são colocados em uma

posição subalterna. A concepção de Lênin é próxima dessa (DUMÉNIL e LÉVY, 2010: 196).

O impacto dessa nova configuração de forças sobre o imaginário alemão foi significativo. Atesta-o Vowinkel, um atacadista de Düsseldorf, citado por Hilferding. O autor não diz a data do pronunciamento, mas acreditamos que tenha se dado na primeira década do século XX, quando Hilferding escreveu seu trabalho:

Se digo que já não somos propriamente comerciantes, fundamento como segue. O sindicato nos determina, primeiro, que espécie compramos; segundo, por que preço a compramos; terceiro, o mercado onde podemos vender; quarto, o preço pelo qual podemos vender. Aqui naturalmente já não sobra muito da liberdade de comércio (...). No futuro, nós, atacadistas, devemos ter claro que não pode ser de outra forma e que, paulatinamente, seremos menos (VOWINKEL citado por HILFERDING, 1985: 210-211).

Com essa nova fase do desenvolvimento capitalista, mais do que nunca passa a atribuir-se ao conceito de capital financeiro o significado de um inibidor das liberdades. Igualmente significativo naquele momento era o monopólio das instituições financeiras, das quais a produção se tornava cada vez mais dependente e com as quais chegava até mesmo a se confundir. Isso porque, não raro, os mesmos homens que chefiavam monopólios industriais lideravam os monopólios financeiros. Como a indústria se fazia a crédito, o poder recaía sobre os financistas que controlavam o sistema de crédito: “Quando os industriais, grandes ou pequenos, monopolistas ou não, desejavam dinheiro para ampliar seus negócios, tinham de ir, chapéu na mão, aos banqueiros” (HUBERMAN, 1986: 243).

Theodor Fritsch, um dos principais nomes do antissemitismo alemão antes da Primeira Guerra Mundial, foi grande defensor dos interesses dos pequenos proprietários em face da ameaça dos grandes produtores. Em 1882, Fritsch organiza os pequenos proprietários de moinhos em uma liga para apoio mútuo. Tendo em vista que os financiadores das grandes empresas eram de origem judaica, as atividades de Fritsch assumiram teor fortemente antissemita, explícito em seus panfletos distribuídos à época. Apesar de dois partidos políticos terem se estruturado em torno de seus escritos, Fritsch não se candidatou por nenhum deles, pois julgava que a luta antissemita deveria ser extraparlamentar (SILVA, 2009: 108).

A união entre o capital industrial e o capital bancário foi fundamental para o desenvolvimento da organização capitalista superior na Alemanha. O financiamento das indústrias pelos bancos, aliado à política protecionista, criaria tendências à cartelização no país (HILFERDING, 1985: 288). Em carta datada de 1901 endereçada aos diretores de um consórcio do cimento alemão, um representante dos Quatro Grandes, que reuniam os maiores bancos de Berlim, nos dá um exemplo do poder de que os bancos desfrutavam então:

Sabemos... que a próxima assembleia geral dessa companhia poderá tomar medidas suscetíveis de alterar seus empreendimentos, com o que não podemos concordar. Lamentamos profundamente que, por esse motivo, sejamos obrigados a retirar o crédito que lhes vimos concedendo. Se a assembleia geral acima referida não tomar qualquer decisão que nos seja inaceitável, e se recebermos garantias aceitáveis quanto ao assunto para o futuro, não teremos objeções em negociar a abertura de novos créditos (Citado em HUBERMAN, 1986: 244).

Apesar de Frédéric Krier (2009) assegurar que Feder não foi um leitor de Pierre-Joseph Proudhon, Robert Kurz encontra alguns aspectos do pensamento deste último na obra do ideólogo nazista. Entre eles, está a crença de que os males do capitalismo remetem, em última instância, à posição vantajosa dos detentores de dinheiro. Esse “privilégio do dinheiro” foi o argumento mobilizado por muitos daqueles que, no começo do século XX, se diziam inimigos do capital especulativo, como o economista alemão Silvio Gesell¹²⁷. Segundo esse raciocínio, havia uma franca desvantagem entre aqueles que ofereciam *mercadorias* e *trabalho* e demandavam *dinheiro*, por um lado, e aqueles que ofereciam *dinheiro* e demandavam *mercadorias* e *trabalho*, por outro – desvantagem que favorecia os segundos. A solução proposta por Gesell (e incorporada por Feder) era a “redução monetária”, a fim de compensar a injustiça inerente ao fato de que, diferente das mercadorias e da força de trabalho, o dinheiro nunca se deteriora como o tempo. Os defensores da teoria da redução monetária propunham que “todas as cédulas em circulação (e os saldos bancários líquidos) sofram uma desvalorização automática de cerca de cinco por cento ao ano”. Era baseado nesse mesmo princípio que Feder propunha sua “moeda Feder”, que nunca foi colocada em prática (KURZ, s/d: s/p):

Em essência, a economia do nacional-socialismo (à semelhança do contemporâneo planejamento estatal da União Soviética e do New Deal norte-americano, de Roosevelt) era comandada pelo Estado, enquanto a utopia monetária pseudogeselliana de Feder servia, quando muito, para guarnecer uma ideologia antissemita. A marca geral da época era a ilusão da “primazia da política” [sobre a economia], que também foi apropriada pelo regime nacional-socialista (KURZ, s/p: s/d).

O capital financeiro não é poupado nem pelos *Protocolos dos Sábios de Sião*. Forjado na Rússia czarista entre 1903 e 1907, os *Protocolos* foram de suma importância para a configuração do antissemitismo moderno. Tal obra se popularizou e difundiu nos anos 1920. A publicação de *O Judeu Internacional*, em 1920, de autoria do empresário norte-americano

¹²⁷ “Mas isto não significa que cada economista cuja crítica limita-se à troca e à distribuição, ou que cada crítico dos juros, deve ser sempre um aberto antissemita, mas precisamente o contrário, que cada antissemita sempre utiliza a redutora crítica ideológica do capital especulativo como modelo ‘econômico’ de legitimação. O ódio ao capital especulativo, que passa a vicejar, de modo abstrato e irrefletido, na crise monetária junto à massa dos perdedores, constitui não somente o solo fértil, mas, de forma imediata a ‘base econômica’ do antissemitismo e dos *pogroms* antissemitas” (KURZ, s/d: s/p).

Henry Ford¹²⁸, foi fundamental para a popularização dos *Protocolos*, que logo foram traduzidos para diversos idiomas, inclusive para o português, por Gustavo Barroso, em 1936.

Essa obra, que costuma ser considerada uma das maiores falsificações da história, foi, em grande parte, uma apropriação de outra obra, de 1864: *Diálogo no Inferno entre Maquiavel e Montesquieu*, do francês Maurice Joly, que atacava o governo de Luís Bonaparte. A quarta edição dos *Protocolos*, que veio à tona na Rússia em 1917 por Serguei Nilus, foi aquela de maior repercussão. Os *Protocolos* apresentam atas fictícias das 24 sessões do encontro de um suposto governo judaico secreto reunido na Suíça. Tais atas explicam passo a passo as vias pelas quais seria levada a cabo sua conspiração para dominar os povos e subjugar as nações (LVOVICH, 2007: 113-114). As crises econômicas e o domínio das finanças seriam algumas das muitas armas utilizadas pelos judeus em seus planos, juntamente com as guerras, as tensões sociais, os partidos políticos, o liberalismo, o socialismo e até o alcoolismo.

Escrevendo em 1936, no ápice da ascensão do fascismo, Leo Huberman caracteriza a aliança entre a finança e a indústria como um traço marcante da sociedade econômica de seu tempo, graças ao qual aquela poderia ser identificada como “a idade do capital financeiro”: “Isso significa que as finanças – o controle de vastas somas de capital, mais a indústria, que utiliza esse capital com objetivos de lucro – constituem a força dominante do mundo de hoje” (HUBERMAN, 1986: 249).

Escrevendo também em 1936, John Maynard Keynes, um dos economistas mais influentes daquele período, demonstra especial preocupação com as finanças em sua obra *Teoria Geral do Emprego, do Juro e da Moeda*. Keynes identifica o comportamento dos ricos que entesouram a moeda com o dos rentistas, já que ambos se beneficiariam pela escassez relativa de moeda. Tal comportamento, que, segundo Keynes, poderia desencadear a “eutanasia dos rentistas”, é criticado pelo economista inglês em nome da própria preservação do sistema capitalista, já que ameaçaria os investimentos reais, a demanda de bens reais e o emprego. Entretanto, Keynes defende a manutenção dos mercados financeiros, pois acreditava que a liquidez de tais mercados favorecia a criação de um novo investimento e que a aplicação de fundos monetários em ativos a preços correntes valia mais que o simples entesouramento (BRUNHOFF, 2010: 48, 49).

A literatura alemã de fins do século XIX foi profícua em obras nas quais “o judeu seduz o fazendeiro até a dependência financeira e em seguida o despeja da propriedade”. O mesmo

¹²⁸ Norman Cohn, porém, atribui *O Judeu Internacional* ao alemão August Müller e ao refugiado russo Boris Brasol (LVOVICH, 2007: 116).

pode ser dito sobre o meio urbano. Eram muito comuns os enredos nos quais o banqueiro ou o corretor judeu dominavam as cidades (LANGE, 2007: 29)¹²⁹.

Um exemplo de antissemitismo de motivação religiosa na Alemanha da segunda metade do século XIX é a obra de Constantin Frantz (1817-1891). Segundo Frantz, o pressuposto para uma comunidade harmônica era a crença em um mesmo Deus. Como o judeu teria rejeitado a cristandade, ele era necessariamente – e por sua própria culpa – um elemento estranho à Alemanha. Mas a rejeição de Frantz ao judeu não era exclusivamente religiosa, pois envolvia também elementos éticos, políticos e econômicos. Frantz considerava o camponês e o artesão as bases da fundação do Estado. Tendo em vista que o judeu ocuparia apenas cargos no comércio e nas finanças, ele não pertencia à comunidade. Ademais, o liberalismo e o mercado de ações seriam as armas por meio das quais o judaísmo estaria se apossando da Alemanha (LANGE, 2007: 104, 105). Frantz nos mostra como a associação “judeu-altas finanças” era um elemento fundamental na Alemanha da virada do século. Em seu livro de 1874, *Der Nationalliberalismus und die Judenherrschaft* (O Nacional-liberalismo e o Domínio Judeu), lemos:

Sob o termo judeu entendemos todos aqueles que, em vez de produzir algum bem, na verdade apenas explora os produtores por meio de especulação e, portanto, perseguem empreendimentos meramente *lucrativos* e não *produtivos*. Esta é a questão central e a base material da dominação judaica: a perseguição especulativa de negócios lucrativos domina o produtor real (FRANTZ citado por LANGE, 2007: 106).

Aqui já estavam presentes, portanto, elementos caros à obra de Feder, como a oposição entre agricultura e finanças e entre a produção para o lucro e a produção para suprir as necessidades da coletividade.

O divisor de águas na história do antissemitismo alemão veio em 1879, com o livro *Der Sieg des Judenthums über das Germanenthum* (A Vitória do Judaísmo sobre o Germanismo). Seu autor, Wilhelm Marr (1819-1904), além de ser ateu, buscava revestir o antissemitismo de um caráter mais secular e científico. Marr pregava o ódio aos judeus não por causa de suas peculiaridades religiosas, mas sim devido a traços culturais: cosmopolitismo, liberalismo, capitalismo, egoísmo, avareza, entre outros (LANGE, 2007: 118, 119).

¹²⁹ Os autores e obras que Lange cita são, na temática rural: Max Liebermann von Sonnenberg (*Die Bauernwürger* – 1894), Otto Glauberecht (*Das Volk und seine Treiber* – 1859), Fritz Claus (*Der Wucherer* – 1890), Johann Jakob Schütz (*Itzig der Wucherer* – 1900). Já as obras de temática urbana trazem: Johann Baptiste von Schweizer (*Lucinde oder Capital und Arbeit* – 1863-4), Arw Solano (*Überseer daheim* – 1888), Carl Türk (*Die Ritter vom Gelde* – 1891), Heinrich Mann (*Im Schlaraffenland* – 1900), Bernhard Kellermann (*Der Tunnel* – 1913), Artur Dinter (*Die Sünde wider das Blut* – 1918) e Edith von Salburg (*Psyche des Geldes* – 1919).

Em contraste com os autores que acreditavam na reabilitação dos judeus, o deputado Otto Böckel (1859-1923) dizia que a questão judaica era uma questão de ordem racial, e não religiosa, já que o simples batismo era incapaz de mudar os judeus. Böckel se dizia antissemita porque presenciara, em Hessen, o despejo de vários camponeses, vítimas da usura judaica. A solução para essa questão, entretanto, deveria se dar apenas por meios legais, e nunca por meios violentos.

Também advogando um antissemitismo de cunho racial, Hermann Ahlwardt (1846-1914) dizia que a religião judaica instigava no judeu o egoísmo que era típico daquela raça. Para Ahlwardt, judeu e ariano se contrapunham no sentido de que o primeiro, ao contrário do segundo, não aceitara os ensinamentos de Cristo. O cerne do poder judaico estaria, inequivocamente, no mercado de ações, responsável por despojar o povo ariano de suas propriedades e por controlar o mundo. Remover o judeu do caminho era fundamental para o engrandecimento alemão – não por acaso, entre suas propostas estava a de enviar os judeus para fora do país. Toda nação que eliminasse os judeus e a sua influência seria forte candidata a dominar o mundo (LANGE, 2007: 139, 140, 153, 154).

Em sua já mencionada obra *Bauer und Jude* (Fazendeiro e Judeu), Clemens Kreisau resume, no título do livro, o par oposto ao qual estamos querendo chamar atenção: “Conforme o título indica, esta é uma categorização absoluta que abrange grupos inteiros em ambos os lados, e os indivíduos permanecem representantes de sua classe ou raça”. *Bauer und Jude* narra o drama de uma orgulhosa família de proprietários de terra que, seduzida por um comerciante judeu – o senhor Hirsch – a quem ofereceram hospitalidade, acaba caindo nas suas garras após contrair empréstimos. O senhor Hirsch, tão bem acolhido pela família de fazendeiros, acaba se apossando de tudo por meio de artimanhas (LANGE, 2007: 158).

Outro bom exemplo do par oposto “finanças X agricultura” é o drama *Der Wucherer* (O Usurário), de 1890. Em *Der Wucherer*, o pastor protestante Martin Johann Jäger (1853-1923), escrevendo sob o pseudônimo de Fritz Claus, narra a contenda entre o comerciante Mauschel Löb e o fazendeiro Sepp Schmidt. Quando Schmidt precisou de um empréstimo de Löb a fim de comprar dois bois, o último aproveitou a oportunidade para se apropriar das ferramentas e do rebanho da fazenda. Incapaz de pagar o empréstimo a juros abusivos e prestes a perder a fazenda, Schmidt pragueja contra o judeu e sua ganância enquanto se embriaga em uma taverna. O dono da taverna e outros aldeões se compadecem da dor de Schmidt e armam um plano para amedrontar Löb, o “judeu usurário”, que finalmente se convence e reduz a dívida do fazendeiro a uma quantia aceitável (LANGE, 2007: 154-158).

Poucos anos após a publicação de *Diálogo no Inferno entre Montesquieu e Maquiavel*, obra escrita em 1864 por Maurice Joly e inspiradora dos *Protocolos dos Sábios de Sião*, foi lançada a coletânea *Biarritz*. Publicada entre 1868 e 1876 por Hermann Goedsche, que escrevia sob o pseudônimo de Sir John Retcliffe, *Biarritz* apresenta o famoso episódio do Cemitério Judeu de Praga, no qual várias lideranças judaicas teriam se reunido para planejar a conquista do mundo. O plano judaico era o de “infiltrar em todos os ramos da sociedade e acumular dinheiro que seria empunhado contra os gentios”. Sendo assim, “Este plano-mestre de infiltrar e estrangular os aspectos financeiros de todas as nações é o elemento central. Dinheiro e poder econômico são as melhores armas dos judeus” (LANGE, 2007: 91).

Em 1873, inspirado pela quebra da bolsa de 1873, Otto Glagau escreve seu romance *Aktien* (Ações), publicado em 1877. Glagau descreve como o mercado financeiro pervertia as pessoas, fazendo-as enxergar seus semelhantes como meros instrumentos para benefício próprio. Neste romance, Glagau mostra que até o cristão pode ser desvirtuado pela sede do lucro. Não por acaso, um personagem cristão de nome Vorthail convence um amigo e a esposa a investirem o dinheiro da hipoteca sob a promessa de um lucrativo retorno, mas na verdade utiliza o dinheiro para cobrir os próprios prejuízos de sua especulação na bolsa (LANGE, 2007: 110).

Em suma, na Alemanha da década de 1890, “judeu” e “capitalismo” tornaram-se elementos quase indissociáveis no imaginário nacional a ponto de “antissemitismo” e “anticapitalismo” também andarem sempre de mãos dadas. Um desejo partilhado pela maioria dos antissemitas alemães de fins do século XIX era reverter as medidas que conduziram à emancipação judaica nos anos que se seguiram à unificação nacional (LANGE, 2007: 187).

Embora com uma série de peculiaridades em relação à Europa medieval, também no Brasil colonial a posse da terra será o grande fator responsável pela distinção social (SODRÉ, 1964). A aversão ao comércio e a seus agentes confunde-se desde cedo, no Brasil, com um espírito xenófobo e antilusitano. Desde os primórdios da dominação portuguesa, desenha-se, no imaginário colonial, a oposição: “lusos X naturais da colônia”. Desse par oposto decorriam outros, como “comércio X agricultura” e “dinheiro X terra”. Até a Independência e mesmo durante o Império, “o comércio brasileiro é exclusivamente estrangeiro, e dele são sistematicamente afastados os nacionais” (PRADO JR., 1966B: 34). Ao longo do período colonial, eram frequentes os atritos entre os grandes proprietários de terra nascidos na colônia e os mercadores portugueses:

A hostilidade contra os negociantes reinóis, que representavam no Brasil, por assim dizer, a opressão lusitana, era agravada pelas condições cada vez mais críticas dos

proprietários rurais. Contrastando com a opulência daqueles, sempre em aumento, arruinavam-se os lavradores. (...) Com isto foram os proprietários aos poucos se endividando a tal ponto que poucos restaram sem os haveres todos empenhados por dívidas. E os credores eram justamente os comerciantes, seus comissários e banqueiros (PRADO JR., 1966B: 35).

A Guerra dos Mascates (1710-1711), opondo senhores de engenho a comerciantes lusos em Pernambuco, expressou esse conflito de maneira exemplar. Como o capital bancário era quase inexistente, “era o comerciante urbano que provia o proprietário do interior de tudo o que este necessitava e mais do crédito que lhe era muitas vezes indispensável”. Essa configuração “colocou comerciantes e latifundiários em posições antagônicas de credores e devedores, com estes amplamente protegidos pela legislação e pelos costumes, vedando que a terra respondesse pelas dívidas, respondendo apenas a safra” (SODRÉ, 1969: 203). Entre as reivindicações dos proprietários sublevados, pede-se: “Que por nenhuma dívida, ainda que seja da fazenda real, assim das que estão contraídas como das que ao diante se contraírem, se façam execuções aos senhores de engenho lavradores de cana, ou roças em nenhuns bens seus assim móveis como de raiz (...)” (Calamidades de Pernambuco. Citado por: PRADO JR., 1966B: 35-36). Também eram recorrentes, no imaginário colonial, “generalizados preconceitos antissemitas, que, por sua vez, agravavam o mal, pois ‘judeu’ e ‘banqueiro’ eram, por assim dizer, palavras sinônimas” (TORRES, 1973: 112).

Bruno Feitler identifica basicamente três nuances nos escritos antijudaicos no Brasil colonial:

Após um conjunto inicial de obras que se preocupava com a conversão sincera dos judaizantes e uma integração dos cristãos-novos à população em geral, surgiram, dependendo do contexto político, todo um outro conjunto que, em vez de pregar a conversão dos “judeus”, difundia com afincos uma maior segregação e até a expulsão do reino. Um terceiro movimento, que convive com o segundo, e que não se vincula necessariamente ao primeiro, retoma a ideia de possibilidade de uma conversão dos judaizantes (FEITLER, 2007: 82).

Algumas das manifestações antijudaicas que mais circularam pelo Brasil colonial correspondiam a esse segundo “movimento” identificado por Feitler, já que pregavam a expulsão do reino de todo descendente de judeu. Tais obras eram de autoria de Vicente da Costa Mattos e Francisco de Torrejoncillo e foram escritas na primeira metade do século XVII. Bruno Feitler diz que Costa Mattos atribuíra as punições sofridas pelos judeus ao longo dos séculos ao papel que eles teriam desempenhado na morte do Messias. Ademais, de acordo com ambos os autores, diversos atributos físicos do judeu (como o nariz avantajado e um suposto rabo no final da coluna vertebral) seriam formas pelas quais o castigo estaria agindo sobre aquele povo. Certas “taras” “se perpetuaram nos descendentes convertidos dos judeus,

estando assim ligadas não à crença religiosa, mas à raça, isto é, ao sangue transmitido geração após geração” (FEITLER, 2007: 74, 77).

Nem todas as vozes no Brasil Colonial clamaram em uníssono contra o judeu e o comércio. O Padre Antônio Vieira foi um dos que não se juntaram ao coro, posição que lhe rendeu a prisão pela Inquisição. Escrevendo no século XVII, o jesuíta dizia que a riqueza das nações provinha de uma classe comercial forte. Tendo em vista que os judeus de Portugal formavam essa classe comercial, era neles que Portugal deveria se amparar a fim de enriquecer o reino. Vieira também era contra as distinções tradicionalmente estabelecidas entre um *ethos* nobre e um *ethos* mercantil. Para ele, “a solução adequada seria abolir as distinções entre nobres e burgueses, no que se refere à prática do comércio”, de modo que “se nobilitasse a mercancia”, eliminando das práticas comerciais a mácula que o imaginário medieval havia lhe conferido (TORRES, 1973: 131).

Entretanto, no contexto do Império Lusitano do século XVII, a visão do jesuíta era uma exceção. Vieira foi perseguido e preso por dois anos. Nos embates que envolveram o imaginário da colônia e da metrópole, triunfou a visão da Inquisição:

Vieira derrotado, a Inquisição triunfando, Portugal não teria judeus nem capitalistas, a pureza cavaleiresca não se contaminaria com a prática do vil comércio. E os judeus partiram. No seu lugar, comenta melancolicamente Antônio Sérgio, veio o inglês. E o Tratado de Methuen completaria o trabalho (TORRES, 1973: 132).

Já na primeira metade do século XIX, escritos avulsos de José Bonifácio de Andrada e Silva seguem manifestando hostilidade ao comércio. Ao propor reformas para o país, Bonifácio aconselha inibir as práticas comerciais sob a seguinte justificativa:

Abandonemos o comércio externo aos povos velhos e corrompidos, que para não perecerem de todo, necessitam dele. Mas o Brasil tem bens reais, e não precisa de factícios – não convertamos o supérfluo em necessário, nem demos alimento a ocas vaidades e desejos e gozos pueris. Sejamos grandes sem ostentação, prazeres sem arte, e virtudes sem dinheiro. Não esbanjemos muito para gozar de pouco; nem gastemos em um dia o que basta para sustentar nossos concidadãos por muitos anos. O homem só é pobre quando não tem o preciso; porém o rico luxurioso o é quando não pode satisfazer seus vãos desejos, que nunca se satisfazem. Quando o espírito mercantil predomina, quando se avalia cada ação como cada mercancia, vendem-se os talentos e as virtudes: todos são mercadores; e ninguém é homem (SILVA, 2000: 92).

Salta à vista a oposição entre os ganhos “naturais”, advindos da terra, e os ganhos “artificiais” provenientes da troca de mercadorias. Note-se ainda a identificação de um “espírito mercantil”, bem como o clamor para que a economia servisse apenas para satisfazer as necessidades do país, e não como ferramenta para alimentar “ocas vaidades” e “vãos desejos”. No final do trecho, a oposição entre mercador e homem, ressaltando a naturalidade

do segundo ante a artificialidade do primeiro. Segundo o autor, a finança “é o tributo oferecido pelas propriedades particulares à propriedade geral, a fim de a manter” (SILVA, 2000: 139). Defende-se a finança como instrumento para promover o bem da coletividade, nunca podendo bastar por si só:

As finanças, objeto poderoso da subministração, porque é o alimento da soberania, é tudo pelos efeitos, nada por si mesmo. Infeliz o governo cuja administração econômica é seduzida, e dominada pelas finanças: três vezes infeliz aquele onde se diz: *la haute finance* [a alta finança]. Se os interessados são grandes, eis uma oligarquia, se pequenos, uma sanguessuga, que se incha à custa. Em toda sociedade bem ordenada arrendar as finanças devia ser proibido; eles rendeiros influem em tudo, e isto é um meteoro de presságio funesto da queda dos Estados. (SILVA, 2000: 140).

Portugal seria uma vítima desse poder descomunal do dinheiro, controlado pelos “judeus ocultos”:

Os judeus ocultos, desprezados e longamente vexados, formam uma liga terrível, que com dinheiro e baixeiras se apoderam dos empregos para se vingarem e enriquecerem cada vez mais; os seus únicos fins são cobiça, avareza e dominação; e por isso estão sempre em guerra oculta com todas as outras classes (SILVA, 2000: 186).

O “Hino ao Grande e Heroico dia 7 de Abril”, que celebrou a abdicação de D. Pedro I, mostrou que a elite intelectual brasileira “não conseguia desvencilhar-se dos ranços antissemitas herdados do nosso passado colonial”. As metáforas coloniais que um século mais tarde seriam tão exploradas por Barroso aparecem nestes versos associando a ganância portuguesa sobre o Brasil aos interesses dos judeus: “Nossas virtudes, nosso ouro / Foi seu diário alimento / Homens bárbaros, gerados / De sangue judaico e mouro” (CARNEIRO, 2003: 25, 26).

Já no Segundo Reinado, a Revolução Praieira trazia, entre suas exigências: “Trabalho como garantia de vida para o cidadão brasileiro” e “Extinção do juro convencional” (PRADO JR., 1966B: 72). No relatório da comissão de inquérito nomeada em 1859 para avaliar a situação financeira do país, lemos que, a partir de 1854, graças à disseminação dos bancos e dos empréstimos, o Brasil teria protagonizado um processo sem precedentes de “desmoralização social (...) repentina, de uma corrupção de hábitos, santificados por séculos de duração”. Lamentando o destino dos recursos após a abolição do tráfico negreiro em 1850, o relatório afirma que seria melhor continuar empregando-os na compra de “bons negros da costa da África para cultivar os nossos campos férteis” do que na aquisição de “todas as tetéias da Rua do Ouvidor, do que vestidos de um conto e quinhentos mil réis para as nossas mulheres; (...)” (NABUCO citado por PRADO JR., 1966B: 81).

Graças à sua posição de base exportadora de produtos tropicais e gêneros alimentícios, o Brasil se tornará “vulnerável à penetração do capital financeiro internacional quando o capitalismo chega a essa fase de seu desenvolvimento” (PRADO JR., 1966A: 183). Enquanto na primeira metade do século XIX o país ia sendo “preparado” pela fase dos empréstimos, na segunda metade o país passou a receber não apenas os empréstimos, mas também os investimentos (SODRÉ, 1967: 148). Volumosos empréstimos contraídos no exterior para a valorização do café, políticas como as do Encilhamento e as sucessivas crises econômicas terão desdobramentos importantes sobre o imaginário da Primeira República:

Em si, os temas pertinentes ao Encilhamento, seus indefectíveis consórcios e sindicatos, as químicas e falcatruas financeiras, trazem horror ao vagaroso acionista do Império e, mais ainda, as inovações “schumpeterianas” no terreno da moeda, os bancos de emissão a alimentar os projetos grandiosos da República, pareciam destruir a monotonia imperial em nome de ideias fascinantes, ainda que genéricas, de progresso, que não se sabia bem aonde iam nos levar (FRANCO, 2007: 26).

Dessa maneira, nossa escolha por situar o *Sattelzeit* entre fins do século XIX e princípios do século XX se justifica tanto para o caso da Alemanha como para o caso do Brasil. Ainda que Alemanha e Brasil ocupassem posições diferentes no sistema capitalista internacional (respectivamente o centro e a periferia), ambos os países experimentaram intensas transformações advindas da ascensão do capitalismo financeiro.

No Brasil, o símbolo dessas transformações foi o Encilhamento de princípios da República.

Desde o Império o país já estava tomado por intensas discussões que opunham “metalistas” e “papelistas” – os primeiros aferrados ao padrão ouro e os segundos defensores de uma moeda emitida sobre lastro em apólices. Gustavo H. B. Franco registra: “Há muita excitação e empreendedorismo, bom e ruim, muito do que era feito por Mauá e do que foi reprimido no Império, mas também malversações infinitamente mais criativas, maiores, mais elaboradas que as modestas lambujens imperiais (...)” (FRANCO, 2007: 26).

O Encilhamento se manifesta, portanto, como arauto de uma nova fase. Os adjetivos de Oliveira Vianna são fundamentais para entendermos como uma das mais infames medidas do primeiro governo republicano constituiu uma importante ruptura em nossa história econômica, marcando, portanto, o nosso *Sattelzeit*. Generalizava-se “uma inebriante vertigem de fortuna rápida”. A ambição pela riqueza assumia “uma feição de psicose absorvente: toda a sociedade fluminense palpita, anseia, freme sob a ideia delirante das especulações bolsistas”. Em meio a “imaginações megalômanas”, “empresas miraculosas”, “indústrias fabulosas” e “estupendas explorações econômicas”, já não havia mais imperador. Quem reinava soberana

era a incerteza: “dos banqueiros opulentos aos mais modestos caixeiros, dos políticos influentes aos grandes proprietários territoriais, ‘desplantados’ pela Abolição – sonham, sob a magia desses encantos, com a Fortuna e esperam cada manhã o golpe venturoso da sua bagueta dadivosa” (VIANNA, 1938: 320-321).

A história dos bancos na República seguiu o drama do Império: “O início dos novos bancos de emissão da República mistura altos desígnios, boa doutrina e a mais rasteira improvisação (...)”. Uma crise em Londres em 1890 e o colapso cambial de 1891 deram o tom dos acontecimentos subsequentes:

A euforia converte-se em pânico, parecendo replicar o paradigma estabelecido na segunda parte do Fausto, a partir de uma alegoria ao próprio John Law, onde Mefistófoles ensina ao Soberano, numa noite de carnaval, a mágica do papel-moeda, apenas para ver o reino acordar na manhã seguinte arruinado depois de uma falsa euforia. Machado [de Assis], religioso e conhecedor de Goethe, e talvez confuso como Fausto diante dos dilemas morais deste novo capitalismo, não deixaria de mergulhar neste fértil terreno de reflexão (...) (FRANCO, 2007: 29).

A obra de Machado de Assis atesta a importância desse momento como marco inicial de nossa análise diacrônica. Machado escreve em um momento no qual “Os horizontes de modernização do país ampliam-se por todo lado, e o cronista parece alternar-se entre angústia, revolta e fascinação” (FRANCO, 2007: 26). Em crônica de 1893, lemos:

Consta-me que [Deus] abandonou completamente este mundo, desgostoso da obra, e que o passou ao diabo pelo custo. O diabo pretende organizar uma sociedade anônima, dividindo a propriedade em infinitas ações e prazo eterno. As ações, que ele dirá nos anúncios serem excelentes, mas que não podem deixar de ser execráveis, conta vendê-las com grande ágio. Há quem presuma que ele fuja com a caixa para outro planeta, deixando o nosso sem diabo nem Deus. Outros pensam que ele reformará o mundo, contraindo um empréstimo com Deus, sem lhe pagar um ceitil. (ASSIS, 2007B: 152).

Três anos mais tarde, o cronista carioca narraria o drama do cidadão comum diante das bruscas alterações na taxa de câmbio:

Enquanto seguia na direção da Rua Primeiro de Março, ouvia falar do câmbio. Quase a dobrar a esquina, um homem lia a outro as cotações dos fundos. Tinham-se vendido ações do Banco Emissor de Pernambuco a mil e quinhentos; as debêntures da Leopoldina chegaram a obter seis mil setecentos e cinquenta; das ações da Melhoramentos do Maranhão havia ofertas a quatro mil e quinhentos, mas ninguém lhes pegava. Dobrei a esquina, entrei na Rua Primeiro de Março, em direção ao Carceler. Ia costeando as vitrinas de cambistas, cheias de ouro, muita libra, muito franco, muito dólar, tudo empilhado, esperando os fregueses. Vinha de dentro um *fedor judaico* de entontecer, mas a vista das libras restituía o equilíbrio ao cérebro, e fazia-me parar, mirar, cobiçar... (ASSIS, 2007A: 50).

A ideia de um “fedor judaico” emanando das casas de câmbio que, conforme vimos no capítulo anterior, foi retomada por Barroso em 1937¹³⁰, inspira no cronista a resignação, exerce sobre ele um efeito quase narcótico. Enquanto Barroso conclama à luta contra o deus Mamon, o cronista se deixa seduzir por ele.

Os elevados números dos indicadores econômicos, nunca antes vistos, causam uma espécie de vertigem sobre o cronista, expressando assim como aquele foi um momento de ruptura: “o número que assustava o cronista era uma indicação poderosa de irreversibilidade da queda, ou de que o país havia entrado numa nova fase, onde já não se podia mais falar, genérica ou especificamente, na ‘estabilidade dos valores’” (FRANCO, 2007: 222).

O colapso cambial foi um tema especialmente caro ao autor, haja vista ser a moeda um símbolo nacional, tal como o hino ou a bandeira: “Machado angustiado brinca com os paradoxos decorrentes dos mandamentos deste arremedo de ‘era moderna’ então se iniciando, e que parecem em sintonia com o que via à sua volta” (FRANCO, 2007: 29). Os mistérios que envolviam a flutuação cambial culminam num cenário econômico radicalmente novo: “Era a indicação de que não havia mais retorno” (FRANCO, 2007: 33) – ou, para não desgarrarmos de nosso referencial teórico, era o *Sattelzeit* do capital financeiro, se levarmos em conta que “esse termo [*Sattelzeit*] não é nada mais do que um sinônimo de ‘jovem modernidade’, ‘umbral da modernidade’” (FERES JR., 2014: 18). Machado chega a se referir ao dia 17 de janeiro de 1890, data do Encilhamento, como a data “do primeiro ano da criação” (ASSIS, 2007B: 138).

Assim como o antissemitismo, o antilusitanismo não desapareceu do imaginário brasileiro da virada do século XX. Existente desde as manifestações nativistas do Período Colonial e acentuado pela Independência e pelo Período Regencial, o sentimento antilusitano permaneceu forte na Primeira República e também tinha motivações econômicas:

A queixa mais antiga visava o controle do comércio, tanto no que se referia à propriedade das casas quanto ao favorecimento de portugueses na oferta de empregos. *O que o surto de antilusitanismo do início da República acrescentou foi a queixa contra o controle de prédios de aluguel, especialmente das habitações coletivas, incluídos aí os cortiços* (CARVALHO, 1999: 80 – grifo nosso).

O censo de 1890 na cidade do Rio de Janeiro mostra que 30% da população era formada por estrangeiros, dos quais 70% eram portugueses. José d’Assis Brasil afirmava que o elemento luso era “proprietário de quase toda esta cidade, principalmente da parte dela que serve de abrigo às classes média e proletária” (ASSIS BRASIL, 1973: 173). Os portugueses

¹³⁰ “Basta olhar a fisionomia do poeta português para sentir aquele *cheiro da raça* a que alude o poeta judeu Alberto Cohen, o *foetor judaicus* dos latinos. Nós vivemos num mundo invadido e parasitado pelos israelitas (...)” (BARROSO, 1937D: 83).

detinham o monopólio dos aluguéis e o aluguel de imóveis era condicionado à apresentação de cartas de fiança emitidas pelos próprios comerciantes portugueses. Tais comerciantes condicionavam o fornecimento das cartas de fiança ao depósito de dois meses de aluguel e ao compromisso de comprar apenas em seus estabelecimentos (CARVALHO, 1999: 79).

Machado contrasta o frenesi das casas de câmbio com a admirável tranquilidade das pombas em uma praça não muito longe dali. Elas, diferente dos banqueiros judeus, teriam compreendido o real sentido da palavra de Deus:

Nenhuma daquelas pombas pensa no câmbio, nem na baixa, nem no que há de vestir, nem no que há de comer. Eis ali a verdadeira gente cristã, eis o sermão da montanha, a dous passos dos bancos, às próprias barbas destas casas de cambistas que me enchem de inveja. Talvez na alma de algum destes homens viva ainda a própria alma de um antigo que ouviu o discurso de Jesus, e não trocou por este o Deus de Abraão de Isaac e de Jacó. Cuida das libras como eu, que visto e me sustento pelo valor delas, mas eis aqui o que dizem as pombas, repetindo o sermão da montanha: “Não andei cuidadosos da vossa vida, que comereis, nem para o vosso corpo, que vestireis... Olhai para as aves do céu, que não semeiam, nem segam, nem fazem provimentos nos celeiros; e contudo, vosso pai celestial as sustenta... E por que andais vós solícitos pelo vestido? Considerai como crescem os lírios do campo; eles não trabalham nem fiam... Não andeis inquietos pelo dia de amanhã. Porque o dia de amanhã a si mesmo trará o seu cuidado; ao de hoje basta a sua própria aflição [S. Mateus]” (ASSIS, 2007A: 51).

Quando, em fins de 1895, a Comissão de Orçamento anunciou que a dívida pública batia 1,8 milhão de contos (o dobro de 1890), Machado de Assis escreveu uma crônica bastante sugestiva da impressão que números tão maiúsculos causavam. O narrador se lembra que viveu “por aqueles tempos diluvianos, em que a gente almoçava milhares de contos de réis, jantava dezenas de milhares, e ainda lhe ficava estômago para uns duzentos ou trezentos contos” (ASSIS, 2007B: 193). Naquele ano de 1895, tudo multiplicara assustadoramente, inaugurando o *umbral da modernidade capitalista financeira*:

Pois, senhores, nem por ter visto tantos e tamanhos algarismos pude ler friamente os do parecer da comissão. Já o Sr. Morais e Barros havia chamado a nossa atenção para a simples conta total da dívida, que, se não anda na memória de todos os brasileiros, não é por falta de algarismos; será antes por falta de memória. Mas a memória, apesar dos pesares, não vale a imaginação, e há um meio seguro de não doerem as dívidas, é imaginar que são poucas, e essas poucas fecundíssimas, não as pagando a gente, porque não quer, e ainda por não se prejudicar (ASSIS, 2007B: 194).

Deixando de lado o tom jocoso, o narrador adverte, logo em seguida: “Os algarismos mal dão passagem aos olhos; é um mato cerrado, alguns com espinhos agudíssimos, outros tão folhudos que cegam inteiramente” (ASSIS, 2007B: 195).

Nem os Rothschild escaparam das troças do autor. Em crônica de 1883, sobre o empréstimo contraído pelo Tesouro Nacional junto aos Rothschild, lemos:

O Tesouro, em vez de chegar à casa dos Srs. Rothschilds, propor o negócio, concluí-lo, esperar que eles lhe mandassem a preta dos pastéis, e, cansado de esperar, ir pedi-la; o Tesouro, digo, devia ter feito o contrário. Devia ir daqui a Londres; uma vez chegado, a começar a passear pelas ruas, com as mãos nas algibeiras, como quem não quer a coisa. Os Srs. Rothschilds, mal o vissem, corriam a apertar-lhe a mão:

- V. Ex^a por aqui! Que quer? Que manda? Disponha de nós... Sabe que fomos e seremos os seus maiores amigos. Vamos, entremos. Que quer? Dois milhões? Cinco milhões? Dez milhões? (ASSIS, 2007B: 46).

Machado não chega tomar qualquer tipo de posição apaixonada sobre os eventos que narra. Ele não é de “defender causas”, agastar-se em polêmicas, ou oferecer alternativas. Seu olhar é lateral, arrevesado, oblíquo, de quem repetidamente adverte ‘não sei finanças’, apenas para obter a indulgência para as perguntas simples e difíceis, formulando ou respondendo com imagens e alegorias (...)” (FRANCO, 2007: 16-17). Prevaecem a ironia, o deboche, já que o acionista é pintado como alguém totalmente desinteressado pelas assembleias, focado que está somente em seus dividendos. Fala-se em sociedades anônimas, em Rothschild, em Deus e no diabo, mas quase sempre em tom jocoso. Até quando as “inovações e trampolinagens financeiras da ocasião” (FRANCO, 2007: 116) aludem ao diabo, prevalece a ironia. O capital financeiro seria tão diabólico que ocuparia até dois parágrafos do “evangelho do diabo”, como nos mostra uma crônica de 1892:

20º Não queirais guardar para vós tesouros na terra, onde a ferrugem e a traça os consomem, e donde ladrões os tiram e levam.

21º Mas remetei os vossos tesouros para algum banco de Londres, onde a ferrugem, nem a traça os consomem, nem os ladrões os roubam, e onde ireis vê-los no dia do juízo (ASSIS, 2007B: 119).

Em contraste com Machado, o Visconde de Taunay pinta um quadro sombrio do Encilhamento em seu romance de 1893. Taunay define o Encilhamento como uma

espécie de redemoinho fatal, de Maelstrom¹³¹ oceânico, abismo insondável, vórtice de indômita possança e invencível empuxo a que iam convergir, em desapoderada carreira, presas, avassaladas, inconscientes no repentino arroubo, as forças vivas do Brasil, representadas por economias quase seculares e de todo o tempo cautelosas, hesitantes. Dir-se-ia um desses faróis imensos, deslumbrantes, de encontro a cujos vidros inquebráveis, convexos, se atiram, nas sombras da noite e nos vaivens da tempestade, grandes e misteriosas aves do oceano, para logo caírem malferidas, moribundas, ou sem vida e fulminadas sobre ásperos rochedos, na base das torres agigantadas (TAUNAY, 1930: 17-18).

¹³¹ Lembremo-nos que Barroso também utiliza esse termo: “De voragem em voragem, nós nos viemos despenhando assim, desde a independência, e, lá no fundo do Maelstrom, as fauces dos banqueiros internacionais devorarão tudo quanto entreguemos ao abismo insondável feito de abismos...” (BARROSO, 1934A: 92-93). A palavra, de origem escandinava, designa o redemoinho que se dá no encontro entre duas correntes.

A rapidez com que novas empresas surgiam e a facilidade com que o dinheiro fluía chegaram a assustar o autor, que alerta para o caráter pernicioso das transações financeiras e para a ameaça que representavam à integridade nacional:

Requerimentos rabiscados sobre a perna, no intervalo de ruidosas palestras, entre duas fumaças de perfumado havana nos gabinetes ministeriais, sem indicação certa dos lugares, tudo no ar, às cegas, às cabeçadas, e logo transferidos por bom dinheiro, centenas senão milhares de contos de réis a companhias que, da noite para o dia, surgiam como irisados e radiantes cogumelos após chuvas e enxurradas, vivificados os incontáveis micróbios da podridão e dos esterquilínios. Travava-se a responsabilidade do país em somas pavorosas e brincava-se com o crédito, o nome e o porvir da nação (TAUNAY, 1930: 20).

Ao longo de seu romance, Taunay não poupa palavras para mostrar como as aventuras da bolsa de valores do Rio de Janeiro haviam desvirtuado os costumes e afetado as relações interpessoais. O interesse pelo dinheiro teria atropelado todos os valores mais nobres da vida em sociedade. Meneses, o protagonista do romance, indignara-se ao descobrir que o velho amigo Sodré estava tentando lhe passar a perna com as ações que havia lhe vendido:

Então o Sodré o enganara vilmente, o espoliara sem vergonha, tirara-lhe da carteira, só com uma penada, dez contos de réis, ele o amigo antigo da casa, da família, que o acolhera sempre de braços abertos, o hospedara até meses e meses!... (...) Ah! Que triste, que terrível o influxo do jogo, do dinheiro! Assim é que os homens ganhavam fortuna, calcando aos pés todos os sentimentos, tudo, tudo! Quanta perfídia no tal Sodré! Em que ratoeira havia caído! (TAUNAY, 1930: 70).

Repare como a obra de Taunay se parece com o já mencionado romance de Otto Glagau (*Aktien*), igualmente escrito à luz de um escândalo financeiro (a quebra da bolsa de 1873).

O romance de Taunay, no entanto, se insere em uma visão saudosa da Monarquia que considera os momentos iniciais do período republicano como reflexos de uma “euforia artificial causada por medidas deslocadas e posteriormente desfeitas sem deixar vestígio” (FRANCO, 2007: 26). Afinal de contas, como bem questiona Gustavo H. B. Franco, “Por que as rendas decorrentes de privilégios, aí incluído o aluguel de escravos, eram menos ilegítimas que os ‘ágios’ apropriados pelos empresários do Encilhamento?” (FRANCO, 2007: 30).

Apesar do contraste entre os autores é possível notar, entre Machado de Assis e Taunay, “uma nota comum ostensiva: o escândalo das fortunas da noite para o dia, chovidas na Bolsa. As carruagens em desfile magnífico, cocheiros mais dignos que os donos – tudo o lado exterior de um grande momento”. Ambos também “sentiam a falsidade do entusiasmo, presos a velhos, teimosos, sólidos e ajuizados preconceitos” (FAORO citado por FRANCO, 2007: 31).

A literatura de fins do século XIX, por mais que se escandalizasse com a farra das ações da bolsa e das empresas fantasmas, ainda estava longe de assumir uma posição combativa

frente ao capital financeiro. Aliás, não existe consenso a respeito de quando essa postura se consolidou no Brasil. Caio Prado Jr. afirma que o anti-imperialismo no Brasil é mais recente do que em outros países latino-americanos, datando apenas do pós-Segunda Guerra, especialmente com a campanha pelo petróleo (PRADO JR., 1966A: 316-317). Nelson Werneck Sodré corrobora essa ideia, alegando que nem no tenentismo, nem na Revolução de 1930 havia a percepção do imperialismo como fator prejudicial ao Brasil, já que não se denunciava a aliança entre as camadas dominantes da sociedade brasileira e os interesses estrangeiros (SODRÉ, 1976: 318).

Edgard Carone, por sua vez, enxerga uma corrente anti-imperialista no Brasil antes mesmo da proclamação da República, embora entenda que “é após a proclamação que este sentimento se amplia, indo desde a denúncia dos males que acarreta até um combate consciente que se lhe move”. Essa reação teria sido motivada, entre outros, pela invasão da Venezuela em 1902 e pela questão do Acre (CARONE, 1973: 170).

No final dos anos 1890, desenrolaram-se intensas discussões em torno da tentativa de William Reid de obter, para a Light & Power, a exclusividade no fornecimento de eletricidade para a capital federal. Nessa ocasião, a *Imprensa*, jornal dirigido por Rui Barbosa, publicou em 1907:

Ninguém ignora que o projeto William Reid encerra em sua exclusividade o mais grave ataque à liberdade comercial, cerceando a iniciativa particular, proibindo o princípio da livre concorrência, atentando contra os interesses vivos da Nação, que se vê assim condenada por muitos anos... Como se querará dotar a República de benefícios industriais, se a distribuição da energia elétrica – fator primordial das grandes iniciativas – fica circunscrita à vontade de determinada empresa, somente preocupada na satisfação de seus interesses? (IMPRESA citado por JORNAL DO COMÉRCIO; in CARONE, 1973: 186).

A defesa do livre-comércio contra os monopólios estrangeiros também aparece em 1909, com José d’Assis Brasil: “Eu entendo que já é tempo de nos emanciparmos definitivamente da vexatória servidão em que nos conserva o elemento estrangeiro todo, o qual, apesar da nossa emancipação constitucional, ainda é o nosso irrecusável patrão” (ASSIS BRASIL in CARONE, 1973: 173). Em 1903, Inocêncio Serzedelo denunciava como os lucros das principais atividades econômicas no Brasil eram quase integralmente drenados para o exterior por meio dos monopólios estrangeiros:

Vivemos em um país em que os brasileiros não são em geral os detentores da fortuna particular, e no qual os lucros quase todos das múltiplas manifestações da atividade não nos pertencem, não ficam no país e, ao contrário, são transferidos para o exterior à custa de nossa produção agrícola.
Para remediar esse grande mal, que nos corrói, que retarda o nosso progresso, que impossibilita a nossa emancipação econômica, que nos escraviza à posição de

colônia, necessário se faz conhecê-lo em toda a sua extensão (SERZEDELO in CARONE, 1973: 173).

Adentrando um pouco mais no século XX, temos em Monteiro Lobato outro exemplo de como o capital financeiro mexeu com o imaginário brasileiro. Em seu pequeno conto “O Comprador de Fazendas”, de 1917, Monteiro Lobato descreve a arruinada Fazenda do Espigão invocando o velho contraste entre o capital financeiro avassalador, associado a uma doença fatal, e a agricultura agonizante e sufocada: “Dentro dessa esborcinada moldura, o fazendeiro avelhuscado por força das sucessivas decepções e, a mais, roído pelo cancro feroz dos juros, sem esperança e sem conserto, coçava cem vezes ao dia a coroa da cabeça grisalha” (LOBATO, 1989: 34).

Em “O Drama da Geadá”, de 1919, exalta-se o heroísmo do agricultor paulista. Porém, o triunfo final é do credor, o único a colher de fato os dividendos do trabalho árduo:

O fazendeiro paulista é alguma coisa séria no mundo. Cada fazenda é uma vitória sobre a fereza retrátil dos elementos brutos, coligados na defesa da virgindade agredida. Seu esforço de gigante paciente nunca foi cantado pelos poetas, mas muita epopeia há por aí que não vale a destes heróis do trabalho silencioso. Tirar uma fazenda do nada é façanha formidável. Alterar a ordem da natureza, vencê-la, impor-lhe uma vontade, canalizar-lhe as forças de acordo com um plano preestabelecido, dominar a réplica eterna do mato daninho, disciplinar os homens da lida, quebrar a força das pragas... – batalha sem tréguas, sem fim, sem momento de repouso e, o que é pior, sem certeza plena da vitória. Colhe-a muitas vezes o credor, um onzeneiro que adiantou um capital caríssimo e ficou a seu salvo na cidade, de cócoras num título de hipoteca, espiondo o momento oportuno para cair sobre a presa, como um gavião (LOBATO, 1989: 86).

Assim, não bastassem as asperezas da natureza, o agricultor ainda precisava enfrentar a ganância de seu credor. Sendo assim, o dono da fazenda diz que a batalha ainda não estava ganha: “Contraí dívidas; a fazenda está hipotecada a judeus franceses. Não venham colheitas fartas e serei mais um vencido pela fatalidade das coisas. A natureza depois de subjugada é mãe; mas o credor é sempre carrasco...” (LOBATO, 1989: 87). Novamente, portanto, a contraposição entre o credor “carrasco” e a natureza, figura maternal. Novamente, também, o judeu estrangeiro fazendo o papel de credor.

No conto “O Mata-Pau”, de 1915, narra-se a história de Manuel Aparecido, apelidado de “Ruço”. Abandonado ainda bebê e adotado pelos agricultores Elesbão e Rosa, Ruço mostrar-se-ia um rapaz problemático:

Manuel Aparecido era o nome do rapazinho. Como tivesse olhos gateados e cabelos louros de milho, denunciadores de origem estrangeira, puseram-lhe os vizinhos a alcunha de Ruço. Ganhou fama de madraço, e o era perfeito, inimigo de enxada e foice, só atento a negociatas, barganhas, espertezas. Amado pela Rosa como filho, livrava-o ela da sanha do esposo escondendo suas malandragens, porque Elesbão vivia ameaçando endireita-lo a rabo de tatu (LOBATO, 1989: 27).

Posteriormente, Elesbão morreria sob um golpe de foice em crime atribuído ao próprio Ruço, que, por falta de provas, nunca fora condenado. A mãe adotiva, Rosa, havia virado sua amante. Anos mais tarde, Ruço foge com todo o dinheiro e abandona Rosa. Esta enlouquece e quase é morta pelo filho adotivo depois que ele atea fogo à casa, pouco antes de fugir.

Vê-se, portanto, a contraposição “negociatas, barganhas, espertezas”, por um lado, e “enxada e foice”, por outro. Contrastando com Ruço, “a peste do bairro, atarantador dos pacíficos e traiçoeiro para com os escoradores” (LOBATO, 1989: 28) estava o “honradíssimo” Elesbão, seu pai adotivo, “rijo no trabalho” e inclinado à terra. Não por acaso, “Arrendou a rechã da tapera, roçou, derrubou, queimou, plantou, armou a choça” e “Aos três anos de labuta era já sitiante de monjolo, escaroçador e cevadeira, com dois agregados no eito” (LOBATO, 1989: 26). A predileção de Ruço pelo comércio faz dele um ser de índole duvidosa. Acrescentam-se à antipatia do rapaz pela enxada e pela foice outros atributos negativos que mais parecem consequência natural do primeiro: a ingratidão para com o pai que o acolhera, o incesto com a mãe adotiva e, por fim, o abandono.

Note-se como esse enredo se assemelha ao daquele de *Bauer und Jude* (Fazendeiro e Judeu), de Clemens Kreisau, mencionado logo acima. O romance alemão também narra a ingratidão e a perversidade de um usurário judeu acolhido por uma família de agricultores.

“O Mata-Pau” reproduz um tema caro ao imaginário do período: o estrangeiro (comerciante desonesto) ameaçando os brasileiros (simples agricultores). Mata-pau era o nome dado à árvore que mata aquelas ao seu redor: “O lenho gordo e viçoso da planta facinorosa envolvia um tronco morto, a desfazer-se em carcoma. Viam-se por ele arriba, intervalados, os terríveis cingulos estranguladores; inúteis agora, desempenhada já a missão constritora, jaziam frouxos e atrofiados” (LOBATO, 1989: 24).

Mas os interesses especulativos não ameaçavam só as zonas cafeeiras. A borracha, produto que conheceu seu momento de glória no Brasil entre fins do século XIX e princípios do XX, também era vítima. Documentos parlamentares do início do século XX davam conta da situação aterradora em que se achavam produtores e comerciantes, unidos uns aos outros em uma intrincada rede hierárquica da qual só se beneficiavam os exportadores:

A borracha está em crise porque quem regula o crédito dos que dela vivem é justamente o especulador que com ele os mata.

(...)

A borracha empobrece o seringueiro, que a extrai, o patrão que a possui e o *aviador* que a mantém. Só uma entidade prospera, só uma entidade tira proveito, só uma entidade enriquece do seu comércio. É o exportador que sobre o seu valor, o seu preço, especula.

(...)

Coberto, pois, de juros e de multas, reduzido pela especulação a um preço ínfimo, sem capital, sem crédito, a mercadoria fornecida pelo *aviador* ao seringueiro, só pode ser uma mercadoria cara (DOCUMENTOS PARLAMENTARES in CARONE: 1973: 156, 157, 158).

Em *Na Planície Amazônica*, livro cuja primeira edição data de 1926, Raymundo Moraes¹³² destaca, na economia extrativa seringueira, o papel do “regatão”. O regatão era um mascate que estaria sempre a abusar dos seringueiros. Os primeiros regatões, de origem lusa, teriam sido substituídos pelos hebreus, menos depravados, mas ainda mais ávidos por lucro:

Veio depois o hebraico, menos atiradiço, é certo, no que dizia respeito a rabo de saia, entanto mais sovina, mais usurário, devoto e fiel no arrancar couro e cabelo do cristão que lhe caísse nas unhas. Além de monopolizar o comércio em muitas localidades exemplificadas em Gurupá e Parintins, donde somente o desalojavam as iníquas e violentas reações coletivas, a tiro e a terçado, o israelita monopolizava igualmente o comércio de regatão, vendendo, trocando, comprando o que aparecia na fímbria litorânea (MORAES, 1939: 53).

Também o teatro brasileiro na virada do século XX carregava frutos do imaginário intolerante que sempre marcou a história brasileira. O personagem judeu quase sempre era um joalheiro, um prestamista-usurário, um banqueiro ou um comerciante. Aplicadas ao Brasil, as teorias racistas, frequentemente empregadas para desqualificar o negro e o mulato, não estiveram isentas de preconceitos antissemitas e ajudaram a compor as raízes do moderno antissemitismo político brasileiro (CARNEIRO, 2003: 28, 29, 31).

Oliveira Vianna, leitor de Werner Sombart e defensor de uma proposta de viés fortemente católico e ruralista, dizia que a descoberta das riquezas minerais no século XVIII “fomentou a aparição de fortunas rápidas e de nababos e desenvolveu, na nobreza mineira, em grande parte adventícia e sem linhagem, o gosto do luxo, da suntuosidade, da grandeza, a ostentação do *nouveau-richismo*” (VIANNA, 1987: 197).

A despeito das limitações de sua atuação e de suas críticas, o tenentismo também representou uma importante reação à atuação do capital financeiro no país. Apesar de ter protagonizado os principais embates armados nos anos 1920, é apenas na década de 1930 que o tenentismo começa a defender ideias que se afastam da mera crítica às oligarquias no poder. Entre essas ideias estava a condenação dos juros e a denúncia da instrumentalização da economia para escravizar o país. No programa do Clube 3 de Outubro, de fevereiro de 1932, atacam-se “as manobras da usura e os desmandos da utilização abusiva da propriedade como instrumento de escravização econômica e de extorsão de lucros aberrantes de um justo limite (‘luvas’) pela renovação de contratos de locação de prédios, aluguéis excessivos, cláusulas contratuais iníquas, etc.” (citado em FAUSTO, 1978: 77, 78).

¹³²Um dos capítulos deste livro (intitulado “As formigas”) é dedicado a Gustavo Barroso.

Tal como nas formulações integralistas, no programa do Clube 3 de Outubro a condenação dos trustes e monopólios coexiste com a defesa da nacionalização econômica. Propõe-se também a nacionalização das comunicações, dos transportes, das minas e demais recursos naturais, bem como a instalação da siderurgia no país. Em última instância, nota-se que “os horizontes ideológicos do programa são, na área privada, a pequena indústria nas cidades e a pequena propriedade, liberta do latifúndio, no campo” (FAUSTO, 1978: 78).

Em carta do general Isidoro Dias Lopes ao deputado Azevedo Lima, de 1925, é possível notar a denúncia de uma plutocracia que enriquece às custas do país, bem como o descompasso entre a riqueza material do Brasil e sua decadência financeira gerada pelo peso dos juros:

Fantasticamente rico, o Brasil, sob o ponto de vista financeiro, está falido. Não pode pagar os fabulosos juros da sua fabulosa dívida, apesar dos milhões de contos de réis extorquidos ao povo nestes últimos vinte anos. Fantasticamente rico – sob o aspecto econômico – o Brasil contempla uma oligarquia plutocrática a enriquecer até a quinta geração, enquanto trinta milhões de habitantes, quase em miséria, são cada vez mais explorados (LOPES citado por FAUSTO, 1978: 95).

O poder descomunal dos grandes grupos econômicos foi tema recorrente nos escritos políticos de fins dos anos 1920 e princípios dos anos 1930. Oliveira Vianna, em livro de 1927 reeditado em 1939, demonstra alívio ao perceber que as classes patronais estavam deixando de tratar com partidos ou parlamentares para tratar diretamente com o poder central que, na sua concepção, seria mais representativo dos anseios do povo: “Estes interesses sociais, que, até então, se entendiam com o Poder intermediário do Parlamento (...) agora já passam a procurar o próprio Poder, a debater, frente a frente com ele, num ambiente de perfeita cordialidade (...)” (VIANNA, 1939: 240). A ideia integralista de harmonização entre os interesses de classe aparece, portanto, de forma marcante na obra de Oliveira Vianna, autor do qual os integralistas – inclusive Barroso – foram grandes entusiastas.

Comentando a obra de Joaquim Nabuco, Oliveira Vianna exalta as virtudes dos estadistas do Brasil Imperial, contrastando-as com o cenário político republicano. Destaca, nos estadistas do Império, “sua despreocupação do dinheiro e das vantagens pessoais”, e relata as dificuldades de se “criar, numa época como esta e num meio como este, tão intensamente materialista, um Partido único, com a sua mística de abnegação, desprendimento e sacrifício”. Vianna comparava os dirigentes do Império com os líderes dos “modernos Estados Autoritários” – como a Itália fascista –, identificando-os como exemplos de líderes que não se sujeitavam aos interesses materiais (VIANNA, 1939: 280, 281).

A partir das duas análises desenvolvidas neste terceiro e derradeiro capítulo (diacrônica e sincrônica), que não pretenderam em momento algum ser exaustivas, pudemos entender melhor qual foi esse imaginário hostil ao capital financeiro que influenciou nossos autores e que também foi por eles influenciado.

Vimos que, com a ascensão do capitalismo financeiro entre o fim do século XIX e o começo do século XX, o conceito de capital financeiro sofreu quatro processos que são muito caros à História Conceitual: politização, ideologização, democratização e temporalização.

Falamos em *politização* no sentido de que pudemos acompanhar, ao longo do tempo, a “inflação ou deflação semântica” (FERES JR., 2014: 14) que o conceito de capital financeiro sofreu: desde os escritos que lhe eram indiferentes, passando por aqueles que o ridicularizavam ou que buscavam analisá-lo sob uma perspectiva científica, em termos de classe, até chegar naqueles autores que mais nos interessam: os que o associavam a um mal terrível, de contornos diabólicos, ligado a uma determinada raça ou nacionalidade (portugueses e, principalmente, judeus), ameaçando a integridade religiosa, racial e nacional. O conceito foi empunhado como arma de guerra em embates ideológicos entre grupos rivais que disputavam o lugar de seus legítimos intérpretes e inimigos.

Falamos em *ideologização* no sentido de que apareceram “significados que apontam para a realização futura de algo que ainda não é real no presente” (FERES JR., 2014: 14), qual seja: a instauração do regime nazista/integralista e o expurgo de quaisquer marcas do “espírito judaico” da economia nacional. Diferente dos demais autores ou movimentos políticos que os antecederam e que lhes eram contemporâneos, somente o nacional-socialismo/integralismo teriam a capacidade de lutar contra a dominação das altas finanças, pois só eles teriam reconhecido o verdadeiro inimigo e, portanto, as armas para combatê-lo. A Alemanha nazista sacudiria os grilhões judaicos que a aprisionaram por anos, o Brasil integralista deixaria de ser a eterna colônia que sempre fora: era o descolamento entre o espaço de experiência e o horizonte de expectativas.

Falamos em *democratização* no sentido de avaliar como o conceito circulou e até que ponto ele se tornou instrumento de debates públicos por meio de panfletos ou discursos (FERES JR., 2014: 14). Notamos que a sua circulação se deu por meio de debates políticos em assembleias, sessões legislativas, jornais e livros, e também pela literatura.

Por fim, falamos em *temporalização* no sentido de que o conceito, tal como os modernos conceitos políticos, encontrou “seu denominador temporal comum no sufixo ‘ismo’”, seja sob a forma de “capitalismo financeiro”, seja sob a forma de “mamonismo”,

exigindo assim “fins que abrigam desejos maiores do que até então a história pudera satisfazer” (KOSELLECK, 2006A: 297, 300).

Entendemos, como Skinner, que os conceitos devem ser tomados não tanto como afirmações sobre o mundo, mas sim como armas do debate ideológico. Consequentemente, em uma análise histórica conceitual, muitas vezes o que mais importa não é precisamente como o significado e o sentido do conceito mudaram ao longo do tempo, mas sim como mudaram as atitudes sociais e intelectuais dos autores que o empregaram (SKINNER, 2002: 177). Como bem avaliou Koselleck, os modernos conceitos “não servem mais para apreender os fatos de tal ou tal maneira, eles apontam para o futuro”, isto é: eles são armas de luta (KOSELLECK, 2006A: 102). Logo, importa menos os seus significados do que os interesses, as estratégias e a postura daqueles que deles se apropriaram. Dessa forma, percebemos que, por mais que ambos os autores tenham se apropriado de todo um conjunto de símbolos e valores antissemitas e anticapitalistas, eles o fazem de acordo com seus interesses de homens do século XX que militavam em movimentos políticos de massa.

Esse imaginário antissemita e anticapitalista dos quais os autores se apropriaram caracterizava-se, sobretudo, pelos seguintes elementos: defesa de reações espontâneas e individuais (os pogroms) contra o poder do dinheiro encarnado pelos judeus; a esperança de que a justiça em prol dos espoliados fosse feita no além; a defesa da fé e da salvação da alma acima de tudo, contra as investidas do “mamonismo”; a crença na regeneração do judeu após sua cristianização ou germanização. Nossos autores, por sua vez, se mostram contra um antissemitismo baseado nas emoções individuais, acreditando que elas eram ineficazes. Ambos também defendem que a justiça contra o judeu deve ser levada a cabo somente neste mundo, rompendo assim com toda uma cadeia de ciclos apocalípticos que, segundo Koselleck (2006A: 316), projetava as expectativas apenas no além e propunha que o aperfeiçoamento não era possível neste mundo. Também não era objetivo de nossos autores angariar fiéis ou promover a salvação da alma, mas sim recrutar militantes para movimentos de massa e promover a salvação da nação.

Entretanto, dois traços do antissemitismo de Barroso não estavam presentes no antissemitismo de Feder. O integralista admitia (ainda que tardiamente) que o judeu poderia ser regenerado pelo cristianismo e pelo integralismo. Ademais, ele identificava o comportamento perverso do judeu na economia e em demais esferas como uma ameaça à fé cristã, e não só à nação. Logo, no jogo de apropriações e ressignificações, Barroso preservou mais do antissemitismo religioso tradicional do que Feder.

Vimos, com Castoriadis (1982: 142), que os atos reais e os produtos materiais de uma sociedade “não são (nem sempre, não diretamente) símbolos”, embora eles sejam “impossíveis fora de uma rede simbólica”. A partir da análise de nossas fontes, constatamos não somente que a economia é um dos elementos ligados ao simbólico, mas que a ascensão do capital financeiro a partir do último quartel do século XIX gerou alterações significativas nos sistemas simbólicos em torno da economia.

Assim, estivemos a todo o momento trabalhando mais do que com um conceito. Trabalhamos com *contraconceitos*. Os *contraconceitos* “capital financeiro X capital produtivo” foram de suma importância para a configuração das doutrinas nazista e integralista, sobretudo nos escritos de Feder e Barroso, além de suscitar debates intelectuais entre outros autores contemporâneos e anteriores a eles. Tais *contraconceitos* foram usados por vários atores históricos para pautar suas lutas políticas, definindo de forma bem clara contra quem se lutava e o que se defendia, o que atenta para a importância de seu estudo. O fato de os *contraconceitos* serem diferentes dos conceitos-chave políticos e sociais

não quer dizer que esses conceitos não tenham eficácia social, pois *contraconceitos* e outros conceitos sociais que não são contestados dentro do debate público – isto é, que não se tornam conceitos-chave – são instrumentos cruciais na manutenção da opressão e exclusão de grupos humanos. Portanto, tais conceitos, e não somente *Grundbegriffe*, deveriam integrar qualquer projeto de história conceitual que tenha um compromisso crítico com a sociedade na qual se insere (...) (FERES JR., 2007: 114).

Mas é baseando-nos no próprio João Feres Jr. que defendemos a pertinência de se considerar o conceito de capital financeiro também um *conceito-chave*. Além do uso dos conceitos como armas para se atacar ou depreciar o adversário, recurso que, como já vimos, foi amplamente empregado nos escritos de nossos autores, temos o alargamento do campo semântico dos conceitos, “processo que marca sua passagem da condição de simples palavras à de um conceito-chave ou fundamental (*Grundbegriffe*)”. À medida que sofre os efeitos dos conflitos políticos, a “palavra passa a ser depósito de diferentes concepções e projetos de mundo; isso enriquece tremendamente seu campo semântico, tornando-a, assim, um conceito fundamental – sem o qual não seria possível entender a sociedade e a política de seu tempo” (FERES JR., 2014: 462-463).

Wyger R. E. Velema (2007: 81) narra a experiência dos historiadores holandeses, que estabeleceram os seguintes critérios para a definição dos conceitos-chave em um país: 1) O conceito deve ter desempenhado papel relevante no discurso público por um longo tempo. 2) O conceito deve possuir importância histórica central, de forma que sua história contribua para uma discussão mais ampla sobre a existência ou não de um padrão especificamente

nacional de história conceitual. 3) O conceito deve servir para fazer comparações internacionais.

Segundo tais critérios, afirmamos que o capital financeiro foi um conceito-chave tanto no Brasil como na Alemanha. Baseado naquilo que expusemos até aqui, podemos dizer que o dito conceito desempenhou ampla relevância no discurso público, teve importância histórica significativa em vários momentos da história de ambos os países e, principalmente, que pode ser usado para comparações internacionais.

Considerações finais

*Não espere nada do centro/ Se a periferia está morta/ Pois o
que era velho no norte/ Se torna novo no sul*¹³³.

Ao longo de nosso trabalho, pudemos perceber que o par posto “capital criador X capital parasitário” perpassa os escritos de Gottfried Feder e Gustavo Barroso, constituindo-se em uma ideia-mestra que guia a ideia que cada autor tem da economia. Esse par oposto se desdobrava em diversos outros, como “guerreiro X mercador”, “espírito nacional X espírito judaico”, “agricultura/indústria X atividades bancárias”. Ambos os autores se apropriaram de todo um “emaranhado de lembranças” ou de “fórmulas de ideia” (*logosformel*) que remetem à luta contra o comércio, as atividades bancárias e o capital financeiro, ressignificando-os de acordo com os seus interesses. Diante de todo um imaginário hostil à ideia de dinheiro gerando mais dinheiro por si só, os autores preservaram alguns aspectos: a hostilidade à compulsão pela acumulação de riquezas, a busca por uma economia moralizada, metáforas bíblicas fazendo alusão ao perverso e ao demoníaco, metáforas médicas e biológicas e a proposta de se colocar o bem comum acima do bem individual. Porém, eles também subverteram alguns aspectos desse imaginário: mostravam-se contra reações espontâneas contra os judeus (preferindo medidas políticas mais eficazes, como a atuação do Estado e a organização política das massas); acreditavam que a punição aos judeus usurários deveria vir neste mundo, e não no além; preocupavam-se em angariar membros para movimentos políticos de massa, e não em angariar fiéis.

Já vimos que o clamor pela moralização econômica data da Antiguidade Clássica. A partir da Idade Média até o século XIX, o ódio ao capital usurário e ao capital financeiro se fez ainda mais forte no imaginário ocidental, fundamentando-se principalmente em motivações religiosas. A cobrança de juros, o mamonismo, a riqueza pela riqueza... Todas essas eram formas condenadas porque contrariavam a moral cristã. Acrescente-se a isso certa motivação telúrica, já que o capital prestamista também era visto como uma ameaça potencial à maior riqueza do Brasil colonial e da Europa medieval: a terra. A partir do século XX, as coisas mudam de tom, especialmente no pós-Primeira Guerra. O integralismo e o nacional-socialismo são bons exemplos dessa mudança. Os ataques ao capital financeiro deixam de se fundar centralmente na justificativa religiosa e passam a se apoiar também na justificativa nacional. Os juros, as dívidas, os bancos são vistos como ameaças não mais à fé, mas à

¹³³ Mundo Livre SA: *Destruindo a Camada de Ozônio* (Álbum: Guentando a Ôia).

integridade da nação. A agricultura deixa de protagonizar o embate com o capital financeiro, ou, no mínimo, passa a dividir esse protagonismo com a indústria, estigmatizada como capital criador e inibidor de tensões sociais.

Interpretando a economia em termos raciais/nacionais em vez de classe e interpretando os conflitos em termos de “capital industrial X capital financeiro” ou “nacionais X judeus” em vez de “capital X trabalho” ou “trabalhadores X burguesia”, ambos os autores denunciavam uma conspiração judaica para conquistar o mundo, sendo o capital financeiro uma de suas principais armas. A denúncia dessa conspiração era indissociável da nostalgia de uma idade de ouro idealizada na qual a economia serviria a humanidade em vez de escravizá-la. Essa idade de ouro seria a Idade Média, bem como o período colonial, no caso do autor integralista.

Ambos os autores representaram momentos de transformação no conceito de capital financeiro, associando-o, como nunca antes, a termos referentes à servidão e à opressão. Ambos mobilizaram imagens que remetem à submissão (grilhões, algemas, servidão, escravidão, etc.) para representar o capital financeiro, chamando a atenção para as dimensões inéditas que ele então assumia. Também se pode ver que, por mais que o nazista e o integralista recorram a fórmulas de ideia pré-capitalistas para defender virtudes econômicas mais austeras e tentar reverter o processo de acumulação capitalista, ambos defendem métodos modernos na luta contra os banqueiros internacionais: a mobilização política das massas e o Estado moderno. Ademais, ambos apresentaram seus movimentos como os únicos capazes de lutar contra essa ameaça, dado o estágio inédito em que ela se achava e o desconhecimento da opinião pública em relação a ela.

Enquanto os nazistas se viram dependentes do grande capital para exercer o poder conquistado, os integralistas não sofreram tal constrangimento, pois nunca deixaram de ser um movimento para virar um regime. Esse fato contribuiu para tornar a situação de Barroso mais vantajosa do que a de Feder, que sempre atraía olhares desconfiados do empresariado alemão. Enquanto Barroso conseguiu uma ampla gama de seguidores dentro da AIB, mantendo sua posição de liderança até o final da existência legal da agremiação, Feder teve um auge de popularidade no movimento nacional-socialista que foi seguido pelo ostracismo. As ideias de Barroso eram partilhadas por diversos autores e políticos dentro e fora da AIB. Ele valeu-se do antissemitismo para angariar apoio e sustentar suas disputas com Plínio Salgado pela liderança do movimento integralista. Entretanto, seu antissemitismo e sua posição claramente favorável ao Terceiro Reich lhe renderam a desconfiança da Igreja Católica e, algumas vezes, dos próprios integralistas, ameaçando a imagem de coesão que a AIB queria passar.

Se Barroso defendia que o Brasil possuiria todos os recursos naturais necessários para elevá-lo à condição de potência e fazê-lo romper com as altas finanças, Feder reconhecia as limitações da Alemanha e defendia a aquisição de colônias para o país. Assim, o elogio à natureza é uma constante nas obras de Barroso, mas está quase ausente da obra de Feder.

Enquanto o integralismo deita raízes na Semana de Arte Moderna de 1922 e na literatura católico-conservadora da Primeira República, o nacional-socialismo tem origem em doutrinas racistas, defensoras da superioridade e da pureza de uma suposta raça ariana. Ademais, Barroso atacava o capital financeiro partindo da periferia do sistema capitalista, ao passo que Feder o fazia partindo do centro, de um país que perdera recentemente a posição que ocupava de elo forte da cadeia imperialista. Consequentemente, Barroso propõe que a luta contra as altas finanças deveria ser universal, ao passo que Feder ressalta apenas o protagonismo da raça ariana nessa luta. Barroso preserva, mais do que Feder, elementos do antisemitismo religioso tradicional, trabalhando em termos de uma luta “cristão X judeu”, enquanto Feder fala em termos de “ariano X judeu”. Por fim, Barroso vê o Brasil como uma nação ainda em formação, que necessitaria da contribuição de elementos estrangeiros para se sustentar (desde que essa contribuição não violasse as raízes católicas e europeias do Brasil), ao passo que Feder defende que era preciso zelar pela pureza da raça ariana.

Apesar de sua retórica inflamada contra o capitalismo, nenhum dos dois autores pode ser considerado anticapitalista no sentido estrito do termo. Chesnais nos ensina que “A forma D – D’ impele a seu paroxismo, um fetichismo profundo que não é somente inerente ao dinheiro que se valoriza em massa, mas ao capitalismo enquanto tal, como modo de produção e como sistema de dominação social” (CHESNAIS, 2010: 119). Ao limitar seu repertório de ataques apenas à forma D – D’, poupando as relações de classe e de propriedade, o pretenso anticapitalismo de nossos autores acabou ficando incompleto, no meio do caminho.

Nosso trabalho também mostrou como a comparação pode desempenhar um papel valioso na História Conceitual, corroborando o que Javier Fernández Sebastián diz sobre uma abordagem comparativa dos conceitos:

[Uma história comparada dos conceitos] nos ajudaria a tomar consciência de que os conceitos e categorias com os quais damos sentido ao mundo não são os únicos e nos obriga a empreender essa forma elementar de empatia que consiste em tentar “traduzir” os conceitos estranhos na nossa própria linguagem (...). [Dessa forma], acredito que cabem poucas dúvidas sobre as virtudes desta especialidade no momento presente do mundo (SEBASTIÁN, 2007: 95).

Barroso leu Feder, o que ajuda a explicar em partes as semelhanças que encontramos. Mas Barroso também leu outros autores, pertencentes à tradição modernista reacionária, da

qual Feder fazia parte e da qual certamente se apropriou. A obra de Feder serviu, para Barroso, além de fonte de ideias, como fonte de legitimidade. Ele apontava para Gottfried Feder a fim de mostrar que a luta integralista não era um delírio isolado, mas o mote principal do discurso de um autor ligado a um dos mais importantes movimentos políticos naquela década de 1930. Mas não deixa de ser curioso o fato de que, no momento em que Barroso citava Feder, este já havia sido excluído da cena política da Alemanha nazista. Esse descompasso configura o fenômeno explicado pela frase de abertura deste capítulo: o que era velho no norte se torna novo no sul. É o fascismo da periferia.

Mas nosso trabalho é fundamentalmente importante para pensarmos nosso tempo.

Assim como nossos autores viveram à sombra da primeira hegemonia financeira, de princípios do século XX, estamos vivendo à sombra da segunda e ainda mais forte onda de financeirização, iniciada na esteira da crise de 1973. A resposta a essa crise estrutural foi a liberalização dos fluxos financeiros, logo acompanhada da liberalização das trocas comerciais. A liberalização buscava dar ao capital a liberdade necessária para compensar a queda na taxa de lucro (CHESNAIS, 2010:165-166). Se Herf fala em uma “revolução conservadora” no entre guerras responsável por gestar o nacional-socialismo, Chesnais identifica uma revolução conservadora iniciada no contexto dessa segunda onda. O significado inequívoco dessa segunda revolução conservadora é bem claro: “Não há em nenhum país um ‘contrapoder’ àquele do capital” (CHESNAIS, 2010: 166).

Na esteira da segunda hegemonia financeira, “O imobilismo niilista ‘pós-moderno’ alimenta, através do pensamento anti-humanista, o que há de mais retrógrado e conservador no plano econômico: o mercado autorregulado do neoliberalismo que, a partir dos anos 1970, se alastrou pelo planeta” (CRUZ e MARQUES J. FILHO, 2012: 40).

Dessa maneira, o contexto de liberalização dos mercados, de internacionalização da economia, de centenário do nascimento de Gustavo Barroso (1988) e de retomada da liberdade de expressão com o fim dos regimes militares latino-americanos criou um ambiente bastante propício à circulação de obras antissemitas na América Latina. É o caso da Editora Revisão, fundada pelo gaúcho Siegfried Ellwanger Castan, que reeditou e publicou os livros de Barroso dos anos 1930 (*História Secreta do Brasil – volumes I e II, Brasil – Colônia de Banqueiros* e a edição traduzida e comentada por Barroso d’*Os Protocolos dos Sábios de Sião*), bem como diversas obras revisionistas. A Editora Revisão foi um esforço para mostrar

que a luta contra o complô judaico continuava sendo um tema atual naquele final de século XX¹³⁴.

O contexto internacional é outro, marcado pela globalização política e econômica baseada em blocos econômicos, como Nafta, Mercado Comum Europeu, depois chamado de Comunidade Europeia, e Mercosul. As instalações de multinacionais e, depois, transnacionais nos países de Terceiro Mundo, muitos chamados de emergentes, por sua capacidade de atrair capital estrangeiro, já eram uma realidade e davam a tônica política e econômica do final do século XX. É nesse contexto que Castan propaga suas ideias baseadas na crítica ao capital estrangeiro e em afirmações contraditórias e mitificatórias sobre um complô judaico mundial e o poder político e econômico internacional do sionismo (JESUS, 2006: 119-120).

Não é por acaso que Feder e Barroso ocupam uma posição de destaque em sites neonazistas argentinos e brasileiros, que disponibilizam suas obras para serem baixadas livremente. Seus escritos oferecem brechas para que sejam apropriados sob um viés anti-imperialista fortemente presente no imaginário latino-americano. Seu discurso de ódio aos bancos articula-se de forma notável com a proposta nacionalista de muitos desses sites, que identificam nas grandes potências econômicas o principal entrave ao desenvolvimento dos países mais pobres. Assim, os neonazistas sul-americanos veem no clamor por “romper com a servidão dos juros” um mote formidável para legitimar a luta contra a dívida externa que há tantos anos acompanha o continente, agravando-se sensivelmente ao longo dos anos 1980.

O que os referidos sites fazem, portanto, é se apropriar de um discurso produzido em um contexto histórico específico – o entre guerras – e aplicá-lo à realidade latino-americana pós-Guerra Fria e pós-Regime Militar. Esse tipo de constatação torna ainda mais importantes trabalhos como o nosso no sentido de esclarecer o público sobre o significado dessas ideias. Um internauta brasileiro que procurar material em língua portuguesa sobre Gottfried Feder certamente encontrará mais conteúdo em sites neonazistas do que em meios acadêmicos.

¹³⁴ Sobre a Editora Revisão, ver: CRUZ, N. R.. *Negando a História: A Editora Revisão e o Neonazismo*. Dissertação (Mestrado em História). Universidade Federal Fluminense, Brasil: 1997.

Referências bibliográficas

Fontes

Obras de Gottfried Feder

Das Manifest zur Brechung der Zinsknechtschaft des Geldes. Munique: Verlag Jos. C. Huber, 1919.

Das Programm der NSDAP und seine weltanschaulichen Grundgedanken. Nationalsozialistische Bibliothek, Heft 1. Munique: Verlag Frz. Eher Nachf., 1932.

Der deutsche Staat auf nationaler und sozialer Grundlage. Nationalsozialistische Bibliothek, Heft 35. Munique: Verlag Frz. Eher Nachf., GmbH, 1933A.

Die Juden. 3ª edição. Nationalsozialistische Bibliothek, Heft 45. Munique: Verlag Frz. Eher Nachf., 1933B.

Kampf gegen die Hochfinanz. 6ª edição. Munique: Zentralverlag der NSDAP, Franz Eher Nachf., GmbH, 1935.

Obras de Gustavo Barroso

A Guerra do Vidéo (contos e episódios da campanha da Cisplatina, 1825 a 1828). São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1930.

A Palavra e o Pensamento Integralista. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1935A.

A Sinagoga Paulista. 3ª edição revista e com acréscimos. Rio de Janeiro: Editora ABC, 1937A.

Brasil, Colônia de Banqueiros: História dos Empréstimos de 1824 a 1934. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1934A.

Espírito do Século XX. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1936A.

História Militar do Brasil. 2ª edição, ilustrada. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1938A (Biblioteca pedagógica brasileira. Série 5a., Brasileira ; volume 49).

História Secreta do Brasil: Primeira Parte – Do Descobrimento à Abdicação de D. Pedro I. 3ª edição. Série 5ª, Brasileira, volume 76, Biblioteca Pedagógica Brasileira. Companhia Editora Nacional: São Paulo, 1939.

História Secreta do Brasil: Segunda Parte – Da Abdicação de D. Pedro I à Maioridade de D. Pedro II. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1937B.

História Secreta do Brasil: Terceira Parte – Da Maioridade de D. Pedro II à República. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1938B.

Integralismo e catolicismo. 2ª edição. Rio de Janeiro: Editora ABC, 1937C.

Judaísmo, Maçonaria e Comunismo. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1937D.

O Integralismo de Norte a Sul. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1934B.

O Integralismo e o Mundo. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1936B.

O Integralismo em Marcha. Rio de Janeiro: Schmidt, 1933.

O Quarto Império. Rio de Janeiro: livraria José Olympio, 1935B.

O que o Integralista Deve Saber (2ª edição). Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1935C.

Outras obras antissemitas

ALBUQUERQUE, A. Tenório de. *A Allemanha Grandiosa*: Impressões de Viagem ao País do Nazismo. Prefácio de Gustavo Barroso. Rio de Janeiro: Editora Minerva, 1936.

_____. *Escândalo no Morro Velho*. 2ª edição. Gráfica Labor: Rio de Janeiro, 1940A.

_____. *Hitler*: Sua personalidade através de várias opiniões. Rio de Janeiro: Cia. Brasil Editora, 1937A.

_____. *Imperialismo Britânico no Brasil*. Gráfica Labor: Rio de Janeiro, 1941.

_____. *Integralismo, Nazismo e Fascismo*: Estudos Comparativos. Ed. Minerva: Rio de Janeiro, 1937B.

_____. *Opressão Britânica*. Rio de Janeiro, 1940B.

ECKART, Dietrich. Flugblatt vom 5. April 1919. Verfaßt von Dietrich Eckart auf Grund des "Manifestes zur Brechung der Zinsknechtschaft". In: FEDER, Gottfried. *Kampf gegen die Hochfinanz*. 6ª edição. Munique: Zentralverlag der NSDAP, Franz Eher Nachf., GmbH, p. 97-103, 1935.

FONTENLA, Vicente Paz. *A Lucta Entre o Ouro e o Sangue*: Complemento à Edição de Janeiro de 1941. Rio de Janeiro, 1941.

FRANK, Walter. *Zur Geschichte des Nationalsozialismus*. Hamburg: Hanseatische Verlagsanstalt, 1938.

HERRMANN, Arthur R.. *Gottfried Feder*: Der Mann und sein Werk. Leipzig: Verlag Theodor Weicher, 1933.

HITLER, Adolf. Erklärung. In: FEDER, Gottfried. *Das Programm der NSDAP und seine weltanschaulichen Grundgedanken*., p. 21 (nota de rodapé).

HOLLANDA, Raphael de. *A propósito dos "slums" londrinos*. Casa Riedel: Rio de Janeiro, 1940.

_____. *Pequena Collecção de Opiniões a Respeito de John Bull*. Casa Riedel: Rio de Janeiro, 1940.

ROCHA, Geraldo. *Fim de uma Civilização*: Comentários sobre a Atualidade Econômica. Rio de Janeiro, 1935.

_____. *País Espoliado*: Subsídios para a História Financeira e Econômica do Brasil. Rio de Janeiro: Alba Editora, 1940.

ROSENBERG, Alfred. The Myth of the Twentieth Century. In: WEBER, Eugen. *Varieties of Fascism*: doctrines of revolution in the twentieth century. Princeton: D. van Nostrand, 1964.

Obras literárias

ASSIS, Machado de. O Câmbio e as Pombas. In: SANTOS, Joaquim Ferreira dos (org.). *As Cem Melhores Crônicas Brasileiras*. Rio de Janeiro: Objetiva, 2007A.

_____. [Crônicas diversas]. In: FRANCO, Gustavo H. B. (org.). *A Economia em Machado de Assis*: O Olhar Oblíquo do Acionista. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2007B.

LOBATO, Monteiro. O Comprador de Fazendas. In: LAJOLO, Marisa. (org.) *Contos Escolhidos*. São Paulo: Brasiliense, 1989.

_____. O Drama da Geada. In: LAJOLO, Marisa. (org.) *Contos Escolhidos*. São Paulo: Brasiliense, 1989.

_____. O Mata-Pau. In: LAJOLO, Marisa. (org.) *Contos Escolhidos*. São Paulo: Brasiliense, 1989.

MORAES, Raymundo. *Na Planície Amazônica*. 5ª edição. Brasileira – Biblioteca Pedagógica Brasileira; série 5ª, volume 63. São Paulo: Editora Nacional, 1939.

TAUNAY, Visconde de. *O Encilhamento*: Cenas Contemporâneas da Bolsa do Rio de Janeiro em 1890, 1891 e 1892. 4ª edição. Melhoramentos, 1930.

Demais fontes relevantes para o estudo do nazismo, do integralismo e do capital financeiro

A Plateia, 1, 4 e 3 de julho de 1935. In: CARONE, Edgard. *A Primeira República (1889-1930)*. Texto e Contexto. 2ª edição aumentada. Corpo e Alma do Brasil. São Paulo: Difusão Europeia do Livro, 1973.

AMARAL, Azevedo. *O Brasil na Crise Actual*. São Paulo: Nacional, 1934.

ASSIS BRASIL, José d'. O Atentado de 5 de Novembro de 1897 Contra o Presidente da República. In: CARONE, Edgard. *A Primeira República (1889-1930)*. Texto e Contexto. 2ª edição aumentada. Corpo e Alma do Brasil. São Paulo: Difusão Europeia do Livro, 1973.

DIRETRIZES Integralistas. In: BARROSO, Gustavo. *O Que o Integralista deve Saber*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, p. 75-83, 1935.

DOCUMENTOS parlamentares. In: CARONE, Edgard. *A Primeira República (1889-1930)*. Texto e Contexto. 2ª edição aumentada. Corpo e Alma do Brasil. São Paulo: Difusão Europeia do Livro, 1973.

GUILHERME, Everardo. *Solidarismo e os Systemas Fascistas*: Fascismo, Nacional-socialismo, Salazarismo, Integralismo, etc. Rio de Janeiro: Ed. ABC, 1937.

HITLER, Adolf. *Minha luta*. 5ª edição histórica. Tradução de Klaus Von Puchen. Centauro: São Paulo, 2005.

Jornal do Comércio. In: CARONE, Edgard. *A Primeira República (1889-1930)*. Texto e Contexto. 2ª edição aumentada. Corpo e Alma do Brasil. São Paulo: Difusão Europeia do Livro, 1973.

LIST, Georg Friedrich. Sistema Nacional de Economia Política. In: *Os Economistas*. Tradução de Luiz João Baraúna. São Paulo: Abril Cultural, 1983.

MENDES, Oscar. Os destruidores da Alemanha. In: GUILHERME, Everardo. *Solidarismo e os Systemas Fascistas*: Fascismo, Nacional-socialismo, Salazarismo, Integralismo, etc. Rio de Janeiro: Ed. ABC, 1937.

MACHADO, Edgar de Godoi da Matta. Orientação católica. In: Pe. Everardo Guilherme. *Solidarismo e os systemas fascistas*: fascismo, nacional-socialismo, salazarismo, integralismo, etc. Rio de Janeiro: Ed. ABC, 1937.

SALGADO, Plínio. Carta de natal e fim de ano. In: _____. *O Integralismo Perante a Nação*. 2ª edição. Rio de Janeiro: Livraria Clássica Brasileira, 1950.

_____. O Manifesto de Outubro. In: BARROSO, Gustavo. *O Que o Integralista deve Saber*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, p. 17-34, 1935.

_____. O Modelo Italiano: Discurso de Plínio Salgado (25/04/1932). In: CARONE, Edgard. *A Segunda República (1930-1937)*. 3ª edição. Rio de Janeiro: DIFEL (Corpo e alma do Brasil), 1978.

SANTOS, Affonso dos. O integralismo é extremista e não pode ser extremismo – a significação nacional e internacional do fascismo. In: GUILHERME, Everardo. *Solidarismo e os Systemas Fascistas*: Fascismo, Nacional-socialismo, Salazarismo, Integralismo, etc. Rio de Janeiro: Ed. ABC, 1937.

SERZEDELO, Inocêncio. O Problema Econômico no Brasil. In: CARONE, Edgard. *A Primeira República (1889-1930)*. Texto e Contexto. 2ª edição aumentada. Corpo e Alma do Brasil. São Paulo: Difusão Europeia do Livro, 1973.

SILVA, José Bonifácio de Andrada e. *Projetos Para o Brasil*. Organização de Miriam Dolhnikoff. Grandes Nomes do Pensamento Brasileiro. São Paulo: Companhia das Letras; Publifolha, 2000.

VASCONCELOS, General Meira de. Prefácio. In: ALBUQUERQUE, Acir Tenório d'. *Atentados Contra o Brasil*. Rio de Janeiro: Gráfica Labor, 1941.

VIANNA, Oliveira. *Evolução do Povo Brasileiro*. 3ª edição. São Paulo: Nacional, 1938.

_____. *História Social da Economia Capitalista no Brasil*. Volume 1. Coleção Reconquista do Brasil, 2ª série. Belo Horizonte: Itatiaia; Rio de Janeiro: EDUFF, 1987.

_____. *O Idealismo da Constituição*. 2ª edição. São Paulo: Nacional, 1939.

Artigos

ALMEIDA, M. G. A. A. Leituras Antissemitas: Periodismo Disfarçado de Catequese (1924-1940). In: CARNEIRO, M. L. T.. (Org.) *O Anti-Semitismo nas Américas: Memória e História*. São Paulo: Edusp, Fapesp, 2007.

ARRUDA, J. J. A.. História Econômica e História Cultural: uma Trajetória Historiográfica. In: *Revista Brasileira de Gestão e Desenvolvimento Regional*. V. 4, n. 3 (número especial), Taubaté-SP, p. 6-26, ago/2008.

BATISTA, A. B.. Experiência de pesquisa na temática do integralismo, no CD-AIB/PRP e no Fundo Plínio Salgado, em Rio Claro. In: CAMPOS, Maria Teresa de Arruda; DOTTA, Renato A. (orgs.). *Dos Papéis de Plínio: Contribuições do Arquivo de Rio Claro para a Historiografia Brasileira*. Rio Claro: Oca Editora, p. 173-191, 2013.

_____. Intelectuais Brasileiros na Ideologia Integralista: Autoritarismo, Ensino e a Busca de Raízes Nacionais. In: CAVALARI, R. M. F., DOTTA, Renato A., POSSAS, L. M. V. (orgs.). *Integralismo: Novos Estudos e Reinterpretações*. Rio Claro: Arquivo do Município, p. 127-139, 2004.

BEN-DROR, Graciela. As Elites Católicas do Brasil e sua Atitude em Relação aos Judeus (1933-1939). In: CARNEIRO, M. L. T.. (Org.) *O Anti-Semitismo nas Américas: Memória e História*. São Paulo: Edusp, Fapesp, 2007.

BERSTEIN, Serge. Os Partidos. In: RÉMOND, René (org.). *Por uma História Política*. Tradução: Dora Rocha. Rio de Janeiro: UFRJ/FGV, 1996.

BERTOCHI, A. F.. A Crítica de Bukhárin à Economia Política do Rentista. In: 4º Colóquio Marx e Engels, Campinas. *Anais do 4º Colóquio Marx e Engels*. Campinas: Editora da Unicamp, v. 1, p. 1-13, 2005.

BERTONHA, J. F.. A Questão da “Internacional Fascista” no Mundo das Relações Internacionais: a Extrema-direita Entre Solidariedade Ideológica e Rivalidade Nacionalista. In: *Revista Brasileira de Política Internacional*, v. 43, n. 1, 99-118, 2000.

_____. Integralistas e Pesquisadores do Integralismo: o Embate entre Memória e História. In: CAVALARI, R. M. F., DOTTA, Renato A., POSSAS, L. M. V. (orgs.). *Integralismo: Novos Estudos e Reinterpretações*. Rio Claro: Arquivo do Município, p. 155-166, 2004.

BERTONHA, J. F.; BOHOSLAVSKY, Ernesto. Las derechas sudamericanas: trayectorias, miradas y circulación. In: _____ (orgs.). *Circule por la Derecha: percepciones, redes y contactos entre las derechas sudamericanas, 1917-1973*. Los Polvorines: Universidad Nacional de General Sarmiento, p. 9-18, 2016.

BLOCH, Marc. Comparação. In: _____. *História e Historiadores*. Tradução de Telma Costa. Lisboa: Teorema, p. 111-118, 1998B.

_____. Para uma História Comparada das Sociedades Europeias. In: _____. *História e Historiadores*. Tradução de Telma Costa. Lisboa: Teorema, p. 119-146, 1998A.

BROMLEY, Ray; SCHENK, Tilman A. Mass-Producing Traditional Small Cities: Gottfried Feder's Vision for a Greater Nazi Germany. In: *Journal of Planning History*. Volume 2, p. 107-139, 2003. Disponível em: http://www.researchgate.net/publication/249631048_Mass-Producing_Traditional_Small_Cities_Gottfried_Feder's_Vision_for_a_Greater_Nazi_Germany

BRUNHOFF, Suzanne de. Finança, Capital, Estados. In: BRUNHOFF, Suzanne de... [et al.]. *A Finança Capitalista*. Tradução de Rosa Maria Marques e Paulo Nakatani. São Paulo: Alameda, 2010.

BRUNHOFF, Suzanne de... [et al.]; Introdução. In: _____. *A Finança Capitalista*. Tradução de Rosa Maria Marques e Paulo Nakatani. São Paulo: Alameda, 2010.

CANAVIEIRA, Manuel Filipe. Portugal, Semente de Impérios no Pensamento Integralista de Gustavo Barroso. In: *Estudos Filosóficos* nº 3. DFIME, UFSJ, p. 177-85, 2009.

CARNEIRO, M. L. T.. Apresentação. In: _____. (Org.) *O Anti-Semitismo nas Américas: Memória e História*. São Paulo: Edusp, Fapesp, p. 11-17, 2007.

_____. Metáforas de uma civilização. In: _____ (org.). *O Anti-Semitismo nas Américas: Memória e História*. São Paulo: Edusp, Fapesp, p. 291-321, 2007.

_____. Metáforas roubadas à doença: particularidades do discurso racista. In: CARNEIRO, M. L. T.; MONTEIRO, Yara (orgs.). *As Doenças e os Medos Sociais*. São Paulo: Editora Fap-Unifest, 2012B.

CARNEIRO, M. R. S. R.. Gustavo Barroso, Enfim, Soldado da Farda Verde. X Encontro Regional de História (ANPUH – RJ): História e biografias. UERJ, 2002.

_____. O Corporativismo Integralista: uma breve exposição de projetos de Estado. In: XXVII Simpósio Nacional de História - Conhecimento Histórico e Diálogo Social, 2013, Natal. XXVII Simpósio Nacional de História - Conhecimento Histórico e Diálogo Social. São Paulo: ANPUH Nacional, 2013.

_____. Pensamento Integralista: Aportes e Suportes para um Movimento de Direita. In: CRUZ, N. R.. (org.). *Ideias e Práticas Fascistas no Brasil*. Rio de Janeiro: Garamond, 2012A.

CAVALARI, R. M. F.. A Educação no Projeto Integralista. In: CAVALARI, R. M. F., DOTTA, Renato A., POSSAS, L. M. V.. (orgs.). *Integralismo: Novos Estudos e Reinterpretações*. Rio Claro: Arquivo do Município, p. 89-106, 2004.

CAZETTA, Felipe. Integralismo e Fascismos: Exposições entre Diferenças e Semelhanças. In: *Temporalidades* (Revista Discente do Programa de Pós-Graduação em História da UFMG), p. 112-122, Belo Horizonte, volume 2, Nº 1, janeiro/julho 2010.

_____. Integralismos: exame das teorias políticas do Integralismo Lusitano e a Ação Integralista Brasileira. *Temporalidades*, v. 5, p. 41-60, 2013.

CHAUÍ, Marilena de Souza. Apontamentos para uma Crítica da Ação Integralista Brasileira. In: CHAUÍ, Marilena de Souza. FRANCO, Maria Silvia Carvalho. *Ideologia e Mobilização Popular*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1985. (CEDEC / Paz e Terra; v.3).

CHESNAIS, François. A Proeminência da Finança no Seio do “Capital em Geral”, o Capital Fictício e o Movimento Contemporâneo de Mundialização do Capital. In: BRUNHOFF, Suzanne de... [et al.]. *A Finança Capitalista*. Tradução de Rosa Maria Marques e Paulo Nakatani. São Paulo: Alameda, 2010.

CLEMENTE, Guido. O Fascismo e os Historiadores: Sucessos e Fracassos do Uso Político da História. In: : CARNEIRO, M. L. T.; CROCI, Federico. *Tempos de Fascismos: Ideologia – Intolerância – Imaginário*. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, Imprensa Oficial, Arquivo Público do Estado de São Paulo, 2010.

CRUZ, G. R.. e MARQUES J. FILHO, Jeronimo. Fascismos, Modernidade e “Pós-Modernidade”: A Tentação Conservadora. In: CRUZ, N. R.. (org.). *Ideias e Práticas Fascistas no Brasil*. Rio de Janeiro: Garamond, 2012.

CRUZ, N. R.. Ação Integralista Brasileira (AIB): Nacionalismo, Antissemitismo e Fascismo. In: _____ (org.). *Ideias e Práticas Fascistas no Brasil*. Rio de Janeiro: Garamond, 2012.

_____. O diálogo entre o moderno e o antimoderno no discurso da Ação Integralista Brasileira. In: *Estudos Ibero-Americanos*, PUCRS, v. 37, n. 2, p. 196-214, jul./dez. 2011.

DEANE, Seamus. Introduction. In: EAGLETON, Terry; JAMESON, Fredric; SAID, Edward W.. *Nationalism, colonialism and literature*. Minneapolis: University of Minnesota Press, 1990.

DELL'ISOLA, Regina Lúcia Péret. A metáfora e o seu contexto cultural. In: PAIVA, Vera Lúcia Menezes de Oliveira e (Org.). *Metáforas do Cotidiano*. Belo Horizonte: Imprensa Universitária, p. 39-51, 1998.

DEVOTO, Fernando J.. La historia comparada entre el método y la práctica: um itinerario historiográfico. In: *Prismas*, Revista de historia intelectual, Nº 8, 2004, p 229-243.

DOTTA, Renato A.. Introdução. In: CAVALARI, R. M. F., DOTTA, Renato A., POSSAS, L. M. V.. (orgs.). *Integralismo: Novos Estudos e Reinterpretações*. Rio Claro: Arquivo do Município, p. 11-16, 2004.

_____. O Trabalhador Através do Discurso Integralista. In: CAVALARI, R. M. F., DOTTA, Renato A., POSSAS, L. M. V.. (orgs.). *Integralismo: Novos Estudos e Reinterpretações*. Rio Claro: Arquivo do Município, p. 69-88, 2004.

DUMÉNIL, Gerard; LÉVY, Dominique. A Finança Capitalista: Relações de Produção e Relações de Classe. In: BRUNHOFF, Suzanne de... [et al.]. A Finança Capitalista. Tradução de Rosa Maria Marques e Paulo Nakatani. São Paulo: Alameda, p. 183-246, 2010.

_____. Os Três Campos da Teoria das Relações Financeiras de Marx: o Capital Financeiro de Hilferding e Lênin. In: BRUNHOFF, Suzanne de... [et al.]. A Finança Capitalista. Tradução de Rosa Maria Marques e Paulo Nakatani. São Paulo: Alameda, p. 247-300, 2010.

EAGLETON, Terry. Nationalism: Irony and Commitment. In: EAGLETON, Terry; JAMESON, Fredric; SAID, Edward W.. *Nationalism, Colonialism and Literature*. Minneapolis: University of Minnesota Press, 1990.

ESPIG, M. J.. O Conceito de Imaginário: Reflexões Acerca de sua Utilização pela História. In: *Textura* (Canoas), Canoas, v. n.9, p. 49-56, 2004.

FEITLER, Bruno. Circulação de Obras Antijudaicas e Anti-semitas no Brasil Colonial. In: CARNEIRO, M. L. T.. (Org.) *O Anti-Semitismo nas Américas: Memória e História*. São Paulo: Edusp, Fapesp, 2007.

FERES JR., João. Introdução: Reflexões sobre o Projeto Iberconceptos. In: _____ (org.). *Léxico da História dos Conceitos Políticos do Brasil*. 2ª edição. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2014 (Humanitas).

_____. O Conceito de Civilização – Uma Análise Transversal. In: _____ (org.). *Léxico da História dos Conceitos Políticos do Brasil*. 2ª edição. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2014 (Humanitas). P. 423-454.

_____. Para uma história conceitual crítica do Brasil: recebendo a *Begriffsgeschichte*. In: FERES JR., João; JASMIN, Marcelo (orgs.). *História dos Conceitos: Diálogos Transatlânticos*. Rio de Janeiro: Editora PUC-Rio; Editora Loyola: IUPERJ, 2007.

_____. Posfácio. De Olho nas Pesquisas Futuras: as Camadas Teóricas da História dos Conceitos. In: _____. (org.). *Léxico da História dos Conceitos Políticos do Brasil*. 2ª edição. Humanitas. Belo Horizonte: Editora UFMG, p. 455-477, 2014.

FERES JR., João; JASMIN, Marcelo Gantus. História dos Conceitos: dois momentos de um encontro intelectual. In: _____. *História dos Conceitos* (debates e perspectivas). Rio de Janeiro: PUC-Rio, Loyola, Iuperj, 2006.

FERNANDES, E. S.. La Consolidación del Nacionalismo Lopizta en Paraguay y su repercusión en Sudamérica (1920-1930). Tradução de Marcela Cristina Quinteros. In: BERTONHA, J. F.; BOHOSLAVSKY, Ernesto (orgs.). *Circule por la Derecha: percepciones, redes y contactos entre las derechas sudamericanas, 1917-1973*. Los Polvorines: Universidad Nacional de General Sarmiento, p. 41-64, 2016.

FRANCO, Gustavo H. B.. Introdução. In: _____ (org.). *A Economia em Machado de Assis: O Olhar Oblíquo do Acionista*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2007.

GALANTE, Miguel; JMELNIZKY, Adrián. Em Torno do Mito da Conspiração Judaica. In: CARNEIRO, M. L. T.. (Org.) *O Anti-Semitismo nas Américas: Memória e História*. São Paulo: Edusp, Fapesp, 2007.

GONÇALVES, L. P. História da Minha Vida (1938): a Importância de São Bento do Sapucaí na Formação e Ambientação Intelecto-Cultural de Plínio Salgado. In: CAMPOS, Maria Teresa de Arruda; DOTTA, Renato A. (org.). *Dos Papéis de Plínio: Contribuições do Arquivo de Rio Claro para a Historiografia Brasileira*. Rio Claro: Oca Editora, p. 23-58, 2013.

GOULEMOT, Jean Marie. Da Leitura como Produção de Sentidos. In: CHARTIER, Roger (Org.). *Práticas de Leitura*. São Paulo: Estação Liberdade, p. 107-116, 2001.

HOUAISS, Antônio; VILLAR, Mauro de Salles. MAMONA (Verbetes). *Dicionário Houaiss da Língua Portuguesa*. Rio de Janeiro: Objetiva, 2009.

JASMIN, Marcelo. Mimesis e Recepção: Encontros Transatlânticos do Pensamento Autoritário Brasileiro na Década de 1930. In: FERES JR., João; JASMIN, Marcelo (orgs.). *História dos Conceitos: Diálogos Transatlânticos*. Rio de Janeiro: Editora PUC-Rio: Editora Loyola: IUPERJ, 2007.

JESUS, C. G. N., O Anticomunismo de Gustavo Barroso como Instrumento para um Discurso Intolerante. In: *Anais do XXVI Simpósio Nacional de História – ANPUH*. São Paulo: julho de 2011. P. 1-16.

KOCKA, Jürgen. Comparison and beyond. In: *History and Theory*, n. 42, p. 39-44, fevereiro 2003. Disponível em: http://www.timeandspace.lviv.ua/files/session/camparisonandbeyond_283.pdf (Acesso em 17 de abril de 2015).

KOSELLECK, Reinhart. Uma resposta aos comentários sobre o *Geschichtliche Grundbegriffe*. In: FERES JÚNIOR, João; JASMIN, Marcelo (orgs.). *História dos Conceitos (debates e perspectivas)*. Rio de Janeiro: PUC-Rio, Loyola, Iuperj, 2006B.

KURZ, Robert. *Economia Política do Antissemitismo: o Pequeno-Aburguesamento da Pós-Modernidade e o Regresso da Utopia do Dinheiro de Silvio Gesell*. S/d. Disponível em: <http://www.obeco-online.org/rkurz164.htm> (Acesso em 28 de junho de 2017).

LESSER, Jeffrey. Semitismo em Negociação: o Brasil e a Questão Judaica (1930-1945). In: CARNEIRO, M. L. T.. (Org.) *O Anti-Semitismo nas Américas: Memória e História*. São Paulo: Edusp, Fapesp, 2007.

LIMA, M. A. P., A vingança do centauro: imperialismo e anti-imperialismo no pensamento integralista de Gustavo Barroso. *Tempos Históricos* (EDUNIOESTE), v. 18, p. 286-319, 2014A. Disponível em: <http://e-revista.unioeste.br/index.php/tempohistoricos/issue/view/683/showToc>.

_____. Da servidão dos juro à colônia de banqueiros: uma análise dos escritos de Gottfried Feder e Gustavo Barroso. *Temporalidades*, v. 5, p. 202-225, 2013.

_____. Ecos da Giovinezza: Leituras Integralistas da Primavera Fascista. *Temporalidades – Revista Discente do Programa de Pós-Graduação em História da UFMG*. v. 6, n. 2 (maio/ago. 2014) – Belo Horizonte: Departamento de História, FAFICH/UFMG, 2014B. Disponível em: <http://www.fafich.ufmg.br/temporalidades/pdfs/13p140.pdf>

_____. Triste Fim de Tenório d'Albuquerque: o Pensamento de um ex-Integralista no Estado Novo. *Diálogos Latinoamericanos* (Universitet Aarhus, Dinamarca), v. 1, p. 177-194, 2016.

LUKÁCS, Georg. O Particular à luz do Materialismo Dialético. In: _____. *Introdução a uma Estética Marxista*. Rio de Janeiro: Editora Civilização Brasileira S.A., 1978.

LVOVICH, Daniel. La Semana Trágica en Clave Transnacional. Influencias, repercusiones y circulaciones entre la Argentina, Brasil, Chile y Uruguay (1918-1919). In: BERTONHA, J. F.; BOHOSLAVSKY, Ernesto (orgs.). *Circule por la Derecha: percepciones, redes y contactos entre las derechas sudamericanas, 1917-1973*. Los Polvorines: Universidad Nacional de General Sarmiento, p. 21-39, 2016.

_____. Trajetória de um Mito Conspirativo: Circulação e Usos dos *Protocolos dos Sábios de Sião* e seus Textos Epigônicos na Argentina (1923-1945). In: CARNEIRO, M. L. T.. (Org.) *O Anti-Semitismo nas Américas: Memória e História*. São Paulo: Edusp, Fapesp, 2007.

MACDONALD, José Brendan. Reflexões em torno do mamonismo. Temas em Educação, JOÃO PESSOA, PB, v. 6, p. 107-134, 2000. Disponível em: http://www.prac.ufpb.br/copac/extelar/producao_academica/ensaios/pa_e_reflexoes_do_mamonismo.pdf (Acesso em 16 de fevereiro de 2015).

MARQUES, Victor Raoni de A.. La extrema derecha en tierras tupiniquins y charrúas – Diálogos entre el integralismo brasileño y el revisionismo uruguayo. In: BERTONHA, J. F.; BOHOSLAVSKY, Ernesto (orgs.). *Circule por la Derecha: percepciones, redes y contactos entre las derechas sudamericanas, 1917-1973*. Los Polvorines: Universidad Nacional de General Sarmiento, p. 111-128, 2016.

MENDES, P. H. A.. Metáfora/Metonímia e Discurso Político. In: PAIVA, Vera Lucia Menezes de Oliveira e(Org.). *Metáforas do Cotidiano*. Belo Horizonte: Núcleo de Análise do Discurso FALE/UFGM, v. 1, p. 40-66, 1998.

MICELI, Sérgio. Intelectuais e Classe Dirigente no Brasil (1920-1945). In: MICELI, Sérgio. *Intelectuais à Brasileira*. São Paulo: Companhia das Letras/Fundação Biblioteca Nacional, 2001.

MOTTA, Rodrigo Patto Sá. O Mito da Conspiração Judaico-Comunista. In: *Revista de História* (USP), São Paulo, v. 138, p. 93-105, 1998.

MYERS, Jorge. Términos de comparación: ideas, situaciones, actores. In: *Prismas*, Revista de Historia Intelectual, N° 8, 2004.

OLIVEIRA, R. S. A evolução dos estudos sobre o integralismo. In: *Estudos Ibero-Americanos* (PUCRS. Impresso), v. 36, p. 118-138, 2010.

PALONEN, Kari. Entrevista com Kari Palonen. In: FERES JR., João; JASMIN, Marcelo Gantus. *História dos Conceitos: Debates e Perspectivas*. Rio de Janeiro: PUC-Rio, Loyola, IUPERJ, 2006.

PALTI, Elías J.. Temporalidade e refutabilidade dos conceitos políticos. In: FERES JR., João; JASMIN, Marcelo (orgs.). *História dos Conceitos: Diálogos Transatlânticos*. Rio de Janeiro: Editora PUC-Rio: Editora Loyola: IUPERJ, 2007.

PASCHOALETO, M. A.. La Difusión del Fascismo por América Latina según el Periódico Integralista *A Offensiva* (1934-1938). Tradução de Valeria Galván. In: BERTONHA, J. F.; BOHOSLAVSKY, Ernesto (orgs.). *Circule por la Derecha: percepciones, redes y contactos entre las derechas sudamericanas, 1917-1973*. Los Polvorines: Universidad Nacional de General Sarmiento, p. 93-109, 2016.

PIMENTA, João Paulo Garrido. História dos Conceitos e História Comparada: elementos para um debate. *Almanack Braziliense*, v. 7, p. 56-60, 2008.

PIMENTEL, Manoel Pedro. Crime de Usura. In: *Revista da Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo*. Volume 70, p. 313-326, 1975.

POLANYI, Karl. Aristóteles descobre a economia. In: LEVITT, Kari Polanyi (org.). *A subsistência do homem e ensaios correlatos*. Rio de Janeiro: Contraponto, 2012.

RIBEIRO, Ivair Augusto. O anti-semitismo no discurso integralista no interior de São Paulo: os discípulos de Barroso. In: CARNEIRO, M. L. T.. (Org.) *O Anti-Semitismo nas Américas: Memória e História*. São Paulo: Edusp, Fapesp, 2007.

RICHTER, Melvin. Avaliando um clássico contemporâneo: o *Geschichtliche Grundbegriffe* e a atividade acadêmica futura. In: FERES JR, João; JASMIN, Marcelo Gantus. *História dos Conceitos* (debates e perspectivas). Rio de Janeiro: PUC-Rio, Loyola, Iuperj, 2006.

SACCOMANI, Edda. Fascismo (verbete). In: BOBBIO, Norberto; MATTEUCCI, Nicola; PASQUINO, Gianfranco (orgs.). *Dicionário de Política*. Brasília: UnB, 1986.

SANTANA, Nara M. C.. O Nazismo no Brasil: uma Breve Leitura Sobre a Organização e a Estrutura do Partido. In: CRUZ, N. R.. (org.). *Ideias e Práticas Fascistas no Brasil*. Rio de Janeiro: Garamond, 2012.

SEBASTIÁN, Javier Fernández. Da História do Pensamento à Semântica Comparada do Léxico Político. In: FERES JR., João; JASMIN, Marcelo (orgs.). *História dos Conceitos* (Diálogos Transatlânticos). Rio de Janeiro: Editora PUC-Rio: Editora Loyola: IUPERJ, 2007.

SILVA, A. O.. Gustavo Barroso: aproximações conceituais da AIB e o MHN (1933-1937). Anais da XXIX Semana de História da UFJF. Monarquias, repúblicas e ditaduras: entre liberdades e igualdades. (14-18 maio 2012).

SOUZA, Francisco Martins de. O Integralismo. In: PAIM, Antônio, SOUZA, Francisco Martins de. *Curso de Introdução ao Pensamento Político Brasileiro* (unidade IX e X). Brasília: UnB, p. 59-109, 1982.

STACKELBERG, Roderick. Völkisch Movement and Ideology. In: LEVY, Richard S. (Org). *Antisemitism: A Historical Encyclopedia of Prejudice and Persecution*. Volume 2. Santa Barbara: ABC-CLIO, p. 743-745, 2005.

STALLAERT, Christiane. Do antissemitismo “emocional” ao antissemitismo “funcional” na Espanha inquisitorial e na Alemanha nazista. In: CARNEIRO, M. L. T.; CROCI, Federico. *Tempos de Fascismos: Ideologia – Intolerância – Imaginário*. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, Imprensa Oficial, Arquivo Público do Estado de São Paulo, 2010.

SZNAJDER, Mario. El Movimiento Nacional Socialista: Nacismo a la Chilena. In: *Estudios Interdisciplinarios de América Latina y el Caribe*. Volume 1, Nº 1, 1990 (Disponível em: <http://eial.tau.ac.il/index.php/eial/article/view/1310/1336> Acesso em 07 de julho de 2016).

_____. Fascismo e Intolerância. In: CARNEIRO, M. L. T.; CROCI, Federico. *Tempos de Fascismos: Ideologia – Intolerância – Imaginário*. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, Imprensa Oficial, Arquivo Público do Estado de São Paulo, 2010.

VELEMA, Wyger R. E.. História Conceitual: Perspectivas Holandesas. In: FERES JR., João; JASMIN, Marcelo (orgs.). *História dos Conceitos* (Diálogos Transatlânticos). Rio de Janeiro: Editora PUC-Rio: Editora Loyola: IUPERJ, 2007.

ZAVERUCHA, Jorge. A Questão do Integralismo Diante da Herança Fascista. In: *Ciência e Trópico*. Recife, 12 (2): 241-253, julho/dezembro 1984.

Dissertações e teses

BARBOSA, Jefferson Rodrigues, *Sob a Sombra do Eixo: Camisas-verdes e o Jornal Integralista Acção* (1936-1938). Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais). Unesp, Marília: 2007.

CAZETTA, Felipe. *Fascismos e Autoritarismos: a Cruz, a Suástica e o Caboclo – Fundações do Pensamento Político de Plínio Salgado – 1932-1945*. Dissertação (Mestrado em História) – UFJF, Programa de Pós-Graduação em História, Juiz de Fora, 2011.

COSTA, L. M. F. *Maçonaria e Anti-maçonaria: uma análise da História Secreta do Brasil de Gustavo Barroso*. Dissertação de mestrado em História – Programa de Pós-graduação em História, Universidade Federal de Juiz de Fora, Juiz de Fora-MG, 2009.

_____. *Os “intelectuais-heróis” e as mitologias políticas contemporâneas: a história transnacional da produção intelectual de Alfredo Pimenta, Gustavo Barroso, Plínio Salgado e Rolão Preto*. Tese de doutorado em História – Programa de Pós-graduação em História, Universidade Federal de Juiz de Fora, Juiz de Fora - MG, 2015.

CRUZ, N. R.. *Negando a História: A Editora Revisão e o Neonazismo*. Dissertação (Mestrado em História). Universidade Federal Fluminense, Brasil: 1997.

_____. *O Integralismo e a Questão Racial: a Intolerância como Princípio*. Tese (doutorado em História). UFF, Programa de Pós-Graduação em História, Niterói, 2004.

CYTRYNOWICZ R. *Integralismo e Antissemitismo nos textos de Gustavo Barroso na década de 1930*. Dissertação de mestrado apresentada ao Departamento de História da FFLCH-USP, 1992.

DOTTA, Renato A.. *O Integralismo e os Trabalhadores: as Relações Entre a AIB, os Sindicatos e os Trabalhadores Através do Jornal "Acção" (1936-1938)*. Dissertação (mestrado em História) – Universidade de São Paulo, 2003.

GAK, I. S.. *Os Fins e seus Meios: Diplomacia e Propaganda Nazista no Brasil (1938-1942)*. Dissertação – mestrado em História. Universidade Federal Fluminense, UFF, Brasil. Ano de Obtenção: 2006.

LIMA, M. A. P.. *Ecos da Giovinezza: Leituras Integralistas da “Primavera Fascista”*. Monografia (graduação em História). UFMG, Departamento de História, Belo Horizonte, 2013.

PEREIRA, V. V.. *A produção da relação centro e periferia no pensamento econômico: das teses marxistas do imperialismo capitalista às teorias da dependência*. Tese (doutorado em Economia). UFMG, Programa de Pós-Graduação em Economia, Belo Horizonte, 2015.

RAGO FILHO, A. *A Crítica Romântica à Miséria Brasileira: o integralismo de Gustavo Barroso*. Dissertação (mestrado em História). PUC-SP, Programa de Pós-Graduação em História, São Paulo, 1989.

SILVA, Ricardo José Barbosa da. *História Invisível: uma análise psicossocial das raízes mágico-religiosas do nacional-socialismo*. Tese (Doutorado em Psicologia Social) - Instituto de Psicologia, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2009.

VIEIRA, N. C. D.. *Além de Gustavo Barroso: o antissemitismo na Ação Integralista Brasileira (1932-1937)*. Dissertação (mestrado em História) – Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2012.

Livros

ARENDT, Hannah. *Origens do Totalitarismo: Anti-semitismo, Imperialismo, Totalitarismo*. Tradução: Roberto Raposo. São Paulo: Companhia das Letras, 2011.

BALANDIER, Georges. *O Poder em Cena*. Tradução de Luiz Tupy Caldas de Moura. Coleção Pensamento Político, volume 46. Brasília: UnB, 1982.

BIELSCHOWSKY, Ricardo. *Pensamento Econômico Brasileiro: o Ciclo Ideológico do Desenvolvimento*. 4ª edição. Rio de Janeiro: Contraponto, 2004.

BOURDIEU, Pierre. *A Economia das Trocas Linguísticas*. Tradução: Sérgio Micelli. São Paulo: EDUSP, 1998.

BRACHER, Karl Dietrich. *The German Dictatorship: the Origins, Structure and Consequences of National Socialism*. Londres: Penguin Books, 1991.

BURKE, Peter. *História e Teoria Social*. Tradução de Klauss Brandini Gerhardt e Roneide Venâncio Majer. São Paulo: Unesp, 2002.

CALIL, Gilberto.. *Integralismo no Pós-Guerra: Partido de Representação Popular (1945-1950)*. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2001.

CARDOSO, Ciro Flamarion S; PEREZ BRIGNOLI, Hector. *Os Métodos da História: introdução aos problemas, métodos e técnicas da história demográfica, econômica e social*. 5ª edição. Biblioteca de História – 5. Tradução de João Maia. Rio de Janeiro: Graal, 1990.

CARNEIRO, M. L. T.. *Dez Mitos Sobre os Judeus*. São Paulo: Ateliê Editorial, 2014.

_____. *O Antissemitismo na Era Vargas* (fantasmas de uma geração - 1930-1945). São Paulo: Brasiliense, 1988.

_____. *O Veneno da Serpente: reflexões sobre o anti-semitismo no Brasil*. São Paulo: Perspectiva, 2003.

CARONE, Edgard. *A Primeira República (1889-1930)*. Texto e Contexto. 2ª edição aumentada. Corpo e Alma do Brasil. São Paulo: Difusão Europeia do Livro, 1973.

CARVALHO, José Murilo de. *Os Bestializados: o Rio de Janeiro e a República que não foi*. 3ª edição. São Paulo: Companhia das Letras, 1999.

CASTORIADIS, Cornelius. *A Instituição Imaginária da Sociedade*. 2ª edição. Tradução de Guy Reynaud; revisão técnica de Luis Roberto Salinas Fortes. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1982. (Coleção rumos da cultura moderna; 52).

CAVALARI, R. M. F.. *Integralismo* (Ideologia e organização de um partido de massa no Brasil). Bauru: EDUSC, 1999.

CHASIN, J.. *O Integralismo de Plínio Salgado: forma de regressividade no capitalismo hipertardio*. 2. ed. Belo Horizonte: Una Editoria; São Paulo: Estudos e Edições Ad Hominen, 1999.

COGGIOLA, Osvaldo. *Alemanha 1918-1924: Hiperinflação e Revolução*. São Paulo: LCTE, 2010.

COUTINHO, Luciano G.; REICHSTUL, Henri-Philippe. O Setor Produtivo Estatal e o Ciclo. In: MARTINS, Carlos Estevam (org.). *Estado e Capitalismo no Brasil*. São Paulo: Hucitec-Cebrap, 1977.

DANTAS, Elynaldo Gonçalves. *Gustavo Barroso, o Führer Brasileiro: Nação e Identidade no Discurso Integralista barrosiano de 1933-1937*. João Pessoa: Ideia, 2015.

DUTRA, Eliana Regina de Freitas. *O Ardil Totalitário: imaginário político no Brasil dos anos 30*. Rio de Janeiro: Ed. da UFRJ; Belo Horizonte: Ed. da UFMG, 1997.

EICHENGREEN, Barry. *A Globalização do Capital*. Tradução: Sérgio Blum São Paulo: Editora 34, 2000.

ENGELS, Friedrich. MARX, Karl. Textos Suplementares de Marx e Engels sobre Problemas de Periodização Histórica – Da Ideologia Alemã (parte 1). In: MARX, Karl. *Formações Econômicas Pré-Capitalistas*. Tradução de João Maia. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1975.

FAUSTO, Boris. *A Revolução de 1930: Historiografia e História*. 5ª edição. São Paulo: Brasiliense, 1978.

GALBRAITH, John Kenneth. *A Era da Incerteza* (história das ideias econômicas e suas consequências). 3ª edição. Tradução de F. R. Nickelsen Pellegrini. São Paulo: Pioneira, 1980.

GEARY, Dick. *Hitler e o Nazismo*. Tradução de Alexandre Kappaun. São Paulo: Paz e Terra, 2010.

GINZBURG, Carlo. *Medo, Reverência, Terror: Quatro Ensaios de Iconografia Política*. Tradução de Federico Carotti, Joana Angélica d'Avila Melo, Júlio Castanon Guimarães. São Paulo: Companhia das Letras, 2014.

GIRARDET, Raoul. *Mitos e Mitologias Políticas*. Tradução de Maria Lúcia Machado. São Paulo: Companhia das Letras, 1987.

GOLDHAGEN, Daniel Jonah. *Os Carrascos Voluntários de Hitler: o Povo Alemão e o Holocausto*. Tradução de Luís Sérgio Roizman. São Paulo: Companhia das Letras, 1997.

HARVEY, David. *The New Imperialism*. New York: Oxford, 2003.

HENKE, Klaus-Dietmar. *Die Dresdner Bank 1933-1945: Ökonomische Rationalität, Regimenähe, Mittäterschaft*. Munique: R. Oldenbourg Verlag, 2006.

HERF, Jeffrey. *O Modernismo Reacionário: Tecnologia, Cultura e Política em Weimar e no Terceiro Reich*. Estante do Pensamento Crítico, tradução de Claudio F. da S. Ramos. São Paulo: Ensaio, Unicamp, 1993.

HILFERDING, Rudolf. *O Capital Financeiro. Os Economistas*. Tradução de Reinaldo Mestrinel. São Paulo: Nova Cultural, 1985.

HILTON, Stanley. *O Brasil e a Crise Internacional (1930-1945): cinco estudos*. Coleção Retratos do Brasil, volume 99. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1977.

HOLANDA, Sérgio Buarque de. *Raízes do Brasil*. 14ª edição. Coleção documentos brasileiros, volume 1. Rio de Janeiro: Livraria José Olympio Editora, 1981.

HUBERMAN, Leo. *História da Riqueza do Homem*. 21ª edição revista. Tradução de Waltensir Dutra. Rio de Janeiro: LTC, 1986.

JESUS, C. G. N. *Anti-semitismo e Nacionalismo, Negacionismo e Memória: Revisão Editora e as Estratégias da Intolerância, 1987-2003*. São Paulo: Unesp, 2006.

KLEMPERER, Victor. *LTI: A Linguagem do Terceiro Reich*. Tradução de Miriam Bettina Paulina Oelsner. Rio de Janeiro: Contraponto, 2009.

KONDER, Leandro. *Introdução ao fascismo*. Rio de Janeiro: Graal, 1977.

KOSELLECK, Reinhart. *Futuro Passado: Contribuição à Semântica dos Tempos Históricos*. Tradução de Wilma Patrícia Maas, Carlos Almeida Pereira. Rio de Janeiro: Contraponto, PUC-Rio, 2006A.

KRIER, Frédéric. *Sozialismus für Kleinbürger: Pierre Joseph Proudhon – Wegbereiter des Dritten Reiches*. Köln [u.a.]: Böhlau, 2009.

LACOUÉ-LABARTHE, Philippe; NANCY, Jean-Luc. *O Mito Nazista. Testemunhos*. Tradução de Márcio Seligmann Silva. São Paulo: Iluminuras, 2002.

LANGE, Matthew. *Antisemitic Elements in the Critique of Capitalism in German Culture, 1850-1933*. German Life and Civilization, vol. 46. Oxford, Berna, Berlim, Bruxelas, Frankfurt, Nova York, Viena: Peter Lang, 2007.

LE GOFF, Jacques. *História e memória*. 5ª edição. Tradução de Bernardo Leitão. Campinas: Editora da UNICAMP, 2003.

LEVINE, Robert M.. *O Regime de Vargas: os Anos Críticos, 1934-1938*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1980.

_____. *Pai dos pobres?: o Brasil e a Era Vargas*. Companhia das Letras: São Paulo, 2001.

MAIO, Marcos Chor. *Nem Rotschild nem Trotsky: o Pensamento Antissemita de Gustavo Barroso*. Rio de Janeiro: Imago, 1992.

MARX, Karl. *O Capital: crítica da economia política*. 2ª edição. Tradução de Reginaldo Sant'Anna. Livro 1: O processo de acumulação do capital. Volume 1. Parte 2ª: Como o dinheiro se transforma em capital. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1974.

_____. *Sobre a Questão Judaica*. São Paulo: Boitempo, 2010.

MEDEIROS, Jarbas. *Ideologia Autoritária no Brasil (1930-45)*. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1978.

MOORE JR., Barrington. *Political Power and Social Theory: Six Studies*. Cambridge, Massachusetts: Harvard University Press, 1958.

MORGAN, Philip. *Fascism in Europe, 1919-1945*. Londres e Nova York: Routledge, 2003.

MOTTA, Rodrigo Patto Sá. *Em Guarda Contra o "Perigo Vermelho": o Anticomunismo no Brasil (1917-1964)*. São Paulo: Perspectiva, FAPESP, 2002.

NEUMANN, Franz L. *Behemoth: the Structure and Practice of National Socialism 1933 – 1944*. New York: Harper & Row, 1966.

NOLTE, Ernst. *Three Faces of Fascism: Action Française, Italian Fascism, National Socialism*. Tradução do alemão para o inglês: Leila Vennewitz. Nova York, Chicago e San Francisco: Holt, Rinehartand Winston, 1966.

PAXTON, Robert O. *A Anatomia do Fascismo*. Trad. Patrícia Zimbres e Paula Zimbres. São Paulo: Paz e Terra, 2007.

POLIAKOV, Léon. *O Mito Ariano: Ensaio sobre as Fontes do Racismo e dos Nacionalismos*. Tradução: Luiz João Gaio. São Paulo: Perspectiva, Edusp: 1974.

PRADO JR., Caio. *A Revolução Brasileira*. 2ª edição. São Paulo: Brasiliense, 1966A.

_____. *Evolução Política do Brasil e Outros Estudos*. 5ª edição. São Paulo: Brasiliense, 1966B.

REICH, Wilhelm. *Psicologia de Massas do Fascismo*. 2ª edição. Tradução de Maria da Graça M. Macedo. São Paulo: Martins Fontes, 1988.

RIDENTI, Marcelo. *Em Busca do Povo Brasileiro: Artistas do Povo Brasileiro, do CPC à Era da TV*. Rio de Janeiro: Record, 2000.

SCHORSKE, Carl E.. *Viena Fin-de-Siècle* (Política e Cultura). Tradução de Denise Bottmann. São Paulo: Companhia das Letras, 1988.

SHIRER, William Law. *Ascensão e Queda do Terceiro Reich*. 6ª edição, Volume 1, Tradução de Pedro Pomar, Leônidas Gontijo de Carvalho. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1975.

_____. *Ascensão e Queda do Terceiro Reich*. 1. reimp. Volume 1. Tradução de Pedro Pomar e Leônidas Gontijo de Carvalho. Rio de Janeiro: Agir, 2008.

SILVA, Hélio. *1938: Terrorismo em Campo Verde*. Documentos de história contemporânea; v.11.I. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1971.

SKINNER, Quentin. *Visions of Politics* (Regarding Method). Volume 1. Cambridge, U.K.; New York: Cambridge University Press, 2002.

SODRÉ, Nelson Werneck. *As Razões da Independência*. 2ª edição. Coleção Retratos do Brasil, volume 39. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1969.

_____. *Formação Histórica do Brasil*. 9ª edição. Coleção Retratos do Brasil, volume 98. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1976.

_____. *História da Burguesia Brasileira*. 2ª edição. Coleção Retratos do Brasil, volume 22. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1967.

_____. *História da Literatura Brasileira: Seus Fundamentos Econômicos*. 4ª edição. Coleção Vera Cruz. Literatura Brasileira. Volume 60. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1964.

SOMBART, Werner. *The Jews and Modern Capitalism*. Tradução para o inglês de M. Epstein. Glencoe, Illinois: The Free Press, 1951.

TORRES, João Camilo de Oliveira. *Interpretação da Realidade Brasileira: Introdução à História das Ideias Políticas no Brasil*. 2ª edição. Rio de Janeiro: Livraria José Olympio/MEC, 1973. Coleção Documentos Brasileiros, volume 141.

TOURAINÉ, Alain. *Crítica da modernidade*. Tradução de Elia Ferreira Edel. Petrópolis: Vozes, 1994.

TRINDADE, Hégio. *Integralismo* (o fascismo brasileiro na década de 30). São Paulo: Difusão Europeia do Livro, 1974.

VASCONCELLOS, Gilberto. *A Ideologia Curupira: Análise do Discurso Integralista*. São Paulo: Brasiliense, 1979.

VEYNE, Paul. *Como se Escreve a História*. Tradução de António José da Silva Moreira. Lisboa, Edições 70, 1971. (Lugar da história; 20).

WEBER, Eugen. *Varieties of Fascism: Doctrines of Revolution in the Twentieth century*. Princeton: D. van Nostrand, 1964.

WEBER, Max. *A Ética Protestante e o Espírito do Capitalismo*. 2ª edição. Tradução de M. Irene de Q. F. Szmrecsányi, Tamás J. M. K. Szmrecsányi. São Paulo: Pioneira Thomson Learning, 2003.

_____. Rejeições religiosas do mundo e suas direções. In: _____. *Textos Seleccionados*. 3ª edição. Traduções de Mauricio Tragtenberg ... [et al.]. São Paulo: Abril Cultural, 1985.

WIAZOVSKI, Taciana. *O Mito do Complô Judaico-Comunista no Brasil: Gênese, Difusão e Desdobramentos (1907-1954)*. São Paulo: Humanitas, Fapesp, 2008.